RECIFAQUI

Revista Científica da Faculdade Quirinópolis

ANO 5 Nº. 5 Vol. 1 jan/dez 2015

RECIFAQUI

Revista Científica da Faculdade Quirinópolis

Quirinópolis, GO
Dezembro, 2015

Copyright © 2015 by Faculdade Quirinópolis

REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS

Equipe Técnica

Coordenadora responsável:
Profa. Ma. Maria da Felicidade Alves Urzedo

Revisão Ortográfica:
Ma. Janice Aparecida de Azevedo Fernandes e Ma. Mírian Maria de Paula

Diagramação:
Prof. Leon Alves Corrêa

Catalogação:
Wivia Mota (Biblioteca da Faculdade Quirinópolis)

Arte da Capa:
Leon Alves Corrêa

CIP – Brasil – Catalogação na fonte
BIBLIOTECA DA FACULDADE QUIRINÓPOLIS

R297 RECIFAQUI: Revista Cientifica da Faculdade Quirinópolis. / Faculdade Quirinópolis. V. 1, n. 5 (Jan./dez. 2015). – Goiânia Kelps, 2015.
280 p.: il.
Anual
ISSN 2237-325x

1. Administração. 2. Agronomia. 3. Direito. 4. Enfermagem. 5. Educação. I. Faculdade Quirinópolis

CDU: 001.8(051)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS -É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio sem a autorização prévia e por escrito da autora. A violação dos direitos autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 148 do Código Penal Brasileiro.

IMPRESSO NO BRASIL
Printed in Brazil
2015

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO

FACULDADE QUIRINÓPOLIS - FAQUI
Av. Quirino Cândido Cardoso, 38 – Centro – CEP 75860-000
Quirinópolis, GO

EXPEDIENTE
Diretora Geral: Anésia Ferreira dos Santos
Diretor Acadêmico: Marcos Divino Ferreira dos Santos
Coordenadora Pedagógica: Maria da Felicidade Alves Urzedo.
Secretária Acadêmica: Simone Maria Ferreira dos Santos.

COMISSÃO EDITORIAL
Maria da Felicidade Alves Urzedo
Janice Aparecida de Azevedo Fernandes
Leon Alves Correa

CONSELHO EDITORIAL
Maria da Felicidade Alves Urzedo (Presidente)
Cideon Donizete de Faria
Cláudio Silva Teixeira
Daniela Ferreira Martins
Gilson Xavier de Azevedo
Jean Marc Nacife
Janice Aparecida Azevedo Fernandes
Laís da Conceição da Silva
Leandro Aparecido de Souza
Marcos Divino Ferreira dos Santos
Mírian Maria de Paula
Regina Maria Pasquali
Sergio Martins de Oliveira

CONSELHO CONSULTIVO
Prof. Dr. Adam Heron, de Oliveira (FAQUI)
Prof. Dr. Andre Caviochioli Brito (OBJETIVO/Rio Verde)
Prof. Dr. Eloy Alves Filho (UFV)
Prof. Dr. Helieder Côrtes Freitas (UEMG/Ituiutaba)
Prof. Dra. Rejane Silva Guimarães (UNIRV)
Profª. Dra. Vonedirce Maria Santos Borges (FAQUI)
Prof. Dr.Wenceslau Gonçalves Neto (UFU)

SUMÁRIO

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ADMINISTRAÇÃO

O Sesi-Senai e a inserção do Jovem Aprendiz no mercado de trabalho de Quirinópolis-GO em 2014 17

Sesi-Senai and the insert of the Young Learner in the Quirinópolis-GO work market in 2014

Daniela Ferreira Martins / Josefa Janaina Ferreira da Costa / Lara Batista de Souza

Qualidade de vida no trabalho na farmácia goiana no segundo semestre de 2015 33

Quality of life at work in the farmácia goiana in the second half of 2015

Alessandra Silva Gouveia / Edilene Maria Garcia / Lidijane Borges Costa / Lucelia de Jesus Rezende
Rejaine Aparecida Martins Gonçalves

CIÊNCIAS AGRÁRIAS – AGRONOMIA

Efeito de diferentes dosagens de adubo foliar na produção do rabanete ... 57

Effect of fertilizer strength in different leaf production radish (Raphanus sativus)

Marciel Silva Ferreira / Thiago Henrique Silva / Juliano Piovezan Pereira / Gilson Xavier de Azevedo

Análise quantitativa da produção de jiló e beringela usando adubação orgânica e inorgânica 65

Quantitative analysis of the production of solanum (jiló) and solanum melongena berinjela using organic and chemical fertilization

Josemir do Carmo / Arthur Henrique Marquez Duarte / Aline Auxiliadora Silva
Bruno Barbosa de Paula / Emerson Luiz Rodrigues da Silva

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – DIREITO

O direito penal em Gênesis 83

The penal rights in Genesis

Tadeu dos Santos Mariano / Maria Júlia Cota de Araújo Matos

Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – Eireli e Sociedade Unipessoal 117
Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – Eireli e Sociedade Unipessoal
Sebastião Rincon da Silva

A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente: revisão narrativa da literatura 135
A violência intrafamiliar contra a criança e o adolescente: revisão narrativa da literatura
Ruth Borges Rilko / Neila Maria Mendes Borges

A violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente – um crime entre quatro paredes 147
Sexual violence intrafamiliar against children and adolescents – a crime between four walls
Clériston Borges Araújo / Ruth Borges Rilko / Neila Maria Mendes Borges

A sociedade moderna vigiada na perspectiva do filme Residente Evil ... 161
Modern society watched in the perspective of the movie Resident Evil
Gilson Xavier de Azevedo / Janice Ap. de Azevedo Fernandes

Finalidades das ações regressivas acidentárias no ordenamento jurídico brasileiro 175
Purpose of accidentary action in the brazilian legal ordinance
Dayse Suellen Marquez Duarte / Larissa Gonçalves Fratari Moreira

CIÊNCIAS DA SAÚDE – ENFERMAGEM

A equipe de enfermagem e a emergencia psiquiatrica: vozes de profissionais numa unidade de pronto atendimento 191
The team of nursing and the psychiatric emergency: voices of professionals in a unit of pronto customer service
Viviana Cristina de Souza Carvalho / Luc Vandenberghe 191

Fatores determinantes da hipertensão na infancia e na adolescencia: revisão 213
Determining factors of hypertension in children and adolescents: review
Brenda Cavalieri Jayme / Camila Ribas Mendes / Paulo Sérgio de Paula Soares Júnior
Ana Paula de Lima e Silva / Renato Canevari Dutra da Silva / Adriana Vieira Macedo Brugnoli
Ana Paula Fontana

Técnicas de conservação dos indivíduos com doença pulmonar obstrutiva crônica: uma revisão 223
Técnicas de conservação dos indivíduos com doença pulmonar obstrutiva crônica: uma revisão
Brenda Cavalieri Jayme / Paulo Sérgio de Paula Soares Júnior / Ana Paula de Lima e Silva / Renato Canevari Dutra da Silva / Adriana Vieira Macedo Brugnoli / Ana Paula Fontana

CIÊNCIAS HUMANAS – EDUCAÇÃO

Uma abordagem da diversidade cultural e o espaço escolar 239
An approach to cultural diversity and school space
Cristiano Garcez Gualberto

Hormônios corporais e neuroeducação 253
Corporal hormones and neuroeducation
Gilson Xavier de Azevedo / Alex Nascimento

Documentos 273

Normas para publicação na Recifaqui 275

EDITORIAL

A Revista Científica da Faculdade Quirinópolis (RECIFAQUI), é um periódico multidisciplinar com ênfase na publicação de artigos nas áreas de Ciências Naturais e Tecnológicas, Ciências da Saúde, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Artes, Letras e Comunicação.

A comissão científica responsável pela editoração e revisão dos artigos submetidos a este periódico preza pela qualidade dos manuscritos publicados, sendo formada por professores Mestres e Doutores.

Desta forma, a Faculdade Quirinópolis (FAQUI) reforça o seu compromisso com o ensino, difundindo o conhecimento através da publicação de artigos oriundos de projetos de pesquisas e extensão.

Vale ressaltar que a publicação de artigos é fundamental para o aprimoramento de conhecimentos relacionados às diversas áreas, sendo um requisito essencial para o avanço da pesquisa científica brasileira.

Destaca-se ainda que os manuscritos publicados na RECIFAQUI se constituem fonte de disseminação de novos conhecimentos, troca e transmissão de informações de interesse entre docentes, estudantes de graduação, pesquisadores, extensionistas, profissionais das mais diversas áreas e comunidade em geral. No que tange a divulgação de estudos científicos, a revista abrange artigos de diversas áreas contemplando pesquisas relacionadas aos cursos de Administração, Direito, Enfermagem, etc., disponibilizando sempre conteúdos relevantes e atualizados que estão ao alcance de todos setores interessados.

Desde a primeira edição em 2011 a RECIFAQUI, já publicou mais de 65 artigos, promovendo a ampla e irrestrita difusão de estudos realizados nas mais diversas áreas do conhecimento e consolidando-se desta forma como um valioso meio de divulgação de pesquisas científicas.

Em um mercado de trabalho extremamente competitivo que conta com profissionais cada vez mais bem preparados, a capacitação de discentes para a elaboração de projetos de pesquisa e extensão, com a finalidade de publicação em revistas científicas, proporciona a disseminação do conhecimento, tornando-se um diferencial para este estudante que desde a graduação aprende a pensar em possíveis soluções para problemas atuais e relevantes, contribuindo assim com o desenvolvimento da ciência brasileira.

Portanto, a Faculdade Quirinópolis, mantenedora da revista RECIFAQUI, possui um papel importante na difusão de conhecimento e na formação de discentes, docentes, pesquisadores, extensionistas e profissionais.

Cabe enfatizar que a publicação de um artigo científico possui o objetivo de transmitir à comunidade científica o resultado de novas descobertas, desenvolver e atualizar novas metodologias, alavancar a carreira profissional dos autores, aumentar o prestígio da instituição responsável e propagar informações importantes para a sociedade.

Prof. Dr. Leandro Aparecido de Souza
Docente da Faculdade Quirinópolis – FAQUI

ARTIGOS

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

ADMINISTRAÇÃO

O SESI-SENAI E A INSERÇÃO DO JOVEM APRENDIZ NO MERCADO DE TRABALHO DE QUIRINÓPOLIS-GO EM 2014

SESI-SENAI AND THE INSERT OF THE YOUNG LEARNER IN THE QUIRINÓPOLIS-GO WORK MARKET IN 2014

Daniela Ferreira Martins
Josefa Janaina Ferreira da Costa
Lara Batista de Souza

RESUMO

O presente projeto apresenta como tema central "O SESI-SENAI e a Inserção do Jovem Aprendiz no Mercado de Trabalho de Quirinópolis – Goiás em 2014" tendo como objetivo analisar o método de ensino direcionado para a qualificação dos aprendizes, englobando tarefas teóricas e práticas, estruturado em atividades de complexidades evolutivas e aprofundado no ambiente de trabalho, caracterizado assim pela inter-relação entre formação e trabalho. O foco é analisar as reais contribuições do Serviço Social da Indústria (SESI) e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) no desenvolvimento e ingresso do jovem aprendiz no mercado de trabalho na cidade de Quirinópolis – Goiás, mais especificamente identificar se a estrutura é adequada aos programas de ensino, a qualidade do processo de ensino, do processo de seleção e de contratação utilizadas pela instituição para a iniciação do jovem aprendiz no mercado de trabalho formal e no aprendizado de uma profissão. A dissertação proposta foi de forma exploratória, descritiva e explicativa, pesquisa quanto à natureza quantitativa buscando estabelecer relação entre causa e efeito entre as variáveis. Utiliza o método histórico e pesquisa bibliográfica. Tem-se como principais autores nos quais a pesquisa fundamentou-se com relação à metodologia, Castro (2009); Kassouf (2004) e Pochmann (2007). Por conseguinte, foi apontado que a Instituição de ensino não possui um acompanhamento para averiguar se o aprendiz está inserido no mercado de trabalho e em vista disso, por meio de uma pesquisa com os egressos constatou-se que dos 180 alunos entrevistados a maior parte dos mesmos não está exercendo a função para a qual foi instruído, sendo que apenas a metade deles está exercendo um labor.

Palavras-chave: Jovem. Aprendizagem. Formação. Mercado de Trabalho.

ABSTRACT

This project has as its main theme "The SESI-SENAI and the Young Apprentice's insertion in the employment market of Quirinópolis – Goiás in 2014" aiming to analyse the teaching methods directed to the training of apprentices, covering theoretical and

practical tasks, structured in evolutionary complexities activities and deepened in the workplace, thus characterized by the interrelationship between education and work. The focus is to analyse the actual contributions of the Serviço Social da Indústria – SESI (Social Service for Industry) and Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (National Service of Industrial Apprenticeship) in the development and entry of young apprentice in the employment market in the city of Quirinópolis – Goiás, more specifically identify whether the structure is adequate to the teaching programs, the quality of the teaching process, the process of selection and recruitment used by the institution for the initiation of the young apprentice in the formal labour market and learning a profession. The proposed dissertation was in an exploratory way, descriptive and explanatory research on the quantitative seeking to establish relationship between cause and effect between the variables. It uses the historical method and literature. Castro (2009); Kassouf (2004) and Pochmann (2007) were the main authors in which the research was based on regarding the methodology. It was pointed out that the educational institution does not have a follow-up to see if the student is inserted in the market and in view of this, through a survey with graduates it was found that of the 180 students interviewed, most of whom are not exercising the function for which they were trained for, only half of them are currently employed.

Keywords: Youth. Learning. Formation. Employment market.

INTRODUÇÃO

É indiscutível o repúdio que a sociedade demonstra quanto às questões relacionadas ao trabalho infanto-juvenil, sendo estas não muito distantes da história e da realidade humana. Constata-se que o trabalho infantil incide desde a época mais remota da civilização, porém ao mais tardar, a partir de acontecimentos históricos que exacerbaram a exploração do trabalho infanto-juvenil, iniciou-se um processo de indignação contra o mesmo, pois crianças e adolescentes eram incessantemente explorados sem distinção aos adultos.

Contudo, as primeiras medidas de prevenção e combate ao trabalho infantil só se tornaram relevantes após a criação da OIT (Organização Internacional do Trabalho) em 1919. Atualmente, encontram-se em vários países legislações trabalhistas que condenam o trabalho infantil considerando-o como prática ilegal e reconhecendo-o como crime.

Dentre esses países, no âmbito da legislação interna, o Brasil destaca-se por meio das suas normas de proteção trabalhista ao menor; estas estão dispostas na Constituição Federal, na CLT (Consolidação das Leis

Trabalhistas) e no Estatuto da Criança e do Adolescente. Destarte, o país conta com leis em favor da infância e da juventude, as quais também ensejam uma nova mentalidade no tratamento desse tema.

Entretanto, assim como existem dispositivos legais que combatem a exploração trabalhista do menor, também existem leis que o reconhecem como parte contribuinte para o desenvolvimento da sociedade, além disso tais leis também incentivam a sua inclusão no mercado de trabalho, desde que a mesma mantenha sua integridade física-mental e que seja benéfica a sua formação social e profissional. Essa inclusão vem por meio de programas de aprendizagem e para que essa formação aconteça faz-se necessário um programa que seja desenvolvido por entidades qualificadas que ofereçam atividade técnico-profissional.

O presente trabalho tem como tema o SESI-SENAI e a inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho de Quirinópolis-Goiás em 2014.

A inserção do jovem aprendiz no mercado de trabalho do município pôde ser medida e avaliada por meio de questionários que exploraram os seguintes fatores: a quantidade de alunos matriculados nos cursos de aprendizagem oferecidos pela unidade e o mapeamento do egresso no mercado de trabalho. A pesquisa objetivou identificar as reais contribuições do SESI-SENAI de Quirinópolis-Goiás no desenvolvimento profissional do jovem aprendiz para o mercado de trabalho.

1 TECENDO RELAÇÕES ENTRE JUVENTUDE, FORMAÇÃO E TRABALHO

Este capítulo versa sobre a importante correlação entre a juventude, formação e trabalho, buscando demonstrar ao longo do seu desenvolvimento o contexto histórico e social em que essas relações se fundamentaram desde a exploração do trabalho até a sua tutela jurisdicional.

O trabalho infantil é um acontecimento que incide "desde os tempos mais remotos da história humana, registra-se o trabalho das crianças junto às famílias e as tribos sem qualquer distinção destas em relação aos adultos" (PEREZ, 2008, p.28) e, aproximadamente por volta de 2.000 anos a.C, surgiam as primeiras medidas de proteção aos menores trabalhadores. É possível constatar previsões sobre esse tema no Código de Hamurabi; este predizia que, se um artesão adotasse um menor, deveria ensinar-lhe seu ofício.

Arnaldo Süssekind (2002, p.982) afirma que "se aquele o ensinasse, este já não poderia mais ser reclamado por seus pais biológicos; do contrário, o adotivo poderia voltar livremente para casa de seus pais".

Assim sendo, Pochmann (2007) expõe que ao longo da história a percepção do jovem quanto ao desenvolvimento e participação plena e ativa da sociedade foi sendo modificada e, a partir dessa nova visão, os jovens puderam ser vistos com mais particularidade e a sua condição de vida passou a ser considerada como fator preponderante para a sociedade. Sobre esta relação do jovem e a sociedade em que está integrado Pochmann (2007, p.14) esclarece:

> A juventude torna-se, assim, uma condição de vida que é referência do estágio de desenvolvimento de uma sociedade. É uma forma de vida que estende muito mais tempo que a simples etapa de 15 a 24 anos de idade, e que não pode mais ser anunciada como preparação para o ingresso na vida adulta, ou mesmo como intermediação entre a escola e o trabalho.

Com relação ao trabalho da menoridade estudos recentes organizados por Kassouf (2004, p.13) apresentam a concepção de que "o trabalho realizado por crianças e adolescentes tem sido objeto de diversas pesquisas, as quais comprovam seu impacto negativo na vida adulta da criança e no desenvolvimento econômico do país". Estes resultados sugerem a necessidade de encontrar respostas e apontamentos para os impactos e influências que os jovens e menores sofrem ao longo do exercício de atividades profissionais.

Elton Mayo em sua experiência de Hawthorne comprovou as influências do trabalho sobre o ser humano, as quais são visíveis e possuem grandes extensões. O estudioso elenca na Teoria das Relações Humanas diversas variáveis que afetam o desempenho do trabalhador e o intitula como *homo socius*; tal conceito é condicionado tanto pela demanda de ordem biológica quanto pelo sistema social, assim necessitando de afeto, segurança, autorrealização e aprovação social (CHIAVENATO, 2004).

Em sintonia com a ideia de preparação do jovem para a vida social e laborativa, os autores Castro, Aquino e Andrade (2009) conjecturam que a percepção de juventude tradicional permanecida atualmente é em sua maioria associada a uma transição para a idade adulta. Portanto, o jovem deve ser ensinado e preparado para que se torne um adulto produtivo e adaptável à sociedade. O significado aplicável à juventude é reportado pelos próprios

jovens quando estes se submetem às regras do capital para serem aceitos e inseridos no mercado de trabalho. Não obstante, o labor para o jovem adquire ainda uma concepção que merece ser destacada. Assim:

> Para o jovem, o trabalho significa sua independência, a afirmação de sua identidade, a possibilidade de aprender algo e descobrir seus potenciais, que em muitas vezes são questionados pelo conjunto de instituições de que participa. Mesmo com todas as transformações do mundo do trabalho, a maioria dos jovens, sobretudo os historicamente empobrecidos, ainda vê no trabalho ('trampo') um direito que vai garantir um status e uma vida de dignidade (CERIS, 2007, p.403).

Segundo Costa (2008) a preocupação relevante quanto à educação pelo trabalho no período de formação do jovem é que o mesmo se torne sujeito de sua história e atue como agente de transformação de si e do mundo por meio do trabalho. Sendo assim, esta relação entre o jovem e o trabalho e sua correlata tutela para a autora Perez (2008, p.63) "o princípio da proteção integral às crianças e aos adolescentes é compreendido como desdobramento do princípio da dignidade humana, a partir do momento em que se atribui a esses seres em desenvolvimento a condição de sujeitos de direitos humanos".

Castro, Aquino e Andrade (2009) neste diapasão afirmam que as políticas para a juventude quando direcionadas ao trabalho tomam duas posições. A primeira refere-se ao preparo e transição do jovem para que este possa ter sua contratação facilitada por meio de melhores oportunidades de trabalho. A segunda diz respeito ao prolongamento de sua escolarização, o que poderá eventualmente desmotivar a entrada do jovem no mercado de trabalho.

Há várias bases legais que protegem e desenvolvem o jovem como aprendiz no Brasil e o foco central desta pesquisa é a Lei 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000). Ela altera os dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943, sendo regulamentada pelo Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005), que estabelece os parâmetros para a contratação de aprendizes nos moldes da lei, acarretando o cumprimento da legislação vigente no país.

Conforme o Ministério do Trabalho e Emprego (2014, p.11) "a aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho".

De acordo com a intencionalidade legislativa supramencionada para a formação do jovem é necessário um programa de aprendizagem que seja desenvolvido por entidades qualificadas que ofereçam atividade técnico-profissional; e dentre as mais conhecidas tem-se como serviços nacionais de aprendizagem o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR; Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte – SENAT; Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP. Estabeleceu ainda, o legislador que estas entidades devem ser constituídas em atos para desenvolverem suas atividades sem fins lucrativos e tenham por objetivo a assistência ao adolescente e à educação profissional, tudo registrado no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. A forma de compreensão dos serviços técnicos de aprendizagem são direcionados às atividades vinculadas à indústria, comércio e aprendizagem ligadas ao agronegócio e cooperativismo. (BRASIL, 2005).

2 METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA

A pesquisa reserva-se à análise da inclusão do jovem aprendiz no mercado de trabalho por meio de programas de qualificação fornecidos pela Unidade do SESI-SENAI Quirinópolis – Goiás, verificando o desenvolvimento dos jovens nas competências previstas no curso e se o projeto pedagógico atende às demandas das empresas conforme as determinações legais. Assim, é necessário recorrer à metodologia e definir os métodos e as técnicas de pesquisa mais apropriados.

2.4 Local de estudo

O presente estudo foi realizado na Unidade SESI-SENAI de Quirinópolis-GO sobre os cursos de aprendizagem industrial de 2014. Iniciando-se em fevereiro de 2015 e finalizando em janeiro de 2016.

2.5 Amostra

Foram considerados como amostra do estudo 180 alunos matriculados nos cursos de aprendizagem industrial em 2014.

2.6 Critérios de inclusão e exclusão

Foram incluídos na pesquisa os alunos que trabalharam nas empresas do município de Quirinópolis-GO, as quais são vinculadas a Unidade SESI-SENAI. No entanto foram excluídos os alunos que trabalharam em empresas pertinentes a outros municípios.

2.7 Aspectos éticos da pesquisa

Esta pesquisa foi autorizada pela Unidade SESI-SENAI de Quirinópolis-GO para a pesquisa de campo e coleta de dados, e também sendo autorizada pelo diretor responsável pela unidade, Sr. Rodrigo Gonçalves da Silva, mediante Termo de Consentimento Livre Esclarecido.

3 CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

3.1 Breve histórico do SESI-SENAI de Quirinópolis-Goiás

Ligados à Unidade Integrada SESI-SENAI Rio Verde, nasceu o núcleo de formação de mão de obra para a indústria na cidade de Quirinópolis. O núcleo surgiu em março de 2010 para atender à crescente demanda das empresas instaladas na cidade de Quirinópolis-GO, cujo parque foi fortemente ampliado com o desenvolvimento do setor sucroalcooleiro na região, democratizando ainda mais o acesso aos cursos profissionalizantes destinados aos trabalhadores da indústria (ASSIS, LIMA, 2012).

Instalado por meio de investimentos do SENAI, da Usina Boa Vista, Usina São Francisco e Prefeitura Municipal, o núcleo de Quirinópolis tornou-se Unidade Integrada SESI-SENAI em 2012, sob a administração de Robert de Souza Bonuti, que até então gerenciava a Unidade SESI-SENAI de Rio Verde-GO. Do mesmo modo que ocorreu em Rio Verde, também em Quirinópolis o SESI atua de forma integrada com o SENAI, oferecendo cursos de Educação de Jovens e Adultos e de Educação Continuada (ASSIS, LIMA, 2012).

Assim, como entidade educacional a unidade promove o desenvolvimento pleno do educando, fazendo com que a sua formação ultrapasse a qualificação básica e profissional, preparando-o para exercer seu papel como cidadão, cumprindo seus direitos e deveres perante a sociedade na qual esteja inserido (SESI-SENAI, 2014).

3.2 A atuação do SESI-SENAI quanto ao desenvolvimento do programa jovem aprendiz em Quirinópolis – Goiás

O programa Jovem Aprendiz na Unidade Integrada SESI-SENAI oferece oportunidades aos jovens de Quirinópolis e região mediante educação profissional voltada para qualificação no segmento industrial, envolvendo atividades práticas aliadas ao curso teórico, atuando nas áreas Administrativa, Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais, Mecânico de Veículos Automotores Diesel e Almoxarife. Em 2010 surgiu a iniciativa e desde então tem aberto as portas para a aprendizagem industrial, por meio da educação e capacitação desses jovens e adolescentes. O Diretor da Unidade Rodrigo Gonçalves da Silva acredita que é possível cooperar para o crescimento do País, bem como o crescimento das indústrias locais (SILVA, 2015).

Analisa-se a aprendizagem como sistema de educação profissional dedicada à qualificação dos jovens aprendizes e diferenciada pela inter-relação entre formação e trabalho direcionada a jovens de 14 a 24 anos. Os cursos de Aprendizagem Industrial de Quirinópolis no ano de 2014 foram divulgados mediante de visitas às Escolas Estaduais a referida cidade, tendo como foco o ensino médio, pois o anseio deste projeto é a possibilidade do educando atuar no mercado de trabalho, realizar o curso e continuar com seus estudos (SILVA, 2015).

3.2.1 Processo de seleção utilizado para o ingresso dos jovens no programa

A aprendizagem industrial necessitará acolher, prioritariamente, jovens entre 14 e 18 anos, sendo 24 anos a idade máxima para finalizar o contrato de aprendizagem. Constituem-se em impeditivos para que menores de 18 anos participem do programa de aprendizagem em casos onde o aprendiz estiver exposto à circunstância de periculosidade e/ou insalubridade, ou na qual as atividades práticas forem proibidas para menores de 18 anos e, além disso, quando as atividades práticas forem contraditórias ao crescimento psicológico, físico e ético dos adolescentes (EDITAL, 2014).

Inicialmente a seleção dos jovens candidatos à Aprendiz consistiu em inscrição na Unidade Integrada SESI-SENAI. Posteriormente, aplicou-se uma avaliação composta por 20 questões de Matemática e 20 questões de Língua Portuguesa seguindo as atribuições exigidas pela empresa e também pelo curso. Os aprovados participaram ainda de uma entrevista e dinâmica de grupo com o intuito de traçar o perfil do candidato considerando a

capacitação profissional pertinente às diligências e diferenças dos jovens, em sua situação inerente de um adulto em evolução, dos jovens, no trabalho e na sociedade pelas proporções moral, intelectual, igualitária e cultural do aprendiz. Essa seleção é feita em virtude da necessidade da organização (EDITAL, 2014).

3.2.2 Concepção sobre os processos educacionais utilizados na teoria e na prática

Os fundamentos e princípios que, no contexto da Metodologia SESI-SENAI de Educação Profissional, norteiam a prática docente eficaz para o pleno desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem, tendo em vista a efetividade e a qualidade da educação profissional oferecida pela instituição. Na mediação da aprendizagem há uma interação entre o docente e o discente que se caracteriza por uma intervenção intencional e contínua que o educando desenvolva capacidades e construa conhecimentos (SENAI, 2013, p.111).

O período de Prática Profissional exigido para os cursos de Aprendizagem deve ser desenvolvido em situações concretas de trabalho, tanto na empresa ou instituição que seja no mesmo campo, ou em área afim à formação profissional oferecida. Este período de prática deverá ser estruturado a partir de um Plano de Trabalho previamente aprovado pela Unidade Escolar e pela empresa/instituição contratante ou concedente (SENAI, 2009).

3.2.3 Método de avaliação do jovem utilizado pelo SESI-SENAI

O processo avaliativo da Unidade Integrada SESI-SENAI de Quirinópolis-GO abrange uma função diagnóstica, formativa e somativa, ao planejar e utilizar a avaliação em tempos diversos e com objetivos diferenciados, visando a melhoria contínua do método de ensino e aprendizagem e com metodologia baseada no desenvolvimento de competências; nota-se que é fundamental realizar a avaliação considerando as três funções mencionadas (SENAI, 2013).

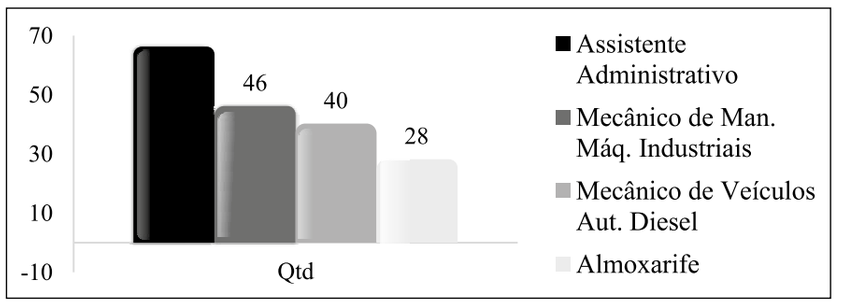
A primeira acontece no início do processo e permite identificar características gerais dos estudantes, seus conhecimentos prévios, interesses, possibilidades e dificuldades tendo em vista a adequação do ensino à sua realidade; já a segunda fornece informações ao docente e ao discente durante o desenvolvimento de toda a metodologia de ensino e aprendizagem, assim

permite localizar os pontos de deficiências para intervir na melhoria desse processo; por fim avalia a aprendizagem do discente ao final dos processos de ensino e aprendizagem (SENAI, 2013).

3.3 Mapeamento do curso

No ano de 2014 em Quirinópolis-GO, na Unidade Integrada SESI-SENAI, foram matriculados 180 estudantes, conforme demonstrado no gráfico 1, sendo 66 para o curso de Assistente Administrativo, 46 para Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais, 40 para Mecânico de Veículos Automotores Diesel e 28 para Almoxarife.

GRÁFICO 1 – Mapeamento da aprendizagem em 2014



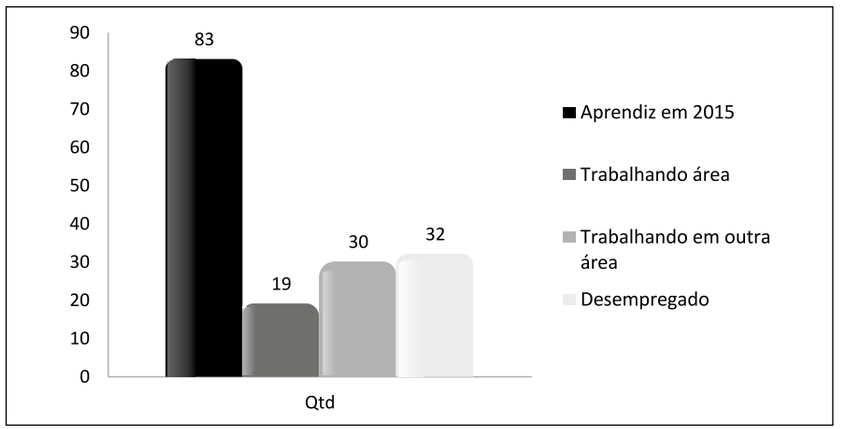
FONTE: Pesquisa de Campo (2015).

3.4 Mapeamento do aprendiz no mercado de trabalho

O objetivo desta pesquisa é identificar as reais contribuições do SESI-SENAI de Quirinópolis-Goiás no desenvolvimento profissional do jovem aprendiz para o mercado de trabalho, desta forma foi realizada uma investigação para saber se todos os 180 discentes ingressaram no mercado de trabalho em 2015, tendendo a área que cursaram, se estão desempregados ou trabalhando em outra área. A pesquisa de campo foi necessária em virtude da Unidade SESI-SENAI não realizar a avaliação pós-curso de seus estudantes.

Dos 180 discentes que iniciaram o curso de Aprendizagem Industrial, como amostra são 164, segundo o gráfico 7, 83 concluíram o curso de aprendizagem e continuam trabalhando por mais um ano como aprendiz, 19 estão trabalhando na mesma área do curso, 30 estão trabalhando em outra área, 32 estão desempregados e 16 não foram localizados para contato.

GRÁFICO 7 – Aprendiz no mercado de trabalho



FONTE: Pesquisa de Campo (2015).

3.4.5 Correlação: Egressos pesquisados e trabalhando na mesma área do curso

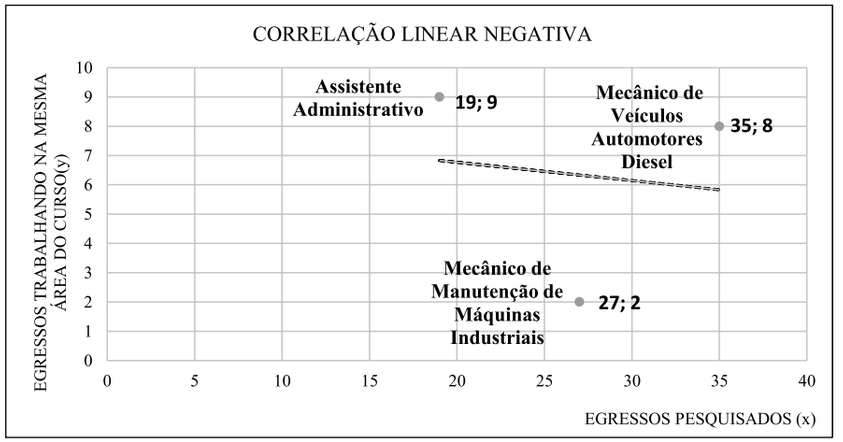
Para analisar se o programa jovem aprendiz em 2014 contribuiu para o ingresso do jovem aprendiz no mercado de trabalho na mesma área do curso estudado, foi utilizado o diagrama de dispersão e o coeficiente de correlação linear entre o número de egressos pesquisados e o respectivo número de egressos que trabalham na mesma área do curso que realizaram na Unidade Integrada SESI-SENAI. De acordo com os dados coletados na pesquisa foi possível elaborar a tabela 5 e a partir dela construiu-se o diagrama de dispersão conforme o gráfico 8 (CRESPO, 2009).

TABELA 5 – Correlação: Egressos pesquisados e trabalhando na mesma área do curso

Curso	Egressos pesquisados (x)	Egressos trabalhando na mesma área (y)
Assistente Administrativo	19	9
Mecânico de Manutenção de Máquinas Industriais	27	2
Mecânico de Veículos Automotores Diesel	35	8
TOTAL	81	19

FONTE: Pesquisa de Campo (2015).

GRÁFICO 8 – Correlação: Egressos pesquisados e trabalhando na mesma área do curso



FONTE: Pesquisa de Campo (2015).

Para diagnosticar o nível de correlação foi utilizado o coeficiente de Pearson, chegando ao seguinte resultado r = –0,132067636 por isso a correlação em estudo se aproxima mais da "imagem" de uma reta descendente tende a ser considerada uma correlação linear negativa. Portanto, de acordo com Crespo (2009), a correlação entre as duas variáveis estudadas na pesquisa de campo é muito fraca.

Por esse motivo a análise dos dados coletados sugere que o fato de concluir os cursos de Assistente Administrativo, Manutenção de Máquinas Industriais e Mecânico de Veículos Automotores Diesel na Unidade Integrada SESI-SENAI, provenientes do contrato com a Empresa 02, com início em 27/01/2014 e término em 22/12/2014, não significa que os mesmos conseguiram ingressar no mercado de trabalho na mesma área de atuação do curso realizado, pelo menos a curto prazo (aproximadamente um ano após a conclusão).

CONCLUSÃO

Este trabalho teve início com a problemática – quais são as contribuições do SESI-SENAI no desenvolvimento e ingresso do jovem aprendiz no mercado de trabalho? Ao fazer um retrospecto desta perspectiva com base

nos objetivos, primeiramente, compreendeu-se que a aprendizagem é um regime que produz viabilidades para o aprendiz, pois prepara o jovem para exercer atividades profissionais e para as empresas, já que forma jovens qualificados para o mercado de trabalho.

Constatou-se na pesquisa bibliográfica que há alguns anos existem leis que vinculam o trabalho e formação do jovem, porém, ocorreram mudanças a partir do Decreto nº 5.598, de 1º de dezembro de 2005, o qual trouxe um novo fundamento para o cumprimento da legislação, regulamentando a contração de aprendizes. O objetivo é propiciar ao aprendiz com idade entre 14 e 24 anos uma formação técnico-profissional por meio do programa jovem aprendiz, desenvolvidos por instituições formadoras juridicamente aprovadas.

No segundo momento, mediante as hipóteses elencadas nesta pesquisa, conclui-se que a Unidade Integrada SESI-SENAI de Quirinópolis-GO, no que diz respeito à educação, possui uma ação formadora para o jovem aprendiz, apresentando uma metodologia de ensino que busca revolução em suas técnicas e processos, com uma estrutura física adequada a cada curso oferecido; também conta com saberes teóricos e práticos, atividades de complexidade evolutiva e por conseguinte, correlacionado aos trabalhos desenvolvidos nas empresas contratantes.

Um aspecto preocupante foi que a UISSQ não possui um levantamento e análise estatística dos concluintes no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Este aspecto quantificado é um caminho para a melhoria contínua de atuação, pois, esta avaliação pós-curso permite identificar se o objetivo de inserir o jovem no mercado de trabalho foi alcançado ou analisar possíveis erros no passado e propor novas visões e oportunidades para o futuro.

Em vista disso, para conclusão deste trabalho realizou-se um mapeamento do programa jovem aprendiz por meio de uma pesquisa com os aprendizes de 2014, constatando assim que parte dos pesquisados estão trabalhando, mas conforme demonstrado com a análise de correlação a maioria dos discentes não estão exercendo no mercado de trabalho a mesma função ao relacionado com o período de aprendiz.

Como já observado anteriormente, os empenhos de empresas, instituições formadoras e do governo têm se centralizado intensamente na inclusão de aprendizes no Programa, em contrapartida, sem este acompanhamento do jovem no pós-programa, percebem-se indicativos de que a

inserção desse jovem no mercado de trabalho não tem funcionado, ao menos a curto período.

Enfim, partindo da análise dos dados, as pesquisadoras anseiam que os levantamentos e discussões não se encerrem com o término deste trabalho, mas que os resultados colaborem para com a metodologia de trazer novo significado para o programa e produção de novas modificações, em termos de progressos da política, concretização dos direitos dos jovens e formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Deire. LIMA, Dehovan. **SENAI Goiás 60 anos:** da carpintaria à automação industrial. Goiânia: Poligráfica, 2012.

BRASIL, Decreto nº 5.598 de 1º de dezembro de 2005. **Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências**. Disponível em: <http: // www.planalto.gov.br/ civil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5598.htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRASIL, Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000. **Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943**. Disponível em: <http :// www.planalto.gov.br /ccivil_03/ LEIS/ L10097. htm>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CASTRO, Jorge Abrahão. AQUINO, Luseni Maria C. ANDRADE, Carla Coelho de. **Juventude e políticas sociais no Brasil.** Brasília: Ipea, 2009.

CERIS, **Direitos Humanos no Brasil 2:** Diagnóstico e perspectivas. 2.ed. Rio de Janeiro: MAUAD, 2007.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução** à **teoria geral da Administração.** 7.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CLT. **Consolidação das Leis do Trabalho.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

COSTA, Antônio Carlos Gomes. **Educação.** São Paulo: Editora Canção Nova, 2008.

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística fácil**. 19.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

EDITAL Processo Seletivo 2014: SESI-SENAI, 2014.

KASSOUF, Ana Lúcia. **Legislação, trabalho e escolaridade dos adolescentes no Brasil.** Brasília: OIT, 2004.

MTE, Ministério do Trabalho e Emprego. **Manual da aprendizagem.** 9.ed. Brasília: Assessoria de comunicação MTE, 2014.

PEREZ, Viviane Matos Gonzáles. **Regulação do trabalho adolescente**: uma abordagem a partir dos Direitos Fundamentais. Curitiba: Juruá, 2008.

POCHMANN, Marcio. **A batalha pelo primeiro emprego.** 2. ed. São Paulo: Publisher Brasil, 2007.

SENAI. **Metodologia SENAI de educação profissional.** Brasília: SENAI/ DN, 2013.

_____. **Plano de Curso – Aprendizagem industrial em assistente administrativo:** Formação inicial e continuada de trabalhadores. Goiânia: SENAI, 2009.

SILVA, Rodrigo Gonçalves. **TCC Questionário [mensagem pessoal]**. Mensagem recebida por <jjanaina.costa@hotmail.com> em 16 nov. 2015.

SÜSSEKIND, Arnaldo. et al. **Direito Constitucional do trabalho**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO NA FARMÁCIA GOIANA NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2015

QUALITY OF LIFE AT WORK IN THE FARMÁCIA GOIANA IN THE SECOND HALF OF 2015

Alessandra Silva Gouveia[1]
Edilene Maria Garcia[2]
Lidijane Borges Costa[3]
Lucelia de Jesus Rezende[4]
Rejaine Aparecida Martins Gonçalves[5]

RESUMO

A presente pesquisa realizou um estudo sobre o tema Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) dos colaboradores da Farmácia Goyana, no segundo semestre de 2015. O objetivo principal deste estudo foi analisar a qualidade de vida dos colaboradores da referida empresa segundo a percepção desses, enfatizando a sua importância tanto para eles quanto para o processo produtivo da empresa. Esta pesquisa classifica-se quanto à abordagem como quantitativa, referente aos objetivos é exploratória e descritiva, quanto aos procedimentos técnicos classifica-se como bibliográfica, de campo e estudo de caso. Para tanto foi aplicado um questionário com 14 perguntas fechadas para os colaboradores, realizada entrevista e aplicado um questionário com 13 questões abertas à administradora Sra. Cátia Aparecida Martin. Os benefícios que a QVT pode proporcionar são numerosos, entres eles a redução do stress e o aumento da produtividade. Neste contexto surgem os seguintes questionamentos: a Farmácia Goyana valoriza a qualidade de vida no trabalho? Se valoriza, como é e o que ela oferece aos colaboradores? Qual o nível de QVT na empresa Farmácia Goyana? O intuito foi verificar o nível de satisfação dos colaboradores por meio dos indicadores de QVT: gestão, valorização profissional, condições de trabalho e segurança, benefícios / incentivos, remuneração, imagem da empresa e capacitação profissional. Foram obtidos por

[1] Graduada em Administração de Empresas pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis e Matemática pela UEG – Universidade Estadual de Goiás. E-mail: alessandra.gouveia@nfbio.com.br

[2] Graduada em Administração de Empresas pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis e Geografia pela UEG – Universidade Estadual de Goiás. E-mail: edilenegarcia05@hotmail.com

[3] Graduada em Administração de Empresas pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis. E-mail: lidijane.borges@hotmail.com

[4] Graduada em Administração de Empresas pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis. E-mail: luceliarezende1@gmail.com

[5] Graduada em Administração de Empresas pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis. E-mail: martinsrejaine88@gmail.com

meio do conceito geral de QVT resultado satisfatório, já que 77% dos colaboradores estão satisfeitos com a QVT oferecida pela empresa. Nesse sentido confirma-se a hipótese elencada neste estudo, visto que a pesquisa evidenciou ser adotada a QVT no ambiente de trabalho da referida farmácia. Confirma-se a importância das empresas acreditarem e investirem na QVT de seus colaboradores, pois quanto mais motivados e satisfeitos, melhor serão seus resultados no alcance de metas e objetivos almejados.

Palavras-chave: Farmácia Goyana. Qualidade de Vida no Trabalho. Colaboradores.

ABSTRACT

This research conducted a study about the life quality at work (LQW) of the collaborators of Goyana Drugstore on the second semester of 2015. The main goal of this study was to analyze the life quality of the collaborators of the said company according to the perception of them, emphasizing its importance both to these and to the production process of the company. This research is classified as the approach and quantitative regarding the goals is exploratory and descriptive, as the technical procedures is classified as literature, field and case study. For this, it was applied a questionnaire with 14 closed questions to the collaborators, held an interview and applied a questionnaire with 13 open questions to the administrator, Mrs. Cátia Aparecida Martin. The benefits that QVT can provide are numerous, entres they stress reduction and increased productivity. In this context the following questions arise: the Goyana Pharmacy values the quality of working life? If you value, how it is and what it offers to employees? What level of QWL in the company Pharmacy Goyana? The purpose was to verify the satisfaction level of the collaborators through the indicators of LQW: management, professional valorization, conditions of work and security, benefits/incentives, remuneration, company image and professional capacitation. It was obtained by the general concept of LQW a satisfactory result, because 77% of the collaborators are satisfied with the LQW offered by the company. In this way it is confirmed the hypothesis itemized in this study, since the research evidenced to be adopted the LQW in the workplace of the referred drugstore. It is confirmed the importance of the companies to believe and invest in the LQW of its collaborators because the more motivated and satisfied better will be their results to achieve the intended goals.

Keywords: Goyana Drugstore. Life Quality at Work. Collaborators.

INTRODUÇÃO

O tema Qualidade de Vida no Trabalho é uma preocupação crescente para as empresas que buscam manter alto grau de desempenho e competividade nos mercados cada vez mais globalizados. Em plena era da globalização,

a empresa que não se atentar à QVT pode considerar-se decadente, pois uma vez que seus clientes internos não estão satisfeitos são evidentes os reflexos na produtividade. Logo, o investimento no fator humano não indica gastos para a empresa, mas um investimento que terá essa ao longo de sua jornada frente ao mercado.

Assim, esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de caso na Farmácia Goyana, no município de Quirinópolis, Estado de Goiás, e levanta-se o seguinte questionamento: A empresa valoriza a Qualidade de Vida no Trabalho? Se valoriza, como é e o que ela oferece aos colaboradores? Qual o nível de QVT na empresa Farmácia Goyana?

O objetivo deste estudo é analisar a qualidade de vida dos colaboradores da Farmácia Goyana segundo a percepção desses enfatizando a sua importância tanto para estes quanto para o processo produtivo da empresa. Para atingir tal objetivo, faz-se necessário estudar os tópicos referente ao fator humano: enfoque em qualidade de vida, origem e evolução da Qualidade de Vida no Trabalho, Qualidade de Vida no Trabalho e produtividade, modelo de QVT e, resumidamente, os programas de QVT. O estudo foi realizado a partir do referencial teórico de vários autores que contribuíram com pensamentos diversificados para melhor compreensão de tal estudo, bem como uma pesquisa de campo a fim de permitir informações complementares do tema elencado nesta pesquisa por meio da coleta de dados e, posteriormente, avaliação e discussão dos resultados.

As pesquisadoras partiram do pressuposto que a Farmácia Goyana valoriza a QVT por meio de indicadores, como: gestão, valorização profissional, condições de trabalho e segurança, benefícios / incentivos, remuneração, imagem da empresa e capacitação profissional. Acredita-se que sejam oferecidas boas condições de trabalho, ambiente agradável e remuneração adequada de acordo com os cargos ocupados, portanto o nível de QVT é de aproximadamente 80%.

Por meio do levantamento de dados mediante o questionário proposto foi possível quantificar a influência de cada variável sobre a qualidade de vida dos colaboradores da empresa em estudo. A partir do estudo de campo, coleta e tabulação dos dados foi possível a concretização da pesquisa.

O trabalho está dividido em três capítulos, sendo que o primeiro reserva-se ao referencial teórico sobre QVT, o segundo sobre a metodologia aplicada e, por último, o histórico da empresa e discussão dos resultados alcançados.

1 O FATOR HUMANO: ENFOQUE EM QUALIDADE DE VIDA

O fator humano tem sido responsável pela excelência das organizações bem-sucedidas, a forma como as pessoas são tratadas reflete o grau de importância e o valor que elas representam para as organizações. Devem ser vistas como parceiras, fornecedoras de conhecimentos, habilidades, competências, parte do capital intelectual das empresas, principal ativo, capazes de executar tarefas, com vista ao alcance de metas e objetivos almejados (CHIAVENATO, 2010).

Na concepção de Cavalcanti, Gomes e Pereira (2001) são as pessoas que fazem a diferença nas organizações, o mercado exige uma nova forma de gestão das pessoas que valorize a criatividade e o compartilhamento de ideias, pois a empresa só tem a aprender com seus colaboradores, clientes e parceiros.

As organizações, na busca pela competividade, têm desenvolvido ações com foco no potencial humano, na busca incessante de condições mais humanizadas de trabalho, desde tempos mais remotos, mas com o mesmo objetivo – atingir a produtividade e a motivação por meio da implantação de programas de QVT que proporcionem condições de desenvolvimento pessoal aos seus colaboradores.

1.1 Origem e evolução da Qualidade de Vida no Trabalho

O conceito de QVT surgiu em meados da década de 50, na Inglaterra, por meio do trabalho de Eric Trist e seus colaboradores, os quais realizaram estudos para tentar entender a relação existente entre indivíduo, trabalho e organização. Eles analisaram que um dos aspectos fundamentais para que se alcance a QVT é a realização do indivíduo no ambiente de trabalho (LIMONGI-FRANÇA, RODRIGUES, 2005). Uma vez que as organizações possam contar com colaboradores satisfeitos, consequentemente terão níveis elevados de qualidade e produtividade, em busca de obterem lucros, assim alimentarão o objetivo de investir sempre nos seus clientes internos a fim de melhor atenderem aos clientes externos (CHIAVENATO, 2004).

A organização depende do potencial humano para atingir metas e resultados almejados. Chiavenato (2009) ressalta que a QVT envolve vários fatores, como satisfação com o trabalho executado, possibilidades de futuro na organização, reconhecimento pelos resultados alcançados, o salário percebido, benefícios auferidos, relacionamento humano no ambiente de trabalho,

espaço físico e clima psicológico também no ambiente de trabalho, além da liberdade de decisão.

Isso porque as atitudes pessoais e comportamentais são fatores decisivos para o aumento da produtividade e as pessoas que têm facilidade em adaptar-se às novas mudanças no ambiente de trabalho possuem um perfil de pessoa criativa e inovadora, o que as leva a conseguir, de forma mais rápida, a satisfação de suas necessidades, assim, logram grande possibilidade de futuro na organização (CHIAVENATO, 2009).

1.2 Qualidade de Vida no Trabalho e produtividade

A QVT está cada vez mais valorizada nas organizações, as quais investem na Qualidade de Vida no Trabalho de seus colaboradores, pois se esses estiverem satisfeitos e motivados, trabalham melhor. Se as empresas oferecem aos seus colaboradores um ambiente de trabalho seguro e agradável alavancam sua produtividade tanto em quantidade como qualidade, com isso, ganham destaque nas organizações, por estarem inteiramente relacionadas à maximização do potencial humano, o que faz com que as pessoas se sintam bem por trabalharem em uma determinada empresa.

As pessoas são consideradas recursos nas empresas e portadoras de habilidades e conhecimentos que auxiliam no processo produtivo e no crescimento empresarial dessas. Porém, é de suma importância lembrar que essas pessoas são munidas de anseios humanos como expectativas, objetivos pessoais, além de possuírem necessidades a serem supridas (ANDRADE, 2012).

Atualmente, com a globalização, as pessoas estão sendo obrigadas a atingir altos níveis de produtividade, pois sentem-se pressionadas pela concorrência cada vez mais acirrada do mercado. Sabe-se que os clientes, a cada dia, são mais exigentes e, com isso, as empresas devem se preparar para satisfazer suas exigências. A produtividade é considerada uma sincronia de estratégias das empresas com o mercado.

A Qualidade de Vida no Trabalho oportuniza ao colaborador a satisfação e bem-estar no ambiente de trabalho, e motiva-o para que alcance melhores níveis de qualidade e produtividade, dessa forma, o colaborador se sente realizado com o trabalho que exerce e a empresa fica satisfeita com seu desempenho (CHIAVENATO, 2010).

Como observa Maximiano (2004, p.269) “dizer que uma pessoa está motivada para o trabalho significa dizer que essa pessoa apresenta disposição

favorável ou positiva para realizar o trabalho". Desse modo, motivação e trabalho devem caminhar sempre juntos, pois tanto o desenvolvimento pessoal quanto o profissional são essenciais para garantir a qualidade de vida satisfatória dentro da empresa.

1.3 Modelos de QVT

A Qualidade de Vida no Trabalho é um dos fatores predominantes que determina o clima organizacional e o desempenho profissional do colaborador, assim é necessário verificar a influência que este fator representa na vida desses. A qualidade negativa do trabalho acarreta vários malefícios para a organização como rotatividade, absenteísmo, falta de interesse no desenvolvimento da organização e alcance dos objetivos. Já uma organização que trabalha com QVT favorável possui um clima de respeito entre as partes, conseguindo alcançar suas metas facilmente, pois todos se empenham para que isso aconteça. Segundo Chiavenato (2010) a QVT vai além das características pessoais do indivíduo, pode ser também observada a partir das necessidades e da cultura de cada colaborador.

1.3.1 Modelo de Walton

O modelo de Walton descrito por Fernandes (1996) vê o trabalho como um todo, não havendo separação de funções e da vida do colaborador dentro e fora das organizações.

O modelo abaixo aborda oito dimensões utilizadas para satisfazer as necessidades humanas, já que aborda tanto as questões individuais quanto as coletivas do colaborador.

QUADRO 3 – Categorias conceituais de Qualidade de Vida no Trabalho

CRITÉRIOS	INDICADORES DE QVT
1. Compensação justa e adequada	Equidade interna e externa Renda adequada Proporcionalidade entre salários
2. Condições de trabalho	Jornada de trabalho razoável Pagamento de horas extras Ambiente físico seguro e saudável
3. Uso e desenvolvimento de capacidades	Autonomia Identidade, significado das tarefas. Habilidades Múltiplas Informações e perspectivas Planejamento
4. Oportunidade de crescimento e segurança	Possibilidade de carreira Aplicação futura Crescimento profissional Perspectiva de avanço salarial Segurança do trabalho
5. Integração social na organização	Ausência de preconceitos Apoio Igualdade de oportunidades Mobilidade Relacionamento Senso comunitário
6. Constitucionalismo	Respeito às leis e direitos trabalhistas Privacidade pessoal Liberdade de expressão Tratamento imparcial Normas e rotinas
7. O trabalho e o espaço total de vida	Papel balanceado do trabalho Estabilidade de horários Tempo para lazer e família
8. Relevância social da vida no trabalho	Imagem da instituição Autoestima do trabalhador Responsabilidade social pelos serviços, produtos e trabalhadores

FONTE: Adaptado de Freitas e Souza (2009, p.139-140).

REVISTA FAQUI ANO 5 Nº. 5 Vol. 1 jan/dez 2015

As oito categorias abordadas no modelo de Walton, que faz desse modelo o mais completo e o mais utilizado por abranger o máximo de dimensões relacionadas ao trabalho são: (compensação justa e adequada, condições de trabalho, uso e desenvolvimento de capacidades, oportunidades de crescimento e segurança, integrações sociais na organização, constitucionalismo, o trabalho e o espaço total de vida e relevância social do trabalho na vida).

1.4 Programas de Qualidade de Vida

Os programas de Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) vêm se tornando um meio de manter a motivação e o comprometimento dos colaboradores nas organizações, o que resulta em vários benefícios tanto para os colaboradores quanto para as organizações (CHIAVENATO, 2010).

Atualmente, as empresas têm buscado novas estratégias para a implantação de programas de QVT em busca de promover melhores condições físicas, materiais e psicológicas de seus colaboradores. O êxito na implantação destes programas "afeta as atitudes pessoais e comportamentais importantes para a produtividade (...)" (CHIAVENATO, 2004, p. 367).

Na opinião de Maia (2008), pelo tempo vivenciado pelos colaboradores dentro e a serviço das organizações, é natural que essas transformem os ambientes de trabalho em espaços mais agradáveis e saudáveis para a execução do trabalho.

No entendimento de Cerqueira (2010) tal investimento, além de reduzir os custos das organizações, assegura a imagem da empresa frente a seus colaboradores e outras partes interessadas, o que contribui para o sucesso do negócio.

Na concepção de Aquino (1979), antes da implementação de um programa de QVT, é necessário identificar as necessidades dos indivíduos que fazem parte da organização e alinhar os objetivos de ambas as partes. É essencial a participação e apoio de toda a gestão na escolha do programa para que esse possa trazer benefícios à organização de forma geral.

Higiene e segurança no trabalho, treinamento, incentivo, benefícios/serviços e ginástica laboral são os programas mais utilizados na maioria das empresas que operam com a QVT.

2 METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA

A pesquisa realizada consiste em analisar a qualidade de vida dos colaboradores da Farmácia Goyana segundo a percepção desses, levando em

consideração o índice de satisfação dos mesmos por meio dos indicadores: gestão, valorização profissional, condições de trabalho e segurança, benefícios/incentivos, remuneração, imagem da empresa e capacitação profissional e para tanto é preciso recorrer à metodologia.

A metodologia científica permite investigar por meio da aplicação de questionário e entrevista a atual situação da Farmácia Goyana quanto à QVT.

2.1 Finalidades da pesquisa

Todo projeto de pesquisa existe por uma finalidade, seja ela de ordem intelectual ou prática. O estudo apresentado consiste em uma pesquisa intelectual, pois anseia aprofundar o conhecimento sobre QVT e mostrar os reflexos que tal fator pode causar na produtividade e motivação do colaborador no ambiente de trabalho.

2.2 Tipologia da pesquisa

As pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, objetivos, procedimentos, objeto e abordagem.

Quanto à natureza a pesquisa pode ser original ou um resumo de assunto. O presente trabalho trata-se de um resumo de assunto, pois se baseia em conhecimentos existentes sobre o tema QVT.

No que se refere aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada em exploratória, descritiva e explicativa. Neste contexto, o estudo constitui-se de uma pesquisa exploratória por realizar uma revisão bibliográfica a fim de levantar maiores informações sobre o tema delimitado. É descritiva por fazer a descrição de fenômenos e fatos de uma determinada população por meio de técnicas de coleta de dados como questionários, entrevistas e a observação sistemática e ainda explicativa porque busca compreender e identificar fatores que geram QVT na Farmácia Goyana.

Quanto ao procedimento, caracteriza-se em pesquisa de campo ou fonte de papel. A pesquisa em questão é tanto de campo quanto fonte de papel. A primeira porque utilizou a observação direta dos fatos, aplicação de questionários e entrevistas.

A pesquisa quanto ao objeto pode ser bibliográfica, de laboratório ou de campo. Desse modo, a pesquisa em questão é bibliográfica e de campo. A primeira porque partiu de teorias baseadas em conhecimentos de outros estudiosos. É de campo porque exige o levantamento de dados por meio de entrevistas e aplicação de questionário ao gestor e colaboradores da empresa.

Quanto à abordagem do problema a pesquisa pode ser quantitativa ou qualitativa. O presente estudo adota a pesquisa quantitativa por apurar opiniões e atitudes dos entrevistados por meio de questionário a fim de atingir os objetivos da pesquisa.

2.3 Método de pesquisa

Os métodos são as formas utilizadas para se chegar ao resultado, seja esse satisfatório ou não aos objetivos do trabalho. Por meio do raciocínio dedutivo, formou-se uma hipótese a respeito dos indicadores que podem gerar QVT na Farmácia Goyana. O método dedutivo, segundo Lakatos e Marconi (2009, p. 106), "partindo das teorias e leis, na maioria das vezes prediz a ocorrência dos fenômenos particulares".

Além disso, será utilizado também o método monográfico ou estudo de caso. A pesquisa eleita estudará o tema QVT na empresa Farmácia Goyana Quirinópolis – Goiás, portanto, é sendo um estudo de caso.

2.4 Técnicas de pesquisa

As técnicas de pesquisas baseiam-se na coleta de dados mediante entrevista e questionário. A pesquisa realizada na Farmácia Goyana sobre Qualidade de Vida no Trabalho é relatada de forma sistemática por se tratar de uma pesquisa planejada e estruturada, não participante, pois se limita à observação dos fatos, em equipe por ser desenvolvida em grupo, e na vida real. Também se enquadra em documentação indireta, pois utiliza o referencial teórico de autores renomados.

A segunda etapa fundamentou-se nas técnicas de documentação direta, entrevista com a administradora da Farmácia Goyana a sra. Cátia Aparecida Severino Martin, e posteriormente aplicação de questionário com 13 questões abertas, a fim de coletar dados sobre a empresa, o que possibilitou um maior conhecimento sobre essa. Também foi aplicado um questionário com 14 questões fechadas, elaborado pelos próprios pesquisadores de acordo como o modelo de Walton (1973 apud FERNANDES, 1996) entregue pessoalmente a cada colaborador, a fim de conhecer a percepção desses sobre a QVT. Por meio deste instrumento foi possível caracterizar a amostra por critérios de idade, escolaridade, sexo, renda média mensal e tempo de serviço.

2.5 Descrição da população e amostra

Na concepção de Richardson (2011) população de uma pesquisa envolve todos os habitantes de um determinado ambiente, ou seja, é um conjunto de indivíduos que trabalham em um mesmo lugar.

Já de acordo com Silva (2001), amostra compreende a parte da população selecionada para o estudo. No entanto, decidiu-se que a amostra deste estudo envolva os 17 colaboradores da Farmácia Goyana, por se tratar de uma empresa com um número pequeno de colaboradores.

2.6 Técnica de tratamento

Com o intuito de definir os critérios de análise para a pesquisa, após a aplicação de questionários aos colaboradores, foram estabelecidos conceitos para este trabalho. Assim, para a análise dos dados das informações é necessário construir parâmetros, indicadores de resultado. Nesse sentido foram utilizados os conceitos conforme demonstra a tabela abaixo:

TABELA 1 – Parâmetro de tratamento e análise de dados

NOTAS	CONCEITO
1	Nunca
2	Raramente
3	Quase sempre
4	Sempre

FONTE: Pesquisa de campo (2015)

Esta tabela tem por finalidade mensurar o grau de satisfação dos colaboradores da Farmácia Goyana mediante aplicação de questionário com 14 perguntas fechadas aos colaboradores da mesma.

3 ESTUDO DE CASO: FARMÁCIA GOYANA

A realização do estudo foi possível com a autorização da empresa por meio da assinatura do termo de consentimento e com a colaboração e prontidão da gestora que aceitou ser entrevistada, bem como dos colaboradores

que se dispuseram a responder ao questionário, fornecendo assim os dados necessários para a realização da presente pesquisa.

De posse dos dados, foi possível avaliar as informações obtidas durante a pesquisa, ou seja, apresentar a caracterização da empresa, organograma e o perfil dos colaboradores que responderam ao questionário, envolvendo gênero, faixa etária, estado civil, grau de escolaridade e tempo de trabalho na empresa. O questionário foi aplicado a fim de tomar conhecimento sobre a QVT dos colaboradores da Farmácia Goyana.

3.1 Histórico

O roteiro de entrevista e o questionário aplicados à administradora da Farmácia Goyana possibilitou coletar informações a respeito da empresa. A empresa foi fundada no dia 06 de março de 1991, em decorrência da necessidade de medicamentos manipulados e homeopáticos na cidade. A Farmácia Goyana é uma microempresa, situada à Avenida Joaquim Timóteo de Paula, 121 A, Setor Central de Quirinópolis-GO e tem como proprietários Mauricio Martin e Cátia Aparecida Severino Martin; eles atuam há 24 anos no mercado. Atualmente, emprega 17 colaboradores, sendo eles 02 auxiliares administrativos, 01 financeiro, 02 caixas, 04 balconistas, 02 entregadores, 01 farmacêutica, 04 analistas de laboratório, 01 controle de processamento de dados (CPD).

A principal atividade econômica da empresa em estudo é o comércio varejista de produtos farmacêuticos com manipulação de fórmulas. Os produtos e serviços oferecidos atualmente são manipulação, homeopatia, aferição de pressão, teste de glicose, aplicação de injeções e entregas em domicílio.

O público alvo são pessoas de todas as idades e classes, por isso a empresa trabalha com uma linha de produtos adicionais como roupas com filtro solar, chapéus, sapatos para diabéticos ou para quem têm problemas de esporão, sendo esse o diferencial perante os demais concorrentes.

A empresa faz ainda, o controle de qualidade da matéria-prima utilizada para manipulação dos remédios. O laboratório é dividido em quatro setores: laboratório de líquido e cremes, laboratório de cápsulas, cabines de biosegurança e laboratório de controle de qualidade.

3.2 Programas e benefícios

A Farmácia Goyana oferece aos seus colaboradores benefícios como plano de saúde, além de ser oferecido o convênio com a CEMECON a todos os colaboradores, sem custo algum, e UNIMED para alguns que optam por esse

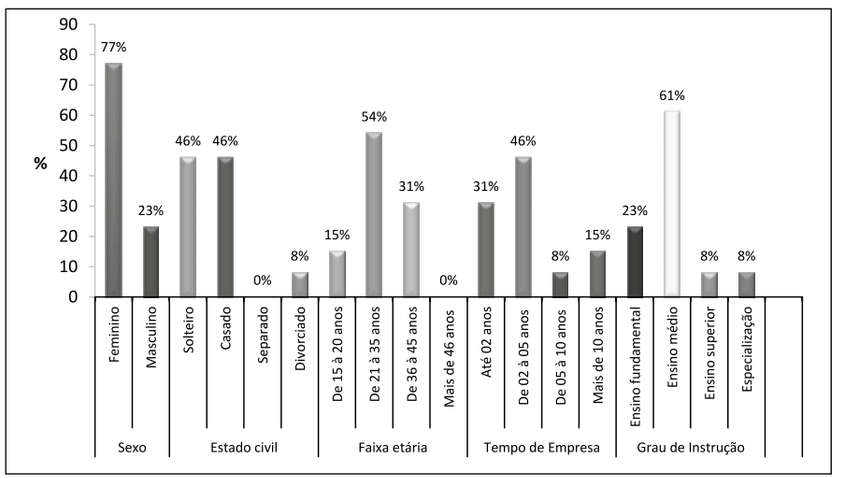
plano, porém neste caso, a empresa paga o correspondente de 30%. Para os balconistas, além do salário fixo é oferecida comissão sobre as vendas e para os entregadores há também um adicional por assiduidade e pontualidade. Todos os colaboradores recebem desconto nos medicamentos adquiridos.

A Farmácia Goyana adota os programas de PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional). O primeiro é regulamentado pela NR-09 e estabelece a prevenção da saúde e da integridade dos colaboradores, identificando precocemente os riscos ambientais que cada função oferece ao colaborador. O segundo, regulamentado pela NR-07, tem como objetivo estabelecer a prevenção de doenças relacionadas ao trabalho, pois rastreia e diagnostica com antecedência as doenças pertinentes a cada função.

3.3 Perfil dos entrevistados

Após a realização da pesquisa e o retorno dos questionários foi realizada a apuração dos resultados. Foram analisados 13 questionários dos 17 aplicados, sendo que 04 colaboradores se recusaram a responder por não quererem participar da pesquisa. As respostas dos questionários possibilitaram por meio da análise do conteúdo a abordagem dos dados demográficos dos colaboradores, e permitiu conhecer as particularidades do conjunto em relação a sexo, idade, estado civil, tempo de serviço na empresa e grau de escolaridade.

GRÁFICO 1 – Perfil dos Entrevistados

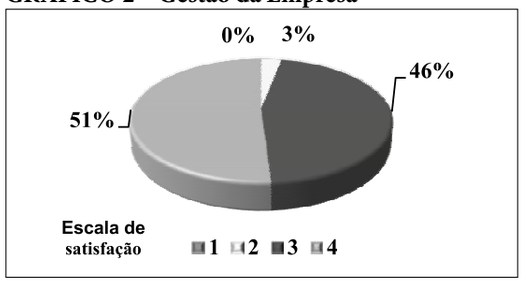


FONTE: Pesquisa de campo (2015)

3.4 Análise Geral dos Resultados

Nesta etapa foi feita a avaliação e discussão dos dados obtidos a partir de informações coletadas por meio de questionário junto aos colaboradores da Farmácia Goyana, objeto de estudo desta pesquisa. Assim, relacionando-os a bibliografias estudadas no decorrer da pesquisa foi possível caracterizar a Qualidade de Vida no Trabalho a partir dos seguintes critérios.

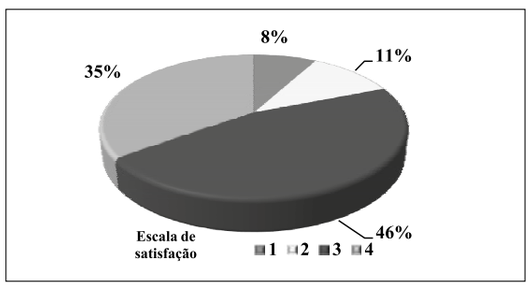
GRÁFICO 2 – Gestão da Empresa



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

O indicador 1 exibiu que uma pequena parcela de 3% nunca esteve satisfeita com a gestão adotada pela empresa, 46% alegaram que quase sempre, já 51% responderam que sempre estiveram satisfeitos. Isso demonstra que a maioria dos colaboradores são satisfeitos com a gestão da empresa, visto que a empresa procura ser flexível e tenta compreender as necessidades e desejos de sua equipe de trabalho de forma a motivá-los e torná-los mais produtivos; percebe-se, ainda, que os colaboradores têm autonomia para participar das decisões referentes ao ambiente de trabalho.

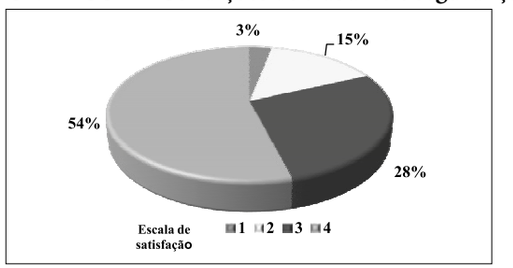
GRÁFICO 3 – Valorização profissional



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

A partir da análise do indicador 3 percebe-se que uma minoria dos pesquisados, apenas 8%, responderam que nunca foram valorizados pela empresa, já 11% disseram que raramente, quase sempre 46% e 35% sentem-se reconhecidos, sempre. A Farmácia Goyana oferece oportunidades internamente para aqueles que apresentam maior desempenho em suas atividades, buscando reconhecer os colaboradores que melhor contribuem para o alcance das metas e objetivos almejados pela empresa.

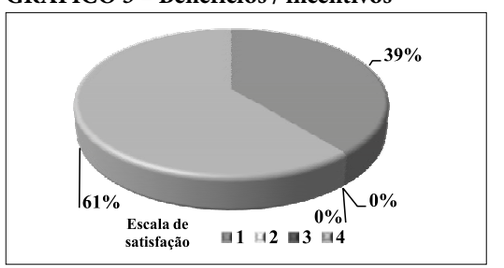
GRÁFICO 4 – Condições de trabalho e segurança



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

Conforme o resultado exposto no indicador 4, pode-se observar que uma parcela de 3% dos colaboradores alegou que as condições de trabalho e segurança oferecidos pela empresa nunca foram boas, sendo que 15% consideram que raramente são satisfatórias, 28% quase sempre, enquanto 54% mostraram-se sempre satisfeitos com as condições oferecidas. A empresa oferece equipamento de proteção individual (EPI's) aos colaboradores que executam as funções que requerem o uso desse, assim evita qualquer tipo de risco físico, de modo a evitar futuros transtornos em caso de acidente ou qualquer dano à saúde do colaborador.

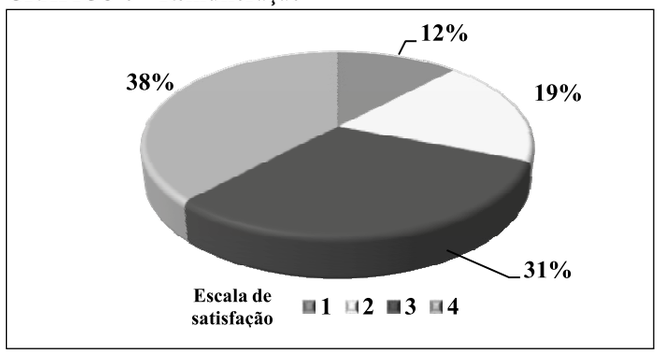
GRÁFICO 5 – Benefícios / incentivos



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

O indicador 5 apresenta satisfação parcial, visto que em relação aos benefícios e incentivos como, por exemplo, participação nos lucros e resultados, cesta básica, seguro de vida, plano odontológico, vale alimentação, plano de saúde, dentre outros, 39% dos pesquisados disseram nunca terem recebido, enquanto 61% declararam que sempre receberam. Os colaboradores alegaram estar satisfeitos com o plano de saúde, mas apresentaram carências de outros incentivos como participação nos resultados, bônus e premiações pelo desempenho alcançado, bolsas e cursos profissionalizantes promovidos pela empresa, o que, contribuiria se tivessem acesso, isso para o aumento da produtividade e satisfação no ambiente de trabalho.

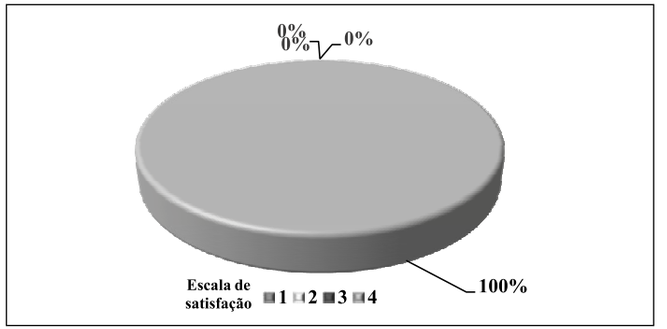
GRÁFICO 6 – Remuneração



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

O indicador 6, que trata da remuneração apresentou respostas variadas quanto ao nível de satisfação, sendo que 12% apresentam-se, insatisfeitos, 19% raramente estão, já 31% responderam que quase sempre e 38% sempre estão satisfeitos com a remuneração recebida. Segundo Luz (2003) o salário está intimamente relacionado à satisfação do colaborador; deve-se oferecer salários justos e condições para que as pessoas saiam da sua zona de conforto e tenham desenvolvimento pessoal e profissional. A Farmácia Goyana cumpre com seu papel ao oferecer remuneração justa e adequada a cada cargo, de modo que os colaboradores se sentem recompensados pelos serviços prestados.

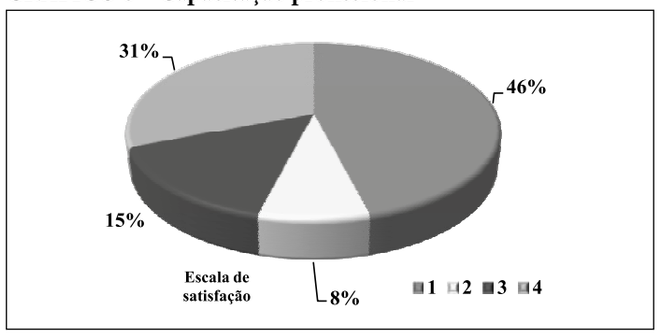
GRÁFICO 7 – Imagem da empresa



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

Quanto à imagem da empresa, o nível de satisfação é pleno. Os colaboradores estão satisfeitos com as estratégias, princípios éticos, morais e a postura da empresa perante a sociedade. Este aspecto favorece a implementação de projetos e planos pela empresa, tendo em vista o nível de adesão existente, mas convida também a Farmácia Goyana a estreitar ainda mais os laços de cumplicidade e lealdade com seus recursos humanos, cuidando melhor da sua QVT. A empresa, de acordo com os resultados apresentados, busca proporcionar um ambiente harmônico e criar estímulos para que os colaboradores se sintam motivados e produtivos.

GRÁFICO 8 – Capacitação profissional

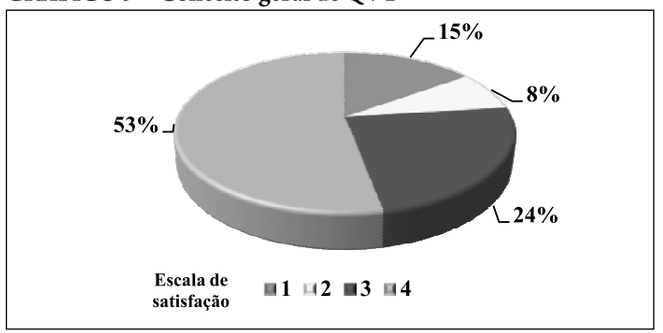


FONTE: Pesquisa de campo (2015)

Percebe-se nesta questão um sentimento difuso, pois 46% dos pesquisados responderam que nunca receberam treinamento, mas estão insatisfeitos com a capacitação profissional oferecida pela empresa, já 8%

responderam que raramente, enquanto 15% alegaram que quase sempre recebem treinamento e 31% apresentaram que sempre são capacitados. Ficou evidenciado pelo resultado a insatisfação dos colaboradores quanto à capacitação profissional, assim é válido que a empresa elabore um plano de capacitação a todos para assim obter melhores resultados.

GRÁFICO 9 – Conceito geral de QVT



FONTE: Pesquisa de campo (2015)

Levando em consideração a análise geral dos gráficos, nota-se, na empresa, um alto índice de QVT, 77% dos colaboradores, conforme indicadores de satisfação, consideram que ela adota sempre a QVT no ambiente de trabalho. A pesquisa permite assegurar que a Farmácia Goyana se atenta à qualidade de vida de seus colaboradores e procura satisfazê-los, porém tem condições de buscar melhorias para a satisfação plena de seus colaboradores.

CONCLUSÃO

Neste contexto buscou-se avaliar a satisfação dos colaboradores da Farmácia Goyana. Os objetivos elencados foram alcançados por meio da pesquisa de campo e questionário aplicado. Verificou-se que a partir do gráfico de conceito geral da QVT que 77% dos colaboradores estão satisfeitos com a qualidade de vida proporcionada pela empresa. Neste sentido, confirma-se a hipótese da investigação que previa cerca de 80% de satisfação.

Constatou-se que a maioria dos indicadores de QVT: gestão, valorização profissional, condições de trabalho e imagem da empresa recebeu julgamento satisfatório dos colaboradores, de acordo com a análise dos gráficos

2, 3, 4 e 7. Porém, alguns indicadores podem ser melhorados para elevar ainda mais o nível de satisfação da população pesquisada, levando em consideração aqueles que tiveram menores índices de satisfação. Dentre eles a capacitação profissional, benefícios / incentivo e remuneração merecem uma abordagem mais interventiva da empresa. Em relação à capacitação profissional, boa parte dos pesquisados alegaram não receber treinamento. É importante ressaltar que no questionário aplicado a gestão da empresa afirma que oferece treinamento mensal, semestral ou anualmente pelo SEBRAE, ou ainda, internamente pelos próprios colaboradores mais experientes, dependendo da demanda de cada departamento. Mas a partir da pesquisa, nota-se uma divergência de informações, pois analisando o gráfico 8 verifica-se que a maioria dos colaboradores alegaram nunca ter recebido treinamento.

Percebe-se a importância de o treinamento estar mais presente no dia a dia da empresa, pois desenvolve competências, aumenta a produtividade e a criatividade para que os colaboradores possam contribuir mais intensivamente com os resultados da empresa, Chiavenato (1999). Seu capital humano está demonstrando vontade de se qualificar, e, com isso, aproveitar ao máximo os treinamentos que lhes forem direcionados.

Quanto a benefícios / incentivos, na pesquisa foi possível perceber a partir do gráfico 4 uma parcela de insatisfação, pois a empresa oferece apenas plano de saúde, comissão sobre as vendas aos balconistas além do salário fixo, adicional para os entregadores, se pontuais, e assíduos e desconto para aquisição de medicamentos. Há outros benefícios importantes que motivam e elevam a autoestima dos colaboradores dentro de uma organização como participação nos lucros e resultados, cesta básica, seguro de vida, plano odontológico, vale alimentação dentre outros (CHIAVENATO, 2010).

No que diz respeito à remuneração, analisando o gráfico 6, percebe–se uma variação de respostas. Recomenda-se que a Farmácia Goyana adote políticas de remuneração por desempenho do colaborador na empresa; segundo Chiavenato (2010) o objetivo deste tipo de remuneração é fazer com que o colaborador se torne parceiro dos negócios da empresa. Dependendo do seu desempenho, ele recebe uma quantia além do seu salário normal e com isso se torna recompensado pelos esforços, mais motivado e produtivo no desenvolvimento de suas atividades.

É importante destacar que a imagem da empresa foi um dos quesitos que obteve 100% de satisfação de acordo com o gráfico 7; os colaboradores demonstraram que apesar do baixo nível de satisfação, em alguns dos

quesitos analisados, eles vestem a "camisa" da empresa e isto é um dos aspectos que deve ser valorizado pela empresa.

A pesquisa confirma a importância de as empresas acreditarem e investirem na QVT de seus colaboradores, pois quanto mais motivados e satisfeitos estiverem melhor serão os resultados da empresa, o que repercute consequentemente na produtividade e alcance das metas e objetivos almejados pela companhia. Logo, o investimento no fator humano traz grandes retornos em termos de qualidade de vida e produtividade para a empresa, pois a tranquilidade física e emocional dos colaboradores reflete no crescimento organizacional.

O presente estudo espera ter contribuído para esclarecer que o bem-estar e a segurança dos colaboradores são indispensáveis para obter uma maior produtividade e Qualidade de Vida no Trabalho, sendo que os gestores devem estar cientes de que os fatores que influenciam na QVT são ambientais, comportamentais e organizacionais.

Portanto, a qualidade de vida deve ser prioridade em toda empresa que almeja uma equipe competente, motivada e satisfeita, pois só assim será possível romper as barreiras impostas pelo mercado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, R. M. Qualidade de Vida no Trabalho dos colaboradores da empresa Farben S/A indústria química. **Monografia**, 52 f (Pós-graduação em Gestão Empresarial) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2012.

AQUINO, C.P. **Administração de recursos humanos**: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1979.

CAVALCANTI, Marcos; GOMES, Elisabeth; PEREIRA, André. **Gestão de empresas na sociedade do conhecimento**: um roteiro para ação. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CERQUEIRA, Jorge Pedreira de. **Sistemas de gestão integrados**: ISSO 9001, OHSAS 18001, SA 8000: conceitos e aplicações. 2.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

_____. **Recursos humanos**: o capital das organizações. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____. **Administração de recursos humanos**: Fundamentos básicos. 7. ed. rev. e atual. Baueri: Manoli, 2009.

_____. **Gestão de pessoas**: O novo papel dos recursos humanos nas organizações. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

_____. **Gestão de Pessoas**: remuneração flexível. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERNANDES, E.C. **Qualidade de Vida no Trabalho**: como medir para melhorar. 2. ed. Salvador: Casa da Qualidade, 1996.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 6. ed. 7. Reimpr. São Paulo: Atlas 2009.

LIMONG-FRANÇA, Ana Cristina; RODRIGUES, Avelino Luiz. **Stress & trabalho – uma abordagem psicossomática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

LUZ, R. **Gestão do clima organizacional**. Rio de janeiro: Qualitymark, 2003.

MAXIMIANO, Antônio Cezar Amaru. **Introdução** à **administração**. 6.ed. rev. e ampl.. São Paulo: Atlas, 2004.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. 12. reimp. (revista e ampliada). São Paulo: Atlas, 2011.

METODOLOGIA DA PESQUISA E ELABORAÇÃO DE DISSERTAÇÃO. 3.ed. rev.atual.Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

CIÊNCIAS AGRÁRIAS

AGRONOMIA

EFEITO DE DIFERENTES DOSAGENS DE ADUBO FOLIAR NA PRODUÇÃO DO RABANETE

EFFECT OF FERTILIZER STRENGTH IN DIFFERENT LEAF PRODUCTION RADISH (Raphanus sativus)

Marciel Silva Ferreira[1]
Thiago Henrique Silva[2]
Juliano Piovezan Pereira[3]
Gilson Xavier de Azevedo[4]

RESUMO

O objetivo deste artigo é propor um relato de experimento, no qual, se verificou a eficácia de um determinado adubo folear no desenvolvimento desta hortaliça. O problema proposto, foi considerar se é realmente relevante o uso de tal cobertura para um significativo aumento de produção. A hipótese padrão considerou que a eficácia do adubo utilizado estaria próxima das dosagens de NPK utilizadas em plantio desta hortaliça em plantios ditos corriqueiros. Os resultados apontaram para um significativo aumento da produção nas categorias tamanho e folhagem.

Palavras-chave: Agronomia. Produção. Rabanete.

ABSTRACT

The aim of this paper is to propose an experiment report in which it was found the effectiveness of a particular fertilizer folear the development of this vegetable. The proposed problem was to consider whether it is really important the use of such coverage to a significant increase in production. The standard hypothesis held that

[1] Geógrafo (UEG, 2004), atualmente, acadêmico Curso de Agronomia - FAQUI - Faculdade de Quirinópolis – Goiás, início 2015 - (marciel.ferreira@nfbio.com.br).

[2] Acadêmico Curso de Agronomia - FAQUI - Faculdade de Quirinópolis – Goiás, início 2015 (thiago.prado@nfbio.com.br).

[3] (Orientador) Doutorado, junto ao Departamento de Ciência Florestal, da Faculdade de Ciências Agronômicas "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Campus de Botucatu/SP. FCA – UNESP, Campus de Botucatu/SP- Brasil. Doutorando junto ao Departamento de Edafologia y Química Agrícola, junto ao Departamento de Tecnologia e Ciência Ambiental, da UDC – Universidade da Coruña - Espanha (juliano.piovezan@udc.es).

[4] Doutorando em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016-BOLSISTA FAPEG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014 - BOLSISTA FAPEG). Filósofo (Dom Felício, 1998/FAEME, 2007, Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013). Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás (Concurso 2013-14); Palestrante e conferencista com mais de 200 horas de atividades proferidas (gilsoneduc@yahoo.com.br).

the effectiveness of used fertilizer NPK would be close to the dosages used in cultivation of this vegetable in said ordinary plantations. The results showed a significant increase in production in size and foliage categories.

Key-words: Agronomy. Production. Radish.

INTRODUÇÃO

O rabanete *(Raphanus sativus)* é uma cultura de pequeno porte, na qual a parte comestível é sua raiz carnuda, de formato globular, ovóide ou alongado, de coloração externa vermelha, branca ou com duas cores. O formato globular e a coloração vermelha são preferidos entre nós. A parte aérea também pode ser consumida, apesar de menos freqüente, sendo muito mais nutritiva do que a parte subterrânea (FERREIRA, 1993).

Os rabanetes são umas fontes de vitamina C ou quase 7% das necessidades diárias de um adulto e cinco calorias. Uma das principais importâncias do rabanete na área da medicina está voltada para os compostos sulfurosos, que são capazes de proteger contra o câncer.

Do ponto de vista da definição, o rabanete é uma raiz tuberosa, originária da região mediterrânea, pertence à família *Brassicaceae,* a mesma da couve-flor e brócolis. Era uma hortaliça apreciada no antigo EGITO, Assíria, Grécia e Roma. Atualmente o rabanete é muito consumido na cozinha asiática (CAMARGO, 1992).

A adubação foliar é um processo de nutrição complementar à adubação via solo, acrescentando inclusive que deve haver a preocupação em aplicar adubos de solo que forneçam outros nutrientes além do NPK (COSIGNANI, 2006).

As principais vantagens da adubação foliar são: os nutrientes aplicados via foliar são rapidamente absorvidos pelas folhas das plantas, corrigindo as deficiências ou evitando que as mesmas se manifestem – as plantas absorvem cerca de 90% do adubo, sendo que uns elementos são mais assimiláveis que outros, enquanto isso, o adubo colocado no substrato perde cerca de 50% de sua eficiência – minutos após a aplicação do adubo, ele completa uma primeira fase de absorção e no fim de algumas horas chega às raízes (COSIGNANI, 2006).

Aumenta o aproveitamento dos adubos colocados no solo, principalmente os NPK, pois as plantas terão maior capacidade de absorção. Pode-se aplicar o nutriente específico na fase em que a planta apresentar maior demanda

deste, isto é, nos momentos mais críticos. Estimula o metabolismo vegetal devido à rápida absorção e utilização dos nutrientes, o que proporciona estímulo na formação de aminoácidos, proteínas, clorofila, etc (COSIGNANI, 2006).

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O rabanete *(Raphanus sativus)* é uma espécie de clima frio, que produz melhor sob temperaturas amenas, tolerando o frio e até geadas leves. O seu desenvolvimento é favorecido por temperaturas de 10º á 20ºC e dias curtos. É uma hortaliça fácil de produzir e de ciclos menores em nossas condições. Os solos mais indicados são os areno-argilosos, sendo estes mais soltos leves e ricos em matéria orgânica decomposta e por apresentarem maiôs drenagem (FILGUEIRA, 1981).

O rabanete é uma brassicáceae de pequeno porte, na qual a parte comestível é sua raiz carnuda, de formato globular, ovóide ou alongado, de coloração externa vermelha, branca ou de duas cores. O formato globular e de coloração vermelha são os preferidos entre nós (FILGUEIRA, 1982).

Segundo CAMARGO (1992), a cultura do rabanete é bastante antiga, desde o tempo dos Faraós do Egito, onde esbanjavam as fartam saladas nos banquetes. Os Gregos apreciavam muito o rabanete e outras hortaliças que eram servidas em vasos de ouro, nos sacrifícios ao Deus Apolo. O cultivo do rabanete foi introduzido na Inglaterra e França no século XVI.

É uma hortaliça tuberosa intolerante ao transplante, razão pela qual se utiliza no mundo inteiro, a semeadura direta em canteiros definidos. As sementes são relativamente grandes, ovais de cor pardo-amareladas, com tonalidade avermelhada. Estas sementes conservam seu poder germinativo de 3 a 4 anos, entretanto é aconselhável utilizar sementes novas para melhores resultados (CAMARGO, 1992).

Tal como a maioria das hortaliças tuberosas, o rabanete produz melhor em solos leves, areno – argilosos friáveis. Solos argilosos, pesados, deformam as raízes tuberosas dificultam a colheita, se bem que as cultivares globulares seja mais tolerantes e alongadas. A faixa mais favorável de pH varia de 5,5 á 6,8 (**F**ILGUEIRA, 1982).

O rabanete *(Raphanus sativus)* é uma espécie de clima frio, que produz melhor sob temperaturas amenas, tolerando bem o frio e até geadas leves. O desenvolvimento da raiz tuberosa é favorecido por temperaturas de 10 a 20ºC. Temperaturas elevadas e dias longos favorecem o

pendoamento em cultivares anuais, mesmo antes da formação da raiz tuberosa (FILGUEIRA, 1982).

Não se trata de uma hortaliça exigente em nutrientes, sendo a adubação mineral dispensável em solos de boa fertilidade. Todavia, obtêm-se bons resultados com superfosfato simples aplicado na dosagem de 30 a 50 g por metro quadrado de leito de semeadura.

Segundo JARDINEIRO (2006), os nutrientes aplicados via foliar são rapidamente absorvidos pelas folhas das plantas, corrigindo as deficiências ou evitando que as mesmas se manifestem – as plantas absorvem cerca de 90% do adubo, sendo que uns elementos são mais assimiláveis que outros, enquanto isso, o adubo colocado no substrato perde cerca de 50% de sua eficiência – minutos após a aplicação do adubo, ele completa uma primeira fase de absorção e no fim de algumas horas chega às raízes.

Aumenta o aproveitamento dos adubos colocados no solo, principalmente os NPK, pois as plantas terão maior capacidade de absorção. Pode-se aplicar o nutriente específico na fase em que a planta apresentar maior demanda deste, isto é, nos momentos mais críticos. Estimula o metabolismo vegetal devido à rápida absorção e utilização dos nutrientes, o que proporciona estímulo na formação de aminoácidos, proteínas, clorofila, etc (JARDINEIRO, 2006).

De acordo com FILGUEIRA (1982), a cultura do rabanete pode ser cultivada utilizando adubos orgânicos e adubos químicos.

Devem-se eliminar plantas invasoras manualmente, a fim de se evitar concorrência entre as plantas, garantindo melhor desenvolvimento da cultura (CAMARGO, 1992).

As variedades mais cultivadas e apreciadas são: rabanete – redondo – vermelho, rabanete – comprido – vermelho, rabanete – redondo – rosado, rabanete – rosado – de ponta branca e rabanete– vermelho – de ponta branca (GASPARY, 1973).

A variedade Crimson gigante é uma variedade de ciclo precoce, com ciclo de 25 a 30 dias. Suas raízes possuem coloração vermelho brilhante e são arredondadas e de tamanho uniforme (aproximadamente 4 a 5 cm de diâmetro). Polpa crocante. Possui tolerância a isoporizaçao e rachamento (FILGUEIRA, 2003).

A qualidade dos rabanetes pode ser comprometida pela "isoporização" tornando-se esponjosos e insípidos pela rachadura. Com prevenção mantém-se elevado o teor de água no solo e colhem-se os rabanetes antes que atinjam o tamanho máximo. Entretanto, o meio eficiente é utilizar cultivares resistente (FILGUEIRA, 2003).

O ciclo cultural das hortaliças é bem curto, na maioria dos casos em relação às demais culturas. A título de exemplificação: um mesmo terreno no espaço de um ano pode ser utilizado em três culturas de tomate transplantadas, em suas culturas de alface transplantadas ou em doze culturas de rabanete semeadas diretamente. Compara-se tal utilização intensiva ao que ocorre nos tradicionais produtores de cereais que utilizam o terreno uma só vez.

A produção de mais de uma safra, anualmente, permite uma maior exploração do solo, possibilitando um retorno rápido e elevado em relação aos demais tipos de exploração agrícola, e isso é verdadeiro em relação à grandeza da maioria das hortaliças perenes, como o aspargo, ou semi perenes, como o chuchu, cujos ciclos são bem mais longos (FILGUEIRA, 1981).

O que chamamos de "alimento de planta" são certos elementos fornecidos pelo solo como azoto ou nitrogênio, o fósforo e ou potássio. Tais elementos são partes integrantes das frações minerais e orgânicas da terra. As plantas são pequenas quantidades desses elementos minerais junto com o gás carbônico do ar e mais a água como matéria prima para fabricar as demais substancias de que necessitam. O nitrogênio o fósforo e o potássio não são os únicos elementos que as culturas exigem. Alem desses três, as plantas exigem quantidades relativamente grandes de cálcio, magnésio e enxofre. Necessitam ainda de pequenas proporções de sete outros elementos: boro, cloro, cobre ferro, manganês, molibdênio e zinco (MALAVOLTA, 1979).

Outro meio de fornecer nutrientes para as plantas é através de adubação orgânica (FERREIRA, 1993).

A adubação orgânica é importante para a produtividade de muitos solos. A matéria orgânica se decompõe nos solos tropicais ou subtropicais e climas úmidos com grande rapidez. A redução excessiva de teor da matéria orgânica no solo prejudica-o fisicamente e biologicamente, redundando em diminuição da produção (MALAVOLTA, 2002).

Os adubos orgânicos, entretanto, não valem apenas pelos nutrientes que contem, mas também por seus efeitos benéficos nos solos. A matéria orgânica funciona como fonte de energia para microorganismos úteis, melhora a estrutura e arejamento, a capacidade de armazenar umidade, tem efeito regulador na temperatura do solo, retarda a fixação de fósforo e aumenta a capacidade de troca catiônica (CTC), ajuda a segurar potássio, cálcio, magnésio e outros nutrientes em formas disponíveis para as raízes, protegendo-a de lavagem ou lixiviação pela água das chuvas ou de irrigação. Alguns produtos de decomposição da matéria orgânica têm efeito hormonal ou estimulante para o desenvolvimento das raízes (MALAVOLTA, 2002).

MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no campus II do ILES/ULBRA – Itumbiara-GO. A região está a uma altitude de 320 a 448 metros. As temperaturas médias máximas oscilam entre 19º a 38º e as mínimas, 14ºC e a média das compensadas de 19º a 25ºC. É comum na região alteração repentina de temperaturas, nos períodos secos e períodos chuvosos.

Foi implantado no mês de abril, utilizando o delineamento experimental DBC (delineamento em blocos casualizados) com quatro tratamentos e cinco repetições, perfazendo um total de vinte parcelas, cada parcela teve 4 linhas de plantio com 1 metro de comprimento espaçado entre linhas de 0,20m, para a avaliação dos frutos, foram retirados apenas os frutos da área útil da parcela, ou seja, as duas linhas centrais. A cultivar avaliada foi a Crimson gigante, foi avaliada a produção entre as diferentes dosagens de adubo foliar.

A colheita foi feita de 25 a 30 dias, depois da semeadura, onde é feita através do "arrancamento" completo da planta, para somente a utilização da raiz que é a parte comestível. Esta colheita não se estendeu por mais de 15 dias, porque, após este período, as raízes começam a perder a sua qualidade e ficam impróprias para a comercialização e para consumo.

Após a emergência de 3 a 5 folhas foi submetido às seguintes dosagens do fertilizante foliar. O produto utilizado foi o Complex horti fruti, com a formulação de potássio, fósforo, nitrogênio, manganês, zinco, magnésio, boro, cobre e molibdênio.

Os tratamentos foram constituídos como segue:

T1 – (testemunha) não foi aplicada nenhuma dosagem de fertilizante foliar;
T2 – fertilizante foliar (2,5 ml);
T3 – fertilizante foliar (5 ml);
T4 – fertilizante foliar (10 ml).

O controle de plantas daninhas foi realizado por meio manual, e o desbaste quando as plantas estavam com 3 a 5 cm de altura, deixando-se um espaço de 6 a 8 cm entre elas.

RESULTADO DE DISCUSSÃO

As medias que possuem letras iguais, não diferem entre si ao teste de Tukey ao nível de 5% de significância. Os resultados da análise de variância

revelam diferença significativa entre os tratamentos (tabela 1), significativo ao nível de 5% de probabilidade, de modo que ns não significativo.

Tabela 1-Anava– Produtividade do rabanete total em gramas por parcela.

F.V. G.L. Q.M.
Blocos 4 293.82500 ns
Tratamentos 3 14721.11667 *
Resíduo 12 562.99167
Cv % 5.52636

As medias que possuem letras iguais, não diferem entre si ao teste de Tukey ao nível de 5% de significância. Os valores médios para produtividade (gr/parcela) mostram que a adubação foliar com 10ml e 5ml de dosagem foram significativamente superiores ao de adubação foliar foliar com 2,5ml e a testemunha (tabela 2).

Tabela 2. valores médios para as produtividade (gr/parcela) submetidos ao teste de Tukey.

Tratamentos médias
Fertilizante (10ml) 494.20000 a
Fertilizante (5ml) 451.80000 a
Fertilizante (2,5 ml) 398.20000 b
Testemunha 373.20000 b

É interessante ressaltar o crescimento do diâmetro da raiz comercial do rabanete. Já para o fator "tipos de adubação de fundação", se verifica que o solo de nenhum tratamento sofreu adubação de fundação, entretanto todos apresentaram comportamento semelhante também não diferindo estatisticamente. Este resultado indicou que o solo utilizado possui quantidades suficientes de nitrogênio, fosforo e potássio para suprir a demanda nutricional do rabanete.

A esse respeito, de acordo com Silva e Silveira (2012) estudando fertirrigação da cultura do rabanete com diferentes dosagens de nitrogênio não observou diferença significativa para o diâmetro da raiz sendo a média de diâmetro em torno de 3,3 cm.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos do presente trabalho permitiram concluir que o tratamento com o dobro da dosagem indicada (10ml), destacou-se dos demais tratamentos, mas estaticamente foi igual ao tratamento com a dosagem ideal (5ml), de modo que parece não ser vantajoso uma dosagem superior à indicada, tendo em vista que o valor de produção se tornaria mais oneroso e sem implicar em maior produtividade que era nossa hipótese inicial.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Leocádio de Souza: **As hortaliças e seu cultivo**. 3ºed., revisada e atualizada. Campinas – Fundação Cargil, 1992.

COSIGNANI, Patricia Siqueira: **Cuidados e Dicas. Adubação folhiar**, Set/2006

FERREIRA, Manuel Evaristo; CASTELLANE, P.D.; CRUZ, M.C. P: **Nutrição e adubação de hortaliças**. Piracicaba. Ed.: Pofatos, 1993.

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis: **Manual de Olericultura: Cultura e comercialização de hortaliças**. Vol. 1. 2º ed., revisada e ampliada. São Paulo. Ed.: Agronômica. Ceres, 1981

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis: **Manual de Olericultura: cultura e comercialização de hortaliças**. Vol. 2, 2º ed. revisada de ampliada. São Paulo. Ed.: Agronômica, Ceres, 1982

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis: **Novo manual de olericultura: agrotécnológia moderna na produção e comercialização de hortaliças**. 2º ed. revisada e ampliada. – Viçosa, ed.: UFV, 2003.

JARDINEIRO, Mauro: **Manual do horticultor**. 6º ed. – Porto Alegre, 1973.

MALAVOLTA, E**: ABC da adubação**. São Paulo. Ed.: Agronômica – Ceres. 1979.

MALAVOLTA, E; F.Pimentel Gomes, J.C. Alcarde**: Adubos e Adubações**. São Paulo. Ed.: Nobel, 2002.]

SILVA, C. R. M.; SILVEIRA, M. H. D. **Fertirrigação da cultura do rabanete com diferentes dosagens de nitrogênio**. Enciclopédia Biosfera, v. 8, n. 15, p. 946-953, 2012.

ANÁLISE QUANTITATIVA DA PRODUÇÃO DE JILÓ E BERINGELA USANDO ADUBAÇÃO ORGÂNICA E INORGÂNICA

QUANTITATIVE ANALYSIS OF THE PRODUCTION OF SOLANUM (JILÓ) AND SOLANUM MELONGENA BERINJELA USING ORGANIC AND CHEMICAL FERTILIZATION

Josemir do Carmo[5]
Arthur Henrique Marquez Duarte[6]
Aline Auxiliadora Silva
Bruno Barbosa de Paula
Emerson Luiz Rodrigues da Silva

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi de comparar a produção quantitativa de berinjela e jiló utilizando adubos orgânicos e químicos no preparo do solo para o plantio, bem como nas coberturas realizadas. As sementes foram plantadas em oito canteiros com área aproximada de 11 m² cada um. Os canteiros foram preparados com adubos químicos, orgânicos e sem nenhum tipo de adubos os quais serviram como "testemunha" para comparação da produção dos demais que receberam adubos. Foram realizadas duas colheitas e em seguida, realizados análise comparativa através da média aritmética e desvio padrão da produção obtida. A importância deste trabalho dá-se por buscar formas alternativas da produção agrícola que maximizem a mesma, busquem o bem estar social e sustentabilidade, de forma que haja uma relação harmônica do ser humano com a natureza.

Palavras-chave: Adubos orgânicos. Cultura de berinjela. Cultura de jiló.

ABSTRACT

The objective of this work was to compare the quantitative production of eggplant and jiló using organic and chemical fertilizers in the preparation of the soil for planting as well as in the coverings performed. The seeds were planted in eight flowerbeds with an area of approximately 11 m² each. The beds were prepared with chemical fertilizers, organic and without any type of fertilizers which served as "witness" to compare the production of the others that received fertilizers. Two harvests were

[5] Professor nos cursos de Agronomia, Administração, e Engenharia Química – FAQUI, e Professor na Rede Municipal de Ensino de Quirinópolis.

[6] Acadêmicos do Curso de Agronomia – FAQUI

performed and then performed comparative analysis through the arithmetic mean and standard deviation of the production obtained. The importance of this work is to seek alternative forms of agricultural production that maximize it, seek social well-being and sustainability, so that there is a harmonious relationship between the human being and nature.

Key words: Organic fertilizers. Eggplant culture. Jiló culture.

INTRODUÇÃO

A Terra já foi vista como uma fonte inesgotável de recursos. Atualmente sabe-se que ela possui recursos limitados, e exige uso eficiente, que maximizem o bem estar social e que busquem a sustentabilidade ao longo prazo. Moreira e Siqueira (2006, p. 36) afirmam que:

> A demanda da sociedade pela produção de alimentos, associada à manutenção da qualidade ambiental, trouxe para este século um grande desafio que é a integração dos fatores biológicos nos sistemas de produção. A agrotecnologia do século XXI tem como paradigma "a otimização da eficiência biológica visando à produção sustentada dos agroecossistemas".

Não se pode conceber a agricultura moderna sem suas variedades super produtivas e adaptadas a um ambiente totalmente controlado com adubos solúveis e agroquímicos para manter esta artificialidade. "A maior conscientização em compatibilizar a produção agrícola com a conservação ambiental e segurança alimentar tornou-se evidente no final do século passado reiterando a importância da Microbiologia e Bioquímica do Solo" (MOREIRA; SIQUEIRA, 2006, p. 9).

A busca de formas alternativas de produção agrícola tem sido amplamente discutida. Para alguns, agricultura orgânica é ficção de naturalistas inconsequentes, para outros ela é uma revolução. Tudo indica que existe um desafiador caminho a ser conquistado na melhora da produtividade e da lucratividade da produção orgânica. Freitas (2002) argumenta que a agricultura orgânica reduz custos e torna tão rentável quanto o sistema químico convencional. Para que esse desafio possa ser enfrentado, é essencial que as características daqueles que atualmente empreendem a agricultura orgânica sejam compreendidas.

O desenvolvimento sustentável propõe que as necessidades da presente geração sejam atendidas sem sacrificar a possibilidade que as gerações futuras atendam às suas próprias necessidades. Para Mazzoleni e Nogueira (2006) agir de forma sustentável é estudar, planejar e implementar ações pensando no hoje e no amanhã, abordando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, respeitando as diferenças culturais. Essa proposta é inconcebível com o atual nível de desgaste dos recursos naturais provocado pela agricultura química. A agricultura orgânica pode ser um caminho a ser percorrido para a busca da sobrevivência harmônica do ser humano com o seu planeta.

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de campo com plantações de berinjela e jiló utilizando fertilizantes químicos e orgânicos na chácara do Complexo Social Casa do Oleiro localizada no Município de Quirinópolis Go. O objetivo é fazer uma análise quantitativa da produção obtida. Suspeita-se de que a adubação orgânica pode ser tão rentável quanto a adubação química além das vantagens para o desenvolvimento sustentável do ecossistema.

2 ADUBOS QUÍMICOS E ORGÂNICOS: vantagens e desvantagens

Adubos e/ou fertilizantes são substâncias utilizadas para ajudar no plantio e promover o aceleramento e desenvolvimento da vegetação. A *adubação* tem como objetivo manter ou aumentar a quantidade de nutriente do *solo.* De acordo com Alcarde et al (1998) o fertilizante é o alimento da planta. É uma substância mineral ou orgânica, natural ou sintética, que fornece um ou mais nutrientes para os vegetais. Uma das classificações possíveis dos fertilizantes diz respeito à natureza química dos nutrientes, que podem ser minerais ou orgânicos.

Os adubos orgânicos são obtidos por meio de matéria de origem vegetal ou animal, como esterco de animais, restos de culturas, farinhas, capins, folhas, bagaços, cascas e restos de vegetais, decompostos ou ainda em estágio de decomposição. Os resíduos das usinas, como a torta de filtro e a vinhaça, também são excelentes fontes de fertilizantes orgânicos. Silva (2011) afirma que a matéria orgânica é a parte do solo que já foi ou ainda é viva. A vida do solo depende da matéria orgânica que mantém a sua estrutura porosa (fofa), sem compactação, proporcionando a vida vegetal graças à entrada de ar, água e nutrientes.

As vantagens de usar o adubo orgânico é que, ao coletar a compostagem, reciclam-se resíduos sólidos e assim diminui o acúmulo deste tipo de lixo. Além disso, minimiza a quantidade de restos orgânicos que são

depositados nos rios e dos chorumes que infiltram o solo, atingindo as águas subterrâneas. Malavolta afirma que:

> A adubação orgânica é importante para a produtividade de muitos solos. A matéria orgânica se decompõe nos solos tropicais ou subtropicais e climas úmidos com grande rapidez. A redução excessiva de teor da matéria orgânica no solo prejudica-o fisicamente e biologicamente, redundando em diminuição da produção (MALAVOLTA, 2002, p. 32).

Segundo Silva (2011) a adubação orgânica, ao contrário da adubação química, torna as plantas mais resistentes às pragas e doenças, protege e melhora a vida do solo, ajuda a restaurar a biodiversidade, melhoram a estrutura do solo eliminam a possibilidade de fertilização excessiva; possui baixo risco de gerar elementos nocivos às plantas, são biodegradáveis, sustentáveis e renováveis; podem ser feito em casa, mantém e melhora a fertilidade do solo ao longo do tempo e, ainda produz frutas e hortaliças mais saborosas e nutritivas. "Alguns produtos de decomposição da matéria orgânica têm efeito hormonal ou estimulante para o desenvolvimento das raízes" (MALAVOLTA, 2002, p. 48).

Para Fogaça (2017) as desvantagens do adubo orgânico é que eles não apresentam composição química definida de modo que não é possível realizar com eles cálculos precisos sobre a quantidade que se deve usar em cada caso. Existe também o risco de contaminação do solo se houver agentes infecciosos nas fezes dos animais ou nos demais resíduos utilizados para a produção do adubo orgânico. Além disso, a adubação orgânica é um processo mais demorado. Tanto em sua fabricação quanto em sua aplicação e o tempo de decomposição do adubo para liberar os nutrientes é alto.

> O maior empecilho do emprego da adubação orgânica em grandes áreas é a falta de equipamentos adequados para a aplicação no campo, pois, geralmente, são materiais com alto teor de umidade, o que torna a atividade pouco eficiente e demorada em relação à adubação mineral (SANTIAGO E ROSSETTO, 2017, p. 41).

Já os adubos químicos, são obtidos a partir de extração mineral ou refino de petróleo. Segundo Malavolta et al (2002) adubo químico é uma mistura de sais dos principais nutrientes necessários às plantas, como o nitrogênio, potássio, fósforo, entre outros. Podem ser feitos de produtos do petróleo, rochas e até mesmo de fontes orgânicas. São absorvidos mais rapidamente

pelas plantas e por isso requerem cuidados pois podem até causar problemas, como a queima de folhas e raízes e acúmulo de sais no solo.

As vantagens dos adubos químicos, conforme Malavolta et al (2002), é que os nutrientes estão disponíveis imediatamente para a planta; como são produzidos artificialmente, apresentam ilustrada no rótulo a exata composição, de nutrientes o que torna possível saber quanto exatamente pode ser utilizado para o perfeito cultivo dos produtos. Outra grande vantagem do fertilizante químico é a rapidez em que os minerais são absorvidos pelas plantas, acelerando o seu processo de crescimento.

Segundo Fogaça (2017) as desvantagens do adubo Químico é o mau uso do adubo, pois são produzidos de fontes não renováveis e se utilizado em excesso, pode matar a planta e provocar desastres ambientais mudando drasticamente a composição química do solo. Além disso, o solo fica mais pobre, diminuindo a presença de organismos vivos e oxigênio. Isso é extremamente importante, pois o uso excessivo de adubos inorgânicos pode causar desastres ambientais, tornando o solo menos produtivo e, em longo prazo, causando danos ao ecossistema.

3 AS CULTURAS DE BERINJELA *(Solanum melongena)* E JILÓ (*Solanum gilo*).

A berinjela é o fruto da planta *Solanum melongena*, pertence à família das Solanáceas é arbustiva e originária da Índia. De acordo com Fonseca (2005) a planta apresenta porte arbustivo, com caule do tipo semilenhoso, ereto ou prostrado, podendo atingir 0,5 a 1,8 m de altura. Trata-se de uma planta perene que, muitas vezes, comporta-se como anual. O sistema radicular é vigoroso e profundo atingindo profundidades superiores a 100 cm, embora a maioria das raízes se concentre mais superficialmente. As folhas são alternas, simples; pecíolos de 2 a 10 cm de comprimento, as flores são solitárias ou distribuídas em inflorescência com 2 a 7 flores, de tamanho que varia de 3 a 5 cm de diâmetro e podem apresentar espinhos nos ramos.

Os frutos são grandes, pendentes, do tipo baga, de formato ovais, alongados e de toque macio, cerca de 50% do volume da berinjela é ar. Conforme Reis (2007), no Brasil, o tipo mais comum é a berinjela de formato oblongo medindo 13 a 17 cm de comprimento de coloração roxo-escuro, brilhante e pedúnculo verde. Tem polpa macia e flexível, apresenta uma película lisa e lustrosa que a envolve. É uma fruta rica em proteínas, vitaminas (A, B1, B2,

B5, C), minerais (cálcio, fósforo, ferro, potássio, magnésio) e alcaloides. Os frutos cozidos são usados como verdura ou hortaliça. Podem, também, ser fervidos, fritos, recheados, grelhados ou refogados.

A berinjela pode ser cultivada em diversos tipos de solos, desde os arenosos até os muito argilosos.

> A berinjela é planta tipicamente tropical, é uma das culturas oleráceas mais exigente em temperatura, sendo, inclusive, favorecida pelo calor. É especialmente exigente nos estágios iniciais: germinação, emergência e formação da muda. Apesar de ser planta sensível ao frio, depois de estabelecida no local definitivo apresenta maior tolerância em relação à planta jovem. Durante a floração e a frutificação, inclusive tolera temperaturas amenas. (FILGUEIRA, 2007, p. 249).

Esta planta necessita de alta luminosidade, com pelo menos algumas horas de sol direto diariamente. Em épocas de floração, não suporta frio intenso e geadas. Para o cultivo, prefere as temperaturas entre 18 e 25 graus Celsius, principalmente na primavera, verão e outono. Ainda segundo Filgueira (2007), para maior eficiência dos fertilizantes aplicados e melhor desenvolvimento das plantas de berinjela recomenda-se que o solo deve ser bem drenado, fértil, com boa disponibilidade de nitrogênio, rico em matéria orgânica, com pH entre 5,5 e 6,8. A semeadura pode ser feita em copinhos plásticos ou de papel (200 a 300 ml). As mudas devem ser enterradas na mesma profundidade que se encontrava antes, com seis a sete folhas definitivas. Deve-se estaquear as plantas bem desenvolvidas com bambu de 1,5 m de altura.

A colheita das berinjelas inicia-se de três a seis meses após o plantio, dependendo das condições de cultivo. Conforme Mathias (2015) os frutos são colhidos quando estão bem desenvolvidos, lustrosos, lisos e com cor brilhante, antes de se tornarem opacos e começarem a enrugar, ocasião em que suas sementes começam a endurecer e a escurecer. Luengo e Calbo (2011) indicam que geralmente a berinjela tem produtividade média de 27,4 t/ha. Os frutos devem ser manuseados com cuidado para não sofrerem ferimentos que podem apressar muito sua deterioração. Deve-se ter cuidado ao manipular os frutos durante a colheita, pois são bastante sensíveis ao amassamento e aos danos provocado por ferramentas e outros objetos. Recomenda-se o uso de uma tesoura de poda ou uma faca com corte afiado para retirar as berinjelas das plantas, pois o pedúnculo é lenhoso e resistente.

Segundo Pinheiros (2015) o jiló *(Solanum gilo)* é uma planta herbácea arbusto, ramificado, que pode atingir entre 1 e 1,5 metro de altura. Seus

ramos são verdes, cilíndricos e alongados, tem folhas de formato oblongo, recobertas por pelos, principalmente na lauda inferior. Suas flores são brancas, dispostas de 2 a 3, em pequenos racemos e tem pedúnculo curto. O fruto pode ser oblongo, alongado ou quase esférico, conforme a variedade, de coloração verde-clara ou escura e com massa de 14 a 17 gramas.

> O jiloeiro é planta muito exigente em temperatura, sendo plantado na primavera-verão; em regiões de inverno ameno, pode ser cultivado ao longo do ano. As exigências em solo e adubação são similares às da berinjela. Plantam-se mudas, formadas em bandejas ou copinhos, em espaçamentos largos, de 120-150 x 80-100 cm (FILGUEIRA, 2007, p. 252).

Para Mathias (2015) O jiloeiro necessita de alta luminosidade e deve receber luz solar direta ao menos por algumas horas diariamente. O solo deve ser bem drenado, fértil, rico em matéria orgânica, com boa disponibilidade de nitrogênio. O pH ideal situa-se entre 5,6 e 6,6.

Oliveira (2011) afirma que o jiló contém carboidratos (3 a 6%), proteínas (1,4%), sais minerais como cálcio, fósforo e ferro e as vitaminas B5 e C. A colheita dos frutos é feita manualmente e começa de 90 a 150 dias após a semeadura e pode continuar pelo menos por mais três meses. O rendimento oscila entre 20 a 30 ton./ha. Os frutos são colhidos geralmente imaturos, com sementes tenras e coloração verde-clara. Quando maduros os frutos ficam vermelhos ou alaranjados, com a pele mais firme e espessa, e ainda mais amargos.

3 MATERIAL E MÉTODOS

3.1 Área de estudo

O experimento foi desenvolvido no Complexo Social Casa do Oleiro (CSC), localizado geograficamente 18º 26’ 49” de latitude sul e 50º 29’ 58” de longitude oeste, com uma altitude de 502 metros no município de Quirinópolis, situado na região sudoeste do *estado de Goiás* com temperatura média anual entre 20ºC a 25ºC, o verão tem muito mais pluviosidade que o inverno, o tipo climático é Tropical-AW, com precipitação média anual de 1520 mm e o solo é um latossolo vermelho.

3.2 Metodologia

Foram utilizados os seguintes materiais para o preparo do solo, plantio e cultivo das plantas: regadores; Baldes de 50 litros; Enxadas; Enxadões; Pás; Carrinho de Mão; Estacas; Tambor de 200 litros; Linha; Facão; Rastelos; Peneira; Mangueira. E ainda para levantamento de dados bem como registros utilizou-se: trena métrica; Paquímetro; Balança; Câmeras fotográfica; Caderneta de campo; Prancheta; Notebook; Celulares e o Excel para construir as tabelas e gráficos.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O plantio ocorreu em 11 de junho de 2016 em 4 canteiros paralelos, espaçados em 0,3 m, com 10 m de comprimento por 1,10 m de largura e com 0,5 m de altura. O espaçamento foi de 0,80 m entre plantas e 0,60 m entre linhas de planta, que é o espaçamento recomendado no plantio convencional da cultura do Jiló e da Berinjela conforme HENZ et all, (2017). As irrigações foram realizadas diariamente ao final da tarde. A adubação e a correção do solo foram efetuadas de acordo com recomendação da Tabela de 5ª aproximação de Goiás (GOIÁS, 1988). A recomendação no caso de ausência de análise do solo 360 g do adubo químico na fórmula de 20-05-20. Calagem do solo elevar a saturação por bases do solo a 70 % com calcário.

As tabelas 1, 2 e 3 mostram os níveis de fertilidades do solo para hortaliças e a composição média de alguns adubos orgânicos conforme a recomendação da Tabela de 5ª aproximação de Goiás (GOIÁS, 1988).

Tabela 1 Níveis de fertilidade para hortaliças

Características	**Classe de fertilidade**		
Químicas	**Muito baixa/ baixa**	**Média**	**Alta**
P (mg/dm³)	< 10	10 – 30	> 30
K (mg/dm³)	< 40	40 – 120	> 120
Ca (cmolc/dm³)	< 2,0	2,0 – 5,0	> 5,0
Mg (cmolc/dm³)	< 0,5	0,5 – 1,2	> 1,2
Matéria orgânica (%)	< 2,0	2,0 – 5,0	> 5,0

Fonte: recomendações de corretivos e fertilizantes para Goiás. 5º aproximação.

Tabela 2: Níveis de fertilidade para hortaliças

Disponibilidade	**Recomendação**		
P e K no solo	**PO_2**	**K_2O**	**N**
		.....Kg/há.....	
Baixa	200	160	100
Média	160	120	100
Boa	120	80	100
Muito boa	80	50	100

Fonte: Recomendações de corretivos e fertilizantes para goiás. 5º Aproximação.

Tabela 3 Composições média de alguns adubos orgânicos

Adubo	**pH Matéria orgânica**	**N**	**P_2O_2**	**K_2O_5**
		.....%.....		
Esterco de Bovinos	57	1,7	0,9	1,4
Esterco de equinos	46	1,4	0,5	1,7
Esterco de suínos	53	1,9	0,7	0,4
Esterco de ovinos	65	1,4	1	2
Esterco de aves	50	3	3	2
Composto orgânico	31	1,4	1,4	0,8
Resíduo Urbano	29	1,4	0,2	1
		.....Kg/m3.....		

Fonte: Recomendações de corretivos e fertilizantes para goiás. 5º Aproximação.

As colheitas iniciaram-se aproximadamente 100 –110 dias após a semeadura de acordo com FILGEUIRA (2007), e foi estendida por mais de 15 dias, motivo pelo qual faltou água para irrigação das plantas e assim interrompeu-se o projeto. Em cada colheita realizada, utilizou-se balança, caderneta de campo, celulares, canetas e prancheta para registro quantitativo da produção. Posteriormente usou-se notebook e o Software Excel para construir as tabelas e gráficos e ainda, calcular a média aritmética, o desvio padrão e porcentagem da produção obtida.

As tabelas 4, 5 e 6 mostram a data em que foram realizadas as colheitas, a quantidade obtida (quilogramas) em cada produção e o valor relativo da produção química e orgânica em relação ao total de cada cultura.

TABELA 4 Produção de berinjela e jiló

Colheita	Berinjela adubação química	Berinjela adubação orgânica	Berinjela produção testemunha	Jiló adubação Química	Jiló adubação orgânica	Jiló produção testemunha
10/10/2016	4,250	5,025	2,215	2,980	0,430	1,735
24/10/2016	10,495	10,100	10,905	5,190	4,985	5,087
Total	**14,745**	**15,125**	**13,120**	**8,170**	**5,415**	**6,822**

FONTE: Pesquisa de campo (2016)

Analisando os dados da tabela nota-se que a produção de berinjela com adubação química teve média aritmética igual a 7,373 kg e desvio padrão igual a 4,416 kg; a berinjela com adubação orgânica obteve média aritmética igual a 7,563 kg e desvio padrão 3,590 kg enquanto a produção da berinjela testemunha (sem nenhum tipo de adubo) obteve média aritmética de 6,560 kg com desvio padrão de 6,144 kg. Dessa forma, pode-se notar que a média aritmética da produção de berinjela que utilizou adubação orgânica foi maior que da produção de berinjela que usou adubação química e ainda a média aritmética da produção testemunha foi a menor obtida.

Ainda de acordo com a tabela pode-se observar que a produção de jiló mais produtiva também foi a que utilizou a fertilizante químico com média 4,085 kg e desvio padrão 1,563 kg; a menor produção obtida foi a de jiló que usou a fertilização orgânica com média aritmética de 2,078 kg e desvio padrão de 3,220 kg; e em contrapartida a produção de jiló testemunha superou a produção de jiló orgânico obtendo média aritmética igual a 3,411 kg e desvio padrão de 2,370 kg.

Tabela 5: Produção de jiló

PRODUTO	Qtd	Percentual
Jiló adubação química	8,170	40%
Jiló adubação orgânica	5,415	27%
Jiló produção testemunho	6,822	33%
Total	**20,407**	**100%**

FONTE: Pesquisa de campo 2016

Conforme a Tabela 5 a produção maior obtida foi a de jiló que foi utilizado adubos químicos que corresponde a 40% do total da colheita enquanto a produção de jiló orgânico e testemunho foram 27% e 33% respectivamente. Dessa forma, a produção de jiló que foi utilizado adubação orgânica foi menor que a produção de jiló testemunho.

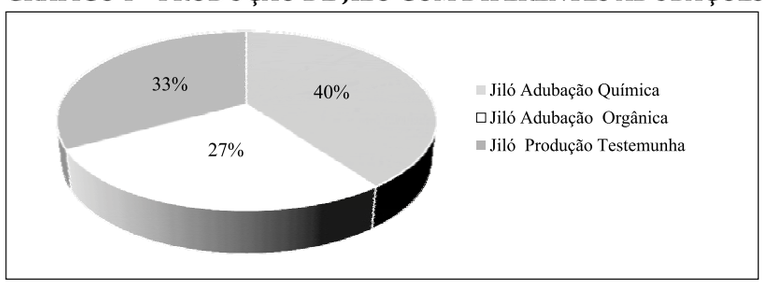
TABELA 6 Produção de berinjela

PRODUTO	Qtd	Percentual
Berinjela adubação química	14,745	34%
Berinjela adubação orgânica	15,125	35%
Berinjela produção testemunha	13,120	31%
Total	**42,990**	**100%**

FONTE: Pesquisa de campo 2016

Evidencia-se a produção de berinjela com adubação orgânica que obteve maior volume atingindo 35% da produção total de berinjela e conforme esperado a menor produção obtida foi de berinjela sem nenhum tipo de adubação que corresponde a 31% da produção e ainda tem-se que a produção de berinjela que utilizou adubo orgânico atingiu 34% da produção ficando assim bem próximo da produção orgânica.

GRÁFICO 1 – PRODUÇÃO DE JILÓ COM DIFERENTES ADUBAÇÕES

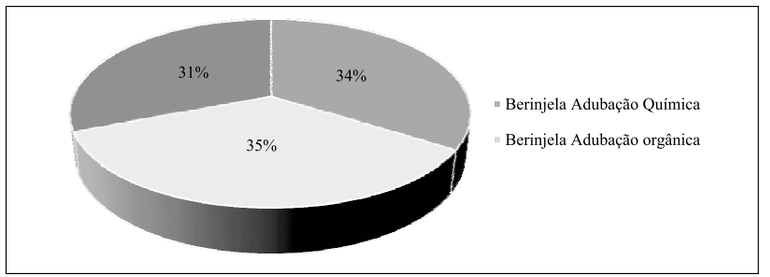


FONTE: Pesquisa de campo 2016

Em análise ao Gráfico 1, observa-se um percentual maior da produção de jiló com adubação química (40%) em relação as demais produções obtidas. E ainda pode-se notar que a menor produção de jiló obtida foi a que

usou adubação orgânica (27%) inclusive sendo menor que a produção testemunha (33%) no qual não ocorreu nenhum tipo de adubação.

GRÁFICO 2 – PRODUÇÃO DE BERINJELA



FONTE: Pesquisa de campo 2016

O gráfico 2 mostra uma pequena diferença, em porcentagem, de produção de berinjela orgânica (35%) para a produção de berinjela com adubação química (34%) e também pode-se observar que a menor produção obtida foi a produção de berinjela testemunha.

5 CONCLUSÃO

Levando-se em conta os resultados quantitativos obtidos da produção total obtida nas duas colheitas chegou-se aos resultados de que o jiló com adubação orgânica foi de 5,415 quilogramas a qual corresponde a (27%) enquanto a produção de jiló com adubação química foi de 8,17 quilogramas equivalente a (40%) da produção total dessa cultura e para a produção de berinjela em que foi utilizado adubos orgânicos obteve-se 15,125 quilogramas correspondente a (35%) enquanto a produção com adubos químicos obteve 14,745 quilogramas em que representa (34%) de toda a produção dessa cultura. E ainda no que se refere a produção testemunha, notou-se que a produção de jiló testemunha (33%) superou a produção de berinjela (31%).

Sendo assim, diante dos resultados obtidos e levando em consideração as desvantagens dos adubos químicos e que os impactos ambientais desses produtos degradação e/ou poluição, geralmente é arcado pela sociedade como um todo, torna-se imprescindível ações que valorize a agricultura orgânica.

REFERÊNCIAS

ALCARDE, José Carlos; GUIDOLIN, José Adroaldo; LOPES, Alfredo Scheid. **O Adubo e as Eficiência das Adubações**. 3. ed. São Paulo: ANDA, 1998. 35 p.

COSIGNANI, Patrícia Siqueira: **Cuidados e Dicas:** Adubação foliar. Set/2006. Disponível em:<http://www.prpg.ufla.br/solos/wp-content/uploads/2012/09/MoreiraSiqueira2006.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2017

FERREIRA, Manuel Evaristo; CASTELLANE, Paulo Donato; CRUZ, Mara Cristina Pessoa da **Nutrição e adubação de hortaliças**. Piracicaba: Pofatos, 1993.

FILGUEIRA, Fernando Antônio Reis: **Manual de Olericultura:** Cultura e comercialização de hortaliças. Vol. 1. 2. ed., revisada e ampliada. São Paulo: Agronômica. Ceres, 1981

_____. **Manual de Olericultura: cultura e comercialização de hortaliças**. Vol. 2, 2. ed. revisada de ampliada. São Paulo: Agronômica, Ceres, 1982.

_____. **Manual de química agrícola:** adubos e adubação. 3. ed. São Paulo: Agronômica Ceres, 1981. 594 p.

_____. **Novo manual de Oleicultura:** agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3ª ed. rev. e ampl. – Viçosa, MG. Ed. UFV, 2007.

_____. **Novo manual de olericultura:** agrotécnológia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 2. ed. revisada e ampliada. Viçosa: Ed. UFV, 2003.

FOGAÇA, Jennifer Rocha Vargas. **Adubos Orgânicos e Inorgânicos**. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/quimica/adubos-organicos-inorganicos.htm>. Acesso em: 23 mar. 2017.

FONSECA, Z.A. D.A. **Plantamed.** 2005. Disponível em: <http://www.plantamed.com.br/plantas ervas/espécies>. Acesso em: 04 jan. 2017.

GOIÁS (Estado). **Recomendações de corretivos e fertilizantes para Goiás**. 5ª Aproximação. Informativo Técnico. Goiânia, UFG/EMGOPA, 1988.

Disponível em: <http://www.nutricaodeplantas.agr.br/site/downloads/RECOMENDACOES_DE_CORRETIVOS_E_FERTILIZANTES_PARA_GOIAS.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2017.

HENZ, Gilmar Paulo; ALCÂNTARA, Flávia Aparecida de; RESENDE, Francisco Vilela. **Produção Orgânica de Hortaliças:** 500 Perguntas 500 Respostas. BRASÍLIA. Embrapa informação tecnológica, 2007.

http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1123051-4529,00.html

EMBRAPA (2006). **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS)**. SPI, EMBRAPA, 412p.

LEMOS, R.C. et al. **Manual de Descrição e Coleta de Solos no Campo**. SBCS. 5. ed. Viçosa: 2005. 92p. Disponível em:

https://chasqueweb.ufrgs.br/~elviogiasson/SOL00200%20-%20G%C3%A-Anese%20e%20Classifica%C3%A7%C3%A3o%20dos%20Solos/Textos/Manual_de_Descri%C3%A7%C3%A3o_e_Coleta_de_Solo_no_Campo.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2017

LUENGO, Rita de Fátima Alves; CALBO, Adonai Gimenez. **Pós-Colheita de Hortaliças.** Disponível em**:** <http://mais500p500r.sct.embrapa.br/view/pdfs/90000009-ebook-pdf.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

MALAVOLTA, Eurípedes**: ABC da adubação**. São Paulo. Agronômica Ceres, 1979.

MALAVOLTA, Eurípedes; GOMES, Frederico Pimentel; ALCARDE, J.C. **Adubos e Adubações**. São Paulo: Nobel, 2002.

MATHIAS, João. **Como plantar berinjela.** Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC1123051-4529,00.html>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MAZZOLENI, Eduardo Melo; NOGUEIRA, Jorge Madeira. Agricultura orgânica: características básicas do seu produtor**. Revista de economia e Sociologia Rural**. Brasília. V. 44. N. 2. P.51-59. Junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032006000200006>. Acesso em: 2 mar. 2017

OLIVEIRA, J.B.; JACOMINE, P.K.T. & CAMARGO, M.N. – Classes Gerais de solos do Brasil. Guia auxiliar para seu reconhecimento. FUNEP, Jaboticabal, 1992.

OLIVEIRA, Alessandra Cristina. **Cultura do jiló (Solanum gilo).** Disponível em: <https://jornalagricola.wordpress.com/2011/05/17/cultura-do-jilo-solanum-gilo/>. Acesso em: 22 mar. 2017.

PINHEIRO, Jadir Borges et at. **A cultura do jiló:** Coleção Plantar: Brasília, DF: Embrapa, 2015.

REIS, Aliton. et al. **Beringela (solanum melongena L**. Disponível em: <https://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Beringela/Beringela_Solanum_melongena_L/botanica.html>. Acesso em: 16 mar. 2017.

SANTIAGO, Antonio Dias; ROSSETTO, Raffaella . **Adubação orgânica**. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/cana-de-acucar/arvore/CONTAG01_37_711200516717.html>. Acesso em: 23 mar. 2017.

CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DIREITO

O DIREITO PENAL EM GÊNESIS

THE PENAL RIGHTS IN GENESIS

Tadeu dos Santos Mariano[1]
Maria Júlia Cota de Araújo Matos[2]

RESUMO

A origem da sociedade e do Direito Penal é o assunto aqui enfocado, e não o mérito dos textos bíblicos. Logo após Deus criar o universo, o primeiro homem, chamado Adão, e a primeira mulher, chamada Eva, também criou uma única regra que deveria ser seguida pelo casal humano. A lei em comento era que não poderiam 'comer a maçã' da árvore proibida. Uma norma proibitiva, não positivada, mas ligada a uma sanção. E ainda em observância ao relato bíblico, por insistência, Eva comeu da maçã e convenceu Adão a, também, comer da fruta. Deus, diante da inobservância da norma consuetudinária, os sentenciou ao banimento, ou seja, o casal deveria ser expulso do 'paraíso'. Esta sentença foi executada pelo mesmo Órgão julgador prolator da sentença. Aí é possível notar a similaridade com o ciclo penal e seu nascimento a partir deste acontecimento, sua primeira lei, os primeiros criminosos, a primeira sentença, a primeira condenação, bem como a primeira pena aplicada. Com o nascimento da sociedade nasceu também o Direito Penal, ubi jus ibi societas. Deus, ao criar a norma, em analogia aos dias atuais, agiu como sendo o Estado, um Estado totalitário, pois era ao mesmo tempo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Similarmente aos dias atuais, a lei nasce com o objetivo de regular a vida social e para que tenha resultado é necessário que o indivíduo as respeite e as cumpra, mesmo não concordando com elas, senão seria impossível o convívio social. Neste sentido, o Direito Penal nasce para ordenar a sociedade, mesmo que naquele momento ela seja composta por apenas dois indivíduos e que, apesar de pequena, nela havia uma lei e deveria ter sido respeitada, como até hoje prevalece o mesmo preceito .

Palavras chave: Direito Penal. Origem. Gênesis

---

[1] Policial Civil do Estado de Goiás e Professor de Direito Penal; graduado em Letras Modernas pela UEG; bacharel em Direito pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis, com especialização em Direito Processual Penal pela Faculdade Damásio de Jesus.

[2] Professora de Língua Portuguesa, literaturas, artes e redação, graduada em Letras pela Faculdade de Filosofia Bernardo Sayão, com especialização em Administração Educacional; escritora, poetisa, contadora de histórias, artesã e concluinte de Direito na FAQUI – Faculdade Quirinópolis.

ABSTRACT

The present study focuses on the origin of society and criminal law, not the merit of biblical texts. Soon after God created the universe, the first man, named Adam, and the first woman, named Eve, also created a single rule that should be followed by the human couple. The law in question was that they could not 'eat the apple' of the forbidden tree. A prohibitive norm, not positive, but linked to a sanction. And still in observance of the biblical account, on the insistence, Eve ate of the apple and convinced Adam also to eat of the fruit. God, in the face of non-compliance with customary law, sentenced them to banishment, that is, the couple should be expelled from 'paradise'. This sentence was executed by the same Proceeding Judgment Body. Here you can see the similarity with the criminal cycle and its birth from this event, its first law, the first criminals, the first sentence, the first conviction, as well as the first penalty applied. With the birth of society was born the Criminal Law, ubi jus ibi societas. God, in creating the norm, in analogy to the present day, acted as the State, a totalitarian State, since it was at the same time the Legislative, Executive and Judiciary Powers. Similarly to the present day, the law is born with the purpose of regulating the social life and in order that it has result it is necessary that the individual respects them and fulfills them, even if they do not agree with them, otherwise it would be impossible the social life. In this sense, criminal law is born to order the society, even if at that moment it is composed of only two individuals and that, although small, there was a law in it and should have been respected, as to this day prevails the same precept.

Keywords: Criminal law. Origin. Genesis.

INTRODUÇÃO

O presente estudo não busca discutir o mérito dos textos bíblicos, e embora faça expressa referência a eles, não há cunho religioso no mesmo. Aos que não acreditam nas históricas bíblicas, cremos ser forçoso reconhecer que a Bíblia é um livro traduzido em diversos idiomas, lido em todos os continentes da Terra, ou seja, independente de crença ou religião, é um livro que merece respeito.

O foco é a origem da sociedade, assim como narrado na Bíblia. A sociedade é feita por indivíduos e, segundo a linha de raciocínio aqui percorrida, teve seu inicio com Adão e Eva.

Segundo a Bíblia, logo após Deus criar o universo, criou o primeiro homem, chamado Adão e a primeira mulher, chamada Eva. E também criou uma única regra que deveria ser seguida pelo casal humano. A lei em

comento era que não poderiam 'comer a maçã', da árvore proibida. Uma norma proibitiva, não positivada. Acontece que, ainda em observância ao relato bíblico, por insistência, Eva comeu da maçã e convenceu Adão a, também, comer da fruta.

Deus, diante da inobservância da norma consuetudinária, os sentenciou ao banimento, ou seja, o casal deveria ser expulso do 'paraíso'. Esta sentença foi executada pelo mesmo Órgão julgador prolator da sentença.

O objetivo geral do trabalho é verificar a hipótese se nasceu aí o Direito Penal, sua primeira lei, os primeiros criminosos, a primeira sentença, a primeira condenação, bem como, a primeira pena aplicada.

Entender o passado é compreender o presente, e por este motivo é primordial entender como nasceu um dos mais importantes ramos do Direito.

O presente trabalho contribui no sentido de buscar compreender um fato importante para a humanidade, que pode ter sido o primeiro ato criminoso que resultou na primeira sentença e dali em diante o mundo conheceria o que hoje chamamos de Direito Penal.

O Direito Penal cria regras para que o homem conviva em sociedade. A Bíblia, no livro Génesis, conta que Adão e Eva foram criados por Deus para habitarem e povoarem o planeta Terra. Com eles nasceu também a sociedade, foram eles os primeiros indivíduos a viver em conjunto. Com o nascimento da sociedade, até naquele momento formada por apenas duas pessoas, nasceu também o Direito Penal, ubi jus ibi societas. Deus, ao criar a norma, em analogia aos dias atuais, agiu como sendo o Estado, um Estado totalitário, pois era ao mesmo tempo os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ainda segundo a Bíblia, por insistência de uma 'serpente', Eva comeu a fruta proibida, induzindo Adão a fazer o mesmo. E Deus, ao saber que o casal havia infringido a lei do Jardim do Éden, os ouviu, e logo em seguida, os baniu do Paraíso, condenando o casal a sair do referido jardim. Diante do narrado nota-se a similaridade com o ciclo penal.

A norma penal proibitiva, geralmente, vem ligada a uma sanção, conforme ensina Miguel Reale (2010, p.35) "toda norma ética expressa em juízo de valor, ao qual se liga uma sanção, isto é, uma forma de garantir-se a conduta que, em função daquele juízo, é declarada permitida, determinada ou proibida", e quando Deus criou a norma, que no caso foi proibitiva, a sua não obediência acarretaria uma sanção.

A lei nasce com o objetivo de regular a vida social e para que tenha resultado é necessário que o indivíduo respeite e cumpra as leis, mesmo não

concordando com elas, assim diz Miguel Reale (2010, p.48): "podemos criticar as leis, das quais dissentimos, mas devemos agir de conformidade com elas, mesmo sem lhes dar a adesão de nosso espírito. Isto significa que elas valem objetivamente, independentemente e a despeito da opinião e do querer dos obrigados".

Mesmo não concordando com as leis, devemos respeitá-las, pois se assim não fosse, impossível seria a vida em sociedade.

As penas buscam intimidar o indivíduo a respeitar as leis, pois se cada cidadão desrespeitasse as leis, estas seriam inócuas, além de que na sociedade de cada indivíduo está ligado a outro, conforme doutrina Cesare Beccaria: "Se cada membro em particular está ligado à sociedade, essa sociedade está igualmente ligada a todos os seus membros por um contrato que, por natureza, obriga as duas partes. Essa obrigação, que desce do trono até à choupana e liga igualmente o mais poderoso ao mais desgraçado dos homens, nada mais é do que o interesse de todos, em observar pactos úteis à maioria. A violação, de um só pacto, gera a autorização da anarquia."

O Direito Penal nasce para ordenar a sociedade, mesmo que naquele momento a sociedade seja composta por apenas dois indivíduos; apesar de pequena naquela sociedade havia uma lei e deveria ter sido respeitada.

Para todos os trabalhos acadêmicos a metodologia é de suma importância e em qualquer área do conhecimento. A estudiosa Maria Margarida de Andrade define metodologia como "o conjunto de métodos ou caminhos que são percorridos na busca do conhecimento". Dentro da pesquisa existe os métodos de abordagem e os métodos de procedimento e nas palavras de Maria Margarida de Andrade, "os métodos de procedimento não são exclusivos em si, mas devem adequar-se a cada área de pesquisa. Ao contrário dos métodos de abordagem, tem caráter mais específico, relacionando não com o plano geral do trabalho, mas com as suas etapas".

O presente trabalho, quanto ao objetivo especifico, buscou unicamente a ampliação do saber sobre a origem do Direito Penal e, em relação à natureza, trata-se de um resumo de assunto, pois irá se fundamentar em trabalhos já existentes de autores como Beccaria, Reale e outros.

Quanto aos objetivos gerais, a pesquisa será exploratória com documentação indireta, ao proporcionar familiaridade com o assunto, usando o procedimento bibliográfico de pesquisa, pois será usado material já publicado referente ao Direito Penal, já publicado e disponível em diferentes fontes.

1 A ORIGEM

1.1 A Bíblia

O presente estudo foca na origem da sociedade humana sob o enfoque bíblico. A sociedade é feita por indivíduos, destarte a sociedade teve seu inicio com Adão e Eva, conforme prega a Bíblia.

A Bíblia é, basicamente, dividida em duas partes, chamadas 'Antigo Testamento' e 'Novo Testamento'. A divisão se baseia no nascimento de Jesus Cristo. O Antigo Testamento conta a história 'antes de Cristo' (a.C) e o Novo Testamento conta a história 'depois de Cristo' (d.C).

O Novo Testamento inicia-se com o livro de Gênesis, que quer dizer 'começo', narrando como tudo o que existe teria surgido. E ainda narra como Deus, no começo, teria aparecido às pessoas e mostrado como deveriam ser obedientes a Ele.

Observa-se que desde o princípio a sociedade nasceu com um dever e uma limitação à liberdade. Deus agiu, regulando a vida do individuo, como age hoje o Estado, agindo em sua plenitude e exercitando suas funções típicas de executar, legislar e julgar.

O doutrinador Riccitelli (p.1) afirma que 'os indivíduos dependem uns dos outros para sua própria subsistência e, desde seu aparecimento na face da Terra, sempre viveram em grupos', e assim aconteceu com Adão, que se viu sozinho no paraíso, sendo necessário que Deus criasse a mulher para que com aquele constituir um grupo social. Riccitelli diz, ainda (p.1):

Unidos por necessidades materiais, biológicas e culturais, constituíram grupos familiares que evoluíram até atingir o estágio de sociedades organizadas. Quando agrupados por vínculos predominantemente políticos e jurídicos, esses núcleos familiares formam sociedades conhecidas como Estado.

Adão e Eva, além da necessidade biológica de estarem juntos, tinham sobre eles um vínculo jurídico, pois o casal tinha que obedecer ao mandamento de Deus, e quando o desobedeceram foram punidos.

Segundo o prefácio do livro Gênesis (Fls 03), 'Deus age. Ele cria o mundo, cuida das pessoas e mostra interesse pelo seu povo. Deus julga e castiga os maus e abençoa os que lhe obedecem'. Observamos que, de modo primitivo, Deus agiu como atualmente age o Estado moderno, com a diferença que o Estado é subdividido em vários poderes, especialmente nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, mas na época bíblica narrada todo os poderes eram concentrados na figura de Deus.

1.2 Estado / Deus

É possível observar que na Bíblia há palavras que remetem ao conceito de Estado: Cria, cuida, interesse, julga e castiga, conceitos encontrados nas definições de sociedade, de crime, de Direito Penal. Muitas destas palavras são, inclusive, Princípios encontrados na própria Constituição Federal do Brasil, de 1988, como por exemplo a palavra julga, que nos remete ao artigo 5º da CF/88, que prevê direito ao devido processo legal aos cidadãos, a palavra castigo, sinônimo de pena, encontrada no Direito Penal.

A Bíblia relata que no começo Deus criou os céus e a terra, e tudo que neles se encontram, como vegetação, rios, mares, animais, o dia a noite, arvores frutíferas, pedras e verduras. E a este lugar deu-se o nome de Jardim do Éden. Logo em seguida criou o homem, a sua imagem e semelhança, sendo Adão o primeiro habitante da terra, e a este Deus disse: 'Você pode comer as frutas de qualquer árvore do jardim, menos da árvore que dá o conhecimento do bem e do mal. Não coma a fruta dessa árvore; pois no dia em que você comer, certamente morrerá'. Temos aqui o nascimento de quatro conceitos legais, o primeiro do território, o segundo da lei, o terceiro da pena e o quarto do legislador.

O Jardim do Éden era onde a lei deveria ser obedecida, a conhecida lei penal no espaço, e deveria ser obedecida por todos aqueles que habitavam ou viessem a habitar o local. O Éden possuía a extensão territorial onde deveria ser cumprida a lei que vedava o consumo do fruto de determinada espécie vegetal, norma essa que trazia consigo uma pena a quem a desrespeitasse. No caso para quem infringisse a norma, certamente morreria, temos uma ação proibida e uma sanção a quem infringisse, tal qual ocorre em nosso Código Penal moderno. A exemplo, no crime de homicídio, é proibido matar, e se você matar alguém há previsão legal de uma pena privativa de liberdade, que poderá alcançar até trinta anos de reclusão. O último conceito, o do legislador, Deus no momento em que emite a ordem, cria a lei e a pena, atua como o Congresso Nacional age na atualidade. Cria as leis que os homens, naquele território, devem obedecer.

Ao dar ao homem o direito de andar livremente pelo Jardim do Éden, de cultivar a terra, plantar e colher, de ter o livre arbítrio, Deus deu ao homem cidadania , que segundo Campos é a qualidade do indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este.

Ainda segundo o livro de Gênesis, após isso Deus viu que ele estava só. O homem não vive só, conforme Campos (p.110, 2006):

Uma condição para que o homem atinja seus objetivos é, sem dúvida nenhuma, que ele se associe. Sozinho o homem é incapaz de atingir grande parte de seus bens, objetivos, finalidades e interesses. O homem não é um ser autárquico, ele necessita de semelhantes. Ele é um ser sociável, o mais sociável de todos em razão de sua inteligência.

Segundo o relato bíblico, para acabar com a solidão de Adão, Deus criou Eva, a primeira mulher, para com aquele formar um casal, ter filhos, multiplicando assim os habitantes da terra. Eva conhecia a lei, contudo a Bíblia menciona que Eva foi induzida a comer a fruta, bem como também teria induzido e instigado Adão a também desrespeitar a mesma norma.

Segue a narrativa bíblica aduzindo que Adão tentou furtar-se da investigação de Deus, mas foi encontrado, e como sanção por terem comido a fruta proibida, Deus castigou o casal com o banimento do Jardim do Éden, bem como retirou deles a imortalidade que tinham. Esta, segundo Greco (p.209). foi a primeira pena aplicada na história da humanidade.

O doutrinador Greco (p.209) narra o fato: "Mas a serpente, mais sagaz que todos os animais selváticos que o Senhor Deus tinha feito, disse à mulher: É assim que Deus disse: Não comereis de toda árvore do jardim? Respondeu-lhe a mulher: Do fruto das árvores do jardim podemos comer, mas do fruto da árvore que está no meio do jardim, disse Deus: Dele não comereis, nem tocareis nele, para que não morrais. Então, a serpente disse à mulher: É certo que não morrereis. Porque Deus sabe que no dia em que dele comerdes se vos abrirão os olhos e, como Deus, sereis conhecedores do bem e do mal. Vendo a mulher que a árvore era boa para se comer, agradável aos olhos e árvore desejável para dar entendimento, tomou-lhe do fruto e comeu e deu também ao marido, e ele comeu. Abriram-se, então, os olhos de ambos; e, percebendo que estavam nus, coseram folhas de figueira e fizeram cintas para si. Quando ouviram a voz do Senhor Deus, que andava no jardim pela viração do dia, esconderam-se da presença do Senhor Deus, o homem e sua mulher, por entre as árvores do jardim. E chamou o Senhor Deus ao homem e lhe perguntou: Onde estás? Ele respondeu: Ouvi tua voz no jardim, e, porque estava nu, tive medo e me escondi. Perguntou-lhe Deus: Quem te fez saber que estavas nu? Comeste da árvore de que te ordenei que não comestes? Então disse o homem: A mulher que me deste por esposa, ela me deu da árvore, e eu comi. Disse o Senhor Deus à mulher: Que é isso que fizeste? Respondeu-lhe a mulher: A serpente me enganou, e eu comi. Então o Senhor Deus disse à serpente: Visto que isso fizeste, maldita és tu entre todos os animais domésticos e o és entre todos os animais selváticos; rastejará sobre o teu ventre e comerá pó todos os

dias da tua vida. Porei inimizade entre ti e a mulher, entre a tua descendência e o seu descendente. Este te ferirá a cabeça, e tu ferirás o calcanhar. E à mulher disse: Multiplicarei sobremodo os sofrimentos da tua gravidez; em meio de dores darás a luz filhos; o teu desejo será para o teu marido e ele te governará. E a Adão disse: Visto que atendeste à voz de tua mulher e comeste da árvore que eu te ordenara não comesses, maldita é a terra por tua causa; em fadigas obterá dela o sustento durante os dias de tua vida. Ela produzirá também cardos e abrolhos, e tu comerás a erva do campo. No suor do rosto comerás o teu pão, até que tornes à terra, pois dela fostes formado; porque tu és pó e ao pó tornarás. E deu o homem o nome de Eva à sua mulher, por ser a mãe de todos os seres humanos. Fez o Senhor Deus vestimenta de pele para Adão e sua mulher e os vestiu. Então disse o Senhor Deus: Eis que o homem se tornou como um de nós, conhecedor do bem e do mal; assim, que não estenda a Mão, e tome também da árvore da vida, e coma, e viva eternamente. O Senhor Deus por isso os lançou fora do jardim do Éden, a fim de lavrar a terra de que fora tomado. E, expulso o homem, colocou querubins ao oriente do jardim do Éden e o refulgir de uma espada que se revolvia, para guardar o caminho da árvore da vida (BIBLIA de estudos de Genebra. Gênesis, 3:1-24).

Diante do exposto observa-se que na história bíblica de Adão e Eva se encontram vários conceitos, que serviram de modelo para a atual sociedade e suas características.

Os conceitos encontrados no caso relatado em Gênesis são norteadores dos conceitos encontrados atualmente, desta forma é preciso lembrar que, como toda a sociedade, os princípios foram se desenvolvendo no decorrer da história, partindo do ponto de início, de uma forma primitiva para o que conhecemos nos dias atuais, um direito moderno, mas que ainda carece de melhorias.

1.3 O Direito Penal nos primórdios.

O Direito Penal é conceituado por Mirabete (2009, p.1) como: 'A reunião das normas jurídicas pelas quais o Estado proíbe determinadas condutas, sob ameaça de sanção penal, estabelecendo ainda os princípios gerais e os pressupostos para a aplicação das penas e das medidas de segurança.'

Na sociedade formada por Adão e Eva, o Estado era unitário, os poderes institucionais que hoje conhecemos como Executivo, Legislativo e Judiciário eram centralizados em Deus, que os exercia sem representantes. A sanção penal que Mirabete fez menção, na atualidade é executada pelo Poder Executivo, o qual necessita, primeiramente, de uma ordem judicial para aplicá-la. O

Poder Judiciário, por sua vez, julga de acordo com a lei formulada pelo Poder Legislativo. Este é o ciclo penal que conhecemos: a) Lei, criada pelo Legislativo; b) julgamento do infrator, por um magistrado que representa o Estado; e c) execução da pena imposta ao infrator, e, no caso brasileiro, tudo devidamente estabelecido constitucionalmente, conforme o titulo IV da CF/88.

Na historia bíblica observa-se que Deus criou as normas, foi o julgador e o executor da sanção imposta aos infratores Adão e Eva. Esta sanção foi conceituada por Kelsen como sanção transcendental (1998, 23), que são "as sanções aplicadas aos indivíduos por uma autoridade sobre-humana, um ser mais ou menos caracterizado como divino". Deus era esta autoridade sobre-humana, que aplicou aos indivíduos a sanção. em decorrência da desobediência destes.

O Direito Penal original e o contemporâneo tem como ponto de igualdade o fato de que, para ser punido, primeiramente o individuo deve cometer um delito, e para Kelsen: 'o delito é a conduta do indivíduo contra o qual é dirigida a sanção, como consequência de sua conduta'. Delito é a ação humana proibida e sanção é a punição dirigida ao infrator.

Na origem da sociedade o homem acreditava que a conduta de um indivíduo poderia trazer sanções a todo o grupo, pois segundo Kelsen 'o homem primitivo não se considerava um indivíduo independente desse grupo. Ele se identificava com seu grupo e identificava todo outro indivíduo com o grupo ao qual esse indivíduo pertencia'. A esta fase citada por Kelsen, os doutrinadores Mirabete e Fabbrini denominam de fase da vingança privada e assim conceitua (p.16): 'Na denominada fase da vingança privada, cometido um crime, ocorria a reação da vitima, dos parentes e até do grupo social (tribo), que agiam sem proporção à ofensa, atingindo não só o ofensor, como também todo o seu grupo. Se o transgressor fosse membro da tribo, podia ser punido como a 'expulsão da paz' (banimento), que o deixava à mercê de outros grupos, que lhe infligiam, invariavelmente, a morte.'

Contudo, é importante ressaltar que, na época focada por este trabalho, o grupo era formado por dois indivíduos, Adão e Eva, e este era o único grupo existente.

Hoje, para o Estado punir um indivíduo, é necessário que se obedeça o direito individual do devido processo legal, com ampla defesa e contraditório, preconizados no artigo 5º, LIV e LV da Constituição Federal de 1988, e assim corrobora Mirabete (2009, p.357): 'O direito subjetivo de punir, entretanto, não é ilimitado, vinculando-se o Estado ao direito objetivo, tanto na imputação, circunscrita aos fatos típicos, como nas penas a serem aplicadas. Além

disso, para exercitar o direito de punir, é necessário que haja processo e julgamento, ao que não pode o Estado impor, arbitrariamente, a sanção.

O devido processo legal não nasceu concomitantemente com o Direito Penal, pois no crime original o primeiro julgador não deu aos litigantes o direito da ampla defesa e contraditório, e muito menos ao duplo grau de jurisdição, nos moldes que os conhecemos. Aliás, o princípio do devido processo legal, tal como o concebemos atualmente, nasce na Carta Magna Inglesa, somente em 1215. E não cabe aqui esgotar o tema, por não ser o objeto de estudo, mas unicamente se tem esse comentário para ilustrar o posicionamento defendido pelos doutrinadores Paulo e Alexandrino: (p.161): 'Para efeito de registro histórico, esse princípio tem sua origem na Magna Carta Inglesa, de 1215, na qual apresentava redação que costuma ser assim traduzida: 'nenhum homem livre será detido ou sujeito à prisão, ou privado dos seus bens, ou colocado fora da lei, ou exilado, ou de qualquer modo molestado, e nós não procederemos nem mandaremos proceder contra ele senão mediante um julgamento regular pelos seus pares ou de harmonia com a lei do país.'

Em sua feição principal, o princípio do devido processo legal deve ser entendido como garantia material de proteção ao direito de liberdade do individuo, mas também é garantia de índole formal, num dado processo restritivo de direito.

O princípio do devido processo legal prevê que a lei siga o rito processual previsto, garantindo ao jurisdicionado defesa contra a acusação, contudo não esteve presente, em sua plenitude, no caso de Adão e Eva, pois o casal teve apenas uma simples oitiva.

O casal não teve a seu favor o direito do contraditório e ampla defesa, que encontramos atualmente na CF/88, vejamos in verbis (p.9): Artigo 5º, LV – aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral, são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ele inerentes.

O contraditório e a ampla defesa são indissociáveis e são ligados intimamente ao princípio do devido processo legal, pois sem defesa não há um processo legal justo.

A ampla defesa é o direito do litigante trazer para o processo todos os elementos de prova que dispuser para provar a verdade, respeitando, evidentemente, a produção lícita de tais provas, bem como é o direito do acusado se omitir ou calar-se, se assim lhe prouver, impedindo, assim, sua autoincriminação.

O direito do contraditório é conceituado por Paulo e Alexandrino (p.165): 'Por contraditório entende-se o direito que tem o individuo de tomar conhecimento e contraditar tudo o que é levado pela parte adversa ao processo. É o princípio constitucional do contraditório que impõe a condução dialética do processo (par conditio), significando que, a todo ato produzido pela acusação, caberá igual direito da defesa de opor-se, de apresentar suas contrarrazões, de levar ao juiz do feito uma versão ou uma interpretação diversa daquela apontada inicialmente pelo autor. O contraditório assegura, também, a igualdade das partes no processo, pois equipara, no feito, o direito da acusação com o direito da defesa.'

Pelo enunciado é possível notar que o contraditório não se resume apenas a contraditar a acusação feita, mas principalmente equiparar, no processo legal, as forças da acusação e da defesa.

Ainda segundo os mesmos doutrinadores (p. 165), o STF entende que a ampla defesa e o contraditório incluem: (a) direito de as partes obterem informação de todos os atos praticados no processo; (b) direito de manifestação, oral ou escrita, das partes acerca dos elementos fáticos e jurídicos constantes do processo; (c) direito das partes de ver seus argumentos considerados.

O casal bíblico não teve um processo justo, mas há que considerar que ali nascia o processo legal, e desta forma era impossível que naquela época o julgamento fosse totalmente idêntico aos julgamentos que temos na atualidade, pois lá nunca tinha havido nada similar para que nele se espelhassem.

Um exemplo atual do exercício do direito ao contraditório e da ampla defesa é o citado por Paulo e Alexandrino (p.167): 'Segundo orientação do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do processo criminal, a denúncia apresentada pelo Ministério Público deve ser concisa e clara, descrevendo especificadamente a conduta do réu, para que seja possibilitado ao defensor exercer o seu direito constitucional ao contraditório e ampla defesa. A denúncia vaga e imprecisa, que não descreva adequadamente a conduta do réu é nula, por ofender a garantia de ampla defesa e contraditório.'

Para que o acusado se defenda plenamente da acusação que lhe é feita, é imperativo que a acusação seja clara e detalhada, para que assim o litigante tenha ciência de tudo que pesa contra sua pessoa.

Outro princípio que merece destaque e esteve ausente no caso analisado é o princípio do duplo grau de jurisdição, que possibilita uma segunda apreciação da causa, mas por instância superior, a qual pode confirmar ou

modificar a primeira decisão. No Brasil, em regra, o primeiro juízo é feito por órgãos singulares e as demais instâncias são tribunais colegiados. A mais alta corte brasileira é o Supremo Tribunal Federal.

Segundo Paulo e Alexandrino (p.168), após muita controvérsia doutrinária e jurisprudencial, o STF firmou orientação de que o princípio do duplo grau de jurisdição não é garantia constitucional na vigente Carta.

A interpretação do Pretório Excelso conclui-se que no Brasil há a possibilidade da existência de processos judiciais com instância única, e exemplo dessa possibilidade está contido no art. 102, I, b, da Constituição Federal, que outorga competência originária para aquele Tribunal processar e julgar as mais altas autoridades da República, sem a possibilidade de recurso por parte dos réus contra a decisão condenatória.

Conforme texto bíblico, Adão e Eva não foram contemplados com o devido processo legal, não tiveram direito à ampla defesa e ao contraditório, e naquela época não havia instancia superior, e, portanto, não houve a possibilidade de reapreciação do caso.

2 PARTICULARIDADES DA LEI PENAL E SEUS PRINCÍPIOS

2.1 A lei

As leis, nos dias de hoje, se tornaram tão importantes que é inimaginável viver sem elas, principalmente as leis penais, pois são elas que punem o cidadão que transgride o ordenamento social aceitável. O ordenamento jurídico é formado por regras que fazem uma unidade, como bem explica Kelsen: 'O Direito é uma ordem da conduta humana. Uma 'ordem' é uma sistema de regras. O Direito não é, como às vezes se diz, uma regra. É um conjunto de regras que possui o tipo de unidade que entendemos por sistema. É impossível conhecermos a natureza do Direito se restringirmos nossa atenção a uma regra isolada. As relações que concatenam as regras específicas de uma ordem jurídica também são essenciais à natureza do Direito. Apenas com base numa compreensão clara das relações que constituem a ordem jurídica é que a natureza do Direito pode ser plenamente entendida.

A sociedade cria comportamentos que julga ser aceitáveis e impõe ao cidadão que se abstenha de praticar determinadas condutas que o grupo social julgou prejudiciais à boa convivência. Desta forma o homem, em tese, respeita às regras sociais e espera que da mesma forma seus iguais cumpram os mesmos preceitos. Mas desde os primórdios da humanidade o homem / vitima deseja ver seu agressor punido, e este poder / dever de punição, atualmente, cabe ao Estado.

O limite da punição do Estado está na lei. A lei é uma fonte formal do Direito, existindo outras fontes, como o costume e os princípios gerais do Direito. Contudo, para o Direito Penal, a lei é a única fonte formal.

O nobre doutrinador Nucci explica: 'Consideram-se fontes formais aquelas que permitem o conhecimento do Direito, proporcionando a exteriorização das normas penais. Dividem-se em imediatas, que são as leis em sentido estrito, criadoras e revogadoras de normais penais, e mediatas, que são os costumes e os princípios gerais de Direito, auxiliadoras do processo de interpretação e aplicação da lei penal. '

Em nosso país o Estado tem exclusividade na formulação das leis, por isso o Estado é a fonte material do Direito, notadamente de Direito Penal.

As fontes do Direito são conceituadas por Mirabete e Fabbrini (p.28): 'Fonte, em sentido figurado, significa origem, princípio, causa. Quando se fala em fontes do Direito Penal, está-se estabelecendo de onde provém, de onde se origina a lei penal.

As fontes podem ser materiais (ou substanciais, ou de produção), se informam a gênese, a substância, a matéria de que é feito o Direito Penal, como é produzido e elaborado; e formais (ou de conhecimento, ou de cognição), se se referem ao modo pelo qual se exterioriza o Direito, pelo qual se dá ele a conhecer.'

No Brasil, a competência para propor a criação de leis é do Presidente da República, dos membros do Congresso Nacional e do povo, por meio de iniciativa popular. Uma vez proposta, a lei passa por aprovação ou não do Legislativo, que tem competência privativa para criar leis penais, conforme artigo 22, I, da Constituição Federal, ressalvada a hipótese de autorização, por lei complementar para o Estado-membro a legislar sobre esta matéria.

Devido sua importância, o processo legislativo merece um parêntese histórico. Segundo o doutrinador Bernardi (p.19) que o Poder Legislativo teve origem com os Conselhos de Anciões, a cerca de quatro mil anos antes de Cristo, e tinha como finalidade disciplinar a vida comunitária e aconselhar chefes. A esta finalidade de disciplinar a vida comunitária, hoje, conhecemos como leis, contudo deveria ser aprovado pelo povo. Mas é na idade média que surge o embrião do Poder Legislativo que conhecemos na atualidade, conforme explica Bernardi (p.27): 'É na Idade Média que surge o embrião do Poder Legislativo como o conhecemos atualmente. Deu-se com a revolta dos nobres na Inglaterra. Com o apoio do Papa, a nobreza impõe limitações aos

poderes reais, em 1215, por meio da Magna Carta, e o rei João, monarca da referida época, fica conhecido na história como João Sem-Terra. ’

O Rei João não concordou com as prerrogativas da Magna Carta, que previa poderes para um comitê formado por 25 barões, que poderia anular as decisões reais, inclusive utilizando-se da força, se necessário.

O processo legislativo, como visto, evoluiu e hoje deve ser um poder autônomo e independente do Poder Executivo, contudo harmonizado com este, pois é deste processo que nasce a lei, em especial a lei penal, que visa limitar a conduta humana e proteger bens jurídicos importantes da sociedade. Os doutrinadores Mirabete e Fabbrini citam as características da lei penal: ‘Afirma-se que a lei penal apresenta as seguintes características: é imperativa, geral, impessoal e exclusiva, regulando apenas fatos futuros.

É imperativa porque a violação do preceito primário acarreta a pena. É geral por estar destinada a todos, mesmo aos inimputáveis, sujeitos à medida de segurança. É impessoal por não se referir a pessoas determinadas e é exclusiva porque somente ela pode definir crimes e cominar sanções e, por fim, se aplica apenas a fatos futuros, não alcançando os pretéritos, a não ser quando aplicadas em beneficio do agente criminoso. Para que seja justa, a lei deve respeitar as características citadas, caso contrário seria perseguição estatal ao cidadão. Na história de Adão e Eva encontramos tais características que são encontradas nas leis atuais. Além das características enumeradas pelos doutrinadores, as leis devem obedecer a princípios, entre os quais o da legalidade e da territorialidade, que norteiam onde e quando as leis devem ser aplicadas.

2.2 A aplicação da lei penal no espaço.

Princípio, que segundo o dicionário, é o momento em que alguma coisa tem origem; origem, começo; teoria, conceito, estreia; primícias, rudimentos. Para o Direito, princípio tem a mesma noção, pois são os princípios legais que fundamentam todo o ordenamento jurídico. Alguns princípios são próprios de alguns ramos do Direito e outros são comuns a todos o ordenamento legal. Os princípios buscam dar ao cidadão garantias de uma vida digna.

O Direito Penal moderno é regido por vários princípios, que norteiam os legisladores e julgadores. Para Nucci (p.86): ‘O Direito Penal, constituindo a mais drástica opção estatal para regulamentar conflitos e aplicar sanções, deve amoldar-se ao princípio regente da dignidade humana, justamente pelo fato de se assegurar que o braço forte do Estado continue a ser democrático e de direito. ’

Alguns princípios estão presentes no fato jurídico de Adão e Eva. Um princípio de destaque é o que rege a aplicação da lei penal no espaço, o princípio da territorialidade.

Na língua portuguesa, território é a extensão de terra; área de um país, província, cidade etc; jurisdição; área de uma jurisdição. Onde encontram e ou produzem os meios materiais a sua existência. Adão e Eva, segundo a Bíblia, viviam no Jardim do Éden, ali era o território sobre o qual Deus tinha soberania.

A ordem jurídica sofre uma limitação espacial, conforme explica Kelsen: ‘A limitação da esfera de validade da ordem coercitiva chamada Estado a um território definido significa que as medidas coercitivas, as sanções, estabelecidas pela ordem, tem de ser instituídas apenas para esse território e executadas apenas dentro dele. ’

O princípio da territorialidade diz respeito ao território onde a lei será aplicada, ou seja, o espaço físico onde a lei produzira seus efeitos. Este princípio garante ao Estado a soberania da jurisdição sobre a pessoa que está em seu território. Segundo Nucci (p.131) ‘esta é uma regra geral, que advém do conceito de soberania, ou seja, a cada Estado cabe decidir e aplicar as leis pertinentes aos acontecimentos dentro de seu território’.

Contudo é importante ressaltar que este princípio está na companhia de outros princípios quanto a aplicação da lei penal no espaço, não sendo o princípio da territorialidade absoluto, pois se assim fosse poderia gerar impunidades. Mirabete e Fabbrini (p.57) destacam outros quatro princípios, que são: da nacionalidade, de proteção, da competência universal e o princípio da representação.

O cidadão daquele território poderá ser julgado também pelo princípio da nacionalidade (ou da personalidade) que segundo Mirabete e Fabrini (p.57) este princípio cogita a aplicação da lei do país de origem do agente, pouco importando o local onde o crime foi cometido. Segundo este princípio, o cidadão terá que obedecer as leis de seu pais, independentemente de onde se encontre, ou seja, mesmo no estrangeiro o nacional deve obedecer as leis de sua pátria, podendo ser punido caso descumpra.

O princípio da nacionalidade ou personalidade é subdividido em duas subespécies: ativa e passiva. Na nacionalidade ativa leva-se em conta a personalidade do autor do delito; e o da nacionalidade passiva diz respeito à nacionalidade do autor e da vitima, sendo necessário que ambos sejam da mesma nacionalidade.

O princípio de proteção (da competência real, de defesa) busca defender o bem jurídico daquela nação, não importando a nacionalidade do agressor ou vitima e nem mesmo o local onde foi praticada a ação criminosa. Segundo Mirabete e Fabbrini (p.58) defendem-se, assim, os bens jurídicos que o Estado considera fundamentais.

O princípio da competência universal (ou justiça cosmopolita) desconsidera o local em que o crime foi cometido, a nacionalidade do autor ou o bem jurídico lesado. Segundo esse princípio, nas palavras de Mirabete e Fabbrini (p.58), o criminoso deve ser julgado e punido onde for detido, segundo as leis desse país.

O último princípio é o da representação, que para Mirabete e Fabbrine (p.58): 'Subsidiário, que determina a aplicação da lei do país quando, por deficiência legislativa ou desinteresse do outro que deveria reprimir o crime, este não o faz, e diz respeito aos delitos cometidos em aeronaves ou embarcações. É uma aplicação do princípio da nacionalidade, mas não a do agente ou da vitima, e sim do meio de transporte em que ocorreu o crime. '

O Brasil adota o princípio da territorialidade como base para a aplicação da lei penal no espaço, conforme artigo 5º do CP: "aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de Direito Internacional, ao crime cometido no território nacional". Pela leitura do caput do artigo podemos concluir que a adoção do princípio da territorialidade não é absoluto, pois convenções, tratados e regras de Direito Internacional poderão ditar regras diferentes para a aplicação da lei penal, portanto a doutrina, em especial Mirabete e Fabbrini (p.58), diz que se trata de uma territorialidade temperada.

Como dito, o princípio da territorialidade rege a aplicação da lei penal em determinado espaço territorial. Desta forma se faz necessário que se estabeleça o lugar do crime, ou seja, determinar onde no território o crime foi cometido. Segundo a bíblia, Adão e Eva viviam no jardim do Éden, e neste local que se encontrava a 'árvore do bem e do mal', e o crime era comer a fruta desta árvore, ou seja, metaforicamente o bem jurídico a ser protegido era o fruto da árvore. De acordo com a bíblia, Adão e Eva foram até a árvore e comeram do fruto, desta forma, segundo o princípio da territorialidade, as leis do Jardim do Éden é que deveriam ser aplicadas ao crime perpetrado pelo casal.

Importante ressaltar que, para determinar o local do crime, atualmente há três teorias a respeito: a teoria da atividade, do resultado e da ubiquidade.

A teoria da atividade leva em conta o lugar em que é feita a ação ou omissão criminosa, já a teoria do resultado considera o lugar do crime o local da consumação do crime, e a teoria da ubiquidade (ou da unidade, ou mista) entende como o lugar do crime tanto o local da conduta do crime como o do resultado.

O Artigo 6º do Código Penal Brasileiro diz: 'Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado', ou seja, o Brasil adotou a teoria da ubiquidade.

No caso de Adão e Eva, o lugar da ação criminosa e o resultado foram em local único, que seja o Jardim do Éden.

2.3 Legalidade e anterioridade

A sociedade é alicerçada por princípios e valores, desta forma desde os primórdios o homem tem sua liberdade restringida, pois há que seguir e obedecer os valores que determinada sociedade acredita. Desde a mais antiga história do homem, este se vê limitado por ordens a serem respeitadas. Adão, o primeiro homem segundo a Bíblia, não teve uma liberdade absoluta, viveu, assim como nós vivemos, sob o mando de regras, e estas regras limitam nossos passos, como bem explica Hack (p.18): 'As regras jurídicas vieram regulamentar a vida em sociedade e impor limites à liberdade dos indivíduos. Assim, o homem perdeu a liberdade absoluta do início e passou a viver em uma sociedade regulamentada por regras trazidas pelo Direito.'

As regras criadas pelo Direito não são absolutas. Encontramos limites às leis no próprio ordenamento jurídico. As imposições legais, tal qual como o homem, devem obedecer a princípios e valores.

A ordem legal emanada deve levar em conta o tempo e o espaço, quando ela deve ser respeitada e onde ela deve ser obedecida. Muitas vezes o lugar recebe mais atenções e o tempo é, erroneamente, o tempo ignorado, mas afirma Kelsen (p.314) que o tempo é um elemento do Estado, senão vejamos: 'É característico da teoria tradicional considerar o espaço – o território –, mas não o tempo, como um 'elemento' do Estado. No entanto, um Estado existe não apenas no espaço, mas também no tempo, e, se considerarmos o território um elemento do Estado, então temos de considerar também o período de sua existência como um elemento do Estado. Quando se diz que não pode existir mais de um Estado dentro do mesmo espaço, obviamente pretende-se dizer que não pode existir mais de um Estado dentro do mesmo espaço ao mesmo tempo. Toma-se como auto evidente o fato de que, como

demonstra a história, dois diferentes Estados podem existir, um após outro, pelo menos até certo ponto, dentro do mesmo espaço.'

O tempo, como vimos, é de suma importância para o mundo jurídico, pois uma lei produz efeitos durante o tempo de sua vigência, ou como diz o mestre Capez, durante sua 'atividade', senão vejamos suas palavras (Capez p.87): 'Denomina-se "atividade" o período situado entre a entrada em vigor e a revogação de uma lei, durante o qual ela está viva, vigente, produzindo efeitos e alcançando todas as situações ocorridas sob sua égide. Na data da cessação de sua vigência, a lei torna inativa, revogada, deixando de irradiar efeitos no mundo jurídico.'

Os doutrinadores Mirabete e Fabbrine (p.42) corroboram com Capez e acrescentam: 'De acordo com o princípio tempus regit actum, a lei rege, em geral, os fatos praticados durante sua vigência. Não pode, em tese, alcançar fatos ocorridos em período anterior ao inicio de sua vigência nem ser aplicada àqueles ocorridos após sua revogação.'

Para que a lei produza efeitos, ou seja, para que um cidadão seja punido por uma lei penal, a lei deve estar vigente, em atividade, esta é a regra. Existem ainda os fenômenos da retroatividade e ultratividade, sendo que naquele uma norma é aplicada a fato ocorrido antes de sua vigência, e na ultratividade a lei é aplicada depois de sua revogação.

No Direito Penal o princípio tempus regit actum se harmoniza com o princípio da legalidade (da reserva legal), que garante ao cidadão que este seja punido por ação ou omissão, entre outros fatores, somente quando houver uma lei vigente e anterior ao fato cometido, previsto no artigo 1º do Código Penal: "Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal". Este princípio, também, consta na Constituição Federal de 1988, inscrito no artigo 5º, XXXIX: "Não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal". O fato praticado pelo indivíduo pode ser imoral, antissocial ou prejudicial à sociedade, mas se não houver lei que incrimine o fato, o autor não pode ser punido criminalmente.

Este princípio garante aos jurisdicionados segurança jurídica, uma vez que impede que os governantes punam indiscriminadamente atos praticados pelos populares. No Brasil, o princípio da legalidade está previsto desde a Constituição de 1824, sendo repetida em todas as outras Constituições posteriores.

A garantia da reserva legal tem origem antiga, como ensina Mirabete e Fabbrini (p.39): 'O princípio nullum crimen, nulla poena sine lege, assim formulado por Feuerbach, tem sua origem remota na Magna Carta, de João

Sem Terra, em seu art. 39, que estabelecia que nenhum homem livre podia ser punido senão pela lei da terra.'

Cabe ressaltar que, quando falamos em lei ou norma incriminadora, falamos daquela emanada do Poder Legislativo, como explica o doutrinador Nucci (p.86): "Trata-se do fixador do conteúdo das normas penais incriminadoras, ou seja, os tipos penais, mormente os incriminadores, somente podem ser criados por meio de lei em sentido estrito, emanada do Poder Legislativo, respeitado o procedimento previsto na Constituição."

Em obediência a esse princípio e das normas que dele decorrem, ninguém, no Brasil, pode ser punido criminalmente por infração a portarias, resoluções ou mesmo Medidas Provisórias, pois o poder de legislar sobre matéria penal é privativo do Congresso Nacional. De igual sorte o indivíduo não pode ser punido por analogia.

O clássico filósofo Beccaria, em seu tempo, já reconhecia o direito do cidadão de ser punido por lei criada pelo órgão competente, senão vejamos suas palavras:

'Apenas as leis podem indicar as penas de cada delito e que o Direito de estabelecer leis penais não pode ser senão da pessoa do legislador, que representa toda a sociedade ligada por um contrato social.'

Em poucas e simples palavras Beccaria traduziu o princípio da legalidade, no qual há que se ter uma lei para punir o cidadão e esta lei tem que ser criada pelo legislador.

No ordenamento jurídico brasileiro a competência para legislar sobre matéria penal é privativa da União, conforme artigo 22, inciso I, da Constituição Federal de 1988, podendo os Estados legislar sobre essa matéria com autorização de Lei Complementar, conforme parágrafo único do mesmo artigo constitucional.

Ao Congresso Nacional, segundo a Constituição Federal, é que cabe dispor sobre lei penal, senão vejamos o caput do artigo 48 (p.22): Art 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da Republica, não exigida esta para o especificado nos arts 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: ..... (grifo nosso).

No Brasil cabe ao Congresso Nacional a missão de legislar sobre matéria penal, e este órgão deve obedecer às normas e princípios constitucionais na elaboração e aprovação das leis. Diferente do caso de Adão e Eva, em que o legislador era Deus.

As leis são uma garantia do cidadão diante do poder do Estado, conforme afirma Junqueira (p.17): 'O Direito Penal positivado não é um

simples arrolar ordenado de sanções, mas um Direito de liberdades. Garante ao cidadão o conhecimento de toda atitude sancionada pelo ordenamento de forma prévia – daí a importância da publicidade – para que possa conhecer os limites de sua liberdade. A contrapartida é a limitação da atuação estatal, que só pode agir nos estritos contornos autorizados, sob pena de perda de legitimidade, com consequências jurídicas e políticas graves e variáveis.

O princípio da legalidade caminha linearmente com o princípio da anterioridade da lei penal, que explica Mirabete e Fabbrini (p.40): 'somente poderá ser aplicada ao criminoso pena que esteja prevista anteriormente na lei como aplicável ao autor do crime praticado'.

Pelo princípio da anterioridade, a lei deve definir abstratamente um fato como ilícito, ou seja, deve determinar que conduta é proibida, para que o cidadão comum leia e entenda que aquele comportamento é legalmente proibido e que ele saiba que se fizer o que a lei proíbe será punido, ou seja, a lei deve ser anterior à conduta do cidadão.

Resumidamente explica Nucci (p.108), que o princípio da anterioridade 'significa que a lei penal incriminadora deve ser criada antes da prática da conduta que se busca punir, assegurando eficácia ao princípio da legalidade'.

O princípio da anterioridade dá eficácia ao da legalidade, senão imaginemos a seguinte hipótese: o cidadão 'A' tem uma conduta que o Estado quer punir, mas não existe lei que proíba a conduta prática. Com o intuito de prejudicar o cidadão, o Estado formula uma lei, incriminando a ação praticada e pune 'A', alegando que existe a lei penal. Mas a lei foi posterior à ação, mas o Estado argumenta que para punir é necessária a lei, e a lei existe. É essa situação que o princípio da anterioridade coibi, injustiças e traz segurança jurídica a população. Os princípios da anterioridade e da legalidade se comungam, sendo um necessário ao outro. Não é necessário, apenas, que exista a lei, é primordial que a lei seja anterior ao fato.

As normas penais devem ser do conhecimento da população, para que esta saiba o que é permitido e o que é proibido.

A lei penal somente pode ter sua aplicação em fatos anteriores a sua vigência, quando busca beneficiar o acusado, Como antes dito, é o fenômeno da retroatividade, explicada por Nucci (p.124): 'ocorre quando o juiz aplica nova lei penal, não existente à época do fato, mas que retroage a essa data porque beneficia o réu'. Corroborando, explica Mirabete e Fabbrini (p.43): 'pois a lei nova mais benigna (Lex mitior) vai alcançar o fato praticado antes do início de sua vigência, ocorrendo, assim, a retroatividade da lei mais benigna.

A irretroatividade penal busca prevenir injustiças e de igual sorte a retroatividade da lei mais benigna também coíbe injustiças, pois se a sociedade, por meio dos legisladores, entenderam que a lei deveria ser modificada e a ação criminosa que antes era tratada com mais rigor deixou de ser crime ou foi punida com menos gravidade, é intolerável que duas pessoas tenham cometido o mesmo ato, mas tenham previsão legal distinta. Ao mesmo fato criminoso, em tese, há que se haver a mesma punição.

Segundo a Bíblia, a norma proibitiva de comer do fruto da árvore proibida estavam em vigor, a lei foi anterior ao comportamento de Adão e Eva. O casal tinha conhecimento da lei, sabiam de sua vigência e sabiam que poderiam ser punidos em caso de infração. Naquele momento, a lei criada por Deus obedecia aos princípios da legalidade e da anterioridade. O casal estava consciente que poderiam sofrer represálias em caso de descumprimento.

3 O CRIME

3.1 Conceito de crime

O descumprimento da ordem vigente, por parte de Adão e Eva, gerou uma punição. E essa transgressão, como defendemos anteriormente, se iguala ao crime, contudo a lei não traz um conceito de crime, sendo esta lacuna preenchida pela doutrina, conforme explica Mirabete e Fabbrine (p.81) 'o Código Penal vigente não contem uma definição de crime, que é deixada à elaboração da doutrina, que divide o conceito de crime em formal, material (ou substancial) e analítico.

3.1.1 Conceito formal

A lei penal, como visto, deve obedecer ao princípio da legalidade, ou seja, há que se ter uma lei indicando qual conduta é proibida. Essa indicação é como a lei toma forma, ou seja, o preceito descrito na lei é sua materialização, conforme conceitua Nucci (p.175): 'É a concepção do Direito acerca do delito, constituindo a conduta proibida por lei, sob ameaça de aplicação de pena, numa visão legislativa do fenômeno. Cuida-se, na realidade, do fruto do conceito material, devidamente formalizado.

Quando a sociedade entende necessário criminalizar determinada conduta, pelos meios naturais de pressão, leva sua demanda ao Legislativo, que, aprovando uma lei, materializa o tipo penal.

Assim sendo, respeita-se o princípio da legalidade (ou reserva legal), para o qual "não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem lei anterior que a comine".

A vontade da sociedade em proibir determinada ação humana é concretizada em lei, que nomina o fato indesejado.

Corrobora Mirabete (p.81): 'Sob o aspecto formal, podem-se citar os seguintes conceitos de crime: "crime é o fato humano contrário à lei" (Carmignani); "Crime é qualquer ação legalmente punível" (Maggiore); "Crime é toda ação ou omissão proibida pela lei sob ameaça de pena (Fragoso); "Crime é uma conduta (ação ou omissão) contrária ao Direito, a que a lei atribui uma pena" (Pimentel). Essas definições, entretanto, alcançam apenas um dos aspectos do fenômeno criminal, o mais aparente, que é a contradição do fato a uma norma de direito, ou seja, sua ilegalidade como fato contrário à norma penal. Não penetram, contudo, em sua essência, em seu conteúdo, em sua 'matéria'.

O fruto do poder Legislativo em proibir uma ação é a forma do crime. Quando Deus disse ao homem, 'não comerá do fruto da árvore proibida', deu forma ao crime, este é o conceito formal do crime, ou seja, seu conceito externo.

No Brasil, a norma penal para ganhar forma tem que passar pelo processo legislativo, que conforme explica Lenza (p.385) 'consiste nas regras e procedimentos, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas'. Em regra tem competência para iniciar o processo legislativo, conforme artigo 61, 'caput', da CF/88: qualquer Deputado Federal ou Senador da República; Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional; Presidente da República; Supremo Tribunal Federal; Tribunais Superiores; Procurador-Geral da República e os cidadãos, contudo, temos que frisar que algumas matérias a iniciativa é reservada somente a determinadas pessoas, como exemplo a elaboração de lei complementar, de iniciativa do STF, que disporá sobre o Estatuto da Magistratura.

3.1.2 Conceito material

O Estado, em tese, deve legislar segundo a vontade da população, buscando sempre o melhor para o convívio social, deve saber o que é conveniente punir e o que é prudente permitir. O conceito material do crime é essa avaliação prévia, conforme explica Nucci (p.174): 'É a concepção da sociedade sobre o que pode e deve ser proibido, mediante a aplicação de sanção penal.

É, pois, a conduta que ofender um bem juridicamente tutelado, merecedora de pena. Esse conceito é aberto e informa o legislador sobre as condutas que merecem ser transformadas em tipos penais incriminadores. Como ensina Roxim, 'o conceito material de crime é prévio ao Código Penal e fornece ao legislador um critério político-criminal sobre o que o Direito Penal deve punir e o que deve deixar impune (Derecho Penal – parte general, t, I, p. 51)'.

O anseio da sociedade em prever uma punição aos autores de determinada conduta, configura como o conceito material do crime, senão vejamos Mirabete e Fabbrine (p.82): 'Tem o Estado que velar entre os interesses dos indivíduos e entre os deste e os do poder constituído. Para isso, é necessário valorar os bens ou interesses individuais ou coletivos, protegendo-se, por meio da lei penal, àqueles que mais são atingidos quando da transgressão do ordenamento jurídico. Essa proteção é efetuada por meio do estabelecimento e da aplicação da pena, passando esses bens a ser juridicamente tutelados pela lei penal. Chega-se, assim, a conceitos materiais ou substanciais de crime: "crime é a conduta humana que lesa ou expõe a perigo um bem jurídico protegido pela lei penal"; Crime é a ação ou omissão que, a juízo do legislador, contrasta violentamente com valores ou interesses do corpo social, de modo a exigir seja proibida a ameaça da pena, ou que se considere afastável somente por meio da sanção penal. Crime é qualquer fato do homem, lesivo de um interesse, que possa comprometer as condições de existência, de conservação e de desenvolvimento da sociedade. Jimenez de Asua "considera o crime como a conduta considerada pelo legislador como contrária a uma norma de cultura reconhecida pelo Estado e lesiva de bens juridicamente protegidos, procedente de um homem imputável que manifesta com sua agressão periculosidade social".

O valor que a sociedade dá à determinada ação é a matéria do crime, formalizada pelas leis, cabendo ao poder competente quantificar a punição para cada transgressão, sendo as mais gravosas punidas com maior rigor. No caso de Adão e Eva, a matéria do crime foi a vontade de Deus / Estado em proibir a ação de comer a fruta proibida.

3.1.3 Conceito analítico.

A concepção analítica do crime busca fragmentar o objeto do estudo, conforme explica Nucci (p.175): "É a concepção da ciência do Direito, que não difere, na essência, do conceito formal. Na realidade é o conceito formal fragmentado em elementos que propiciam o melhor entendimento da sua abrangência."

Dentro do conceito analítico do crime, há várias teorias que o caracterizam, contudo, a mais aceita, é a teoria tripartida do crime, conforme afirma Nucci (p.176) ' o importante é estabelecer que a adoção da teoria tripartida é a mais aceita, por ora, pelos causalistas , finalistas e adeptos da teoria social da ação '.

A teoria tripartite fragmenta o crime em três elementos: fato típico, antijurídico e culpável, conforme o doutrinador Nucci: 'Trata-se de uma conduta típica, antijurídica e culpável, vale dizer, uma ação ou omissão ajustada a um modelo legal de conduta proibida (tipicidade), contrária ao Direito (antijuridicamente) e sujeita a um juízo de reprovação social incidente sobre o fato e seu autor, desde que existam imputabilidade, consciência potencial de ilicitude e exigibilidade e possibilidade de agir conforme o direito. Justamente quando ao conceito analítico é que se podem encontrar as maiores divergências doutrinárias.'

Os elementos do crime são explicados por Mirabete e Fabbrini (p.84), iniciando pelo fato típico: 'Fato típico é o comportamento humano (positivo ou negativo) que provoca, em regra, um resultado, e é previsto como infração penal. Assim, se A mata B em comportamento voluntário, pratica o fato típico descrito no artigo 121 do CP (matar alguém) e, em princípio, um crime de homicídio'.

Os mesmos doutrinadores avançam em sua explicação conceituando o fato antijurídico e a culpabilidade (p.84): 'Fato antijurídico é aquele que contraria o ordenamento jurídico. No Direito Penal, a antijuricidade é a relação de contrariedade entre o fato típico praticado e o ordenamento jurídico. Se em princípio for injurídico o fato típico, não será contrário ao Direito quando estiver protegido pela própria lei penal. Exemplificando: matar alguém é fato típico se o agente o fez dolosa ou culposamente, mas não será antijurídico se o agente praticar a conduta em estado de necessidade, em legitima defesa, etc. Não há, nessa hipótese, crime.

A culpabilidade, tida como componente do crime pelos doutrinadores causalistas, é conceituada pela teoria finalista da ação como a reprovação da ordem jurídica em face de estar ligado o homem a um fato típico e antijurídico. É, em última análise, a contradição entre a vontade do agente e a vontade da norma. Assim conceituada, a culpabilidade não é característica, aspecto ou elemento do crime, e sim mera condição para se impor a pena pela reprovabilidade da conduta".

No ordenamento jurídico nacional e estrangeiro, a teoria tripartite é a majoritária, com vários defensores, alguns dos quais citados por Nucci

(p.175): 'Nesta corrente, que é majoritária no Brasil e no exterior, e com a qual concordamos, dividem-se finalistas (Assis Toledo, Heleno Fragoso, Juarez Tavares, Jose Henrique Pierangeli, Eugenio Raul Zaffaroni, Fernando de Almeida Pedroso, Jair Leonardo Lopes, Cezar Roberto Bitencourt, Luiz Regis Prado, Rodolfo Tigre Maia, Jorge Alberto Romeiro, Luiz Luisi, David Teixeira de Azevedo, Rogério Greco, Reinhart Maurach, Heins Zipf, Bustos Ramirez, Jimenez Martinez, entre outros), e causalistas (Nelson Hungria, Frederico Marques, Aníbal Bruno, Magalhães Noronha, Paulo José da Costa Júnior, Vicente Sabino Júnior, Salgado Martins, Euclides Custódio da Silveira, Manoel Pedro Pimentel, Roque de Brito Alves, Fernando de Almeida Pedroso, Jimenez de Asua, Baumann, Mezger, entre outros), além daqueles que são adeptos da teoria social da ação, propondo-se a ser uma tentativa de ajuste, num só quadro, dos principais aspectos do causalismo e do finalismo (Jescheck, Wessels, Schmidt, Engisch, Wolff, entre outros)".

Observando o caso bíblico em estudo, podemos encontrar os três elementos do crime, pois o fato era típico, ou seja, havia uma ordem proibindo aquele determinado comportamento humano; não havia no ordenamento jurídico nenhuma norma excludente de ilicitude que retirasse do tipo penal a antijuricidade; e por fim o fato era culpável, pois, para a norma cogente, os 'réus' eram imputáveis, eis que mentalmente hígidos para entender o caráter ilícito de sua conduta e de se determinar de acordo com esse entendimento.

4 A PENA

4.1 Introdução

A lei, vontade da sociedade, fruto do processo legislativo, se tornaria inócua se não houvesse um dispositivo punitivo para quem não a respeitasse. Sem punição a sociedade não respeitaria as leis vigentes, tornando as mesmas simples palavras impressas em papéis. Por essa razão, quando a lei traz uma conduta proibida, também prevê uma pena ao marginal, ou seja, a lei penal vai além do preceito primário que contém a conduta proibida, ela traz consigo o preceito secundário, que nada mais é que a sanção cominada à violação.

Podemos observar que no caso bíblico havia um preceito primário: '(do fruto da árvore que está no meio do jardim do Éden) Dele não comereis, nem tocareis nele'. E anexo havia o preceito secundário: 'para que não morrais'.

O preceito secundário de um tipo penal é a sanção que poderá se sujeitar aquela pessoa que descumpriu o mandamento da lei, ou seja, é o resultado natural imposto ao indivíduo que infringe uma lei penal, uma retribuição jurídica.

O Estado carrega em si o jus puniendi, que é o dever / poder de aplicar a pena ao cidadão que infringiu a lei, contudo, atualmente, a pena a ser aplicada dever observar os direitos constitucionais e legais do jurisdicionado. O Estado moderno cria limites ao seu direito de punir, limitando algumas penas e proibindo outras, senão vejamos Greco (p.33): 'Um Estado que procura ser garantidor dos direito daqueles que habitam em seu território deve, obrigatoriamente, encontrar limites ao seu direito de punir. Mas, embora hoje se pense dessa forma, pelo menos nos países em que se procura preservar a dignidade da pessoa humana, nem sempre foi assim. O sistema de penas já foi extremamente cruel, sendo que as pessoas se deleitavam em assistir às execuções que ocorriam, muitas vezes, em praças públicas. '

A punição nem sempre teve limites, já existindo na historia da humanidade penas cruéis e extremamente desumanas. Foucault (p.9), narra uma execução feita no ano de 1757 contra uma pessoa acusada de parricídio : [Damiens fora condenado, a 2 de março de 1757], a pedir perdão publicamente diante da porta principal da Igreja de Paris [aonde devia ser] levado e acompanhado numa carroça, nu, de camisola, carregando uma tocha de cera acesa de duas libras; [em seguida], na dita carroça, na praça de Gréve, e sobre um patíbulo que ai será erguido, atenazado nos mamilos, braços, coxas e barrigas das pernas, sua mão direita segurando a faca com que cometeu o dito parricídio, queimada com fogo de enxofre, e às partes em que será atenazado se aplicarão chumbo derretido, óleo fervente, piche em fogo, cera e enxofre derretidos conjuntamente, e a seguir seu corpo será puxado e desmembrado por quatro cavalos e seus membros e corpo consumidos ao fogo, reduzido às cinzas, e suas cinzas lançadas ao vento. Finalmente foi esquartejado [relata a Gazeta d´Amsterdam]. Essa última operação foi muito longa, porque os cavalos utilizados não estavam efeitos à tração. De modo que, em vez de quatro, foi preciso colocar seis; e como isso não bastasse, foi necessário, para desmembrar as coxas do infeliz, cortar-lhe os nervos e retalhar-lhe as juntas. Afirma-se que, embora ele sempre tivesse sido um grande praguejador, nenhuma blasfêmia lhe escapou dos lábios; apenas as dores excessivas faziam-no dar gritos horríveis, e muitas vezes repetia: "Meus Deus, tende piedade de mim. Jesus, socorrei-me".

O Estado Democrático de Direito é incompatível com penas cruéis como aquela alhures narrada. No Estado brasileiro também não se admite penas cruéis e pena de banimento, conforme aquela executada no caso matriz do presente estudo.

4.2 A punição a Adão e Eva.

Conforme defende o doutrinador Greco (p.209): "Na verdade, a primeira pena a ser aplicada na história da humanidade ocorreu ainda no paraíso, quando, após ser induzida pela serpente, Eva, além de comer o fruto proibido, fez também com que Adão o comesse, razão pela qual, além de serem aplicadas outras sanções, foram expulsos do jardim do Éden". Pena esta que chegou a ser defendida por Beccaria (p.52) para 'quem perturba a calma pública, não obedece às leis, viola às condições debaixo das quais os homens se mantém e se defendem mutuamente, deve ser posto fora da sociedade, isto é banido."

Atualmente vigora a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, conhecida como LEP, que tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal. Esta lei regulamenta os direitos e deveres do condenado. Obviamente ao tempo dos fatos descritos em Gênesis, a sentença executada não foi no território brasileiro ou durante a vigência de nossas leis, portanto, não existia instituto semelhante. Para dar efetividade ao cumprimento da sentença, Deus, segundo a Bíblia, colocou querubins ao oriente do jardim do Éden, com o intuito de impedir que o casal retornasse ao lugar de origem. Correa e Shecaira (p.121) conceituam que o banimento é a expulsão de um nacional de seu país, negando ao cidadão a possibilidade de conviver entre os seus e em sua terra de origem.

No caso analisado, o banimento não foi a única punição ao casal, pois Eva, também, foi condenada a ser governada por seu marido, e ter grandes sofrimentos na gravidez, bem como dores a dar luz aos filhos. Adão, além do banimento, foi condenado a buscar o sustento próprio e de sua família na terra, com o suor de seu rosto e com fadigas.

Destarte, podemos observar que um princípio constitucional moderno não estava presente na pena de Adão e Eva, pois a condenação do casal se estendeu a seus descendentes, contrariando o princípio da personalidade (ou da intransmissibilidade da pena, ou simplesmente da pessoabilidade da pena), previsto no artigo 5º, XLV da CF/88. Segundo esse princípio, a pena não poderia se estender além dos condenados, conforme explica Paulo e Alexandrino (p.156):

'Em razão dessa regra, fica absolutamente afastada a possibilidade de a condenação penal estender-se a parentes, amigos ou sucessores do condenado, que não tenham participado da conduta por ele praticada. Ao mesmo tempo, a morte do agente, antes ou depois da condenação, implica automática extinção da punibilidade ou da execução da pena. '

A obediência desse princípio significaria que os filhos do casal poderiam voltar ao Jardim do Éden.

No Brasil há o exemplo de Tiradentes, que conforme ensina Correa Junior (p.79) foi condenado à morte por enforcamento, teve todos seus bens confiscados e a infâmia lançada aos seus descendentes, até a terceira geração (filhos e netos).

Por fim, percebemos que fazer um paralelo entre o Direito Penal antigo e o atual é perfeitamente possível, e mais, percebemos que as regras de limitação da liberdade humana sempre foram muito semelhantes, variando, por óbvio, em seus graus de exigência e severidade. Nessa senda vale comentar que o Direito Penal atual também guarda grandes abismos de regramento de um Estado para outro, mas, ainda que não se leve à pesquisa do Direito comparado, é possível afirmar que a lei e as sentenças penais sempre acompanharam a História humana, leis que, independente do território ou época, sempre houveram condutas tidas como inadmissíveis, sanções para tais condutas que, uma vez perpetradas, devem ser levadas a um julgador que, verificando a existência ou não da violação da norma, e via de consequência delimitará a necessidade e a extensão da sanção aplicável ao caso concreto.

Pois bem, Adão e Eva teriam, segundo a Bíblia, praticado a conduta proibida constante em tocar e ingerir a fruta que lhes era proibida. Foram julgados e condenados. Ante essa exposição pergunta-se: O que deve ocorrer com qualquer indivíduo que viole, sem o amparo de qualquer excludente, a uma conduta descrita como crime? Não deverá ele ser julgado, condenado e cumprir sua reprimenda?

4.3 Finalidade da pena

O pensador Beccaria (p.63) disse que 'a exata medida dos crimes é o prejuízo causado à sociedade', desta forma a pena quantifica o prejuízo causado pelo criminoso, valorando a retribuição penal que a sociedade irá impor ao cidadão. Contudo o melhor seria que o cidadão não cometesse crimes, que o Estado fosse capaz de prevenir as infrações, como afirma Beccaria (p.92): É preferível prevenir os delitos a precisar puni-los; e todo legislador sábio deve, antes de mais nada, procurar impedir o mal do que repará-lo,

pois uma boa legislação não é mais do que a arte de propiciar aos homens a maior soma de bem-estar possível e livrá-los de todos os pesares que se lhes possam causar, conforme o cálculo dos bens e dos males desta existência".

Além da prevenção, é finalidade da pena a repressão ao crime cometido, conforme Nucci (p.404): 'Pena é a sanção do Estado, valendo-se do devido processo legal, cuja finalidade é a repressão ao crime perpetrado e à prevenção a novos delitos, objetivando reeducar o delinquente e retirá-lo do convívio social enquanto for necessário, bem como reafirmar os valores protegidos pelo Direito Penal e intimidar a sociedade para que o crime seja evitado.

A sanção como forma de prevenir crimes futuros e punir o crime praticado é uma evolução social, pois, mesmo recebendo uma punição, o cidadão não é submetido, em tese, a penas que ofendem sua dignidade humana. Atualmente o ordenamento jurídico busca criar novas formas de punir o delinquente e prevenir novos crimes.

4.4 Teorias da pena

A doutrina majoritária traz três correntes a respeito da natureza e das finalidades da pena: a teoria absoluta, a teoria relativa e a teoria mista.

A teoria absoluta (de retribuição ou retribucionista) afirma que o objetivo da pena é a sanção: a punição do agente porque este infringiu uma lei penal, como dito antes uma retribuição jurídica. Segundo Mirabete e Fabbrini (p.230) 'o castigo compensa o mal e dá reparação à moral', desta forma os defensores desta teoria afirmam que a pena tem natureza puramente retributiva, não havendo preocupação com a pessoa que cometeu o delito. Nesta teoria temos a ideia de castigo, conforme conceitua Junqueira (p.29): 'É certamente a mais antiga ideia de justiça, uma vez que busca de alguma forma reequilibrar a situação, ou seja, com os mais diversos fundamentos compensar a lesão anterior. É possível reconhecer nessa classificação várias tendências, desde a pura ideia do castigo (vingança), passando pela justificação moral, pela expiação e reparação do ordenamento.

Retribui-se o mal praticado, pune-se porque foi praticado um crime. A pena é uma vingança e essa ideia nos faz remontar aos povos primitivos.

Nas teorias relativas (utilitárias ou utilitaristas), a pena tem o objetivo de prevenção, afirma Mirabete e Fabbrini (p.230) 'o crime não seria causa da pena, mas a ocasião para ser aplicada', desta forma a pena imposta ao criminoso serviria como intimidação para toda a sociedade. Segundo os mesmo doutrinadores, há duas formas de prevenção: a particular (ou especial) e geral.

A prevenção geral diz respeito à pena cominada em abstrato, que serve para toda a sociedade, devendo esta intimidá-la, conforme explica Junqueira: 'O que importa não é mais a pena em si, mas a ameaça capaz de servir de contra estímulo criminoso, para que todos evitem cometer crimes com receio do desprazer da sanção.

O que deve fazer o Estado é incutir uma impossibilidade psicológica de lesar na mente do cidadão, com a certeza de que na busca do prazer advindo do ilícito encontrará um suplício tamanho que não permita a compensação, que seja um contra impulso criminoso, e com isso acabariam os delitos, pois mesmo instintivamente o homem rejeita o desprazer".

A prevenção particular é aquela imposta ao indivíduo no caso concreto, para que este, castigado, não volte a delinquir, conforme Junqueira (p.78) o foco de atenção do Direito Penal (da pena) deixa de ser o fato criminoso para ser centralizado no homem criminoso. Em muitos casos a prisão do delinquente, afastando o mesmo da sociedade, era a solução, mas em outros somente a pena de morte, pois muitos eram considerados irrecuperáveis, conforme explica Junqueira (p.80):

'Trancado/segregado não teria como atingir novamente a coletividade. Tal medida, tomada a princípio com os considerados irrecuperáveis, admitiria, em sua pureza, a pena de morte, pois não há outro modo mais eficaz de garantir o fim da capacidade lesiva do agente.'

Contudo, em alguns casos, a pena seria desnecessária, conforme Mirabete e Fabbrini (p.231) quando citam Romagnosi, que entendia que não era necessário pena quando a sociedade tinha a certeza que o delinquente não reincidiria.

O homem, em regra, despreza e rejeita instintivamente o desprazer e o medo de sofrer novas sanções, o intimida a não cometer novos crimes.

O Brasil adotou a teoria mista (eclética), que une as correntes absolutas e relativas. Senão vejamos, in verbis, o artigo 59 do CP:

Art 59. O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstancias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vitima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime" (g.f.).

O texto deixa explícito que a pena é uma retribuição da sociedade ao criminoso, devendo o juiz valorar, diante das circunstâncias do caput do artigo, uma sanção que satisfaça tanto à prevenção quanto à reprovação, então se pode observar que a prevenção e a reprovação tornaram-se faces

da mesma moeda, não sendo possível separá-las na aplicação e execução da pena.

Para Junqueira (p.102), a diferenciação estaria na aplicação e na execução da pena, conforme explica: 'A aplicação da pena prevaleceria a finalidade retributiva, que exige a culpabilidade para que possa ser aplicada pena, que não pode ultrapassar seus limites. Na execução, prevaleceria um fim ressocializador, permitindo ao condenado sua reintegração social e compatibilizando a segregação com os ditames de um Estado democrático.'

Contudo, é importante ressaltar que incluso na prevenção está a finalidade educacional do preso, conforme ensina Mirabete e Fabbrini (p.231) "passou a entender que a pena, por sua natureza, é retributiva, tem seu aspecto moral, mas sua finalidade é não só a prevenção, mas também um misto de educação e correção", com isso a pena ganha novos ares, passa a ter um caráter educacional, de ressocialização do infrator.

O objetivo de ressocialização fica evidente na Lei de Execução Penal (Lei 7.210) que em seu artigo 1º já crava que é objetivo da lei, entre outros, 'proporcionar condições para a harmonia e integração social do condenado e do internado'.

A LEP parte da premissa de que o reeducando retornará ao convívio social, pois conforme já foi defendido, o Estado Brasileiro não admite uma pena semelhante àquela que ousamos denominar de primeira sentença penal, que baniu Adão e Eva.

CONCLUSÃO

O presente estudo nasceu da ideia que o Direito Penal teve sua origem com o casal bíblico Adão e Eva, pois são vários os elementos encontrados tanto na narrativa bíblica quanto nas doutrinas e legislações modernas. Segundo a Bíblia, quando Deus criou o mundo e tudo que há nele, inclusive o homem, viu que este vivia sozinho, mas o homem é um ser sociável, o mais sociável de todos em razão de sua inteligência, e por isso foi criada Eva, a primeira mulher, para com Adão ter filhos e multiplicar a humanidade. Assim, teve início a primeira sociedade. E vale corroborar que o presente estudo não tem cunho religioso, não usando a Bíblia como um texto sagrado, com uma verdade absoluta, mas sim como um livro conhecido e lido mundialmente.

Criada a sociedade humana, Deus impôs ao casal obediência a um mandamento, ou seja, criou uma norma penal proibitiva, ligada a uma

sanção, Esta norma tinha como finalidade regular a vida social no Jardim do Éden. E como é de notório conhecimento, o Direito é um sistema de regras que cria comportamentos aceitáveis ou proibidos, de acordo com o julgamento social da época. Além da norma penal, observamos que há na história bíblica elementos do princípio da territorialidade, pois o conceito atual diz que este princípio limita a validade da ordem coercitiva a um determinado território, ou seja, o espaço territorial onde a lei produzirá seus efeitos, que no caso estudado era o Jardim do Éden.

O presente estudo confirmou que desde a primeira sentença não havia condenação sem que houvesse crime, e só há crime com 'lei anterior que o defina', e não há 'pena sem previa cominação legal'. Este princípio está contido no ordenamento jurídico nacional, imposto pela Constituição Federal de 1988, e também estava presente na história bíblica, pois primeiramente Deus comunicou ao casal sobre a proibição, ou seja, uma forma primitiva do princípio da legalidade e anterioridade.

A doutrina moderna, dentre outros conceitos, diz que crime é o fato humano contrário à lei, e o trabalho mostrou que, dolosamente, Eva e, logo após, Adão, comeram do fruto proibido, contrariando, assim, o mandamento de Deus, cuja consequência principal desta conduta criminosa foi o banimento do Jardim do Éden. Adão e Eva, desta forma, foram os primeiros apenados da história da humanidade.

A pena imposta ao casal bíblico teve finalidade punitiva, e, segundo a doutrina de nossos tempos, quando o objetivo da pena é, simplesmente, a punição ao agente, ela se enquadra na teoria absoluta, ou também conhecida como teoria de retribuição ou retribucionista, que atualmente não é adotada pelo Brasil, pois nosso sistema penal adotou a teria mista, também conhecida como eclética, que tem como objetivo a retribuição da sociedade ao criminoso, ao mesmo tempo que tem o objetivo de prevenir que novos crimes sejam perpetrados.

Diante da abordagem ora apresentada no presente estudo, percebemos que a história bíblica narrada em Gênesis e ora analisada, tem características semelhantes ao ciclo penal que encontramos na atualidade. Muitos elementos do crime, da pena e alguns princípios penais, durante o estudo, foram encontrados na narrativa bíblica.

Destarte chegamos à conclusão que o Direito Penal, realmente, nasceu com Adão e Eva. É evidente que houve progresso e mudanças, mas a base se manteve como exemplo o que hoje chamamos de crime, o que naquela época foi chamado de pecado. O banimento hoje já não existe em nosso sistema

jurídico, pois a pena evoluiu da simples punição para a retribuição e prevenção penal, não sendo hoje aceito a simples segregação social. Houve naquela época, como há agora, obediência ao princípio da legalidade e anterioridade, bem como respeito à territorialidade.

O Direito Penal tem um ciclo: lei, crime, pena. Este é o fundamento do Direito Penal e assim era no inicio e é agora. No livro de Gênesis, o presente estudo mostrou que encontramos a base do Direito Penal, havia o mandamento de Deus, uma norma proibitiva, a lei. Houve o crime, a desobediência ao mandamento, tal qual a doutrina atual conceitua. Houve uma pena aos delinquentes, tal qual acontece, em tese, nos dias atuais. Com isso, é sereno crer que o Direito Penal nasceu com Adão e Eva, confirmando a hipótese que originou o presente estudo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida. Introdução à metodologia do trabalho científico. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ACQUAVIVA, Marcus Claudio. Teoria Geral do Estado. 3.ed. Barueri, SP: Manole, 2010.

BECCARIA, Cesare Bonesana. Dos delitos e das penas. 3.ed. rev. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006.

BECCARIA, Cesare. Dos Delitos e das Penas. 11.ed. São Paulo: Hemus, 1995.

BERNARDI, Jorge. O processo legislativo brasileiro. Curitiba: Ibpex, 2009

BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Paulinas Editora, 2005

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da Republica Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro d 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

CAMPOS, Nelson Renato Palaia Ribeiro de. Noções essenciais de direito. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

CAPEZ, Fernando. Curso de processo penal. 18.ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

COLNAGO, Rodrigo. Direito Constitucional. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CORREA Junior, Alceu. Sergio Salomão Shecaira. Teoria da Pena: finalidades, direito positivo, jurisprudência e outros estudos de ciência criminal. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

DELMANTO, Celso. Código Penal comentado: acompanhado de comentários, jurisprudência, sumulas em matéria penal e legislação complementar. 8.ed ver, atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2010.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão 36 ed. Petropolis: Vozes, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GRECO, Rogerio. Curso de Direito Penal. 14.ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2012

HACK, Erico. Direito Penal Constitucional: conceitos, fundamentos e princípios básicos. Curitiba: Ibpex, 2008.

JUNQUEIRA, Gustavo Octaviano Diniz. Finalidades da pena. Barueri, SP: Manole, 2004

KELSEN, Hans. Teoria geral do direito e do estado: tradução de Luis Carlos Borges. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional esquematizado. 13.ed. rev. atual e ampl. São Paulo: Saraiva, 2009.

MIRABETE, Julio Fabbrini. Manual de direito penal, v.1: parte geral, arts 1º a 120 do CP. 25 ed. rev. e atualizada. São Paulo: Atlas, 2009.

NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de direito penal: parte geral: parte especial. 8.ed ver., atual; e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2012.

PAULO, Vicente. Marcelo Alexandrino. Direito Constitucional descomplicado. 3.ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2008.

REALE, Miguel. Lições preliminares de direito. 27.ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

RICCITELLI, Antonio. Direito constitucional: teoria do Estado e da Constituição. 4.ed. ver. Barueri, SP: Manole, 2007.

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI E SOCIEDADE UNIPESSOAL

EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI E SOCIEDADE UNIPESSOAL

Sebastião Rincon da Silva[3]

RESUMO

Busca-se demonstrar que, à luz da lei substantiva civil e empresarial, – anteriormente, comercial –, que a figura do empresário, comerciante e sociedade empresária, mesmo que se admita a criação e existência da "Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI; e da Sociedade Unipessoal"; mostra-se incoerente a sua aceitação e ausência de debates quanto à sua possibilidade de fato no meio acadêmico e jurídico, porquanto dissociadas dos conceitos de empresa, empresário e sociedade empresária, para que, no nascedouro do aparato legal que se aplique à relações jurídicas e contratuais, mostre-se, no mínimo, coerentes com a prática, subtraindo-lhe a aceitação meramente dogmática tão só por sua previsão legal.

Palavras chaves: Empresa – Empresário – Sociedade – Sociedade Unipessoal.

ABSTRACT

It seeks to demonstrate that, in the light of substantive civil and business law, – previously, commercial – that the figure of the entrepreneur, merchant and business company, even if the creation and existence of the Individual Limited Liability Company – EIRELI; And the Sole Proprietorship; It is inconsistent with its acceptance and lack of debate as to its factual possibility in the academic and legal environment, since it is dissociated from the concepts of business, entrepreneur and business society, so that, at the beginning of the legal apparatus that applies to legal and Contractual, be at least coherent with practice, depriving him of purely dogmatic acceptance only by his legal prediction.

Keywords: Company – Businessman – Company – Unipessional Society.

[3] Advogado militante formado pela Universidade Católica de Goiás – UCG no ano de 1.984, inscrito na OAB/GO sob o nº 7.141, com Pós-Graduação em Direito Comercial pela Universidade Federal de Goiás – UFG no ano de 1.986 e em Docência Universitária pela Universidade Salgado de Oliveira – ASSOEC; Professor de Nível Superior desde 2.001, atualmente, com vínculo junto à Faculdade Quirinópolis – FAQUI.

INTRODUÇÃO

Além da previsão legal, posto que, tanto para a EIRELI, quanto para a sociedade unipessoal, a possibilidade de coexistência desses entes jurídicos tem merecido regulação estudo e publicações, – ora com abordagem crítica exclusiva, ora inclusiva –, porém, sem que se lhe dê uma visão da coexistência conceitual e prática à luz da práxis jurídico-social no contexto de sua ideia central ou básica de sua inserção, possível ou não, no universo de seus efeitos jurídicos.

Assim, a presente reflexão busca, comparativamente, luz à inserção válida no rol de personalidades jurídicas previstas pela legislação, notadamente, quanto às contradições conceituais entre a regência legal e o adequado reconhecimento existencial desses dois entes jurídicos.

1 HISTÓRICO

Embora sem se olvidar, que as relações de troca acompanham a evolução histórica da humanidade desde os primórdios de sua interlocução tribal, inicialmente sem o propósito finalístico da mais valia ou lucro; e tendo como fonte o suprimento de necessidades, através da circulação de bens de uma tribo à outra, mediante troca de determinados bens pelo que correspondia ao excedente de produção in natura de uma e escassez da outra, o direito comercial, enquanto conjunto sistemático de regras jurídicas próprias, surge como um fenômeno histórico da Idade Média, – séculos XII – XVI com as comunas[4] italianas –, e ligado à afirmação de uma civilização burguesa e urbana, que desenvolve o espírito empreendedor e uma nova concepção de mercancia, a partir das Cruzadas, feiras e cidades eminentemente mercantilistas da Itália, França e Alemanha.

Desde as codificações que se disseminaram pela Europa, por volta do século XIX, prestigiaram-se os usos e costumes comerciais que, a partir de hábitos individuais impõem-se e passam à aceitação geral, tornando-se costume local, regional, nacional ou internacional. Ora, considerando que as leis têm suas formulações baseadas na prática uniforme e de forma habitual por certo lapso temporal, com observância similar a uma regra de direito e com a consciência de que não pode ser violada, e se o for, comporta

[4] *Cidades autônomas, por concessão de seus Senhores Feudais.*

penalidade, tem-se que, a fonte primeira do direito comercial *é,* sem dúvida, os usos e costumes dos comerciantes

Os monarcas, no afã expansionista territorial e de poderio econômico, organizam-se mediante companhias de navegação e exploração, ora provendo de recursos matérias, navegadores e cartógrafos, os quais, com os seus asseclas lançavam-se aos mares à cata de possibilidades e oportunidades, por vezes proveitosas, por vezes frustradas, ora diretamente à frente da iniciativa.

Percebeu-se logo, que o acervo de bens destacado do todo pertencente ao provedor e financista dessas empresas não se desprendiam ou se isolavam da repercussão patrimonial geral, quando resgatada a missão com prejuízo ou frustração total do intento.

Assim, cuidaram os Monarcas de criar institutos que delimitassem a responsabilidade patrimonial do empreendimento da pessoal, criando-se as companhias como entes jurídicos próprios e personificados, cuja regência evoluiu para a criação das sociedades anônimas por instrumentos públicos ou particulares, os quais registrados, – obrigatoriedade que se impõe legalmente, – CC, 267-, atribuem personalidades jurídica, – CC, 45 –, autônoma e distinta da pessoa(s) naturais que as fundam ou operem. Destaque-se que, a autonomia patrimonial é relativa e não absoluta, porquanto, possível a sua desconsideração em razão de confusão patrimonial, abuso e desvio de conduta por parte de sócios ou gestores, – CC, 50; Lei 6.404/76, 153 – 160; CDC, 28; CPC, 133 – 137; CLT, 2º –.

A partir da aplicação uniforme e habitual dos usos e costumes dos comerciantes, delineiam-se períodos históricos de evolução, cuja classificação é aceita pela maioria dos estudiosos tendo como referência inicial o Professor Italiano Túlio Ascarelli[5], compreendendo quatro fases:

O primeiro período histórico da evolução do Direito Comercial tem como característica a aplicação subjetiva de decisões baseadas nos costumes e usos de comerciantes associados a corporações, que delimitavam a competência jurisdicional própria; e como referência, a Península Itálica, em razão de sua localização estratégica para as Cruzadas e importância de suas cidades no comércio entre as nações, uma vez que, a mercancia era itinerante, de cidade em cidade onde se desenvolviam feiras.

[5] *É na civilização das comunas que o direito comercial começa a afirmar-se em contraposição à civilização feudal, mas também se distinguindo do direito romano comum, que, quase simultaneamente, se constitui e se impõe. O direito comercial aparece, por isso, como um fenômeno histórico, cuja origem é ligada à afirmação de uma civilização burguesa e urbana, na qual se desenvolve um novo espírito empreendedor e uma nova organização dos negócios. Essa nova civilização surge, justamente, nas comunas italianas* (Da obra de Ricardo Negrão: Manual de Direito Comercial e de Empresa 1, pg 2, 3ª Edição/SARAIVA).

Com sua efetiva aceitação e aplicação pelo chamado juízo Consular, – composto de Juízes eleitos em assembleias pelos comerciantes organizados em corporações –, foram essas normas consolidadas em repositórios de decisões e costumes na França, pelas chamadas Rôles d'Oleron; em Gênova, pelas Constitudines; em Veneza pela Capitulare Nauticum; em Pisa, pelo Constitutum Usus e em Barcelona, pelo Consulat del Mare.

Tal era o sucesso e aceitação das decisões dos Juízes Consulares, que a competência exclusiva para julgar e dirimir as disputas entre comerciantes e mercadores matriculados, terminou por atrair para o seu âmbito, também os conflitos entre comerciantes não inscritos e até aos não comerciantes, em decorrência mesmo, dos vícios inerentes à Justiça Estatal de então.

O legado deste período é o surgimento das sociedades, ora para uma única viagem ou empreendimento, as sociedades marítimas ou societas maris, ora como sociedades de capital e indústria, na qual uma categoria de sócio participa com o capital e outra com o trabalho, – datando de 1578 o seu surgimento em Portugal –, ora ainda, como companhia ou instituições familiares, que mais tarde serão denominadas de sociedades em nome coletivo, com responsabilidade solidária e ilimitada, perante terceiros.

Segundo pesquisa do Prof. Ricardo Negrão, in Manual de Direito Comercial e de Empresa – 3ª Edição/SARAIVA – pg 7 –, "As sociedades por ações são as *últimas* a surgir. Braudel, Fernand, relata o nascimento, em 1553, da primeira sociedade inglesa por ações, a Moscovy Companie. A Gênova, contudo, se atribui a constituição da primeira sociedade por ações, a Casa de San Giorgio, em 1409".

O segundo período histórico da evolução do Direito Comercial, – final do século XVI ao final do XVIII –, tem como referência o processo de unificação da Inglaterra e França e como característica, as consideráveis diferenças culturais entre os Estados Nacionais com significativas repercussões no tratamento jurídico-privado da economia.

Na França, embora a competência jurisdicional privativa das corporações, tenha sido absorvida pela dos Tribunais do Estado Nacional, mantém-se a construção das decisões com base nos costumes e usos dos comerciantes e a eles apenas, se aplicando, estruturando-se, portanto, no subjetivismo.

Já na Inglaterra, aquelas jurisdições próprias das corporações, foram totalmente absorvidas pelos tribunais da Common Law, contribuindo para a superação do subjetivismo e deixando como legado de suma importância para o Direito Comercial, o surgimento de grandes companhias,

notadamente as sociedades anônimas, regidas por normas emanadas do poder do Estado, codificando a matéria de direito comercial por toda a Europa.

E porque integra a história, as bases de estruturação da disciplina do Direito Comercial e de construção de decisões aplicáveis ao âmbito de sua incidência, se consolidam e se estendem a um universo cada vez mais amplo e complexo de relações, extrapolando-se dos limites do mero exercício profissional da atividade e incorporando também a apreciação das repercussões derivadas de toda matéria de comércio, delineando-se um perfil objetivista do alcance e aplicação das decisões, de modo a favorecer a extensão do direito especial dos comerciantes, a todos os atos de comércio, independentemente de sua natureza ou de quem os praticasse.

A partir então, do início do século XIX, até meados do século XX, identifica-se o terceiro período histórico da evolução do Direito Comercial, com a característica da superação do perfil subjetivista de identificação do *âmbito* de incidência de suas normas, afastando sua aplicação personificada *à* figura do comerciante e estabelecendo o seu campo de autuação sobre os atos de comércio e suas repercussões.

A referência inicial desse período é o Código Napoleônico de 1806, – ou CODE DE COMMERCE –, que, explicitamente adotando o perfil objetivista, estruturou-se sobre a teoria dos atos de comércio, embora o sistema objetivista, – que desloca a base do direito comercial da figura tradicional do comerciante para a dos atos de comércio –, seja considerado impróprio até os dias de hoje, face à dificuldade de se definir satisfatoriamente o que sejam os atos do comércio e pelo fracionamento do direito privado em diferentes regimes para as atividades comerciais e civis.

2 A TEORIA DA EMPRESA

O extraordinário desenvolvimento da economia, mediante a diversidade da exploração da atividade econômica, estimulou as especulações na área do conhecimento humano, notadamente, nos campos da economia e do direito, destacando-se como objeto de estudos, a exploração das forças produtivas naturais, através da utilização de capital, sob a coordenação e organização de um agente, o empresário.

Muito embora a questão da autonomia do Direito Comercial, – considerado por alguns como direito de classe –, tenha merecido críticas, Vivante,

um dos defensores da tese da unificação do direito privado, sendo nomeado em 1919, Presidente da Comissão de Reforma da Legislação Comercial, elaborou projeto específico de um Código Comercial, para a Itália.

Entretanto, a entrada em vigor, em 1942, do Códice Civile, na Itália, é a referência inicial do quarto e contemporâneo período histórico da evolução do Direito Comercial, reunindo, em uma única lei, as normas de direito privado, regendo matérias de direito civil, comercial e trabalhista.

A característica determinante deste período *é* a adoção da Teoria da Empresa, deslocando o núcleo conceitual do Direito Comercial, dos atos de comércio, para o de empresa, assim entendido como: – "a atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços" –, não se confundindo, nem com o sujeito (empresário) da iniciativa de empresa e nem com o estabelecimento (bens corpóreos e incorpóreos).

Destarte, empresa, é a organização dos fatores de produção, – capital, trabalho, matéria-prima e tecnologia (máquinas e know-how) –, para a produção ou circulação de bens ou serviços, com finalidade de lucro, sob a atuação e por conta e risco do empresário e sob a liderança, coordenação e gestão dos sócios, acionistas e administradores.

Considerando então a ausência de uma definição legal do que seja empresa, assentou-se o entendimento, a partir da teoria de Alberto Asquini, renomado doutrinador italiano, de que o fenômeno econômico de empresa deve ser considerado levando-se em conta quatro perfis:

a) O perfil subjetivo, considerando o empresário como o sujeito, – pessoa física ou jurídica –, que exerce a atividade econômica;

b) O perfil objetivo ou patrimonial, considerando o acervo de bens úteis e necessários ao exercício da atividade pelo empresário, ou seja, o estabelecimento;

c) O perfil funcional, considerando a atividade em si mesma, ou seja, a dinâmica ou movimento operacional da atividade econômica dirigida e levada a efeito com a finalidade de produzir ou circular, bens ou serviços e,

d) O perfil corporativo, considerando a organização de pessoas integrada pelo empresário e seus colaboradores em função de um fim econômico e interesse comum.

Vale ressaltar que, como bem pontua o Ilustre Prof Fábio Ulhoa Coelho, em seu Curso de Direito Comercial – Vol I, pg 18 – 6ª Edição/2002 – Ed Saraiva: – "A teoria da empresa *é,* sem dúvida, um novo modelo de disciplina privada da economia, mais adequado ao capitalismo superior. Mas através dela não se supera, totalmente, um certo tratamento diferenciado das atividades econômicas. O acento da diferenciação deixa de ser posto no gênero da atividade e passa para a medida de sua importância econômica. Por isso ***é*** mais apropriado entender a elaboração da teoria da empresa como o núcleo de um sistema novo de disciplina privada da atividade econômica e não como expressão da unificação dos direitos comercial e civil" (Grifo nosso).

3 CONSIDERAÇÕES SOBRE DIREITO COMERCIAL E DIREITO DE EMPRESA.

Para compreender-se o Direito Comercial como sendo também o Direito Empresarial, – denominação originada da Teoria da Empresa –, necessário se faz esclarecer que ambos têm como âmbito de incidência os fenômenos econômico-sociais, derivados das necessidades e anseios humanos na produção de utilidades através do exercício de atividade econômica e suas repercussões, embora se estruturando em bases diversas, posto que o primeiro tem como núcleo conceitual os atos de comércio e o segundo, a empresa, assim entendido, como a atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens ou serviços, com o objetivo fundamental, que é o lucro.

Superada a fase primitiva da relação de troca, em que os grupos humanos satisfaziam as suas necessidades mediante a prática do escambo, trocando entre si os excedentes naturais de que dispunham com os de outras tribos, significando dizer que o excesso útil de uns, supria a necessidade de outros pelo intercâmbio de produtos da natureza, sem o conceito de mais valia ou de se agregar valor aos objetos da troca, surgem em diversas etapas, mercadorias-padrão, – conchas, animais, notadamente o gado bovino, pedras e metais preciosos, que culminam na moeda, como um valor representativo comum, no processo de circulação de produtos.

Com o desenvolvimento da civilização e consequente multiplicação das necessidades humanas, posto que civilizar ***é*** multiplicar necessidades, a satisfação dessas necessidades evolui da economia de troca para a economia

de mercado, ou seja, já não mais se produz meramente para troca, mas sim para venda, em que o produto merece o pagamento de seu valor em moeda, formando capital que será reaplicado em novo ciclo de produção.

Como extensão da exploração da atividade econômica produtiva, surge o comércio, correspondente ao tráfico mercantil, compreendendo as atividades de circulação da produção, fazendo chegar a lugares e comunidades, produtos de que não dispunham ou os tinham em escassez e com isso adquirindo maior utilidade e desejabilidade, obtendo-se maior valor, mediante a interposição de agentes, entre produtores e consumidores.

Ora, considerando as dificuldades de se produzir e vender ao mesmo tempo, notadamente quando para regiões longínquas, verifica-se a conveniência de se delegar a agentes o papel de revendedores, surgindo então a figura do comerciante, como sendo a pessoa que intromissiva e intermediariamente, desenvolvia atividade típica do comércio, qual seja, a compra e venda de produtos e a sucessiva revenda.

E tem sido aceito pelos Juristas, entre eles o Prof. Inglez de Souza, o conceito jurídico para o comércio formulado por Vidari, comercialista italiano, segundo o qual, corresponde, – "ao complexo de atos de intromissão e intermediação, entre o produtor e o consumidor, que, exercidos habitualmente com fim de lucro, realizam, promovem ou facilitam a circulação dos produtos da natureza e da indústria, para tornar mais fácil e pronta a procura e oferta" – (Grifos nossos).

De se observar que, a produção econômica começa a dar contorno a atividades distintas, quais sejam, atividades extrativa, produtiva e de circulação; mediante a intromissão e intermediação de agentes entre produtores e consumidores, imprescindindo de atividades outras de fomento, apoio e segurança, como as bancárias, securitárias e de serviços, bem como, a prescindir de normas disciplinadoras da atividade, no sentido de superar os conflitos decorrentes das complexas e múltiplas relações.

Portanto, seja qual for a designação que se dê ao ramo jurídico que tem como objetivo a superação dos conflitos inerentes ao exercício de atividades econômicas, Direito Comercial ou Direito Empresarial, o certo é que ambas, identificam uma área especializada do conhecimento jurídico, impondo, a quem quer que queira nela atuar, a busca de aprimoramento profissional necessário e suficiente, a contribuir para que o empresário, efetivamente alcance seu fundamental e final propósito, que é o lucro, sem desprezo à responsabilidade social da atividade empresarial.

4 IDENTIFICAÇÃO DO SUJEITO DO DIREITO DE EMPRESA.

A partir da conceituação definida no art. 966 do Código Civil de 2002, tem-se que é empresário, aquele que exerce atividade econômica em nome próprio e por sua conta e risco, – significando que o faz com ânimo de lucro, mas também sujeitando-se às perdas –, com os seus elementos caracterizadores, ou seja, profissionalidade, a organização, propósito, – fazer produzir ou circular, bens ou serviços –, e a finalidade, que é o lucro.

Ora considerando que quem exerce a atividade econômica, é a pessoa física ou pessoa jurídica, que se expressa e se identifica pela firma ou denominação social e inscrição própria, o sujeito do direito de empresa, é essa personalidade jurídica, cuja existência legal começa a partir da inscrição de seus atos constitutivos no respectivo registro[6].

Surge a partir daí, um ente de direito que é a pessoa jurídica, com autonomia patrimonial e capaz de direitos e obrigações, assim preceituando o Art. 44, do Código Civil/2002: "– Começa a existência legal das pessoas jurídicas de direito privado com a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro, precedida, quando necessário, de autorização ou aprovação do Poder Executivo, averbando-se no registro todas as alterações por que passar o ato constitutivo –".

O Empresário Individual, figura ausente da enumeração classificatória das pessoas jurídicas de direito privado do art. 44, do Código Civil, inclusive com o acréscimo da Empresa individual de Responsabilidade Limitada, promovido pela Lei 12.441/2011 que, também, altera o art. 1033 e inclui o art. 980-A; sempre foi equiparado a elas, sujeitando-se ao registro e obtendo-se inscrição própria no Registro do Comércio, Juntas Comerciais; e no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ sem, contudo, ostentar autonomia patrimonial em relação ao acervo de seu fundador e titular; e nem esse, quanto ao patrimônio acrescido na constância do exercício da atividade econômica, atribuindo-se responsabilidade ilimitada ao seu titular e promovendo-se confusão patrimonial do acervo declarado no CPF do fundador e no CNPJ do ente jurídico equiparado, quando da abertura da sucessão do fundador e liquidação do acervo.

[6] Segundo **Fábio Ulhoa,** in Curso de Direito Comercial, 6ª Edição/2002, Vol I, pg 99 – SARAIVA, "– Sujeito de direito é a sociedade empresária, que, reunindo os bens necessários ou úteis ao desenvolvimento da empresa, organiza um complexo com características dinâmicas próprias. A ela, e não ao estabelecimento empresarial, imputam-se as obrigações e asseguram-se os direitos relacionados com a empresa –."

5 DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA – EIRELI.

Com o advento da Lei 12.441/2001, que altera o Código Civil, acrescendo à enumeração do art. 44, VI, essa categoria de pessoa jurídica, modificando o art. 1.033, que trata da dissolução da sociedade e acresce o art. 980-A, dispondo, especificamente, sobre a nova categoria, in litteris:

> Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:
> I – as associações;
> II – as sociedades;
> III – as fundações.
> IV – as organizações religiosas;
> V – os partidos políticos.
> VI – as empresas individuais de responsabilidade limitada.
> Art. 980-A. A empresa individual de responsabilidade limitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a 100 (cem) vezes o maior salário mínimo vigente no País.
> § 1º O nome empresarial deverá ser formado pela inclusão da expressão "EIRELI" após a firma ou a denominação social da empresa individual de responsabilidade limitada.
> § 2º A pessoa natural que constituir empresa individual de responsabilidade limitada somente poderá figurar em uma única empresa dessa modalidade.
> § 3º A empresa individual de responsabilidade limitada também poderá resultar da concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, independentemente das razões que motivaram tal concentração.
> § 4º (VETADO).
> § 5º Poderá ser atribuída à empresa individual de responsabilidade limitada constituída para a prestação de serviços de qualquer natureza a remuneração decorrente da cessão de direitos patrimoniais de autor ou de imagem, nome, marca ou voz de que seja detentor o titular da pessoa jurídica, vinculados à atividade profissional.
> § 6º Aplicam-se à empresa individual de responsabilidade limitada, no que couber, as regras previstas para as sociedades limitadas.
> Art. 1.033. Dissolve-se a sociedade quando ocorrer:
> I – o vencimento do prazo de duração, salvo se, vencido este e sem oposição de sócio, não entrar a sociedade em liquidação, caso em que se prorrogará por tempo indeterminado;
> II – o consenso unânime dos sócios;
> III – a deliberação dos sócios, por maioria absoluta, na sociedade de prazo indeterminado;
> IV – a falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias;
> V – a extinção, na forma da lei, de autorização para funcionar.
> Parágrafo único. Não se aplica o disposto no inciso IV caso o sócio remanescente, inclusive na hipótese de concentração de todas as quotas da sociedade sob sua titularidade, requeira, no Registro Público de Empresas Mercantis, a transformação do registro da sociedade para empresário individual ou para empresa individual de responsabilidade limitada, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 deste Código.

De início comporta analisar-se dois aspectos conceituais equivocados, consistentes, a uma: na empresa elevada à categoria de pessoa jurídica, posto que, *é* a própria atividade econômica, – enquanto organização objetiva dos meios de produção para a produção ou circulação de bens ou de serviços –, CC 966; e a outra: na expressão capital social, porquanto, por capital social entende-se aquele formado mediante contribuições de duas ou mais pessoas, ou seja, de forma compartilhada, o que não *é* o caso, posto que, o capital inicial da individual é formado com a contribuição ou destaque *únicamente* por parte do fundador ou titular.

Mais adequado seria o uso da expressão empresário individual e, para o capital, a expressão capital inicial, tanto assim o seria, que em jornada de direito civil do STJ, assentou-se que: "Jornada V de Direito Civil– STJ 472: – *É* inadequada a utilização do termo "social" para as empresas individuais de responsabilidade limitada".

O expressivo avanço com a criação desse novo ente jurídico é o estímulo ao empreendedorismo, vez que, além da parcela destacada do patrimônio pessoal do titular, o restante não é alcançado pelas obrigações contraídas no exercício da atividades, preservando-se o que anteriormente era, também, alcançado ante a ilimitação da responsabilidade, destacando-se o patrimônio da pessoa jurídica com o do titular, salvo desconsideração da personalidade jurídica, alhures abordada.

E nesse sentido, também, o STJ em jornada de direito civil, assentou:

> Jornada de Direito Civil V – STJ 470: – O patrimônio da empresa individual de responsabilidade limitada responderá pelas dívidas da

> pessoa jurídica, não se confundindo com o patrimônio da pessoa natural que a constitui, sem prejuízo da aplicação do instituto da desconsideração da personalidade jurídica.

Outro aspecto a se observar é que a dicção do texto legal, não faz distinção se é a pessoa natural ou a jurídica que pode constituir ou criar a empresa individual de responsabilidade limitada, ex vi da primeira parte do caput do art. 980-A e, tão pouco, atribui-lhe a categoria de sociedade, muito embora, admita a aplicação supletiva das normas atinentes à sociedade limitada, no que lhe couber, (CC, 980-A, § 6º).

E, mais uma vez, a diligente jornada V de direito civil do STJ, posiciona-se:

> Jornada de Direito Civil V – STJ 468: – A empresa individual de responsabilidade limitada só poderá ser constituída por pessoa natural.
> Jornada de Direito Civil V – STJ 469: – A empresa individual de responsabilidade limitada não é sociedade, mas novo ente jurídico personalizado.

Assim é que, o novo ente jurídico constitui-se, originariamente, mediante Ato Constitutivo na forma da Instrução Normativa DREI 03/2013 do DNRC; Registro (CC 967 – Lei 8.934/94 – DNRC); *Único* titular – PN ou PJ –; Capital: = ≥ 100 x maior SM vigente; Nome Empresarial (CC 1.155): Firma (CC 1.156), – designa nome do titular –; ou Denominação (CC 1.158, *§2º,* – designa objeto social – e, derivativamente, mediante concentração das quotas de outra modalidade societária num único sócio, nos termos do § 3º, do art. 980-A, acima.

6 SOCIEDADE E SOCIEDADE UNIPESSOAL.

Regra geral, nos termos do art. 1.033, dissolve-se a sociedade pelas razões enumeradas e, especificamente, pela falta de pluralidade de sócios, não reconstituída no prazo de cento e oitenta dias, (inciso IV).

De se ver que, a sociedade desprovida da necessária pluralidade de sócios, não se dissolve de pleno direito por essa circunstância, submetendo-se a uma condição resolutiva, qual seja, a reconstituição da pluralidade no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, o que significa dizer-se que subsume-se numa descaracterização resolúvel e, portanto, provisória ou temporária.

Alternativamente à possibilidade de reconstituição da pluralidade com a admissão de novo ou novos sócios, pode o sócio remanescente e sobre o qual tenha ocorrida a concentração de quotas, preferindo não dissolver e liquidar a sociedade, extinguindo-a, promover-lhe a transformação para a categoria de empresário individual ou empresa individual de responsabilidade limitada, nos termos do § Ú, do art. 1.033, observado, no que couber, o disposto nos arts. 1.113 a 1.115 do Código Civil.

À evidência que a transformação para empresário individual não se apresenta como alternativa prudente, porquanto, atribui-se responsabilidade ilimitada ao titular que, logicamente, elegerá a transformação para EIRELI, se adequadamente assessorado.

Portanto, superadas as situações acima evidenciadas e resolvida a situação provisória ou temporária do status de sociedade anteriormente ostentada, e registrado o ato de transformação, surge o novo ente jurídico, capaz de direitos e obrigações, com autonomia patrimonial, embora relativa em razão da possibilidade da desconsideração da personalidade jurídica, que não é sociedade, aos fundamentos seguintes:

a) Entende-se por sociedade o agrupamento de seres que vive em estado gregário, ou seja, seguem regras comuns e são unidas por um sentimento de grupo e corpo social. Assim, é improvável que uma única pessoa, viva socialmente.

b) Entende-se por sociedade comercial ou empresária, o pacto, escrito ou não, em que duas ou mais pessoas estipulam a comunhão de bens, parcial ou totalmente, para exercício habitual atividade econômica e partilha do resultado e,

c) Entende-se por sociedade empresária, nos termos da norma civil vigente, CC, art. 981, as pessoas que celebram contrato de sociedade e, reciprocamente< se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

De se concluir assim, que a norma exclui a possibilidade da constituição de sociedade unipessoal, posto que, o pressuposto é que se celebre contrato de sociedade entre duas ou mais pessoas, naturais ou jurídicas.

Mesmo assim, a quem entenda e admita a existência de sociedade unipessoal, enquanto não dissolvida e liquidada a sociedade que tenha perdida

a pluralidade de sócios ou que não tenha sido transformada; da Subsidiária Integral prevista na Lei das S/As, art. 251 – 253 e da Empresa Pública, regida pelo Dec. Lei 200/67, 5º, II.

Porém, conforme entendimento acima esposado, na situação em que a sociedade sofre a sua descaracterização em razão da ausência de pluralidade de sócios, submete-se a uma condição resolúvel que, se não resolvida, será dissolvida e liquidada, portanto, não se admite que se configure a sociedade unipessoal.

Relativamente à subsidiária integral, caracterizada pela aquisição, por sociedade brasileira, de todas as ações do capital social de outra companhia brasileira ou estrangeira para convertê-la em subsidiária integral, será submetida à deliberação da assembleia geral das duas companhas e, tratando-se de companha aberta somente poderá ser contratada sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a fazer oferta pública de aquisição das ações com direito a voto dos demais acionistas da companhia, (destaca-se) [...] . Ora, assim, além de se verificar que da expressão, – tendo como único acionista sociedade brasileira –, evidencia-se, também, a figura de sociedade com pluralidade de sócios e não, único sócio ou titularidade das ações concentrada em único titular.

Quanto à Empresa Pública, forçoso reconhecer-se que se trata de situação própria e atípica que não se molda nem ao conceito de sociedade empresária, nem de sociedade de único sócio, porquanto, nem mesmo é reconhecida, sob a expressão empresa pública, na categoria de pessoa jurídica de direito público, enumerada no CC, art. 41, embora possa se enquadrar na categoria das demais entidades de caráter público criadas por lei, inciso V, que, pela generalidade mesma da expressão, seguramente, não pretende alçar a Empresa Pública à categoria de sociedade unipessoal.

Mesmo na legislação ou instrumentalização alienígenas que reconheça e até regule a sociedade unipessoal, verifica-se, em razão mesma de suas incongruências, que a sociedade unipessoal, de fato, não pode subsistir razoavelmente, senão vejamos:

Na regulação Portuguesa, mediante o Dec Lei 262/86, Art. 270-A/G, tem-se que:

> **1.** A sociedade unipessoal por quotas é consituída por um sócio único, pessoa singular ou colectiva, que é o titular da totalidade do capital social.
> **2.** A sociedade unipessoal por quotas pode resultar da concentração na tirularidade de um único sócio das quotas de uma sociedade por quotas, independentemente da causa da concentração.

Por sua vez, a União Europeia, através da Diretiva CEE 102/2009, estabelece:

> Artigo 2º
> 1. A sociedade pode ter um sócio único no momento da sua constituição, bem como por força da reunião de todas as partes sociais numa única pessoa (sociedade unipessoal).
> 2. Enquanto se aguarda uma coordenação das disposições nacionais em matéria de direito dos grupos, as legislações dos Estados-Membros podem prever disposições especiais ou sanções aplicáveis:
> a) Quando uma pessoa singular for o sócio único de várias sociedades; ou
> b) Quando uma sociedade unipessoal ou qualquer pessoa colectiva for o sócio único de uma sociedade.
> Artigo 4º
> 1. O sócio único exerce os poderes atribuídos à assembleia geral de sócios.
> 2. As decisões adoptadas pelo sócio único no domínio a que se refere o nº 1 devem ser lavradas em acta ou assumir a forma escrita.

Observe-se que o item 1, do artigo acima transcrito, subverte até mesmo o dever de diligência conferido aos administradores, sócios ou não, consoante CC, Art. 1.011 e Lei das S/As, art. 153, porquanto, o titular ou sócio sobre o qual se concentram as quotas sociais, por força mesma de sua singularidade, não tem como exercer poderes de um órgão deliberativo colegiado e soberano.

Por assembleia se entende a reunião de várias pessoas em torno de um determinado fim, cujas decisões, mediante prévia deliberação, vinculam todos os sócios, ainda que ausente ou dissidentes, CC, 1.072, § 5º.

Na expressão literal do CC, art. 1.072, consagra-se que as deliberações dos sócios, obedecido o disposto no art. 1.010, serão tomadas em reunião ou assembleia; e a do art. 121 da Lei 6.404/76, define que, – A assembleia geral, convocada e instalada de acordo com a lei e o estatuto, tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar resoluções que julgar conveniente à sua defesa e desenvolvimento –.

Ora, estabelecer-se que a decisão singular, por vezes de foro íntimo e sujeitos unicamente à intenção e propósito do titular de uma empresa individual é, no mínimo, pretender complicação no que simplificado foi, posto que, a sociedade limitada é uma simplificação da sociedade anônima,

notadamente de capital fechado e, por sua vez, a empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI, é a simplificação da sociedade limitada.

Até mesmo na sociedade limitada, busca-se a simplificação do processo decisório, porquanto, tanto a reunião ou assembleia tornam-se dispensáveis quando todos decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria objeto delas, § 3º do art. 1.072, da Lei 10.406/2002, exceto para a sociedade com número de sócios, superior a 10 (dez), § 1º do mesmo artigo.

Sem se olvidar ainda que, na prática, o titular é soberano, não admitindo qualquer interferência nas suas decisões acerca do negócio e até sobre a destinação dos recursos ou assunção do resultado ao final de cada exercício, embora, seja essa conduta, a causa incisiva do insucesso de muitos empreendedores individuais.

CONCLUSÃO

Sem a pretensão de exaurir a controvérsia sobre a matéria e tão pouco, inferir-se uma conclusão estanque sobre a admissão ou não da existência da sociedade unipessoal, a pesquisa e ponderações do presente artigo visam lançar, tão somente, reflexões sobre o universo do ensino e compreensão da ciência jurídica no meio acadêmico e profissional de sua aplicação e prática, no sentido de estimular a pesquisa, interpretação e formação de convicção em torno de qualquer tema objeto de estudo e, especialmente no caso ora analisado, forçoso concluir-se pela impossibilidade da existência da sociedade unipessoal, ante a ausência de compartilhamento de recursos e partilha de resultado, bem como, pela forma de sua gestão; mesmo à luz de previsão legal que a admita.

BIBLIOGRAFIA

CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO, – Lei 10.406/2002, modificada pela Lei 12.441/2011.

CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS DE PORTUGAL, – Dec Lei 262/86, Art. 270-A/G.

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, – Lei 13.105/2015 –;

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO – CLT, – Dec. Lei 5.452/43 e suas modificações –;

ESTATUTO DA OAB – Lei 8.906/94, Art. 16/17 – modificada pela Lei 13.247/2016.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, Novo Aurélio, Nova Fronteira, Século XXI;

Instrução Normativa DNRC 107/2008 – procedimentos para a validade e eficácia dos instrumentos de escrituração dos empresários, sociedades empresárias, leiloeiros, tradutores e intérpretes.

Lei das S/As, – Lei 6.404.76 – e suas alterações;

LEI DAS SOCIEDADES POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, – Decreto 3.708/1919 –;

LEI DO REGISTRO PÚBLICO DE EMPRESAS MERCANTIS E ATIVIDADES AFINS, – Lei 8.934/94– ;

NEGRÃO, Ricardo: Manual de Direito Comercial e de Empresa 1, 3ª Edição/SARAIVA);

Nery, Nelson Júnior e Rosa Maria de Andrade, **Código Civil Comentado,** 11ª Edição/2014, Editora Revista dos Tribunais;

REGULAMENTO DA LEI 8.934/94, – Dec. Lei 1.800/96 –;

REQUIÃO, Rubens, Curso de Direito Comercial, Vol. 1 e 2, 23ª Edição/SARAIVA/2003.

ULHOA, *Fábio Coelho, Curso de Direito Comercial – Vol I,– 6ª Edição/2002 – Ed Saraiva:*

União Europeia, – Diretiva CEE 102/2009 –.

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE: REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA

Ruth Borges Rilko[7]
Neila Maria Mendes Borges[8]

RESUMO

Este estudo se caracteriza como uma revisão de literatura, do tipo narrativa tendo como objetivo principal identificar na literatura a importância da participação do ECA e da Lei da Palmada na minimização da violência contra a criança e o adolescente, no contexto intrafamiliar, no Brasil. Como objetivos específicos têm-se a análise da influência da cultura sobre a ocorrência desse tipo de violência, os fatores que caracterizam a violência intrafamiliar e as mudanças decorrentes da aplicação da lei sobre os registros existentes. De acordo com os estudos pesquisados verificou-se que a intervenção do Estado com a criação de leis como o ECA assegura direitos que nem sempre podem ser cobrados e cumpridos devido à falta de recursos humanos e de infraestrutura.

Palavras-chave: Violência intrafamiliar. Criança. Adolescente. ECA. Lei da Palmada.

ABSTRACT

This study is characterized as a literature review, the narrative kind with the main objective to identify in literature the importance of participation of the ECA and Spanking of Law in minimizing violence against children and adolescents in the context of intra-family in Brazil. The specific objectives are the analysis of culture's influence on the occurrence of such violence, factors that characterize domestic violence and the changes resulting from the application of the law on existing records. According to the studies surveyed it was found that state intervention with the creation of laws as the ACE ensures that rights can not always be charged and fulfilled due to lack of human resources and infrastructure.

Keywords: Family violence. Child. Adolescents. ECA. Law of Spanking.

[7] Graduada em Geografia pela UEG-Universidade Estadual de Goiás; Bacharel em Direito pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis, Especialista em Geografia do Brasil pela UEG; Especialista em Direitos Humanos da Criança eAdolescente. UFG –Campus Catalão; Especialista em Direito da Família pela FAVENI e Pós-Graduanda em Direito Ambiental, pela FAVENI-Faculdade Venda Nova do Integrante.

[8] Professora do Curso de Especialização em Direitos Humanos da Criança e Adolescente, na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: neilam@ibest.com.br.

INTRODUÇÃO

O presente artigo visa promover, a partir da literatura disponível, uma discussão sobre as motivações que desencadeiam a violência heredofamiliar contra a criança e o adolescente.

Entende-se por violência intrafamiliar toda omissão dos responsáveis por crianças ou incapazes que prejudique o bem-estar, a integridade física ou psicológica ou ainda, a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento. Esse tipo de violência pode ser cometido dentro ou fora de casa por membro da família, ou ainda, por pessoas que assumem função parental, ainda que não possuam laços e consanguinidade.

> Estima-se que no Brasil, atualmente, a violência exercida por pais ou responsáveis, no contexto intrafamiliar, contra suas crianças e adolescentes é considerada pelo Ministério da Saúde como um caso de saúde pública de grande relevância, visto que, o maior número desse tipo de violência atinge a faixa etária de 0 aos 7 anos de idade, ou seja, no período de vida da criança em que a personalidade está em formação (SAFFIOTTI, 2000, p. 20).

Segundo dados fornecidos pela Delegacia Especializada de Proteção à Criança e ao Adolescente (DEPCA), em 2001, foram registradas 920 denúncias relacionadas à Violência Doméstica/ heredofamiliar, sendo: 662 denúncias de Violência/Abuso Físico; 79 de Violência/Abuso Sexual; 94 de Violência/Abuso Psicológico; e, 85 de Negligência, dados incipientes considerando os casos que são omitidos ou mesmo os agravantes, relacionados à questão da negligência.

Diante do contexto apresentado, o tema desse trabalho foi escolhido em razão de sua atualidade e em razão de esse tipo de violência tornar-se potencializado em gravidade dado o fato de os agressores serem pais, parentes ou responsáveis pela criança ou pelo adolescente e tais agressores serem capazes de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima e de haver ainda, poucas denúncias em relação à proporção dos acontecimentos.

O problema a ser discutido é qual a contribuição do ECA e da Lei da Palmada para a minimização da violência heredofamiliar contra a criança e o adolescente, apresentada pela literatura consultada? Com relação aos objetivos que permeiam o trabalho, tem-se como objetivo geral o levantamento de fontes que indiquem a contribuição das leis mencionadas para mitigar o

problema apresentado. Como objetivos específicos buscamos: compreender o processo histórico e social no desenvolvimento desse tipo de violência; caracterizar os tipos de violência heredofamiliar; identificar as contribuições do ECA e da Lei da Palmada para minimizar os casos de violência contra a criança e o adolescente.

O trabalho de pesquisa justifica-se por elucidar uma problemática que se circunscreve no cotidiano brasileiro e que faz vítimas cotidianamente, desencadeando nessas, problemas de natureza traumática, e por a questão requerer medidas de proteção que assegurem o bem-estar dos menores envolvidos, bem como a punição aos agressores.

Quanto à metodologia empregada, trata-se de uma revisão de literatura que, de acordo com o método de elaboração se caracteriza como narrativa e se desenvolverá a partir de referencial teórico, leitura e análise de pesquisas já publicadas sobre o assunto. Sobre esse tipo de revisão narrativa, Rother (2007) explica que é uma revisão ampla, sem metodologia criteriosa das fontes pesquisadas e é apropriada para descrever e discutir o estado da arte sobre um tema especifico.

Conforme esclarece o Instituto de Psicologia – USP– Biblioteca Dante Moreira Leite (2015).

> A "revisão narrativa" não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura. A busca pelos estudos não precisa esgotar as fontes de informações. Não aplica estratégias de busca sofisticadas e exaustivas. A seleção dos estudos e a interpretação das informações podem estar sujeitas à subjetividade dos autores. É adequada para a fundamentação teórica de artigos, dissertações, teses, trabalhos de conclusão de cursos.

Assim sendo, esse estudo foi realizado a partir da análise da literatura disponível sobre a temática em livros, artigos de periódicos, artigos de jornais, registros históricos, leis, teses e dissertações, como veremos a seguir.

1 VIOLÊNCIA HEREDOFAMILIAR E SOCIEDADE PATRIARCAL

Ainda não se pode pensar em uma sociedade em que as pessoas vivam em pleno exercício da razão. Se assim o fosse, não se ouviria falar em violência e tantos outros males que assolam a sociedade e a família. Isso se deve ao

fato de os seres humanos trazerem em seu âmago uma natureza altamente instintiva que os assemelhas a animais quando há estados de raiva ou contrariedade em relação a algo ou alguém.

A História é marcada por ataques de cóleras intencionais ou não, praticados em toda a trajetória humana. Aliado a essa tendência natural tem-se também os tipos de sociedade, de centralização do poder, que acabaram por contribuir para que algum tipo de violência praticada ficasse guardado no silêncio dos que foram agredidos. É o caso do modelo patriarcal que foi estruturado a partir de uma ideologia de supremacia do homem nas relações sociais.

O termo Patriarcalismo tem sua origem em Patriarcado e estrutura relações sociais na forma como ficou conhecido desde o tempo dos Hebreus, conhecidos também como israelitas ou judeus, e já possuíam história bem antes do advento do Cristianismo. O propósito do patriarcado era o de qualificar o líder de uma sociedade judaica. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Sob o aval da religião, o termo e o modelo que ele encerra, ganhou força e a lógica patriarcalista tornou-se sinônimo de domínio do homem sobre toda a família e os que viviam sob o seu teto. A estrutura baseada nos princípios da família patriarcal legitima o grupo familiar no princípio da autoridade, com força de uma entidade política e religiosa obediente ao patriarca. Essa relação é mediada pelo sistema simbólico que atua sobre a cultura brasileira. Para (BOSI, 2010):

> A possibilidade de enraizar no passado a experiência atual de um grupo se perfaz pelas mediações simbólicas [...] É o gesto, o canto, a dança, o rito, a oração, a fala que evoca, a fala que invoca. No mundo arcaico tudo isto é fundamentalmente religião, vínculo do presente com o outrora-tornado-agora, laço da comunidade com as forças que a criaram em outro tempo e que sustêm a sua identidade (BOSI, 2010, p.15).

Diante disso, embora muitas transformações tenham ocorrido na estrutura social, os ranços desse tipo de cultura ainda insistem em se manter. Claro, não se pode atribuir toda a violência de que se tem registro somente a um agente agressor, porém, pode-se dizer que o modelo social pautado no patriarca em muito contribuiu para o silenciamento de mulheres e crianças nos lares brasileiros.

Também, surgiram contribuições valiosas com vistas a erradicar ou pelo menos amenizar o problema. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) desde sua promulgação em 1990 tem dado respaldo aos vários tipos de denúncia que têm surgido contra crianças e adolescentes no espaço familiar. A conduta agressiva não surge de uma causa isolada, pode embutir questões individuais, do relacionamento familiar e até mesmo, advindas de outros fatores. Uma vez sob o que se conhecia como pátrio poder, a criança e o adolescente acaba por se fazer sem voz social frente àqueles que, segundo as leis brasileiras, lhe deviam proteção.

> Nas relações entre adultos e crianças são os primeiros que ditam as regras. Dessa sorte, segundo essa pedagogia da violência que domina a sociedade brasileira, criança que não obedece ao adulto, não apenas pode, mas deve ser espancada. E não é de pequeno que se torce o pepino? Não há combinatória capaz de tirar a criança da última posição da escala do poder (SAFFIOTTI, 2000, p. 20).

No direito brasileiro o poder familiar compreende um conjunto de responsabilidades e direitos que envolvem a relação entre pais e filhos. Nessa relação,insere-se a assistência, auxílio e respeito mútuo até que os filhos atinjam a maioridade e possam responder por si e por suas vidas.

Tanto a violência direta, seja física ou verbal, quanto a indireta, por meio da omissão que pode ser praticada contra aqueles que deveriam ser acolhidos e cuidados, revelam traços dos agentes agressores enquanto não cuidadores da responsabilidade assumida frente o papel que desempenham, seja como pais ou outros vínculos familiares. Nesse sentido, Azevedo e Guerra (2005),

> Consideram que a violência intrafamiliar que atinge crianças e adolescentes cometida por seus pais, membros da família extensa ou pelos responsáveis revela uma transgressão dos adultos, porque, além de não cumprirem o dever de proteger e promover os direitos de suas crianças e adolescentes são eles próprios os agentes da violência (AZEVEDO; GUERRA, 2005, apud MOREIRA; SOUSA, 2012).

Ocorre o ato negligente quando pais ou responsáveis falham, e propiciam situações que denotam violência, a qual pode manifestar-se de diferentes formas: física, sexual, psicológica e por negligência/abandono. No próximo tópico, discorreremos sobre os tipos de violência intrafamiliar.

2 TIPOS DE VIOLÊNCIA HEREDOFAMILIAR

A violência física registra-se pelo uso da força contra a criança ou adolescente, ou ações praticadas pelos pais ou responsáveis, que tenham a intenção deliberada de ferir ou não, o que faz com que possa haver marcas da agressão ou isso pode não ocorrer. Os tipos de agressões que marcam essa violência são tapas, murros, queimaduras, uso de objetos cortantes ou mesmo com líquidos quentes, arremesso de utensílios, sacudidelas e outros. Quando a ação de sacudir a criança é intensa e praticada com recém-nascidos, pode gerar lesões de variados graus, o que chega a deixar a criança cega, com lesões dorsais ou até mesmo cerebrais.

> [...] castiga-se a criança para educá-la; castiga-se porque ela não agiu direito (segundo nossos padrões); castiga-se para dominá-la ou por inúmeras outras causas. [...] Dois critérios usados para avaliar a intensidade dos maus-tratos pela maioria dos autores são a severidade dos ferimentos e a frequência das ocorrências, que ajudarão o médico na determinação clínica dos mesmos. Ninguém chega a um consultório declarando ter espancado ou maltratado seu filho. Mas, a forma de um pai reagir em relação a seu filho, os tipos de ferimentos apresentados, o modo como a criança é cuidada, o modo como ela reage ao exame ou à presença de algum "parente", estes fatores, isolados e relacionados entre si, podem dar-nos pistas para desconfiar. Em sua maioria os casos de maus-tratos devem ser suspeitados (BUENO, 2000, p. 107 apud RIBEIRO et al,2004, p. 119).

A violência psicológica figura entre as mais cometidas contra a criança e o adolescente, uma vez que seus efeitos não deixam evidências físicas. Porém o assunto não deve ser banalizado. De acordo com estudo publicado na Pediatrics, revista da Academia Americana de Pediatria por Pfeiffer(2012), os maus-tratos psíquicos ou emocionais, além de serem altamente danosos à saúde da criança ou do adolescente, tanto quanto outras formas de violência são o tipo de abuso de maior incidência no mundo. E veio a figurar na literatura médica pela primeira vez, há cerca de 25 anos, o que dificulta o conhecimento sobre o assunto.

Segundo a Cartilha de orientação para o enfrentamento do fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente, elaborada Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas-CMDCA, frente a esse tipo de violência a criança pode apresentar baixa autoestima,

sentimento de inadequação, pode sentir-se desprezada ou indesejada, pode ainda, apresentar problemas de saúde, obesidade, problemas de pele ou mesmo comportamento infantilizado.

Considerando a individualidade de cada sujeito e a forma como esse interage com o mundo, a criança ou adolescente, vítima de violência, podem reagir diferentemente frente aos mesmos quadros de violência, o que altera os sintomas apresentados. Ainda segundo a Cartilha de orientação para o enfrentamento do fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente, frequentemente, esses sujeitos sofrem fortes traumas e reagem a eles de maneira diversa. Uns modificam o comportamento apresentado até então, tornam tristes, agressivos, rebeldes, tensos ou mesmo infantis perante a idade que têm. Às vezes, apresentam dificuldade de aprendizagem, faltam às aulas, apresentam quadros intensamente depressivos ou reagem frente a uma ordem, além ainda, e num estágio bem avançado, surgem os envolvimentos do adolescente com drogas.

Outro quadro que se pode mencionar é a aparência desleixada que a criança pode apresentar, o que demonstra ausência de cuidados relativos à higiene ou alimentação adequada. Frente a isso, o Estado pode intervir com ações continuadas como garantia aos direitos da criança e do adolescente, bem como condições dignas de vida a eles, forma equânime e justa.

O art. 26, da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989; arts. 6º e 203, da CF e Lei nº 8.742/1993 – Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), notadamente em seus arts. 2º, incisos I e II e 23, par. único, inciso I; Decreto nº 5.085/2004, de 19/05/2004, que define as ações continuadas de assistência social, dispõe em seu art. 1º que:

> São consideradas ações continuadas de assistência social aquelas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social que visem ao atendimento periódico e sucessivo à família, à criança, ao adolescente, à pessoa idosa e à portadora de deficiência, bem como as relacionadas com os programas de Erradicação do Trabalho Infantil, da Juventude e de Combate à Violência contra Crianças e Adolescentes (ONU, 1989).

O ECA é um instrumento legal a partir do qual a sociedade brasileira pode ajudar a garantir o presente e o futuro das crianças e jovens da nação. Uma vez expostas à violência física e psicológica, falta de alimentação e higiene, abandono, omissão de tratamento médico, abuso sexual, desestímulo

à escolarização e cárcere privado, entre outros, a criança e o adolescente ficam fragilizados, ainda mais que o agente disseminador do mal, quase sempre, pertence ao mesmo núcleo familiar da vítima, o que torna a situação ainda mais dolorosa para quem a vive.

As pessoas encarregadas de proteger a criança, de forma espontânea, pelos próprios laços da afetividade que com ela deveriam manter, são justamente quem cometem a violação, fazem uso da violência e exercitam seu poder abusivo.

No próximo tópico, será discutida a contribuição do ECA para tornar o problema menos reincidente.

3 CONTRIBUIÇÕES DO ECA E DA LEI DA PALMADA PARA MINIMIZAR OS CASOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE

Em nossa sociedade, a violência doméstica ainda é um assunto que permeia a rotina de muitas crianças e jovens, e a banalização com que o fato é observado e tratado, acaba por agravar o problema e dificultar a busca por soluções e políticas de conscientização para as famílias. De acordo com Morgado (2001):

> A rotinização da violência doméstica desponta como uma característica extremamente perversa. A violência tende a rotinizar-se e manter a criança em permanente estado de alerta, pois sua manifestação pode ser desencadeada pelos fatos mais corriqueiros e contraditório: ora porque a criança comeu demais, ora porque não comeu nada; ora por uma resposta dada, ora pela falta de uma resposta (MORGADO, 2001, p. 45).

Ainda nessa linha de preocupação com a banalização do assunto, deve-se lembrar sobre o papel do Estado como interventor e lócus de criação de Políticas Públicas e de juizados no combate à violência doméstica, pois os atos de violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes não devem ser tratados como delitos de pequeno potencial ofensivo. Cabe ao estado rever o conceito de família, o de ambiente de fraternidade e proteção, e intervir de maneira a assegurar o desenvolvimento físico e psicológico dos jovens e crianças.

A iniciativa de garantir direitos às crianças brasileiras a um desenvolvimento pleno, legitima-se, na esfera legal, com a criação do ECA. O Estatuto da Criança e do Adolescente – o ECA – promulgado em 1990 propõe um protótipo de direito baseado na doutrina integral, uma vez que considera crianças e adolescentes como sujeitos de direito e em condição singular de desenvolvimento. Segundo o ECA, em seu artigo4º:

> É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida a saúde, a alimentação, a educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (ECA,1990).

Embora haja a garantia assegurada em lei, no caso pelo ECA, na prática, os segmentos envolvidos em tal garantia, família, comunidade, sociedade em geral e poder público, nem sempre cumprem com o papel destinado, pois as ações que cada um deve fazer acontecer não estão consolidadas de forma clara e sistematizada.

Por exemplo, sabe-se que para o cumprimento dos direitos assegurados pelo ECA, um instrumento relevante é a estruturação dos conselhos tutelares e da rede de atendimento e coleta de denúncias para assegurar a proteção à infância e juventude, pois tão importante quanto à notificação é a certeza de ações subsequentes.

Outra ação oriunda do poder público foi a criação da Lei da palmada, de Nº 13.010, de 26 de junho de 2014, a qual altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem que haja infringir castigos físicos ou tratamento degradante sobre eles.

Assim, a Lei da Palmada dispõe de alteração tanto do ECA quanto do Novo Código Civil, ao estabelecer o direito da criança e do adolescente de não ser infringido de qualquer punição corporal ou castigo humilhante, sob alegação de quaisquer justificativas.

Embora, muitas vezes, a criação de leis ou alteração das já existentes produz somente efeitos como a sensação de solução dos problemas e a ilusão de que, efetivamente, o Estado preocupa-se com a segurança e o bem-estar de seus governados, o assunto diz respeito a outras esferas sociais, além do estado. De acordo com (Nicéas, 2014), mas, essa interferência do Estado em questões íntimas da sociedade e da família, no plano normativo,

não assegura integralmente os direitos das crianças e adolescentes, pois não são garantia de afeto, senão, apenas de intimidação. Nesse ponto, esbarra-se em outros problemas da esfera social que geram a violência doméstica, como a desigualdade social e econômica e a ausência de educação pública de qualidade.

Como se sabe, os efeitos da violência doméstica em crianças e adolescentes são percebidos e sentidos pelas instituições escolares, que, raramente dispõem dos aparatos vitais para lidar com tais efeitos, como a presença de psicopedagogos, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais e recursos que poderiam minimizar a dinâmica da violência intrafamiliar.

Dessa forma, para que ocorra uma efetiva implementação do ECA, programas como os conselhos municipais e fundos para a criança, que executem as medidas socioeducativas, como o trabalho realizado pelo PROERD, em todo o estado de Goiás, e investimentos nas formas de atenção direita, como é o caso das instituições escolares, creches e órgãos de assistências às crianças e adolescentes merecem atenção imediata dos órgãos administrativos para que se efetive o que a lei assegura.

Sem dúvida, as contribuições trazidas pelo ECA se fazem sentir, mas sem que ocorra uma melhoria no grau de civilidade das pessoas toda a intenção desta lei bem intencionada perde seu foco, as leis não se efetivam sem preparação da sociedade para vivenciá-las.

CONCLUSÃO

Conforme se percebe, a sociedade movimenta-se para transformar as relações heredofamiliar e tornar o convívio entre os membros da família mais humano e desenvolvido no plano racional e social. Essa busca passa pelo crivo legal e normativo e por entidades que ajudam a compor o cenário social, bem como por atores desse cenário.

O objetivo deste trabalho foi mostrar os caminhos históricos que contribuíram para o cenário de violência doméstica contra crianças e adolescentes que se tem hoje em âmbito nacional e a seguridade para tentar coibir esse quadro, manifesta na criação do ECA, lei da Palmada e outras políticas de intervenção e de construção socioeducativa.

Assim, o cenário privado da instituição familiar abriga problemas e contravenções que escondem, entre outras coisas, resquícios de uma cultura

em que o bater era a forma de educar. Porém, essa ação embute desvios de comportamento e personalidade pontuais de quem submete os filhos e associam-se a fatores como despreparo para educar e lidar com situações desconhecidas, impotência diante das demandas das crianças e jovens, incapacidade de dialogar e estabelecer limites, dentre outros problemas como alcoolismo e uso de outras drogas por pessoas do recinto doméstico e que acaba por aflorar a agressividade contida no adulto, o que resulta em violência doméstica.

Sem dúvida, O Estatuto da Criança e do Adolescente vem assegurar os direitos e garantias às crianças e aos adolescentes, porém a ineficiência do Estado, as desigualdades sociais e o baixo investimento na esfera socioeducativa, acabam por comprometer a execução das medidas previstas, pois, como se sabe, a principal via que dificulta a execução das medidas é a falta de estrutura adequada e pessoal capacitado na orientação às famílias e na coleta de relatos que tenham os registros da violência intrafamiliar.

Os atores sociais, uma vez imbuídos do cumprimento de seus papéis sociais, podem viabilizar a execução das medidas necessárias para se fazer cumprir a normatização criada pelo Estado. A solução requer uma participação conjunta de todas as instituições mencionadas e uma reavaliação permanente das leis criadas, visto as constantes mudanças na esfera social.

REFERÊNCIAS

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. Ed. Schwarcz, São Paulo– SP, 2010.

Cartilha de orientação para o enfrentamento do fenômeno da violência doméstica contra criança e adolescente, elaborada Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente de Campinas-CMDCA. Disponível em: http://sisnov.campinas.sp.gov.br/pdf/cartilha.pdf. Acesso em: 02 ago. 2015.

DIGIÁCOMO, Murilo José. DIGIÁCOMO, Ildeara de amorim. **Estatuto da Criança e do Adolescente** – anotado e interpretado. Disponível em: <http://www.crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/caopca/eca_anotado_2013_6ed.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

ECA –Estatuto da Criança e adolescente. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 02 jul. 2015.

INSTITUTO DE PSICOLOGIA – USP BIBLIOTECA DANTE MOREIRA LEITE**. O que** é **revisão de literatura.** Disponível em: http://www.ip.usp.br/portal/images/biblioteca/revisao.pdf. Acesso em: 16 jul. 2015.

MORGADO, Rosana. **Abuso Sexual Incestuoso**: Seu enfrentamento pela mulher/mãe. Orientadora: Heleieth Saffioti. São Paulo: PUC, 2001. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais).

NICÉAS Giovane **Colisão entre a atuação do estado e a vida privada: limites do intervencionismo.** iovaneandreas.jusbrasil.com.br/artigos/144430825/colisao-entre-a-atuacao-do-estado-e-a-vida-privada-limites-do-intervencionismo. 2014. Acesso em: 02 ago. 2015.

RIBEIRO, Marisa Marques. ROSSO, Ademir José. MARTINS, Rosilda Baron. **Violência doméstica**: a realidade velada. R. bras. Est. pedag., Brasília, v. 85, n. 209/210/211, p. 114-125, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/93/95>. Acesso em: 28 mar. 2015.

ROTHER, Edna Terezinha**. Revisão Sistemática x Revisão Narrativa**. Editora Técnica da Acta Paulista Enfermagem. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/ape/v20n2/a01v20n2.pdf. Acesso em: 17 jul 2015.

SAFFIOTTI, H. **A síndrome do pequeno poder**. In: AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. (Org.). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. 2. ed. São Paulo: Iglu, 2000.

A VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE – UM CRIME ENTRE QUATRO PAREDES

SEXUAL VIOLENCE INTRAFAMILIAR AGAINST CHILDREN AND ADOLESCENTS – A CRIME BETWEEN FOUR WALLS

Clériston Borges Araújo[9]
Ruth Borges Rilko[10]
Neila Maria Mendes Borges [11]

RESUMO

O fenômeno do abuso é um problema real, praticado contra crianças e adolescentes, por adulto de mesmo sexo ou de sexo diferente, normalmente da família ou próximo dela. Frequentemente, a vítima apresenta-se envolta em um pacto de silêncio, o que dificulta a evidência e ocorrência do problema. Diante disso, este estudo tem como objetivo discutir questões relacionadas à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente discorrendo sobre as questões do silenciamento, bem como dos suportes oferecidos para acolhimento de denúncias. Trata-se de uma revisão bibliográfica do tipo narrativa ou tradicional, baseada na literatura especializada através de consulta a artigos científicos selecionados através de buscas aleatórias na internet que versavam sobre a temática discutida. Os estudos encontrados sobre o tema apontaram que perdura o silenciamento das vítimas e com ele a impunidade.

Palavras-chave: Violência sexual. Abuso. Criança. Adolescente. Família.

ABSTRACT

The phenomenon of abuse is a real problem, practiced against children and adolescents, by adult of the same sex or of different sex, usually from or close to the family. Often, the victim presents himself / herself / itself in a silence pact, what hinders the evidence and occurrence of the problem. Therefore, this study aims to discuss issues related to intrafamily sexual violence against the child and the adolescent discussing the issues of silencing, as well as the support offered to receive complaints. It is a bibliographical revision of the narrative or traditional type,

[9] Bacharelado em Direito, pela FAQUI, Especialista em Direito Público pelo Complexo de Ensino Damásio de Jesus, Pós-graduando em Direitos Humanos da Criança e adolescente pela UFG– Catalão.

[10] Graduada em Geografia pela UEG, Bacharel em Direito pela FAQUI – Faculdade Quirinópolis, especialização em Geografia do Brasil pela UEG.

[11] Professora do curso de Especialização em Direitos Humanos da Criança e Adolescente, na Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão. E-mail: neilam@ibest.com.br

based on the specialized literature through consultation to scientific articles selected through random searches on the internet that dealt with the subject matter discussed. The studies found on the subject pointed out that the silencing of the victims persists and with it impunity.

Keywords:. Sexual violence; Abuse ; Child; Adolescents; Family.

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo discutir questões relacionadas à violência sexual intrafamiliar contra a criança e o adolescente discorrendo sobre as questões do silenciamento, bem como dos suportes oferecidos para acolhimento de denúncias.

A escolha em discorrer sobre esse tema surgiu do sentimento de indignação frente a uma das mais graves violações de direitos humanos e que, infelizmente, está presente em diversas realidades, em todos os países. Mesmo diante dessa generalidade do fenômeno, o tema ainda é bastante invisibilizado e cercado de tabus.

Quanto aos aspectos metodológicos, o estudo se refere a uma revisão bibliográfica do tipo narrativa ou tradicional. Cordeiro (2007) explicita sobre a revisão narrativa:

> Quando comparada à revisão sistemática, a revisão narrativa ou tradicional apresenta uma temática mais aberta; dificilmente parte de uma questão de pesquisa bem definida, não exigindo um protocolo rígido para sua confecção; a busca das fontes não é pré-determinada, sendo frequentemente menos abrangente. A seleção dos artigos é arbitrária, provendo o autor de informações sujeitas a viés de seleção, com grande interferência da percepção subjetiva." (CORDEIRO, 2007, p. 429).

Nesse contexto, a pesquisa foi baseada na literatura especializada através de consulta a artigos científicos selecionados aleatoriamente através do site de buscas na internet (Google) que versavam sobre a temática discutida.

Diante disso, as palavras-chave utilizadas na busca foram Violência sexual, Abuso, Criança. Adolescente, Família, que também constituíram as palavras-chave do presente artigo. Utilizamos apenas os artigos, trabalhos, cartilhas disponíveis em português. A busca dos textos foi realizada no período de março a julho de 2015.

Logo em seguida, buscou-se estudar e compreender a partir dos estudos encontrados, sobre os tabus que cercam o assunto Violência sexual intrafamiliar contra crianças e adolescentes, as questões conceituais que cercam o tema, bem como os aparatos de denúncias disponíveis na atualidade.

2 O QUE SE ENTENDE POR VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR

Multicausal, o problema da violência sexual contra a criança e o adolescente no seio familiar, pode apresentar-se ou não com o envolvimento de contato físico ou de violência física. Esse tipo de violência contra a criança e o adolescente caracteriza-se pelo envolvimento destes em atividades sexuais com um adulto, ou com pessoa de mais idade e maior porte físico, o que deixa latente a diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é envolvida como objeto sexual para a satisfação das necessidades ou dos desejos do adulto.

A relação abusiva exercida sobre a criança e adolescente é uma relação de poder em que estes são incapazes de consentir de forma consciente, dado o desequilíbrio de poder em que se veem envolvidos. O adulto, em sua relação sobre a criança, pode lançar mão de ameaças ou outros mecanismos que a façam silenciar frente ao agressor.

> Atrás do poder psicológico da palavra sobre as funções psicológicas está o poder real do chefe e do subordinado. A relação das funções psicológicas é geneticamente correlacionada com as relações reais entre as pessoas: regulação pela palavra, conduta verbalizada= poder--subordinação (VYGOTSK, 2000, p. 25).

De acordo com estudo realizado pelo Centro de Empreendedorismo Social e Administração em Terceiro Setor (CEATS) da Fundação Instituto de Administração (FIA), constantes no livro Retratos dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil: Pesquisa de Narrativas Sobre a Aplicação do ECA, o abuso sexual cometido por familiares ou responsáveis e por não familiares é maior no caso de crianças e adolescentes do sexo feminino com, respectivamente, 19,1% e 11,1%.

Como a violência se origina numa relação de assimetria do poder, o silenciamento do abusado frente à situação e ao poder constituído do agressor, o expõe a contínuas repetições do fato. Para Moreira et al (2013, p. 32):

"Na interação entre homens e mulheres, adultos e crianças, encontramos posições assimétricas de poder, que podem ser compreendidas por meio da análise das relações intergeracionais, étnicas, de gênero e de classe social".

As relações intergeracionais são definidas em termos de grupos etários e entre os membros da família, constantemente, são marcadas tanto pela solidariedade quanto pelo conflito. Esse tipo de relação e o problema que ela encerra decorrem dos modelos patriarcais e suas estruturas patriarcais presentes, historicamente, na sociedade.

A estratégia utilizada pelo agressor sexual é ganhar, em primeira instância, o afeto da criança para então praticar atos sexualmente abusivos. Ele pode até mesmo ir além, conquistar a confiança dos responsáveis pela criança ou adolescente. Em geral, são pessoas da família – pais, padrastos, tios, avós e até irmãos mais velhos – seguidas por pessoas conhecidas da família. Apresentam-se de forma adequada, passam-se por pessoas de bem e fora de qualquer suspeita. Assim, a violência sexual não é uma experiência que pode ser esquecida pela vítima, ao contrário, tal violência pode acarretar graves prejuízos ao desenvolvimento psicossocial e físico de uma criança ou adolescente.

O que torna o problema ainda mais grave é que, circunscrito ao âmbito familiar, esse se torna espaço de invisibilidade e propicia a recorrência, bem como a impunidade. Nesse sentido Moreira (2013) cita que:

> O tema da violência intrafamiliar e doméstica foi posto em evidência, nos países desenvolvidos, pelos movimentos de defesa da criança e do adolescente na década de 1950. No Brasil, apenas mais recentemente, desenvolveram-se grupos e organizações sociais de combate ao maltrato infantil e de proteção á criança e ao adolescente, especialmente com a elaboração do estatuto da criança e do Adolescente (ECA), em 1990 (MOREIRA et al, 2013, p. 34).

Nas sociedades contemporâneas, ainda com o aval da colonização e suas relações escravocratas, o abuso sexual contra a criança e o adolescente marca a vida de muitos inocentes. De toda forma de violência contra eles, a sexual atinge 10% e ainda segundo Moreira (et al, 2013, p.41) "Esse número é, na verdade, muito maior, se considerarmos, como estimam alguns estudiosos, que, para cada caso denunciado, há mais três sem denúncia".

Os casos de violência sexual intrafamiliar praticados contra a criança tornam-se conhecidos do Sistema de Justiça por meio do Conselho

Tutelar, da Delegacia de Polícia ou ainda, quando das disputas familiares que envolvem guarda, visitas ou processos de suspensão e destituição do poder familiar.

Ao constatar que houve situações de ameaças ou de violação aos direitos e à segurança da criança e adolescente, o Conselho Tutelar deve intervir junto aos órgãos competentes para que ocorra a política de atendimento à vítima, com vista a assegurar-lhe a proteção cabível.

> Há que se considerar que a família envolvida merece uma chance de ser ajudada antes de ser considerada inapta a cuidar de seus filhos (Santos, 1986; Deslandes, 1993); (d) notificar obrigatoriamente os casos ao Conselho Tutelar ou, quando esse inexiste na localidade, à Vara da Infância e Juventude ou ao Ministério Público (Brasil, 1991). (Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência **à** Violência Doméstica.1997)

No próximo tópico discorreremos sobre os aparatos de denúncia, dados coletados por meio do disque denúncia e como a central funciona em nosso País.

3 APARATOS DE DENÚNCIAS

O serviço do Disque Denúncia Nacional de Abuso e Exploração Sexual contra Crianças e Adolescentes é dirigido e realizado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e tem por objetivo colher informações acerca do paradeiro de crianças e adolescentes desaparecidos, tráfico de pessoas – independentemente da idade da vítima – e obter informações sobre os Conselhos Tutelares. Esse serviço oferece atendimento diariamente de 8h às 22h, inclusive nos finais de semana e feriados. As denúncias colhidas por meio do serviço são analisadas e encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização, conforme a competência, num prazo de 24h e o denunciante tem sua identidade preservada(Sousa & Moreira, 2013).

As ligações recebidas por um serviço como esse, não espelham a realidade global do problema, visto que muitos casos estão longe de virem a conhecimento, por razões diversas. Enquanto denúncia, os relatos ainda pertencem ao campo das especulações e são necessárias triagens e investigações a fim de elucidar os casos denunciados.

> Segundo dados veiculados em cartilha do Disque Denúncia Nacional, do ano de 2003 até junho de 2010, foram atendidas mais de 2,4 milhões de ligações, das quais 127 mil se desdobraram em denúncias representativas de diversas modalidades de violência. Tem-se ideia da importância, do alcance, da abrangência e da credibilidade do serviço, quando se sabe que, em 2003, ano de sua fundação, foram totalizadas 4.494 denúncias, número que em 2009, aumentou para 29.756 (ANDRADE; SOUZA, 2013, p. 79).

Conforme se mencionou e pode-se constatar na citação acima, os casos denunciados não espelham a realidade que se presume existir nos estertores sociais com relação a este assunto. Ainda em pesquisa realizada pelos autores mencionados "o número de vítimas de abuso sexual do sexo feminino é, em todos os casos, maior que o de vítimas do sexo masculino" (ANDRADE; SOUZA, 2013, p 77). Esse fato contribui ainda mais para o silenciamento, visto ser a mulher mais passiva que o homem, o que ainda é reforçado pelo mito de que as crianças possuem imaginação fértil e estão propícias a criar esse tipo de fantasia, de que são vítimas de abuso sexual.

Embora as denúncias que são colhidas sejam provenientes de classes sociais menos favorecidas, esse fator não é determinante para a existência ou não do incesto. Esse crime também acontece em classes média e alta, embora nem sempre seja denunciado e tais classes conseguirem esconder o ato incestuoso com maior veemência, pois têm ao seu dispor mais mecanismos a fim de manter o sigilo. Também à vítima, é imposto o silenciamento.

> Nas classes mais pobres, o pai joga a filha numa cama, põe uma faca, um canivete, um revólver, a arma que tiver, ao lado da cama e estupra a filha e diz: Se você abrir a boca, eu mato você, mato a sua mãe, todos os seus irmãos. A menina vive sob ameaça concreta. Agora, é muito pior nas camadas privilegiadas. Não se ameaça com revólver nem com faca. Não há ameaça. O que há é um processo de sedução que, a meu ver, é muito mais deletério para a saúde emocional da criança que a ameaça grave. Porque o pai vai seduzindo, ele vai avançando nas carícias – eu digo o pai porque é a figura mais frequente, mas isso não impede que seja o avô, o tio, o primo, o irmão, etc. – e é muito difícil para uma criança distinguir entre a ternura e o afago com fins genitais (SAFFIOTI, 1995, p. 23).

A denúncia é um importante instrumento de intervenção da sociedade no sentido de intimidar práticas de abusos sexuais e exploração sexual

contra crianças e adolescentes, e, embora ainda haja muita falta de informação sobre a que meios recorrer para se fazer denúncias sobre abusos cometidos contra crianças e adolescentes, é preciso romper com o pacto de silêncio que oculta as situações de abuso e exploração.

Órgãos como os Conselhos Tutelares – criados para zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e adolescentes – estão aptos a colher a notificação, analisar a pertinência do caso e realizar visitas às famílias como meio de triagem e tentativa de confirmar o fato, e, posteriormente, caso seja confirmado, o Conselho deve encaminhar o caso ao conhecimento do Ministério Público. As Varas da Infância e da Juventude também estão aptas a receberem denúncias caso não haja órgão como o Conselho Tutelar, e outros órgãos que também estão preparados para ajudar são as Delegacias de Proteção à Criança e ao Adolescente e as Delegacias da Mulher.

Em entrevista realizada pela UDF, na capital brasileira, feita sobre o assunto do abuso sexual contra crianças e adolescentes Fürniss (2015), assevera:

> Hoje, levamos a questão do abuso infantil como um caso de maior importância dentro dos Direitos Humanos. Muito frequentemente, as formas de abuso estão ligadas à negligência, ao abuso civil, ou o abuso físico está ligado ao abuso sexual, ou o abuso sexual está ligado ao abuso emocional. Então, fica difícil de enquadrar. Mas considero importante dizer que qualquer forma de abuso infantil, seja ele físico, sexual, emocional ou negligência, é um grande problema, porque causa consequências enormes no desenvolvimento psicológico e emocional da criança. É muito comum encontrar um ciclo de abuso infantil entre as gerações. A criança que foi abusada, quando adulta se torna abusadora; essa criança abusada cresce e começa a abusar das crianças novamente. Esse ciclo de abuso, com o abuso físico, emocional e a negligência, tem que ser tratado antes que se tornam abuso sexual. O abuso infantil, em todas as suas formas, é extremamente danoso para a criança e é de imensa importância como questão social, legal e de saúde (FÜRNISS, 2015, s.p.).

O autor, ainda menciona que os abusos cometidos contra a criança e o adolescente não se fazem visíveis na maior parte dos casos.

> Mas o abuso sexual, por si, só é visível em apenas 10 a 30% dos casos. Na maioria das ocorrências de abuso sexual não é possível identificar nenhum sinal, porque eles podem acontecer sem penetração. Uma

> das piores formas de abuso infantil, o abuso oral, não deixa nenhum sinal e gera uma confusão enorme, misturando sentimentos de medo e culpa (FÜRNISS, 2015, s.p.).

Na busca por solução do problema, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, estabeleceu a criação do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil. Esse instrumento configura-se como referência e ofereceu recursos para a estruturação de políticas, programas e serviços com vistas ao enfrentamento à violência sexual. O Plano Nacional firmado em 2000 tem como sistemática, o acompanhamento dos casos a partir de seis eixos estratégicos:

- Análise da Situação–conhecer o fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes por meio de diagnósticos, levantamento de dados, pesquisas.
- Mobilização e Articulação–fortalecer as articulações nacionais, regionais e locais de combate e pela eliminação da violência sexual; envolve redes, fóruns, comissões, conselhos e etc.
- Defesa e Responsabilização–atualizar a legislação sobre crimes sexuais, combater a impunidade, disponibilizar serviços de notificação e responsabilização qualificados.
- Atendimento-garantir o atendimento especializado, e em rede, às crianças e aos adolescentes em situação de violência sexual e às suas famílias, realizado por profissionais especializados e capacitados.
- Prevenção-assegurar ações preventivas contra a violência sexual. Ações de educação, sensibilização e de autodefesa.
- Protagonismo Infanto-juvenil–promover a participação ativa de crianças e adolescentes pela defesa de seus direitos e na execução de políticas de proteção de seus direitos. (PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL, 2000, p. 9).

Em 2003 o Governo Brasileiro firma compromisso de priorizar ações para a erradicação da exploração sexual de crianças e adolescentes e de implementar ações articuladas nesse sentido. Uma comissão, conhecida como Intersetorial foi criada em 2003, pelo governo federal na gestão do Presidente Lula, para articular as ações na área do enfrentamento da violência sexual. Essa comissão foi formada por 20 ministérios mais 12 parceiros da

sociedade civil organizada e agências internacionais. (Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, 2000,

Ainda de acordo com Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil, no ano de 2008, o Brasil sediou o III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, ocasião a partir da qual surgiram discussões que chamaram a atenção das autoridades competentes para a necessidade de atualização/revisão do Plano Nacional, sobretudo para atender as chamadas novas formas de violência sexual, trazidas com o advento tecnológico e com a globalização.

Frente a esse advento, o silenciamento pode aumentar, visto que não há um uso seguro dessas ferramentas, o que exige das autoridades e responsáveis estudos sobre novos desafios, ameaças, formas e tendências na venda e exploração sexual de crianças, crimes facilitados pela rápida evolução das novas tecnologias.

4 CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO DISQUE 100

O Disque Denúncia surge decorrente da necessidade de um canal para recebimento de denúncias relativas à questão de abuso contra crianças e adolescentes e foi criado pelo Pediatra Lauro Monteiro, também fundador da Abrapia. No dia 05 de fevereiro de 1997 o canal Disque-Denúncia iniciou o atendimento ao público, atendendo primeiramente apenas o Estado do Rio de Janeiro, (Sousa & Moreira, 2013).

Anteriormente a ele, já existia um número de atendimentos para denúncias de casos de abusos, que era o 0800 99 0500, coordenado pela Associação Brasileira Multidisciplinar de Proteção à Criança e ao Adolescente (ABRAPIA), e, desde 2003, a central de atendimentos passa a ser coordenada pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, ligada a Presidência da República (Sousa & Moreira, 2013).

No ano de 2000, foi aprovada em Natal (RN) a proposta de criação do Disque Denúncia, o que veio a se efetivar em maio de 2003, quando o Governo Federal assumiu o programa de atendimento de denúncia nacional de abuso e exploração sexual contra criança e o adolescente. De acordo com a Cartilha Disque 100, O serviço passou a atuar em três níveis:

> Escuta, orienta e registra a denúncia; Encaminha a denúncia para a rede de proteção e responsabilização, como por exemplos, os conse-

> lhos tutelares; Monitora as providências adotadas para informar ao denunciante o que ocorreu com a denúncia. (CARTILHA DISQUE 100, 2011, p. 6)

Ainda, de acordo com a Cartilha do Disque Denúncia:

> O serviço gera dados fundamentais para o mapeamento de regiões críticas e fornece subsídios que ajudam a orientar a elaboração de políticas públicas e as ações de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes (CARTILHA DISQUE 100, p. 7, 2011).

As denúncias colhidas pelo Disque 100 são avaliadas e encaminhadas aos órgãos de defesa e responsabilização, considerando a competência e as atribuições específicas de cada órgão, e, conforme já se mencionou, prioriza-se o Conselho Tutelar como porta de acesso às checagens de denúncias, (Sousa & Moreira, 2013).

Com o tempo, parcerias foram sendo firmadas e em 2004, três parceiros se tornaram responsáveis pela gestão do Disque 100, a saber: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), Petrobrás e o Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). Em 2006, várias campanhas publicitárias foram realizadas com o intuito de divulgar o número de atendimento do serviço, a fim de fazê-lo conhecido em âmbito nacional (SOUSA: MOREIRA, 2013).

> As denúncias oferecidas ao serviço são registradas no sistema pelos tele-atendentes e recebem um número de protocolo que também propicia o acompanhamento pelo denunciante. É importante destacar que uma denúncia pode conter mais de um tipo de violência e mais de uma vítima. O usuário é atendido por um funcionário do serviço que pode, além de registrar uma denúncia; fornecer informações, orientar em como proceder para registrar uma situação de desaparecimento de criança ou adolescente etc. É mantida em sigilo a identidade da pessoa denunciante (CARTILHA DISQUE 100, 2011, p.12).

Uma vez criado pela sociedade civil organizada, O canal do Disque-Denúncia visa tornar acessível à sociedade vítima direta ou indireta de abusos sexuais, a possibilidade de ver o agressor pagar pelo ato cometido. Recebe, monitora e atende aos casos de abuso e exploração sexual infanto-juvenil. Sua criação apresentou soluções de forma objetiva, e assim, tornou-se necessário ampliar tal canal para todo o Brasil.

5 PREVENIR OS ABUSOS SEXUAIS É RESPONSABILIDADE DE TODOS

O abuso sexual sempre aconteceu na história e em épocas anteriores, quando não havia programas de denúncias e o sexo ainda era considerado um grande tabu, os casos de abusos sexuais tornavam-se menos conhecidos. O incesto sempre esteve presente nos lares brasileiros e embora o artigo 183, do atual Código Civil, defina a conjunção carnal entre parentes por consanguinidade ou afinidade, que se acham, em grau, interditados, ou proibidos, para as justas núpcias, o incesto não é considerado crime, salvo se a prática recai em forma de abuso sexual contra menores.

O abuso sexual, conforme já se mencionou, não é um problema das classes mais baixas ou de uma classe economicamente enfraquecida.

> O abusador sexual está distribuído em todas as classes igualmente, mas é diferente no caso do abuso físico. Há mais violência física nas classes baixas, já nas classes altas há mais o abuso emocional. Já tive casos de abusadores que são jornalistas, médicos, advogados, padres. Também aqueles que eram alcoólatras. O abuso sexual pode ser um vício. Uma vez feito o abuso, há o perigo de se fazer de novo e mais seriamente. O abuso sexual normalmente começa na adolescência, em jovens, e não quando já se tem 30, 40 ou 50 anos. É mais frequente uma pessoa de 13, 14, 15 anos começar a abusar. Na fase na qual a sexualidade é desenvolvida, eles se sentem vítimas de suas fantasias; é assim que o abuso começa (FÜRNISS, 2015, s.p.).

Embora, o tabu relacionado ao sexo tenha deixado de existir em grande parte no imaginário social e coletivo, os problemas psicológicos que levam alguém a se tornar um abusador são frequentes e, dificilmente, conhecidos e tratados.

Ainda que haja denúncias, há de comprovar a veracidade dessas e entre os meios probatórios que permitem demonstrar o abuso sexual em crianças e adolescentes, como estão relacionados a seguir em uma citação de Morales e Schram (2002):

> a) Prova testemunhal – trata-se da prova dada por testemunhas, ou por relatos de pessoas, que permitem comprovar um fato delituoso e/ou identificar o autor do delito. No que se refere ao abuso sexual intrafamiliar em menores, acontece que poucas vezes se comprova o fato na frente de testemunhas, razão da escassez de resultados e da dificuldade crônica deste meio.

b) Prova documental – trata-se de registro, verificável, do fato delituoso, com fotografias, vídeos, gravações etc. A possibilidade de poder contar com este tipo de provas é muito ocasional, no caso de abuso sexual intrafamiliar.

c) Confissão – refere-se à aceitação do delito por parte do agressor. Mas uma das constantes dos acusados de abuso sexual intrafamiliar é a negação e a racionalização do fato.

d) Inspeção – ou observação direta da cena do delito, para obter evidências (fotografias, restos de sêmen, registros de signos de violência etc.). A princípio, seria uma das melhores e mais eficazes ferramentas para obter elementos de prova permitindo conhecer as circunstâncias nas quais se cometeu o delito. Mas o problema é que quando o menor relata o ocorrido, o tempo da ocorrência é quase sempre muito distante.

e) Prova pericial – ou exame médico legal que permite ao médico forense examinar o menor e, por meio de anamnese, análise física, análise das roupas ou amostras biológicas (sangue, sêmen, cabelos etc.), concluir que houve o delito. Mas, numa porcentagem elevada, não se encontram resultados positivos com este tipo de prova, o que é problemático visto que a falta de provas não quer dizer que o menor não tenha sido objeto de abuso sexual (MORALES; SCHRAMM, 2002, s.p.).

Quando os meios probatórios são insuficientes para produzir provas de abuso sexual, o relato feito pela criança ou adolescente é levado em conta, na maioria dos países. Em suma, em decorrência das dificuldades estruturais na consolidação de provas, os esforços para lutar contra os abusos sexuais em crianças e adolescentes acabam por cair no desânimo e no vazio e as dificuldades encontradas na busca por provas, alimentam a impunidade dos agressores, o que consequentemente leva à recorrência de casos nos lares brasileiros.

CONCLUSÃO

O tema proposto para discussão neste artigo é amplo e envolve diversos segmentos científicos e áreas de estudo, visto ser a violência contra criança e adolescente é um problema de repercussão mundial e que envolve diversas esferas e segmentos sociais.

Com base na revisão apresentada, pode-se afirmar que embora a questão da violência sexual seja constitutiva da história humana e conste nos anais da história, ela não pode ser tratada como um acontecimento trivial. O temor por parte das vítimas em denunciar o agressor no âmbito da o abuso sexual intrafamiliar, leva a um mascaramento do problema e à impunidade do agressor.

Sendo o abuso sexual uma espécie de maltrato contra a criança e adolescentes que traz mais sequelas para esses, a sociedade civil organizada em parceria com entidades governamentais tem procurado meios de minimizar o problema da impunidade, visto não haver, necessariamente, uma forma efetiva de prevenção, salvo, como tratamento psicológico para os abusados no intuito de não se tornarem abusadores.

A questão é ampla e envolve políticas públicas na busca por soluções. Os atores sociais, família, governo, escola, profissionais da área da saúde, são expoentes de uma mobilização que já se iniciou com o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes. Fomentar programas para detectar essa forma de abuso e propagar o meio de denúncias, certamente contribuirá para intimidar abusadores.

Salientamos a importância de realizar outras pesquisas sobre esse tema para que se elucide de forma mais ampla a questão dos aparatos de denúncia e também as causas que levam as vítimas, bem como seus responsáveis diretos, ao silenciamento.

REFERÊNCIAS

CARTILHA DISQUE 100. Disponível em: <portal.mj.gov.br/main.asp?View={1D84CE0B-E1A7-49E1-A2EC-B25DBEF54CF}>. Acesso em 03 de julho de 2015.

FÜRNISS Tilman H., **ENTREVISTA** especialista em tratamento de casos de abuso sexual infantil. Disponível em: <http://www.udf.org.br/noticias/entrevista-tilman-h-furniss-especialista-em-tratamento-de-casos-de-abuso-sexual-infantil/ Acesso em 145 de julho de 2015.

FISCHER, Rosa Maria; SHOENMAKER, Luana. **Retratos dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil:** Pesquisa de Narrativas Sobre a Aplicação do ECA <http://www.institutocamargocorrea.org.br/Documents/

Retratos%20dos%20Direitos%20da%20crian%C3%A7a%20e%20do%20adolescente%20no%20Brasil.pdf>. Acesso em 28 de março 2015.

MORALES, *Álvaro* E. SCHRAMM, Fermin R. **Ciência & Saúde Coletiva,** On-line version. ISSN 1678-4561. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232002000200007&script=sci_arttext>. Acesso em 15 de julho de 2015.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À **VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL.** Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/criancas-e-adolescentes/publicacoes-2013/pdfs/plano-nacional-de-enfrentamento-da-violencia-sexual-contra-crianca-e-adolescentes>. Acesso em 14 de julho de 2015.

Proposta Preliminar de Prevenção e Assistência **à** Violência Doméstica. Brasília – DF. 1997.

SAFFIOTTI, Heleieth. **A exploração sexual de meninas e adolescentes: aspectos históricos e conceituais.** In: BONTEMPO, Enza Bosetti et alli (org.). Exploração sexual de meninas e adolescentes no Brasil. Brasília: UNESCO/CECRIA, 1995.

SOUSA, Sônia M. Gomes; MOREIRA, Maria Ignez Costa. **Quebrando o silêncio-disque 100.** Cânone editorial. Goiânia, 2013.

VIGOTSKI, Lev Seminovitch.Lev. S. Vigotski. **Manuscrito de 1929**. Educação e sociedade, ano XXI, n. 71, p. 21-44,2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>. Acesso em 28 de março 2015.

A SOCIEDADE MODERNA VIGIADA NA PERSPECTIVA DO FILME RESIDENTE EVIL

MODERN SOCIETY WATCHED IN THE PERSPECTIVE OF THE MOVIE RESIDENT EVIL

Gilson Xavier de Azevedo[12]
Janice Ap. de Azevedo Fernandes [13]

RESUMO

O que é o real? Para muitos o real é o que lhes interessa, para outros é o que eles não conseguem captar por inteiro, existem ainda os que entendem como real, aquilo que é construído pela ação humana; mas para Hegel, o real é apenas o que foi concebido e sinalizado pela razão. Em "Princípios da filosofia do direito" (2001) Hegel lança a base de seu idealismo: "o que é real é racional, o que é racional, é real" de modo que a missão da filosofia hegeliana é conceber "o que é, por que o que é, é racional". Assim, esta comunicação que analisar a perspectiva real/racional de Hegel em relação ao Estado/governo dentro do pressuposto da obra de ficção denominada Resident Eviel: O Hóspede Maldito (2002) do diretor Paul Anderson, onde o computador central de um enorme laboratório subterrâneo utilizado para pesquisa genética denominado Umbrella que é controlado por um super computador chamado "Colméia", que diante de qualquer problema ou contaminação, sela as portas do local evitando assim que vazem sobreviventes; A relação que se quer estabelecer é a da atuação do Estado frente às variadas formas de controle cuja realidade é forjada na construção de leis que são a síntese de todo o cidadão que nele vive. Aqueles que se contrapõe a essa realidade, ou que não mais servem para ela, tornam-se a antítese (zumbis na lógica do filme) de uma realidade, da qual não há como escapar. Assim, as pontes que serão estabelecidas giram em torno da natural necessidade social de controle.

Palavra-chave: Filosofia. Cinema. Resident Evil. Hegel.

[12] Doutorando em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016-BOLSISTA FAPEG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014 – BOLSISTA FAPEG). Filósofo (Dom Felício, 1998/FAEME, 2007), Pedagogo (UVA-ACARAÚ, 2004) e Teólogo (FAETEL, 2002/MACKENZIE, 2006), Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013). Professor Titular de Filosofia do Direito e Filosofia Empresarial pela FAQUI (desde 2006); Ex-Coordenador do curso de Pedagogia da UEG Quirinópolis (2011-12). (gilsoneduc@yahoo.com.br).

[13] Mestra em Letras pela PUC-GO (2014-2016-BOLSISTA FAPEG). Licenciada em Letras (UEG)/ Especialista em Psicopedagogia (UEG)/ Docente concursada P4 do Estado de Goiás, lotação no Colégio Estadual Independência de Quirinópolis-GO. Docente convidada pela Faculdade Quirinópolis (Desde 2013). Docente UEG (Edital de Abertura n. 001/2015). Preparadora de materiais didáticos da SEDUC-GO. Agrega ao currículo diversas comunicações orais de resultados de pesquisa, minicursos proferidos, palestras ministradas e workshops realizados. (janiceeduc@yahoo.com.br).

ABSTRACT

What it is the Real? For many the Real is what it interests to them, for others is what they do not obtain to catch entirely, still exists the ones that understand as real, what human being is constructed by the action; but for Hegel, the Real is only what it was conceived and signaled for the reason. In "Principles of the legal philosophy" (2001) Hegel it launches the base of its idealism: "what it is real is rational, what is rational, is real" in way that the mission of the hegeliana philosophy is to conceive "what it is, why what is rational". Thus, this communication that to inside analyze rational the real perspective/ of Hegel in relation to the State/government of the estimated one of the workmanship of called fiction Resident Eviel: The Cursed Guest (2002) of the director Paul Anderson, where the central computer of an enormous used underground laboratory for genetic research called Umbrella that is controlled for a super called computer "Beehive", that ahead of any problem or contamination, stamps the doors of the place as soon as preventing leaks survivors; The relation that if wants to establish is of the performance of the State the front to the varied forms of control whose reality is forged in the construction of laws that are the synthesis of all the citizen who in it lives. Those that if opposes to this reality, or that more do not serve for it, they become it antithesis (you buzz in the logic of the film) of a reality, of which it does not have as to escape. Thus, the bridges that will be established turn around the natural social necessity of **control.**

Keywords: Philosophy. Cinema. Resident Evil. Hegel.

1 O ESTADO TOTALITÁRIO DE HEGEL

Georg Wilhelm Friedrich Hegel nasceu em Estugarda, Alemanha (1770-1831) tendo sido formado no contexto Protestante. Teve amplo acesso as obras de Spinoza, Kant e Rousseau, assim como pela Revolução Francesa. É considerado o cume do idealismo alemão do século XIX, exercendo grande influência sobre o materialismo histórico de Karl Marx.

A presença jurídica de Hegel no Direito se dá muito mais como filósofo que necessariamente como jurista pelo fato de se dedicar às questões da ampliação do espectro jurídico. Sua filosofia segue, portanto, a ascensão burguesa e os ideais iluministas. O liberalismo não havia se consolidado ainda, de modo que o grande número de Países absolutistas e estados Feudais se inspiravam na Revolução Francesa a fim de construírem suas aspirações.

Em meio a estas transformações, Hegel representa uma síntese perfeita de tais evocações. Sua linha é querer compreensão sobre como e por que tais mudanças estão pairando sobre a Alemanha. Em tal contexto:

> A missão da filosofia esta em conceber o que é, é razão. No que se refere aos indivíduos, cada um é filho de seu tempo [...] Quando a Filosofia chega com sua luz crepuscular a um mundo já ao anoitecer é quando uma manifestação de vida esta prestes a findar. Não vem a Filosofia para rejuvenescê-la. Quando as sombras da noite começam a cair é que levanta vôo o pássaro de Minerva. Tão grande é imaginar que uma filosofia ultrapassará o mundo contemporâneo como acreditar que um indivíduo saltará para fora do seu tempo (HEGEL, 2001, p. 37).

A construção pensante de Hegel segue sempre o mesmo padrão, ou seja, um racionalismo idealista no qual, a realidade reside na racionalidade e a pressupõe. Assim o sujeito que detém o poder da Razão, detém o controle social e assim pode e fatalmente incorrerá em "abuso de poder".

Embora racionalistas, Kant e Hegel tem uma diferença substancial no campo dialético, sendo que para aquele a realidade poderia ser observada, mas não controlada, ao passo que para este, a realidade é fruto da razão. Em outras palavras nada em Hegel existiria fora do pensamento. Basicamente o pensamento de Hegel revela um dogmatismo social que se revela em sua dialética como forma de superação dos opostos chamada **síntese**. Ao afirmar algo tem se uma **tese** que não possui em si todas as realidades presentes no mundo, a isto se chama **antítese**; dessa contraposição, formula-se uma nova **síntese**.

De qualquer modo, a doutrina de Hegel é derivação e superação visível do proposto por Kant. Ele talvez seja o primeiro pensador a ter uma consciência completa da modernidade.

1.1 Hegel, do real ao racional

O que é o real? Para muitos o real é o que lhes interessa, para outros é o que eles não conseguem captar por inteiro, existem ainda os que entendem como real, aquilo que é construído pela ação humana; mas para Hegel, o real é apenas o que foi concebido e sinalizado pela razão.

Em "Princípios da filosofia do direito" (2001) Hegel lança a base de seu idealismo: "o que é real é racional, o que é racional, é real" de modo que a missão da filosofia hegeliana é conceber "o que é, por que o que é é racional":

> A filosofia hegeliana, ao elevar ao mesmo patamar a realidade e racionalidade, faz cair por terra toda a dicotomia que o mundo moderno

> havia elevado às ultimas conseqüências, entre sujeito e objeto [...] o mundo objetivo assim não o era, pois que era um mundo de fenômenos; os dois mundos são o mesmo real e racional (MASCARO, 2006, p. 74).

A contraposição de Hegel à impossibilidade cognoscitiva de Kant, centra-se no fato de que se a razão não tem acesso à realidade, ela nada mais é que realidade tal qual às outras, ou seja, subjetiva. Hegel assim, consegue sonhar o sonho inacabado de Kant. Cabe então perguntar: **Quem ou o que produz a história?** Em Hegel três campos disputam esse status: Economia, Política e Poder. Na relação desses campos, a realidade histórica vai conformando sua própria razão no que se conhece por concreção da razão.

Nele o **dever ser** dilui-se no **ser**, de modo que aquilo que é, é dever ser, de modo que compreender a história é compreender o real e o racional por meio do que ficou conhecido em Hegel de panlogismo ou intelectualismo. Compreender a história era compreender a própria razão. O desenvolvimento da razão não abre mão de alguns princípios éticos se contrapondo a tudo o que destoa da realidade presente, É o que se pode observar a seguir:

> STF nega habeas corpus a empresária condenada por torturar menina em Goiânia (GO). Colaboração para a Folha Online. O STF (Supremo Tribunal Federal) negou habeas corpus nesta sexta-feira à empresária Sílvia Calabresi, condenada por torturar uma menina de 12 anos que morava com ela, em Goiânia (GO). Os advogados da empresária pediram sua liberdade para que a empresária fosse submetida a exame de sanidade mental, pois alegam que Silvia sofre de transtornos psíquicos por ter sofrido maus-tratos e abuso sexual desde os 7 anos de idade, quando morou com parentes e em orfanatos (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/12/2008).

O homem em Hegel possui uma liberdade objetiva que resulta do pressuposto subjetivo. O pensamento tende à **adequação objetiva ao Estado também objetivo**. O homem só compreende sua liberdade se esta for elevada ao plano da realidade. Ser livre é perceber isso, o que envolve um processo racional de auto-conhecimento. "Quando a reflexão, o sentido e em geral a consciência subjetiva, de qualquer modo consideram o presente como vão, o ultrapassam e querem saber mais, caem no vazio, pois só no presente têm a realidade, já que são eles mesmos esse vazio" (Hegel, 2001, p. 13).

> Isso não quer dizer que tudo o que é real é racional. Nem tudo o que é racional, tendo-se em vista aquilo que pode ser identificado como caos, como o desordenado, pois nisso não há razão. Dizer que o real é racional não é o mesmo que dizer que todo o racional é real é racional. O que Hegel pretende fazer entender é que a razão ordena o real, de modo que este real se faça racional. O sentido de organização [...] decorre exatamente da intervenção do homem como ser racional sobre a realidade (BITTAR; ALMEIDA, 2006, p. 287).

A fenomenologia de Hegel é ligada à noção de espírito, que nesse caso é a ação racional ou alma, anima, Rhua (Rhuá) ou do grego, Pneumatos. Hegel divide isso em três dimensões; Espírito Subjetivo (Alma, Consciência, Razão), Espírito de liberdade (Direito, moralidade, costume) e Espírito Absoluto (Arte, religião, filosofia).

Quando isso é aplicado ao papel do Estado, da Lei e do Indivíduo, que se vê em casos como o Brasil, imensos problemas de desenvolvimento da racionalidade coletiva:

> **Tarso concede refúgio político a condenado italiano Cezare Battisti**. Para Tarso Genro, a Justiça italiana não deu a Battisti oportunidades de ampla defesa, o que gera profunda dúvida se ele teve direito ao devido processo legal. O governo italiano pediu ao presidente Lula que mude a decisão do ministro da Justiça, Tarso Genro, de conceder refúgio político a Cesare Battisti, condenado na Itália por assassinato durante ações de terrorismo. A decisão do ministro Tarso Genro contraria relatório do Comitê Nacional para os Refugiados, do Ministério da Justiça. O Conare não encontrou no caso Cesare Battisti razões de perseguição política que justificassem a permanência do italiano no Brasil como refugiado (JN, 14/01/09).

O caso descrito acima revela sobremaneira realidades que não foram totalmente racionalizadas, haja visto que em outras explicações o Ministro em questão dá a entender que o Estado brasileiro tem autonomia de decidir sobre o asilo político sem que essa decisão precise ou satisfazer a todos ou ser racional. Nesse sentido, Hegel entende que: "A dialética do espírito objetivo obedece a uma trilogia comparável à da Fenomenologia. O direito abstrato é a objetivização do espírito na relação com as coisas do mundo exterior, comparável à dialética da consciência com o mundo na relação do conhecer" (SALGADO, 1996, p. 323).

1.2 O controle dialético

Dentro do que fora tratado até aqui, pode se afirmar que a história em Hegel é um processo contínuo? Ou seria ele totalmente estático como afirma Marx? A dialética não é um processo de argumentação racional, mas assume a condição de atividade real e racional ao mesmo tempo. A realidade é em si conflituosa, a natureza humana está repleta de conflitos que a impedem de se positivar no Estado que é aqui o ápice da razão, sendo a síntese, **a negação da negação da tese**. As idéias de Hegel geralmente aparecem fragmentadas em três momentos: tese (a revolução), antítese (o terror) e a síntese (o estado constitucional de cidadãos livres).

A dialética se mostra no processo de entendimento do mundo que muda a todo instante; esta concepção perfaz a compreensão de Heráclito, cujo ser e a realidade estava em devir; a diferenciação aqui é que o devir é a própria razão. A racionalização é assim a eliminação da contradição dessa realidade. Desse modo, o que se vê desde a década de 80 com a formação de grandes grupos do chamado crime organizado seriam, portanto a principal contradição presente na realidade atual impedindo a plenificação do absoluto.

> Violência do Rio impede desenvolvimento da economia, diz FGV. A violência na cidade do Rio de Janeiro está afetando a economia fluminense, na opinião de 97,6% dos empresários do Estado ouvidos por uma pesquisa da FGV (Fundação Getúlio Vargas) divulgada nesta segunda-feira. O estudo mostra ainda que 95% dos entrevistados apontaram a política de segurança do Rio como o aspecto que mais limita o crescimento econômico do Estado, à frente de aspectos como a tributação excessiva (85%) e falta de infra-estrutura (78%) (BELCHIOR, FOLHA, 09/06/2008).

Os efeitos comerciais no Rio e em outras localidades do Brasil revelam um Estado ineficiente e um atraso no sistema intelectual da população; de mesmo modo a corrupção em Hegel quer indicar uma espécie de imaturidade da idade da razão. De outro modo, diversos outros problemas sociais poderiam ser apontados como conseqüências de um Estado fraco e corrupto; o caso do uso da força, sobretudo na América Latina e África revelam igual situação.

Figura 1: "Abuso de poder"

Fonte: http://santiago.indymedia.org/uploads/2007/08/abuso_de_poder.jpg.

Esse conjunto que se compõe de idealismo, racionalidade positivada e dialética, resulta na moderna concepção e práxis do direito em Hegel que a última parte desse artigo pretende propor.

1.3 O poder jurídico em Hegel

A *filosofia do direito* em Hegel ganha status de obra prima no sentido de identificação da razão com a realidade através do direito e do Estado. Hegel será o pressuposto de Hans Kelsen ao afirmar que o reino do direito justo será o reino do direito realizado, elevando assim a condição dos magistrados alemães. Hegel sustenta sua filosofia não no indivíduo ou na produção, mas no Estado. "Uma teoria coerente e imanente dos deveres só pode ser o desenvolvimento das relações que necessariamente provêm da idéia de liberdade e, portanto, realmente existem no estado, em toda a sua extensão" (HEGEL, 2000, p. 148).

Em explicita rejeição ao contrato social, Hegel funda sua eticidade no Estado e em suas normas, às quais estão sujeitos todos, sendo o Estado, um momento superior de sua dialética não estando em função do individuo e seus interesses. Na América Latina, isso tem se mostrado visível desde ditadura imposta por Fidel Castro em Cuba; também foi estabelecida no Brasil em função do regime de ferro. Mais recentemente a Venezuela

e a Bolívia têm vivido dias de um Estado positivado conforme mostra a reportagem a seguir:

> Com a aprovação da Lei Habitante, o Congresso venezuelano garante ao presidente Hugo Chávez governar por decreto em 11 âmbitos legais, precisamente nos setores mais sensíveis do país, durante os próximos 18 meses – período em que pretende instaurar o "socialismo do século 21". Confira abaixo em quais setores Chávez poderá legislar com poderes plenos: Economia – Hugo Chávez pretende impor leis para preservar a função social da propriedade. Administração – A Lei Habilitante permite alterar o funcionamento de todas as instituições do Estado. Ciência e Tecnologia – O presidente determinará, por decreto, a política científica e a utilização dos recursos para essa área. Participação popular – Será reforçada a participação dos conselhos comunais nas decisões do governo. Funcionalismo – Hugo Chávez terá mais poderes para o combate à corrupção. Tributos – O presidente poderá criar impostos ou elevar os já existentes. Serviços básicos – Chávez deverá fixar normas para manejar como quiser o orçamento da saúde e da educação. Segurança – O presidente venezuelano irá controlar os recursos financeiros destinados à segurança. Organização territorial – Uma redivisão do país esvaziará o poder dos governos municipais e estaduais. Defesa – Reorganiza as atribuições das Forças Armadas. Infra-estrutura – O Executivo passa a controlar concessões (ESTADÃO, 31/01/07).

Somente como membro desse Estado Majoritário é que o indivíduo passa a existir de fato. A teoria de Hegel sobrepõe o Estado a tudo e todos, absolutisando com isso o controle sobre este por parte da burguesia e não a racionalidade conforme o próprio Hegel afirma a seguir:

> O Estado, como realidade em ato de vontade substancial, realidade que esta adquire na consciência particular de si universalizada, é o racional em si e para si: esta unidade substancial é um fim próprio absoluto, imóvel, nele a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que em serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever (HEGEL, 2003, p. 217).

O conceito é então bem distante da realidade, porém tem a capacidade de retê-la; assim, o conceito é a concreção da Realidade em Hegel. No

conceito de liberdade e igualdade está a plenificação do indivíduo, pois se o conceito existe, aliar-se ao Estado garantirá a realização deste. Esta idéia foi bem difundida na China e amplamente mostrada durante as olimpíadas de 2008. Observe alguns traços na matéria a seguir:

> A China está usando medidas repressivas para combater protestos de trabalhadores, segundo a Anistia Internacional. O grupo de defesa dos direitos humanos pediu que a China liberte pessoas que foram presas por defender direitos trabalhistas. Em um relatório lançado neste dia primeiro de maio, Dia do Trabalho, a Anistia disse que os protestos de trabalhadores estão aumentando na China. Mas, um porta-voz do governo chinês disse que os relatórios da Anistia Internacional geralmente não correspondem à verdade (GRAMMATICAS, BBC, 01/05/02).

Todo ato do Estado é um ato legislador e soberano: "[consiste em] querer esta ou aquela medida social. [...] a noção de vontade livre, é um ingrediente de grande importância [...]" (Hegel, 2000, p. 33). A liberdade ou arbítrio contem em si a idéia de caos, de indeterminação do querer alheio e despótico. O direito é o império da liberdade realizada:

> Organização estatal ou ordem jurídica é o meio pelo qual se dá a eficácia aos direitos ou liberdades que os indivíduos têm e que, por sua vez, por se tratar de direitos e não de privilégios, de liberdades no interesse de todos e de cada um, é também uma determinação desses direitos, sem o que se cairia, ou no estado de natureza, ou no despotismo, ou no caos arbitrário ou liberdade sem lei, ou na supressão das liberdades para conferi-las como privilégio a alguns (SALGADO, 1996, p. 434).

Quando se considera que a lei é a concreção do Direito, este se aproxima de sua positivação na forma de leis positivas, sendo a decisão jurídica a vontade dirigida ao comportamento de outrem; pela decisão, afirma-se a vontade como vontade de um indivíduo determinado. O crime se mostra como uma manifestação contraria à ordem jurídica, a negação da negação da tese. Da supressão a este, nasce a necessidade a importância de um sistema que funcione em relação ao fazer. Desse modo o direito pessoal é e tem que ser real e esta tem que ser pessoal.

Para que o individuo se torne membro efetivo da comunidade ética, este tem que estar vinculado primeiro ao Estado (ético-abstrato – isonomia),

ao Estado democrático (Autonomia) e ao Estado democrático (concreto – autarquéa). A consubstanciação só é possível porque o Estado jurídico é ético e justo de si para si; o Estado da liberdade.

O Estado de Hegel possui caracteres aferíveis e identificáveis na prática; sem a ordem jurídica não pode receber este nome. Deve ter capacidade legislativa, poder de governar e integrar domínios, além de subjetividade como decisão suprema da vontade. É o Estado quem detém total poder sobre o indivíduo de modo a poder tragar sua liberdade.

> O fundamento do direito dos povos como direito universal que entre os Estados é válido em si e para si e que é diferente o conteúdo particular dos contratos reside no dever de se respeitar os contratos, pois neles se fundam as obrigações dos Estados uns para com os outros (HEGEL, 2001, p. 307).

O Estado não é um provedor de necessidades externas, mas internas; se este deve garantir a paz e a ordem, isso se dá à sua auto-preservação; de modo que o comportamento do governo é sempre particular.

> A consubstanciação do justo e do racional no Estado, e não no indivíduo nem na sociedade civil, faz com que Hegel rompa com toda tradição filosófica política e jurídica moderna [...] o Estado não terá fundamento nem no indivíduo nem na sociedade civil, que lhe são momentos inferiores (HEGEL, 2001, p. 307).

Para Lefevre e Macherey (1996), na sociedade civil só se pode existir como burguês, nunca enquanto cidadão.

2 RESIDENT EVIL E A SOCIEDADE VIGIADA PELO ESTADO

Com um orçamento de US$ 67 milhões de Resident Evil: o hóspede maldito chegou ao cinema em 2002 trazendo muito mais que uma ficção interativa. Baseado em uma premiada série de games, o filme trás Alice (Milla Jovovich de "O Quinto Elemento") e Rain (Michelle Rodriguez de "Velozes e Furiosos") numa batalha contra o tempo, entre o bem e o mal, entre humanos e computadores, entre vivos e mortos-vivos.

Embora nesta análise se pudesse evocar a perspectiva de Matrix, como um sistema humano de controle, parte-se aqui de outros elementos também

políticos em relação ao problema que neste ensaio seria o principal entrave de desenvolvimento na pós-modernidade: A Corrupção.

O Estado, seja em Platão, Aristoteles, Maquiavel, More, Hobbes tem um papel de regulador da vida cotidiana e dos bens comuns no sentido de manter a paz e garantir o desenvolvimento. Foi assim no passado e é assim hoje. Se partirmos de uma situação história onde essa garantia está sendo usurpada tanto por parte dos servidores públicos da política, quanto do setor particular, tem-se constituída a condição pós-moderna de impossibilidade de controle desses seguimentos.

No filme, o epicentro desse combate é o laboratório subterrâneo de bioengenharia situado abaixo da refinada Mansão Spencer (relação Estado setor privado) cue serve como fachada ao projeto. Conhecido como Colmeia (Nome igualmente sugestivo que quer indicar sociedade organizada), administrado pela poderosa Umbrella Corporation. O nome da corporação pode aqui indicar aquela que não se molha, mesmo estando na chuva que também pode ter vários outros sentidos, uma vez que Umbrella mesmo no italiano significa guarda-chuva.

Nesse conglomerado de pesquisas genéticas aparece a "Rainha Vermelha" – um supercomputador que controla e monitora a Colmeia garantindo o isolamento do laboratório para conter possíveis contaminações do ambiente urbano. O filme preconizado por Will Smith: "Eu sou a lenda" (2007) também parece propor algumas questões presentes em Resident Evil; aqui, a experiência é sabotada e o antídoto para o T-Virus. Os cientistas envolvidos na pesquisa, testavam um tipo de vírus que iria retardar o envelhecimento, porém algo sai errado e eles acabam por desenvolver um vírus com efeitos mortais. O vírus mata o ser infectado e o reanimava somente com alguns órgãos ativos, tornando-o um zumbi.

Quando o vírus é liberado pelo marido Alice (nome igualmente sugestivo, pois se faz referencia a uma jovem que ao longo do filme e da trilogia tenta se lembrar ou descobrir quem é, onde está e porque está). A liberação se dá por razões de espionagem de mercado, a fim de se garantir primeiro a contaminação e depois a venda do antídoto.

Dentro do que fora inicialmente expresso sobre o Estado em Hegel, faz-se menção aqui à situação de um Estado que no filme não tem nenhuma participação ativa em pesquisas de cunho privado e ao mesmo tempo à nova forma de Estado que é o próprio setor empresarial ou economia corporativa.

O Estado de Hegel é totalmente racional por ser igualmente real, que em tal vertente tem o sentido de pragmático ou ordenador dentro

de proposições corporativas e não subjetivas. No filme, a corporação, perdendo contato com o interior do laboratório, manda uma equipe até à Rainha Vermelha para desligar os sistemas de segurança, e descobrir o que aconteceu. No caminho encontram Alice que parece ter perdido a memória. Somente depois que a equipe consegue desativar todas as defesas, é que dão conta do que realmente aconteceu por ali, o que já não adiantava mais, pois todos os indivíduos envolvidos na pesquisa já haviam se tornado zumbis (corpos sem alma). O exposto não se mostra muito diferente do contexto a seguir:

> A publicação científica 'British Medical Journal' traz, num de seus artigos, uma grave denúncia contra os laboratórios de remédios. Segundo o texto, houve a criação de uma disfunção sexual feminina pelos laboratórios para abrir um novo mercado que iria consumir medicamentos com atuação semelhante ao Viagra, que tratam a impotência masculina. Segundo o artigo, as empresas patrocinavam pesquisas com resultados que geravam uma demanda que, na verdade, não existia. Essas pesquisas mostravam um número elevado de mulheres que apresentavam disfunções sexuais e que foram tratadas erroneamente com a aplicação dos remédios das indústrias farmacêuticas interessadas. Os fabricantes se defenderam afirmando que o maior interesse seria de desenvolver uma forma alternativa de tratamento das mulheres que apresentam problemas sexuais equivalentes à impotência nos homens. Ainda disseram que esses produtos não chegaram ao mercado porque necessitavam de aprovação para serem comercializados. Eles consideram que o artigo da 'British Medical Journal' seja um passo atrás para o desenvolvimento de um tratamento das disfunções sexuais femininas. Uma porta-voz da Pfizer, fabricante do Viagra e uma das acusadas, disse que a empresa trabalha de acordo com as necessidades médicas (COMENTÁRIO DE LÚCIO PACKTER, 2009).

É dito no filme e fica bem explicito que empresas como a Umbrela pensam estar acima da lei pelo fato de controlarem todo o sistema; as pequenas cidades do interior, por vezes também vivenciam isso quando uma grande indústria se instala nelas e passa a controlar a realidade urbana e financeira.

Essa referencia também se mostra significativa enquanto uma possível critica ao pós-modernismo, uma vez que as pessoas devem estar totalmente

entregues ao mercado, não importando qual o auto-sacrifício deva ser feito em função do sucesso das corporações.

Os zumbis agem pelo instinto carnívoro de saciar a fome. Qualquer pessoa ao ser mordida por um zumbi estaria infectada e em questão de horas, estaria com o vírus ativo em seu organismo. O filme trás inúmeras questões e referências filosóficas a serem pensadas; uma vez que na sequencia da trilogia, Alice e seu esposo que também possuem o vírus em seu corpo desenvolvem o gene da imortalidade, além de inúmeras outras habilidades o que pode ser uma referência ao acesso que aqueles que detém o poder econômico tem em relação às atuais pesquisas científicas.

Nesse sentido o filme faz uma possível referencia à caverna de Platão, quando dentro da simbologia é dito por Alice: "eu não me lembro da verdade".

Mas se o filme trás essas e outras muitas questões, ele também formula hipóteses às quais não são apresentadas soluções: Quem são os donos da corporação? Segundo informações não referenciadas a pequena cidade de Raccon City possui um efetivo de funcionários bem expressivo, porém, mesmo que 30% dos cidadãos são empregados pela empresa, a maioria não sabe que a mesma realiza atividades clandestinas.

No filme assim como as questões sem resposta, uma frase permanece sem respostas: "é mais fácil trabalhar debaixo da terra, achando que existe uma paisagem". Tal referência pode significar dezenas de questões como, por exemplo, a questão da esperança humana. Nesse sentido, vive-se uma completa cegueira em relação à dificuldade dos homens em viverem o contrato social: "homo homini lupus".

Para finalizar esse ensaio, entende-se que as observações feitas aqui, podem ser identificadas em outros filmes que tratam também a temática do pós-modernismo global em relação ao controle do sistema. Dentre eles pode-se citar: V de vingança, *Minoit Report*, *Eu sou a lenda* e *Corrida mortal*. Segundo irá definir Foucalt (A Ordem do Discurso, p.36): "A disciplina é um princípio de controle da produção do discurso. Ela lhe fixa os limites pelo jogo de uma identidade que tem a forma de uma reatualização permanente das regras".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BITTAR, Eduardo, ALMEIDA, Guilherme. **Curso de Filosofia do Direito**. São Paulo:Atlas, 2004.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo, 2001.

_____. **A fenomenologia do espírito em Hegel**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFEVRE, J. P.; MACHEREY, P. **Hegel e a sociedade**. São Paulo: Discurso Editorial, 1996.

MASCARO, A. L. B. Introdução à filosofia do direito: dos modernos aos contemporâneos. 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2005. v. 01. 144 p.

SALGADO, Joaquim Carlos. **A idéia de justiça em Hegel**. São Paulo: Loyola, 1996.

Conteúdo On-line

PACKTER, Lúcio. **Comentários.** Disponível em; <http://www.filosofiaclinicaonline.com.br/campus/modulos/atividade/8/115>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

BBC. CASTANHEIRA, Joaquim. **O grande salto das marcas**. Isto é Dinheiro. 11/6/2008. Disponível em; <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/edicoes/558/artigo91892-1.htm>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

ESTADÃO. Disponível em; <http://www.estadao.com.br>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

FOLHA. Folha de São Paulo On-line. Disponível em; <http://www1.folha.uol.com.br>. Acesso em: 10 Jan. 2009.

Filmes

EU SOU A LENDA (I Am Legend). Francis Lawrence. Gênero: Ficção Científica. EUA: Warner Bros. Pictures, 2007. (91 min.): 1 DVD.

RESIDENT EVIL (O Hóspede Maldito). 2005.

FINALIDADES DAS AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

PURPOSE OF ACCIDENTARY ACTION IN THE BRAZILIAN LEGAL ORDINANCE

Dayse Suellen Marquez Duarte[14]
Larissa Gonçalves Fratari Moreira[15]

RESUMO

O objetivo da pesquisa é compreender as finalidades das ações regressivas acidentárias. Ocorrem diversos acidentes do trabalho nas empresas brasileiras diariamente. Esses acidentes geram para a Previdência Social a obrigação de concessão de benefícios e serviços aos seus segurados. Desse modo, a pesquisa busca compreender com qual finalidade as ações regressivas acidentárias foram inseridas no ordenamento jurídico pátrio. Uma vez que são de propositura obrigatória pelo INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) sempre que o empregador for negligente quanto às normas de saúde e segurança e causar acidentes. Questiona-se se seriam elas um instrumento voltado a um fim ressarcitório, punitivo, preventivo ou pedagógico. A metodologia empregada nesse estudo foi a pesquisa de caráter bibliográfico. Os resultados alcançados nesse estudo são importantes para a compreensão e melhor utilização do instituto das ações regressivas acidentárias.

Palavras-Chave: Acidentes do Trabalho. Previdência Social. Ações Regressivas Acidentárias. Finalidades.

ABSTRACT

The purpose of the research is to understand the purposes of accidental regressive actions. Several workplace accidents occur in Brazilian companies on a daily basis. These accidents generate for the Social Segurity the obligation of granting benefits and services to its policyholders. In this way the research seecks to understand to what end the accidental regressive actions were inserted in the legal order of the country. Since they are mandatory by the INSS (National Social Security Institute) whenever the employer is negligent regarding health and safety standards and causes accidents. It is questioned if they would be an instrument aimed at a compensatory, punitive, preventive or pedagogical aim. The methodology used

[14] Egressa do Curso de Direito da Faculdade Quirinópolis.

[15] Professora especialista em Direito Público e Direito da Administração Pública pela FAQUI.

in this study was the bibliografic research. The results obtained in this study are important for the understanding and better use of the institute of accidental regressive actions.

Keywords: Accidents at Work. Social Segurity. Accidental Regressive Actions. Purposes

INTRODUÇÃO

O presente artigo aborda as ações regressivas acidentárias, e busca compreender a finalidade das mesmas no ordenamento jurídico pátrio. Uma vez que inúmeros acidentes do trabalho ocorrem diariamente no Brasil e esses acidentes tem gerado custos altos para a Previdência Social.

O objetivo da pesquisa é analisar o que a doutrina tem proposto como possíveis finalidades das ações regressivas acidentárias. São elas: ressarcitória, punitiva, preventiva e pedagógica.

O presente estudo mostra-se relevante devido à necessidade de proteção dos trabalhadores no seu ambiente de trabalho e ainda da importância de se equilibrar as contas previdenciárias.

1 ACIDENTES DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

É relevante a discussão a respeito do acidente do trabalho, embora haja regulamentação na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Normas Regulamentadoras (NRS) editadas pelo Ministério do Trabalho e a atuação fiscalizadora do Ministério Público do Trabalho (MPT), que estabelecem parâmetros mínimos e instruções sobre saúde e segurança, os acidentes do trabalho são um drama diário nas empresas.

Conforme informa Oliveira (2013) só no ano de 2011 foram 711.164 acidentes de trabalho ocorridos no Brasil e 15.083 doenças ocupacionais registradas. Esse grande número de acidentes gera consequências graves para toda à sociedade.

Os acidentes podem afetar a saúde física e psicológica do trabalhador, causando lesões, mutilações e levando inclusive ao óbito. Além disso, pode haver perda ou redução da capacidade para o trabalho de forma temporária ou permanente. O que é prejudicial ao trabalhador e à empresa.

Ademais, são graves as consequências dos acidentes para a Previdência Social, mais precisamente para o INSS (Instituto Nacional do Seguro

Social). Dentro da organização do sistema previdenciário o INSS é o órgão responsável pela administração das contribuições e pelo pagamento de benefícios e oferecimento de serviços aos segurados.

A Lei 8.213/91 (Brasil, 1991), a Lei de Benefícios da Previdência Social, traz o rol de benefícios e serviços que são oferecidos aos segurados em decorrência de acidentes. Esses benefícios podem decorrer de um acidente comum ou de um acidente do trabalho. Os que decorrem de acidente do trabalho e são relevantes para o caso em comento são os seguintes: aposentadoria por invalidez, auxílio-doença acidentário, auxílio-acidente, reabilitação profissional e a pensão por morte, esta devida ao dependente do segurado falecido em acidente do trabalho.

A grande diferença entre um benefício oferecido em face de um acidente comum e um acidente que decorre do trabalho é a carência. Não há carência para os benefícios que decorrem de um acidente do trabalho. Desse modo, assim que o trabalhador inicia suas atividades na empresa, se acidentando terá direito ao recebimento do benefício. Verifica-se em muitos casos que esse trabalhador terá contribuído muito pouco com a Previdência e já terá direito ao benefício.

Merece destaque o fato de o sistema previdenciário brasileiro ser baseado na solidariedade, e esta pressupõe um modelo de repartição onde um grupo determinado de pessoas contribuirá para um fundo que será utilizado para o benefício de todos os segurados. Esse sistema não poderá ser mantido se um grande número de trabalhadores estiver afastado enquanto poucos contribuem para o custeio da Previdência.

Ademais, quando um trabalhador se afasta em decorrência de acidente ele terá o direito de receber um benefício e isso representa um custo que não seria despendido se o acidente fosse evitado e o trabalhador permanecesse mais tempo em atividade, vindo a se aposentar apenas por idade.

Conforme informa Konig (2015 p.única):

> Só em 2013, o INSS pagou R$ 367 milhões em benefícios por acidentes de trabalho. Uma parte se refere a afastamentos temporários do emprego, mas ano após ano, a conta vai crescendo porque uma parte desses benefícios se destina a pensões por morte ou invalidez permanente. Numa conta atualizada para 2015, somente o custo gerado pelos acidentes entre trabalhadores com carteira assinada que serão notificados e identificados nas estatísticas oficiais é estimado em 70 bilhões.

Esses gastos elevados podem acarretar um desequilíbrio no sistema previdenciário que pode gastar mais que suas fontes de custeio lhe permitam arrecadar. Essa questão deverá ser resolvida por meio da gestão estatal dos recursos.

Percebe-se então, que além da problemática dos acidentes do trabalho com as suas consequências para empregados e empregadores, há também reflexos dos mesmos no sistema previdenciário. Cabe então ao Estado intervir criando instrumentos que sejam efetivamente capazes de evitar os acidentes em ambiente laboral e consequentemente diminuir os custos previdenciários com benefícios que decorram dos acidentes do trabalho.

Acredita-se que as ações regressivas acidentárias sejam um desses instrumentos.

1.1 Ações regressivas acidentárias

As ações regressivas acidentárias têm previsão legal no artigo 120 da Lei 8.213/91 (Brasil, 1991), que dispõe:

"Art. 120. Nos casos de negligência quanto às normas padrão de segurança e higiene no trabalho indicados para a proteção individual e coletiva, a Previdência Social proporá ação regressiva conta os responsáveis."

Esse é o fundamento legal para que o INSS, por meio da Procuradoria Geral Federal (PGF), que é o órgão responsável pela representação judicial e extrajudicial das fundações públicas e autarquias federais, proponha contra os empregadores negligentes quanto às normas de saúde e segurança as ações regressivas acidentárias.

Estas ações cobram regressivamente do empregador o que foi gasto pela Previdência Social com benefícios e serviços que decorrem do acidente do trabalho.

É requisito para a propositura das ações que tenha ocorrido um acidente do trabalho, o qual tenha gerado para o INSS a obrigatoriedade na concessão de um benefício ao segurado e ainda tenha havido o dolo ou a culpa do empregador.

As ações são de propositura obrigatória pelo INSS e devem ser inclusive, propostas em caráter prioritário no âmbito do PGF. O que colaborou para o ajuizamento de novas ações e mais debates a respeito das mesmas.

Mas, embora tenhamos a previsão legal das ações regressivas acidentárias, o legislador não previu um procedimento a ser seguido. A elaboração de uma cartilha pela Advocacia Geral da União (AGU), denominada

"Cartilha de atuação nas ações regressivas acidentárias", lançada em 2010 e atualizada em 2014, é que dita um procedimento a ser seguido, além de diretrizes para orientação dos Procuradores Federais.

Todavia a ausência de previsão legal deixa o tema envolto ainda por inúmeras divergências, muitas delas em âmbito processual. Porém, é também ponto de divergência entre os juristas, a real finalidade ou objetivo das ações regressivas acidentárias no ordenamento jurídico brasileiro, uma vez que o legislador não dá subsídios para a compreensão do instituto de forma satisfatória.

Entre os estudiosos das ações regressivas acidentárias, há aqueles que defendem ser um instituto voltado à proteção labor ambiental, com vistas a evitar acidentes e proteger o trabalhador. Mas há aqueles que defendem ser um instrumento voltado a um fim Previdenciário, que visa equilibrar as contas da Previdência Social.

A doutrina tem proposto quatro possíveis finalidades para as ações regressivas acidentárias: ressarcitória, punitiva, preventiva e pedagógica.

2 FINALIDADE DAS AÇÕES REGRESSIVAS ACIDENTÁRIAS

2.1 Finalidade Ressarcitória

Os que atribuem às ações regressivas acidentárias uma finalidade ressarcitória, alegam serem estas uma medida inserida no ordenamento jurídico com propósito de devolver aos cofres públicos o que a Previdência Social gasta com benefícios que decorrem do acidente.

Nesse sentido, se o acidente do trabalho decorre de uma negligência do empregador com relação às normas de saúde e segurança, seria ele o responsável por arcar com os danos que dele advêm.

Ademais, se o modelo brasileiro de Previdência Social é baseado na solidariedade, e um grupo de pessoas contribui para manter o sistema, não poderia ser suportado pela coletividade aquilo que representa despesa gerada pelo particular.

Além disso, diante do tão debatido déficit da Previdência Social, seriam as ações regressivas acidentárias um forte instrumento de arrecadação de valores para os cofres públicos.

Reforçando esse entendimento Maciel (2010) afirma que a pretensão ressarcitória constitui a finalidade explícita e imediata das ações regressivas

acidentárias. Desse modo, essas ações teriam como objetivo atender a um fim Previdenciário, voltando-se prioritariamente a recuperação dos gastos.

Por outro lado, também há argumento no sentido de não se considerar as ações regressivas acidentárias um instrumento ressarcitório. Isso porque o empregador também contribui com a Previdência Social para o custeio de benefícios advindos do acidente do trabalho.

É feito pelo empregador o pagamento do RAT– Riscos Ambientais do Trabalho, uma contribuição com alíquota variável conforme o grau de risco da atividade preponderante da empresa, de forma que quanto mais alta a probabilidade de dano a saúde do trabalhador, maior será o valor pago. A contribuição pode ser reduzida ou majorada conforme a frequência, a gravidade e o custo para a Previdência dos acidentes do trabalho.

Além do que, se a Previdência Social funciona como um seguro quando ocorre o sinistro esta deveria arcar com os custos do mesmo, não cabendo ao empregador fazer qualquer tipo de ressarcimento.

Contra tal posição há o entendimento de que os custos gerados por um acidente grave, que enseje, por exemplo, o pagamento de uma aposentadoria por invalidez por um longo período pode superar muito o valor objeto de contribuição pela empresa. Assim, mesmo que haja o pagamento pelo empregador para o custeio das parcelas, o gasto da Previdência pode superar em muito essa contribuição.

Assim, não há um consenso a respeito de serem as ações regressivas acidentárias um instrumento ressarcitório inserido no ordenamento jurídico para ser útil a Previdência Social ou não.

2.2 Finalidade Punitiva

Há o entendimento de serem as ações regressivas acidentárias um instrumento punitivo, inserido no ordenamento com o objetivo de punir o empregador negligente quanto às normas de saúde e segurança. Sempre que da sua negligência forem causados acidentes.

Nas palavras de Guisel (2012) as ações regressivas acidentárias devem ser consideradas um castigo imposto aos empregadores que por descumprirem as normas de saúde e segurança incorrem num ilícito.

Desse modo, as ações regressivas acidentárias funcionariam como um meio de punição ao empregador, sendo que o ressarcimento dos cofres públicos constituiria a medida sancionadora, uma vez que a despesa pecuniária seria medida punitiva eficiente em face do empregador.

Pulino (2016) defende que o pagamento pelo empregador do seguro acidentário não pode servir de alvará para que as empresas negligentes fiquem acobertadas de sua irresponsabilidade.

Verifica-se que se o empregador não cumpre com as normas ele deve ser penalizado e o pagamento do RAT não é suficiente para isentá-lo de qualquer responsabilidade frente ao acidente.

No entanto Correia (2016) diverge desse entendimento afirmando que as ações regressivas não constituem medida punitiva, uma vez que não cabe punição em âmbito Previdenciário.

Sob este olhar, se o empregador cumpriu com suas obrigações frente à Previdência Social pagando todas as contribuições que lhe são devidas, ele não está em débito neste sentido. E se um acidente ocorre, o empregador não pode ser cobrado por meio de uma ação regressiva por parte do INSS.

Além disso, existiriam outros meios de se punir o empregador. Em esfera cível poderia ser pleiteado o dano moral, material e estético, em virtude do acidente. Poderia haver punição administrativa pela atuação do Ministério do Trabalho e Emprego e pelo Ministério Público do Trabalho, por meio de multas e ações civis públicas.

Verifica-se então, a divergência também quanto ao caráter punitivo das ações regressivas acidentárias.

2.3 Finalidade Preventiva

Há também atribuição de um caráter preventivo às ações regressivas acidentárias. Seriam as mesmas um instrumento a serviço da proteção labor ambiental e uma política pública instituída para a prevenção de acidentes.

Nesse sentido Fruet (2013) afirma que a instrumentalização da ação regressiva acidentária visa à prevenção de acidente de trabalho e de toda carga negativa advinda dele.

Além do que, qualquer medida de prevenção é muito mais eficaz do que uma medida de repressão, pois se proteger o trabalhador do risco do acidente se aproxima muito mais dos objetivos do ordenamento jurídico pátrio, em especial do Direito do Trabalho, do que apresentar represálias aos empregadores.

A propositura de uma ação regressiva acidentária poderia ser prejudicial à imagem da empresa, e para evitar consequências econômicas negativas em razão disso, a empresa passaria a se preocupar mais com o cumprimento das normas de proteção.

Ainda seria mais interessante para a empresa a prevenção do que a devolução de valores ao INSS, pois a plena capacidade de trabalho dos empregados é importante também para a empresa.

Contudo, Correia (2016) discorda dessa visão das ações regressivas enquanto uma medida preventiva, afirmando que essa finalidade deve ser afastada, pois quando uma ação regressiva é proposta em face de determinada empresa, um acidente já ocorreu, e um trabalhador já perdeu a vida ou teve sua saúde abalada. Assim, para esse trabalhador, essa ação regressiva não seria mais um instrumento de proteção.

Neste aspecto poderia ser também considerado que existem outros instrumentos de proteção, como as ações promovidas pelo Ministério do Trabalho e pelo Ministério Público do Trabalho que visam à fiscalização prévia dos locais de trabalho, aplicando multas em casos de irregularidades, interditando estabelecimentos e embargando obras. O que poderia ser efetivamente uma medida preventiva.

Desse modo, também é divergente a visão de que as ações regressivas acidentárias seriam uma medida preventiva.

2.4 Finalidade Pedagógica

É possível também que as ações regressivas acidentárias sejam um instrumento cuja finalidade é pedagógica. Elas teriam a pretensão de educar, conscientizar o empregador da necessidade do cumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho.

Sob este enfoque, Maciel (2010) alega que as condenações nessas ações têm servido de medida pedagógica ao setor empresarial, que se vê incentivado ao cumprimento e fiscalização das normas de saúde e segurança.

Essas ações buscariam o despertar da consciência do empregador, para que ele se preocupe com a vida e a integridade física do trabalhador, e tenha a percepção de que este não é apenas um instrumento ao seu serviço, mas um sujeito de direitos.

No entanto, Martins (2016) afirma que as ações não têm natureza pedagógica como o dano moral, por exemplo, pois o valor estabelecido não tem por objetivo inibir o empregador da prática do ato.

A medida não teria então uma finalidade pedagógica, pois não ensina o empregador a respeitar os limites estabelecidos pela lei em sua atividade, ao contrário da condenação ao pagamento de um dano moral, destinada a esse fim.

Nessa mesma linha, Correia (2016), alega que muito mais eficiente para se atingir uma finalidade pedagógica de proteção labor ambiental seria a implementação de políticas públicas com vistas à saúde do trabalhador, que deveria ser fruto de prestações positivas do Estado. Além da atuação efetiva do Ministério do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

Desse modo, quanto à finalidade pedagógica das ações regressivas acidentárias, também não existe um consenso doutrinário.

CONCLUSÃO

Diante da problemática do elevado número de acidentes do trabalho que ainda ocorrem no Brasil, e os custos que os mesmos geram para a Previdência Social, perguntamo-nos se as ações regressivas acidentárias, inseridas no ordenamento jurídico por meio da Lei 8.213/91, constituiriam um instrumento de proteção labor-ambiental, ou de arrecadação de valores para os cofres públicos.

Buscou– se compreender o que os doutrinadores têm proposto como sendo finalidades das ações regressivas acidentárias, uma vez que o legislador não deixa claro quando prevê a propositura das mesmas.

Como se observa não há consenso quanto a nenhuma das finalidades das mesmas. Mas ao analisar os argumentos trazidos por alguns autores, entende– se que as ações regressivas acidentárias podem sim funcionar como um meio de tutela ao ambiente de trabalho, mas apenas secundariamente.

Sua finalidade primordial é a de ressarcir os cofres públicos, uma vez que os gastos gerados para Previdência Social são altos, e para que os benefícios possam continuar sendo concedidos é preciso que as contas se mantenham equilibradas, e esse meio para a recuperação de despesas pode ser muito útil.

E por mais que haja a contribuição dos empregadores para o custeio das parcelas decorrentes de acidente do trabalho, por meio do RAT, um longo afastamento do trabalhador supera em custos o que foi arrecadado.

Ademais, a previsão legal das ações se encontra em uma Lei Previdenciária, o que nos aproxima mais da ideia de que seus objetivos sejam voltados ao atendimento de um fim Previdenciário, do que a uma tutela ao trabalhador.

Portanto, concluí-se que as ações regressivas acidentárias atendem primeiramente a uma finalidade ressarcitória, mas à medida que cumprem esse objetivo podem servir secundariamente, de forma indireta como instrumento de tutela ao ambiente de trabalho.

REFERÊNCIAS

BORGES, Luís Guilherme Favaretto. **Principais divergências existentes entre auxílio doença comum (B31) e acidentário (B91)**, 2013. Disponível em:<https://lgfb.jusbrasil.com.br/artigos/112154392/principais-divergencias-existentes-entre-auxilio-doenca-comum-b-31-e-acidentario-b-91> Acesso em: 21 nov. 2016.

BRASIL. Código Civil (2002). Lei 10.406: promulgada em 10 de janeiro de 2002. **Diário oficial da união**, Brasília, 2002. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm.> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho: promulgada em 1 de maio de 1943. **Diário oficial da união**, Brasília, 1943. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. **Diário oficial da união**, Brasília, 1988. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Decreto n. 20.910 (1932). Dispõe sobre a prescrição quinquenal: promulgado em: 06 de janeiro de 1932. **Diário oficial da união**, Brasília, 1932. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D20910.htm> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Lei 8.212 (1991). Dispõe sobre a organização da seguridade social, instituiu plano de custeio e dá outras providências: promulgada em 24 de julho de 1991. **Diário oficial da união**, Brasília, 1991. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm> Acesso em: 22 dez. 2016.

BRASIL. Lei 8.213 (1991). Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências: promulgada em 24 de julho de 1991. **Diário oficial da união, Brasília**, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>. Acesso em: 22 dez. 2016.

CARVALHO, Leandro. **"Trabalho escravo nas minas"**; Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/trabalho-escravo-nas-minas.htm>. Acesso em: 2 nov. 2016.

CORREIA, Larissa Soldate. **Ações regressivas acidentárias sob a perspectiva da previdência social e da responsabilidade civil**. 2015. 219 f. Dissertação (Mestrado em Direito) –Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Julio de Mesquita Filho", Franca,2015. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136042/000858444_20180924.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 26 out. 2016.

CORREIA, Larissa Soldate. **Ação Regressiva Acidentária– Da Proteção á Saúde do Trabalhador à Responsabilidade Social e Civil do Empregador**. Larissa Soldate Correia. Curitiba: Juruá, 2016.

COSTA, Hertz J. **Acidentes de Trabalho na Atualidade**. Porto Alegre: Síntese, 2003.

COTRIM, Gilberto. **História Global– Brasil e Geral**. Gilberto Cotrim. São Paulo: Editora Saraiva, 1998.

DREBES, Josué Scheer. **"O acidente de trabalho e seus reflexos no ordenamento jurídico pátrio"**, 2013. Disponível em: <http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/o-acidente-de-trabalho-e-seus-reflexos-no-ordenamento-jur%C3%ADdico-p%C3%A1trio>. Acesso em: 15 nov. 2016.

FERNANDES, Anníbal. **Os acidentes do trabalho: do sacrifício do trabalho à prevenção e à reparação: evolução legislativa: atualidade e perspectivas: lei, doutrina e jurisprudência**/ Anníbal Fernandes. –2. ed. rev. com participação de Sérgio Pardal Freudenthal. –São Paulo: LTr, 2003.

Grupo e Trabalho da Coordenação-Geral de Cobrança e de Recuperação de

Créditos da Procuradoria-Geral Federal– **Cartilha de Atuação nas Ações Regressivas Acidentárias**, Brasília: 2014.

FONSECA, Gabriela Koetz da. **Requisitos para a concessão da pensão por morte**, 2013. Disponível em: <http://www.conteudojuridico.com.br/artigo,requisitos-para-a-concessao-da-pensao-por-morte,46362.html>. Acesso em: 22 nov.2016.

FRUET, Janaína Brissow. **Ação Regressiva em Matéria Previdenciária: Busca pelo Ressarcimento ao Erário**, 2013. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/

handle/123456789/1965/A%C3%A7%C3%A3o%20regressiva%20em%20mat%C3%A9ria%20previdenci%C3%A1ria-%20a%20busca%20pelo%20ressarcimento%20ao%20er%C3%A1rio.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 out. 2016.

GALVÊAS, Elias Celso. **A Revolução Industrial e suas Consequências: Da Corporação de Artesãos e Manufaturas Locais à Produção em Escala Internacional**, 2016. Disponível em: <http://www.miniweb.com.br/historia/Artigos/i_contemporanea/rev_indu_consequencias.html>. Acesso em: 04 nov. de 2016.

GUISEL, Leila Aparecida. **A (in)constitucionalidade das ações regressivas acidentárias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)**, 2012. Disponível em: https://www.unochapeco.edu.br/static/data/portal/downloads/1685.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

KONIG, Mauri. **Acidentes custaram R$ 70 bilhões em 7 anos**, 2015. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/especiais/acidentes-de-trabalho-no-brasil/perdas-humanas-em-cifras-bilionarias.jpp>. Acesso em: 08 jan. 2017.

LEAL, Priscila de Oliveira Ribeiro. **A evolução do trabalho humano e o surgimento do Direito do Trabalho**, 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/32198/a-evolucao-do-trabalho-humano-e-o-surgimento-do-direito-do-trabalho>. Acesso em: 06 nov. 2016.

MACIEL, Fernando. **Ações Regressivas Acidentárias**. São Paulo: Editora LTR, 2010.

MACIEL, Fernando. **Ações Regressivas Acidentárias**. 2 ed. rev. e atual. São Paulo: Editora LTR, 2013.

MARTINS, Sergio Pinto. **Direito da Seguridade Social**/Sergio Pinto Martins– 36. ed. – São Paulo: Saraiva, 2016.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Paz de. **Breve Histórico da Justiça do trabalho no Brasil**, 2016. Disponível em: <http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=912>. Acesso em: 06 nov. 2016.

OLIVEIRA, Sebastião Geraldo de. **Indenizações por acidente de trabalho ou doença ocupacional**/Sebastião Geraldo de Oliveira. –7. ed. rev. e atual – São Paulo: LTr, 2013.

PASSOS, Luciana Reischl dos. **Ações Regressivas Acidentárias**, 2013. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77939/000897718.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 out. 2016.

PORTO, Carlos Eduardo. **Ações Regressivas do Instituto Nacional de Seguro Social– INSS contra Empresas Negligentes em Acidentes do Trabalho**, 2011. Disponível em: <http://tcconline.utp.br/wp-content/uploads/2012/03/ACOES-REGRESSIVAS-DO-INSTITUTO-NACIONAL-DE-SEGURO-SOCIAL-INSS-CONTRA-EMPRESAS-NEGLIGENTES-EM-ACIDENTES-DO-TRABALHO.pdf>. Acesso em: 26 out. 2016.

SALIM, Celso Amorim; CARVALHO, Luiz Fernando de. **Saúde e Segurança no Trabalho: contextos e vertentes**. Belo Horizonte: Fundacentro / Universidade Federal São João Del Rei, 2002.

SANTIAGO, Emerson. **Organização Internacional do Trabalho**, 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/direito/organizacao-internacional-do-trabalho/>. Acesso em: 06 nov. de 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **"Oficinas Medievais"**; Brasil Escola. Disponível em: <http://brasilescola.uol.com.br/historiag/oficinas-medievais.htm>. Acesso em: 03 nov. 2016.

VIEIRA, Eliane. **O Trabalho: breve visão da concepção de castigo da antiguidade cristã, valor social afirmado na encíclica Renum Novarum no século XIX e despontar no século XXI como valor Bioético**, 2010. Disponível em:<http://www.saocamilo-sp.br/pdf/bioethikos/78/Art13.pdf>. Acesso em: 31 out. 2016.

CIÊNCIAS DA SAÚDE

ENFERMAGEM

A EQUIPE DE ENFERMAGEM E A EMERGENCIA PSIQUIATRICA: VOZES DE PROFISSIONAIS NUMA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

THE TEAM OF NURSING AND THE PSYCHIATRIC EMERGENCY: VOICES OF PROFESSIONALS IN A UNIT OF PRONTO CUSTOMER SERVICE

Viviana Cristina de Souza Carvalho[1]
Luc Vandenberghe[2]

RESUMO

Uma implicação importante da reforma Psiquiátrica é a adaptação que a mesma exige da parte dos serviços emergenciais, que funcionam em unidades de pronto atendimento. Objetivou-se conhecer a percepção da equipe de enfermagem atuante na Unidade de Pronto Atendimento, diante às emergências psiquiátricas. Foram gravados grupos focais com 14 enfermeiros, a respeito do atendimento de pacientes com transtorno mental em crise no serviço de urgência e emergência em que trabalham. As transcrições foram analisadas de acordo com os preceitos da Teoria Fundamentada em Dados. Do processo de análise emergiram três categorias: A lente pela qual a equipe vê o paciente (como 'diferente' e como desafio), Sentimentos da equipe (entre desamparo e aceitação) e Estratégias de ação (entre tecnicismo e envolvimento). O atendimento à pessoa com emergência psiquiátrica vem acompanhado de uma angústia por parte dos profissionais. Pôde-se entender que o serviço se encontra numa fase de transição em que o enfermeiro ainda não soube plenamente assumir seu devido papel na produção dos cuidados. O modelo de atendimento é ainda o médico-centrado, eximindo a enfermagem das responsabilidades assistenciais. As dificuldades parecem ser principalmente advindas de uma formação profissional que ainda não absorveu as ideias da reforma psiquiátrica. Diante disto, torna-se necessário, neste serviço, que haja investimento num trabalho de educação permanente, para construir maior qualidade na atenção em saúde mental na rede de saúde de acordo com as intenções da reforma psiquiátrica.

Palavras-chave: Enfermagem, psiquiatria, percepção e emergência.

[1] Enfermeira, Mestra em Ciências Ambientais e Saúde, Docente Faculdade de Quirinópolis, Técnico Referente em Saúde Mental Secretaria Municipal de Rio Verde-Goiás.

[2] Psicólogo, Mestre em Psicologia Clínica e do Desenvolvimento – Rijks Universiteit Gent, Doutor em Psicologia – Université de l'Etat à Liège – Bélgica. Professor adjunto da PUC-Goiás.

ABSTRACT

An important implication of the psychiatric reform is the adaptation it demands of emergency units. This study aimed to understand active nursing staff at an Emergency Unit perceive psychiatric emergency. Focal groups were recorded involving 14 nurses, about care for patients with mental disorders in crisis in the emergency room in which they work. The transcripts were submitted to a Grounded Theory analysis, from which three categories emerged: The lens through which the team sees the patient (as 'different' and as a challenge), team feelings (between helplessness and acceptance) and action strategies (between technicality and involvement). It can be understood that the emergency unit is in a transition phase, in which the nurse has not yet fully assumed his or her due role in the care for patients with mental health demands. Psychiatric emergencies evoke distress in the staff which remains exempted from their responsibilities in patient care, because of a model that centers on the physician. The difficulties seem to be mainly due to professional training not having absorbed the ideas of the psychiatric reform. Thus, it is necessary to invest in continuing education, to build higher quality of mental health care within the emergency health system according to the intentions of the psychiatric reform.

Keywords: Nursing, psychiatry, perception and emergency

INTRODUÇÃO

Meados de 1980 e 1990, a reforma psiquiátrica inspirou-se nas experiências antimanicomiais no modelo de Trieste, na Itália, buscou romper com a estrutura asilar e construir novos dispositivos substitutivos ao modelo manicomial – Os Centros de Atenção Psicossocial. Produto de lutas contínuas pela destruição de qualquer dispositivo manicomial, institui-se em 18 de maio o Dia Nacional da Luta Antimanicomial, como estratégia de discussão da reforma com a sociedade, marcado com eventos que ocorrem em todo o país e põem em cena os dilemas da loucura e da diferença (NABUCO, 2009).

Discussões oficiais são promovidas, mas ainda sem força para transformações concretas no país. A Lei nº 10.216 visa à proteção e os direitos das pessoas com transtorno mental, dá ao paciente psiquiátrico o direito ao melhor tratamento do sistema de saúde de acordo com a sua necessidade e grau da doença (BRASIL, 2011).

Sendo assim, o novo modelo de atenção em saúde mental surge reduzindo, significativamente, o número de leitos psiquiátricos hospitalares e aumentando os investimentos no atendimento oferecido pela rede

extra-hospitalar. Dentre os serviços que compõem a rede extra-hospitalar destacam-se os serviços de atenção primária à saúde (APS), serviços especializados em saúde mental e os serviços de urgência e emergência psiquiátrica (KANTORSKI, 2012).

Nesta perspectiva do movimento de reforma, os serviços emergenciais surgiram como pilar de apoio, sobretudo por fazer a interface comunidade e instituições de tratamento (SOUSA; SILVA; OLIVEIRA, 2010). Estes serviços, depois de alicerçados os preceitos da reforma, são considerados como um "nó" forte na rede, já que promove uma diversificação, descentralização e integração dos serviços (CAMPOS; TEIXEIRA, 2001; SOUSA; SILVA; OLIVEIRA, 2010).

O ideal é que os serviços emergenciais objetivem contribuir para se evitar o isolamento da psiquiatria, integrando-a ao atendimento de saúde geral, o que colabora para não discriminação e estigmatização e, além disso, pode contribuir para redução do tempo e do número de internações, por meio de racionalização de critérios de hospitalização, priorizando ao paciente o seu meio social (SOUSA; SILVA; OLIVEIRA, 2010).

Assim, a mudança ocorrida na configuração da rede de saúde mental, antes composta somente por manicômios, leve de forma cada vez mais frequente que usuários com demanda em saúde mental sejam, em momentos de crise ou agudização da doença, encaminhados aos serviços de pronto atendimento, necessitando que esses locais sejam reconhecidos como lócus de cuidado, o que implica neste âmbito de atendimento.

Nesse contexto, a equipe de enfermagem que atua em unidades de urgência e emergência deve estar apta a prestar assistência a pessoas com crise de doença mental, depois de passado o momento de crise, realizar a avaliação do estado mental e físico, adotando postura ativa, convincente e de apoio ao paciente e seu familiar. Desse modo, é importante considerar que, para o adequado funcionamento de um serviço de urgência e emergência, a necessária agilidade no manejo da situação pode implicar em algumas limitações, tanto em relação ao tratamento do paciente quanto à formação dos profissionais de saúde, em especial, as equipes de enfermagem (DEL-BEN; TUNG, 2010).

Este estudo pretende contribuir não apenas com os participantes da pesquisa, mas ainda e, principalmente, com a unidade de pronto atendimento em geral, pois tais dados podem contribuir para um melhor relacionamento e atendimento entre paciente, profissionais e familiares.

Diante do exposto, é conhecer a percepção da equipe de enfermagem, atuante em unidade de pronto atendimento quanto às emergências psiquiátricas, através de uma pesquisa que busque conhecer o sentimento do profissional no atendimento emergencial ao paciente com transtorno mental, bem como compreender como este profissional vivencia sua atuação na emergência psiquiátrica.

1 METODOLOGIA

1.1 Tipo de estudo

O estudo foi desenvolvido segundo a Grounded Theory, ou Teoria Fundamentada nos dados (TFD), um método que investiga como um grupo de pessoas vive uma realidade e como lida com os desafios que fazem parte da realidade (CHARMAZ, 2009).

1.2 Local do Estudo

O presente estudo foi realizado na Unidade de Pronto Atendimento (UPA), que presta assistência em casos de urgência e emergência, uma instituição governamental, fundada em 2011, na região do sudoeste goiano.

1.3 Participantes do estudo

A população investigada foi composta por enfermeiros que atuam na UPA, na região do sudoeste goiano, e que aceitaram participar do estudo, através do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. O estudo teve início após a aprovação do CEP, com nº CAAE: 274 12014.2.0000.0037.

1.4 Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada através de entrevista semiestruturada, com as seguintes questões norteadoras: Conte-me sobre sua vivência com pacientes psiquiátricos na UPA; Que providencias são tomadas ao atender uma emergência psiquiátrica? Qual o seu sentimento em relação ao paciente psiquiátrico? Fale-me sobre a hospitalização do paciente psiquiátrico na

UPA; Você vê o paciente psiquiátrico diferente dos demais pacientes que são atendidos na UPA? Que mudança ocorre na sua rotina de trabalho quando chega uma emergência psiquiátrica?

As entrevistas foram gravadas e transcritas para posterior análise de dados. Além disso, foram realizadas anotações e registros de informações importantes para reflexão sobre o fenômeno investigado.

1.5 Procedimentos para a análise dos dados

A análise dos dados iniciou-se com a transcrição das entrevistas. Foram realizadas em duas etapas, a codificação aberta e a codificação focalizada. As entrevistas foram transcritas por meio de um programa editor de texto, e os códigos foram colocados às margens do texto, linha a linha, à medida que surgiram. A primeira codificação aconteceu do ponto de vista analítico, e teve por objetivo nomear segmentos de dados com uma classificação que, simultaneamente, categoriza, resume e representa cada parte dos dados. Os códigos atribuídos a cada segmento revelam as perspectivas necessárias para o início da análise, que, posteriormente, formou-se o esqueleto do trabalho. Estes foram extraídos das entrevistas e organizados em fichas, permitindo uma melhor visualização por meio da codificação sendo possível chegar a uma visão interpretativa que esclareceu e explicou as percepções dos sujeitos investigados (CHARMAZ, 2009).

Posteriormente à codificação inicial, realizou-se a codificação focalizada, que redefiniu o direcionamento dos códigos, tornando-os mais significativos e seletivos, como tentativa de explicar maiores segmentos dos dados.

Durante a construção da categorização, foram definidas 03 grandes categorias para o modelo final, novos memorandos foram escritos e usados como ferramentas analíticas importantes. Os mesmos forneceram o texto inicial para a redação dos resultados.

2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, apresenta-se a caracterização dos sujeitos participantes deste estudo na unidade de pronto atendimento. Em seguida, apresentar-se-ão as categorias e suas respectivas análises.

2.1 Caracterização dos participantes do estudo

A Tabela 1 mostra 14 sujeitos entrevistados todos são enfermeiros. Quanto ao sexo, três são homens e onze são mulheres. Oito sujeitos relataram ter outro vínculo empregatício.

Tabela 1– Perfil dos profissionais de saúde da Unidade de Pronto Atendimento

Nome fictício	Sexo	Profissão	Pós-graduação	Curso na área de saúde mental	Outro vínculo empregatício
Maria	F	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
Elena	F	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
Joana	F	Enfermeiro	Sim	Não	Não
Pedro	M	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
Regina	F	Enfermeiro	Sim	Não	Não
Mara	F	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
Heloísa	F	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
João	M	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
Luzia	F	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
Rita	F	Enfermeiro	Sim	Não	Não
Carmem	F	Enfermeiro	Sim	Não	Não
Jane	F	Enfermeiro	Sim	Não	Sim
José	M	Enfermeiro	Sim	Não	Não
Flora	F	Enfermeiro	Sim	Não	Não

Fonte: Coleta de Dados: Perfil dos profissionais de saúde da Unidade de Pronto Atendimento, Rio Verde – GO, 2014.

Sobre a participação em curso para formação na área de saúde mental, nenhum dos quatorze sujeitos relataram ter participado, fato que pode sugerir pouco investimento nesta formação específica em saúde mental. Conforme Otanari et al. (2011), é fundamental o preparo dos profissionais que compõem a rede de serviços para que se possa consolidá-la a partir de preceitos da Reforma Psiquiátrica.

Estudo realizado por Motke e Franco (2013) constatou que enfermeiros com dupla jornada de trabalho reduz sua qualidade de vida, apresentando

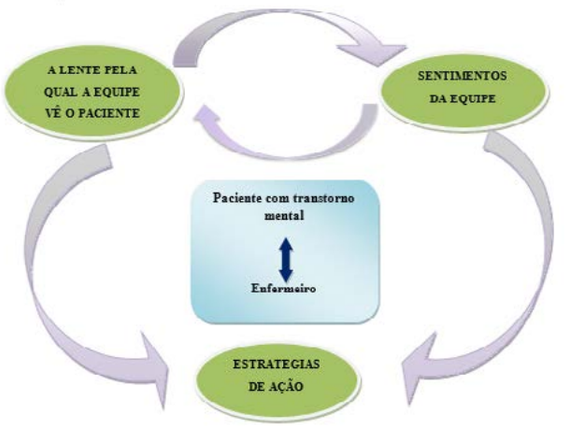
maior estresse e mais sintomas psicológicos do estresse que os que possuíam apenas um trabalho. O tempo no serviço na instituição variou de 06 meses a 03 anos. Quanto ao número de empregos, seis sujeitos relataram possuir um emprego, oito relataram possuir mais de um. Santos e Lima (2011), em pesquisa realizada com equipe que possuía dupla ou tripla jornada de trabalho, constataram deficiências no cuidado prestado, sendo apontado no mesmo estudo, como consequência a jornada de trabalho longa e pesada, e, em última análise, repercute na qualidade do cuidado.

2.2 Construção e Análise das categorias

2.1.1 Definição das categorias

Obedecendo à metodologia já descrita no estudo e buscando entender aos objetivos do mesmo quanto à descrição e análise do atendimento de paciente com transtorno mental em crise, numa unidade de pronto atendimento, destacam-se as categorias que emergiram das falas dos sujeitos investigados: **A lente pela qual a equipe vê o paciente; Sentimentos da equipe; e Estratégias de ação.** Interligadas entre si contornando o binômio paciente com transtorno mental e enfermeiro, conforme demonstrado na figura 1.

Figura 1– A vivência do atendimento ao paciente com transtorno psiquiátrico



As categorias foram criadas para agrupar as oito famílias de códigos criadas anteriormente.

Tabela 2 mostra que, a partir da leitura e análise das transcrições das entrevistas dos 14 participantes da pesquisa submetida à *Grounded Theory,* chegou-se a três categorias principais, isto é (i) A lente pela qual o profissional vê o paciente, incluindo as subcategorias diferença e desafio; (ii) Sentimentos da equipe, com as subcategorias desamparo e aceitação e (iii) Estratégias de ação, com tecnicismo, e envolvimento pessoal com meio de humanização.

No âmbito das categorias e suas respectivas subcategorias, gerou-se então os códigos. Estes embasaram a discussão dos resultados obtidos a partir das entrevistas com os participantes da pesquisa. Em linhas gerais, busca conhecer, descrever e analisar os diversos aspectos que influenciam na percepção do enfermeiro frente à emergência psiquiátrica.

Tabela 2: Construção do modelo

Categorias	Subcategorias	Códigos
A lente pela qual a equipe vê o paciente	Diferença	– O fato de não ser rotina esse tipo de atendimento; dificulta-se a atuação; – O paciente necessita de atendimento especializado.
	Desafio	– Estado emocional do paciente psiquiátrico incomoda aos demais pacientes, gera tumulto no serviço; – Vulnerabilidade emocional prejudica o atendimento.
Sentimentos da equipe	Desamparo	– Falta de formação e insegurança prejudica a atuação
	Aceitação	– Vivência e qualificação faz perceber o paciente sem desigualdade aos demais;
Estratégias de ação	Tecnicismo	-Atendimento imediato centralizado no médico com intervenção tecnicista.
	Envolvimento pessoal com o meio de humanização	– Envolvimento pessoal como meio de humanização são importantes para o cuidado.

Categoria 1: A lente pela qual a equipe vê o paciente

Uma categoria importante que emergiu durante a análise dos dados compõe o que pode ser identificado ou apontado como *a lente pela qual a equipe vê o paciente.* Remete às formas ou às maneiras como os enfermeiros lidam e percebem os pacientes com transtorno mental em várias situações do seu trabalho. Essa lente é composta por aspecto de diferença percebido (com os seguintes códigos: O fato de não ser rotina esse tipo de atendimento dificulta a atuação, O paciente necessita de atendimento especializado).

2.1.2 O fato de não ser rotina esse tipo de atendimento

Foi observado, em vários relatos que as pessoas com transtornos psiquiátricos são vistas como diferentes dos demais pacientes, fugindo da rotina na unidade de pronto atendimento (UPA). Os enfermeiros entrevistados referem dificuldade na atuação devido ao fato não ter desenvolvido estratégias usuais em atender pacientes portadores de transtornos mentais.

O atendimento aos pacientes com transtornos mentais na UPA se deu devido às reformas na assistência à saúde mental. As internações psiquiátricas foram direcionadas prioritariamente para pacientes com transtornos mentais que apresentam quadros graves e agudos. Redirecionaram o modelo de atenção, anteriormente focado no manicômio, para uma rede diversificada e articulada de atendimento extra-hospitalar, sendo um fator recente: *"Aqui na UPA é novo receber pacientes psiquiátricos, não temos ainda muitos pacientes desse jeito, devido a esse fato tenho dificuldade em conduzir a assistência a esses casos." (Flora)*

O aumento previsto das urgências psiquiátricas levou a Política Nacional de Atenção às Urgências a propugnar que o atendimento pré-hospitalar nesse tipo de ocorrência fosse também de responsabilidade do SAMU, quando este serviço for disponível no município (Bonfada, 2010). Medeiros, Monteiro e Andrade (2011) na cidade de João Pessoa, constataram, além da demanda em saúde mental exercida sobre o serviço de pronto atendimento, uma frágil ligação com os serviços emergenciais e os serviços substitutivos. A demanda nos serviços de pronto atendimento pode ser explicada pelo fato do serviço ter se tornado uma porta de entrada importante para internação após as mudanças na configuração da rede de saúde mental. Os serviços de emergência oferecem tanto apoio psicossocial quanto realização de triagem para outros serviços e, ainda intervenção aos usuários em crise.

2.1.3 O paciente necessita de atendimento especializado

Outro componente que constitui a percepção que o paciente com transtorno mental seja diferente, é o fato de que mesmo necessita de atendimento especializado: "S*omos preparados pra lidar com todos os tipos de emergência, tais como acidentados, baleados entres outros casos de urgência e emergência, e a menos psiquiátricos, o que dificulta mais ainda o atendimento a esses pacientes que necessita do nosso serviço" (Flora).*

"*Eu acho muito difícil de lidar, pois requer um atendimento diferenciado e muita das vezes eu não sei como lidar com essa situação" (Jane).*

O comportamento diferente, referida pelos profissionais, acaba por estigmatizar a imagem de ocorrências psiquiátricas, ocasionando um atendimento baseado em contenções mecânicas e medicamentosas. O medo da loucura ainda existe nas concepções e conceitos dos profissionais de saúde, porque fazem parte de um contexto construído historicamente pela psiquiatria clássica. Continua presente no espaço da formação dos profissionais de saúde que estão à mercê de currículos que marginalizam a atenção psicossocial e priorizam a psicopatologia, a medicalização e a necessidade de isolamento do paciente sob o argumento da periculosidade (Dias, 2013).

Desafio

O desafio ressentido pelo profissional frente ao paciente com transtorno mental contém duas dimensões: O estado emocional do paciente psiquiátrico incomoda aos demais pacientes e o profissional precisa ser capaz de manejar as reações destes outros usuários. E as necessidades do paciente psiquiátrico produzem um tumulto no serviço por falta de trabalho em equipe e esse tumulto transtorna a prestação de cuidados.

> [...] Muda completamente a minha rotina, principalmente quando eles chegam agressivos fico sem saber como lidar com a situação e às vezes atrapalha a forma de cuidar do paciente psiquiátrico e dos demais pacientes que estão aguardando atendimento" (CARMEM).

Em concordância ao que foi referenciado pelos sujeitos e encontrado no estudo de Nogueira (2012), o cuidado de enfermagem é desenvolvido por pessoas e para pessoas. Deste modo, a comunicação é primordial à efetivação do relacionamento interpessoal e é um importante instrumento para o planejamento e o desenvolvimento de cuidados.

O cuidado é caracterizado pelo encontro entre aquele que necessita do cuidado e o cuidador, em ambiente propício, envolto por comportamentos e atitudes dos quais se destacam o respeito, responsabilidade, interesse, segurança, oferta de apoio, confiança, conforto e solidariedade. Waldow (2008), destaca em seu estudo, que ao faltar comunicação e interação, o cuidado se torna simples procedimento técnico.

Dentre os serviços de saúde, os de emergências são os que apresentam maior dificuldade em estabelecer um ambiente interacional, isto porque ele possui algumas características peculiares, que tendem a torná-lo um espaço, no qual a comunicação é mecanizada e impessoal. Dentre essas características, pode-se citar: falta de privacidade, ambiente conturbado, desconforto, impessoalidade, longas e desgastantes jornadas de trabalho da equipe de saúde, entre outros (BAGGIO; CALLEGARO; ERDMANN, 2011; NEGREIROS et al., 2012).

Para tentar mudar este panorama, a Política Nacional de Humanização (PNH), preconiza que os profissionais de saúde que atuam em serviço de emergência possuem largo conhecimento além do técnico-científico para prestarem assistência emergencial com qualidade à população. Para tanto, a PNH propõe medidas com ênfase nos aspectos humanísticos, que promovam maior interação entre os profissionais de saúde e os usuários. Isto porquanto, este serviço, por se constituir porta de entrada principal dos hospitais, abrange os cuidados à clientela com as mais variadas doenças, inclusive as psiquiátricas (NOGUEIRA-MARTINS; MARCO, 2012).

Os profissionais de enfermagem devem adquirir a competência em comunicação humana e terapêutica, uma vez que ela é habilidade fundamental para o desenvolvimento das práticas da Enfermagem em forma do cuidado consciente, verdadeiro, transformador, que humaniza e constrói.

Para que o profissional exerça sua atividade de forma satisfatória, é necessário sentir-se seguro durante a assistência oferecida. O atendimento passa a ser mais estressante para o profissional, devido ao fato de não ter vivência e formação para atender pacientes com transtornos mentais, repercutindo sobre a qualidade dos cuidados oferecidos.

Ikuta et al. (2013) destacaram em seu estudo a falta de conhecimentos específicos em saúde mental e a manifestação de sentimentos como frustração, medo e angústia por parte de enfermeiros que atuam em serviços de emergência.

> [...] Sentimento de invalidez sinto-me de mãos amarradas por não saber às vezes conduzir o caso com tranquilidade. Afinal é um paciente diferenciado (Rita).
> [...] Um pouco de receio porque não tenho tanta experiência em psiquiatria (Flora).

Para a formação de profissionais que atendam a essas novas propostas das políticas públicas na saúde mental, as diretrizes curriculares vêm sofrendo mudanças, de forma que os conteúdos essenciais para o Curso de Graduação em Enfermagem devam estar relacionados com todo o processo saúde-doença do cidadão, da família e da comunidade; integrado à realidade epidemiológica e profissional, proporcionando a integralidade das ações do cuidar em enfermagem para formar profissionais preparados a prestar uma assistência de forma holística e baseada na realidade, com formação generalista (BRASIL, 2001).

Visto que é nas escolas de enfermagem, por meio do ensino, que as percepções e práticas dos futuros profissionais são moldadas, estas alterações vêm sendo cobradas para a modificação do ensino na saúde mental e psiquiatria, a fim de atender ao novo modelo assistencial.

Kantorski e Silva (2010), relatam que o ensino da enfermagem psiquiátrica e saúde mental têm como referências disciplinas centradas em critérios rígidos de normal e patológico. Os estágios de práticas assistenciais continuam sendo realizados em hospitais psiquiátricos, com ênfase nas psicopatologias e reforçando o modelo manicomial. Deste modo, o ensino é repassado de forma fragmentada, dicotômica, centrada na instituição psiquiátrica, reforçando os saberes e práticas de exclusão da loucura.

O ensino tem-se transformado, devido às novas propostas da Reforma Psiquiátrica e que a educação na saúde mental caminha lentamente para avanços no entendimento da realidade do paciente psiquiátrico e suas necessidades, assim como, tem mudado a visão dos alunos frente ao mesmo. Mas, percebe-se que, para que essa mudança se concretize de forma homogênea é necessária a mudança na percepção da loucura, adoção do discurso na prática e adoção de uma nova proposta de pensamento, do planejar e do agir, buscando a formação de profissionais engajados na saúde mental e na assistência ao paciente como um todo e preparo do aluno de forma que este consiga agir em toda a essência do ser (OLIVEIRA et al, 2013).

Categoria 2: Sentimentos da equipe

Desamparo

Falta de formação e insegurança prejudicam a atuação na prestação dos cuidados. Para atuar de forma adequada e efetiva, oferecendo um serviço de qualidade aos pacientes com transtornos mentais, faz-se necessário que se tenham profissionais qualificados e especializados para o exercício da profissão. Pois a qualidade da assistência está diretamente relacionada com a formação do profissional.

A dificuldade em cuidar do paciente portador de transtorno mental nos serviços de saúde é apresentada de forma enfática em outros estudos (AZEVEDO; FERREIRA FILHA, 2012). A falta de conhecimento teórico sobre temas da área de saúde mental faz com que os profissionais tenham inúmeras dúvidas, que acabam, muitas vezes, trazendo modo inadequado de abordagens e cuidados ao paciente com transtorno mental (SILVA, 2012).

Durante o relato dos entrevistados foi observada a falta de vivência, em casos de urgência e emergência psiquiátrica. Permitindo que muitos profissionais esboçassem nitidamente deficiência na formação, o que prejudica a atuação, deixando o paciente desassistido, como evidenciado nos relatos a seguir.

> [...] Na verdade não tenho uma boa vivência, pelo fato de não achar fácil atender pacientes psiquiátricos. É uma situação muito sensível devido eu não ter nenhuma especialidade para atender esse tipo de paciente (Luzia).

Para a melhoria desse tipo de atendimento, não só o domínio prático é necessário, o conhecimento teórico e a formação do senso crítico perante as conquistas, que a Reforma Psiquiátrica proporcionou, serão relevantes no processo (DIAZ, 2008).

Sivakumar e colaboradores (2011), evidenciaram que os profissionais da enfermagem relataram ter conhecimento insuficiente, bem como falta de confiança e de habilidades de interação em relação à abordagem do paciente em situação de emergência psiquiátrica. Além disso, o déficit de conhecimento, por parte dos profissionais, evidencia a necessidade de melhorar o ensino de graduação e pós-graduação.

De acordo com Campos e Barros (2011), o profissional enfermeiro precisa rever sua formação, apontando para novas posturas frente ao paciente

com transtorno mental e seu sofrimento psíquico; ampliar conhecimentos para além dos adquiridos na graduação, compartilhando efetivamente práticas e saberes subjacentes a essas práticas, com outros campos disciplinares.

Se o profissional se encontra despreparado ou incapaz por algum motivo, isso poderá refletir diretamente no atendimento oferecido ao paciente, causando insegurança e desamparo ao profissional.

> [...] Sinto perdida devido a falta de vivência, as vezes não sei como agir em determinada situação[...] (Maria).
> [...] Não tenho muita vivência, atendi poucos casos sempre que chega um eu evito atender, deixo pra colega e vou atender outro paciente que não seja psiquiátrico, por não saber bem como conduzir o caso[...] (João).

Assim, teve-se possibilitada a percepção e o posterior agrupamento do que se pode chamar de vivência, falta de formação e insegurança vivida no cotidiano. Explicitada pelos grupos focais, o que se tornou então geradores e causadores de sentimentos da equipe.

Barbosa (2012), constatou que a falta de qualificação e de suporte para atendimento é evidenciada de forma clara. Os profissionais mostraram-se carentes de formação e, claramente, solicitaram suporte para sentirem-se mais seguros durante o atendimento.

Atender em saúde mental, seja em qualquer nível ou serviço, depende muito do profissional preparado para conduzir e manter relacionamento terapêutico, visto que o instrumento de trabalho no cuidado em saúde mental é, prioritariamente, o próprio profissional (OLIVEIRA; LEME; GODOY, 2009).

Além da necessária ampliação da rede de serviços de saúde mental, faz –se imprescindível o desenvolvimento de processos de formação e educação permanentes, essenciais para qualificação dos diversos serviços e equipes, garantindo avanços no modelo comunitário de atenção à saúde onde, os serviços de emergências são suporte essencial (MANGIA; YASUTAKI, 2009).

Aceitação

A vivência e qualificação faz perceber o paciente sem desigualdades aos demais, existe empenho e dedicação por parte de alguns profissionais no atendimento ao paciente com transtorno mental e são várias as dificuldades

encontradas no ambiente de trabalho, principalmente, por aqueles que trabalham em unidades de urgência e emergência.

Devido à falta de formação e vivência de alguns profissionais que não percebem o paciente com transtorno mental igual aos que remetem as falas abaixo, o que muitas vezes gera uma dificuldade no trabalho em equipe, prejudicando a atuação.

O enfermeiro deve ter como preocupação o auxílio no cuidado ao ser humano como um todo, em sua coletividade. A enfermagem deve estar preparada para promover a saúde, respeitando a vida sem discriminação de qualquer natureza, em qualquer local que tenha atuação profissional do enfermeiro e sua equipe (AMARANTE et al. 2011).

> [...] Não podemos deixar interferir na nossa rotina, pois devemos estar preparados para atender todos os casos de emergência independente de ser psiquiátrico ou não[...] (Mara).
> [...] Não causa nenhuma mudança, pra mim é uma emergência como outra qualquer, procuro atendê-lo de melhor maneira possível[...] (Regina).
> [...] São pacientes que necessitam de cuidado adequado com tratamento rigoroso e com paciência e ética profissional, então tento ser o mais atenciosa possível sem ser indiferente, não tenho sentimento de medo ou receio[...] (Joana).

Apesar de ter sido evidenciada pela minoria dos entrevistados a aceitação, demonstra-se que vivência e qualificação melhora atuação. O que acaba por muitas vezes fazendo o profissional perceber o paciente sem desigualdades aos demais.

A enfermagem é uma profissão que, a exemplo da própria medicina, apresenta um leque bem diversificado de especialidades e possibilidades de atuação em prol da promoção, proteção e recuperação da saúde humana. Embora seus profissionais atuem mais na assistência hospitalar, enfermeiros podem assumir diversos papéis que levem ao alcance do objetivo da profissão, dependendo do contexto social. A respeito disso, Tanaka e Leite (2008) afirmaram que o processo de trabalho de enfermagem particulariza-se em uma rede ou subprocessos que são denominados cuidar ou assistir, administrar ou gerenciar, pesquisar e ensinar.

Além disso, devido à necessidade de ampliação do conhecimento para a assistência em determinados casos, há ainda a possibilidade de se especializarem. O Conselho Federal de Enfermagem já chegou a reconhecer

46 especialidades dentro da área de enfermagem, e hoje, são homologadas aquelas devidamente estudadas em cursos específicos, conforme Resolução COFEN n.º 399/2011 (COFEN, 2011).

Dentre as especialidades da enfermagem, encontra-se a psiquiátrica e de saúde mental. Trata-se da assistência ao paciente que sofre de transtornos mentais de caráter psicológico ou neurológico. A atuação do profissional de enfermagem, neste contexto, pode ocorrer em instituições, dedicadas a esse tipo de tratamento, ou em residências tal qual estimulada a partir da Reforma Psiquiátrica, "que propõe substituir os manicômios por iniciativas sociais, culturais, políticas ou científicas, jurídicas, assim como modificar os conceitos e a relação da sociedade com as pessoas com transtornos mentais" (WAIDMAN et al. 2012).

Um acontecimento relevante para a prática assistencial contemporânea do enfermeiro é o aumento da demanda por atendimento psiquiátrico nos serviços de saúde (BRASIL, 2001).

Categoria 3: Estratégias de ação

A última categoria gerada corresponde à capacidade e as formas que tornam possíveis aos entrevistados enfrentarem as adversidades. Apesar das dificuldades que permeiam seu cotidiano profissional, encontram meios e caminhos para continuar atuando e transpondo obstáculos.

Tecnicismo

O atendimento realizado na unidade, de acordo com às falas dos entrevistados, está centralizado no médico e o estilo de intervenção é tecnicista. Observaram-se muitos dos depoimentos com falas que têm em comum a figura do médico e papel, por vezes único e, central no atendimento em Saúde Mental no serviço de pronto atendimento.

Assim, atender em emergência psiquiátrica, neste serviço, ainda é notadamente um ato essencialmente médico. Durante observações, pouco se viu de interação e, quando se viu, referiam-se mais ao cumprimento de prescrições médicas, sobretudo de medicações, o que pode ser notado nos seguintes depoimentos.

> [...] Os pacientes ficam na unidade até sair vaga nas unidades especializadas, mas a hospitalização aqui a gente medica conforme prescrição e estabiliza ele[...] (Maria).

> [...] Faço a medicação, se precisar encaminho e se necessário conter ele no leito[...](Heloísa).
> [...] Passa direto pro consultório médico porque senão vira uma baderna na recepção e já é medicado de imediato[...](José).

A crença do medicamento como resolução dos problemas é advinda do modelo médico-centrado e, por ser no hospital o centro do poder médico, isso talvez seja mais forte nesses locais (AMARANTE, 2007). O serviço de pronto atendimento possui semelhança com modelo de atendimento hospitalar, o que pode justificar a reprodução forte deste modelo.

A dificuldade neste tipo de atendimento é maior quando o processo de trabalho é burocrático, medicamentoso e influenciado pelo médico-centrado, visto que este tipo de processo de trabalho fragiliza e dificulta o envolvimento dos outros profissionais na responsabilização da saúde dos usuários (BRASIL, 2006).

Assim, é sempre o médico o único profissional capaz de provocar melhoras, agilizar vagas e prescrever medicamentos. No serviço em estudo, pareceu-nos que os demais profissionais se isentam, por vezes, de seu papel.

Essa lógica de funcionamento do serviço mantém claramente traços do modelo de funcionamento manicomial, apesar de ser um serviço aberto e dedicado aos cuidados gerais de saúde. Este fato deve-se ao observar relações marcadas de dominação e subordinação com relação a figura do médico sobre os usuários, a submissão e não ação das demais categorias profissionais e os cuidados prestados focalizados somente em medicamentos (OTANARI et al.; 2011).

Envolvimento pessoal como meio de humanização

A transformação da psiquiatria vem trazendo consigo exigências. Fazendo assim, parte deste contexto a humanização no atendimento, como consequência, tem a melhora na qualidade da atuação. Devido a todas essas mudanças, o envolvimento emocional torna-se importante para o cuidado.

De acordo com Damásio et al., (2008), a partir da reforma psiquiátrica, as atribuições do enfermeiro passaram de uma postura de custódia, focada na prestação do atendimento às necessidades físicas e gerais dos pacientes, para, evolutivamente, atingir uma abordagem psicológica, social e humanizada fato que levou à importância da equipe de enfermagem na abordagem ao paciente.

O enfermeiro desempenha um papel importante na assistência a pessoas com transtorno mental, como por exemplo, na sensibilização da população acerca de sua inserção na comunidade, inclusive ajudando e se incumbindo pela construção de novos espaços de reabilitação psicossocial, que farão com que esses indivíduos sintam-se valorizados; vale finalmente lembrar que a cidadania dessas pessoas e de sua família encontra-se preconizada e assegurada na política de desinstitucionalização. Assim sendo, esses profissionais devem estar preparados para atender a esses pacientes com as suas limitações, assim como também as suas famílias (WAIDMAN et al., 2012).

> [...] Um sentimento de maior solidariedade para tentar amenizar seu sofrimento e o sofrimento da familia, procuro ser mais ágil e atenciosa, [...](Luzia).
> [...] Ocorre mudança total porque não tenho muita experiência em psiquiatria, muitas vezes chego ter receio, tento conversar com ele ate carinho tento oferecer, minha amizade, tento descontrair o paciente conversando, mas tenho um pouco de receio[...](João).

Segundo Lima, Garcia e Toledo (2013), os profissionais de enfermagem destacaram o seu envolvimento pessoal como uma marca do cuidado ao paciente com transtorno mental, apontando a interação como instrumento da assistência em Saúde Mental, mas sem trazer uma apropriação teórica do método da relação interpessoal terapêutica.

Para haver o cuidado humanizado, é necessário ocorrer empatia, afetividade, envolvimento e aproximação entre o enfermeiro e aquele que são cuidados com finalidade terapêutica, não se limitando apenas às características das técnicas (AMORIM; CRUZ; VELOSO, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais de enfermagem do Pronto Atendimento têm uma visão estigmatizada e distorcida sobre o paciente com transtorno mental e devem receber instrumentalização para o cuidado a estes pacientes.

Nos últimos anos são nítidas as inúmeras mudanças estruturais na atenção à saúde mental. Contudo, ainda percebe-se que há a necessidade de intensificação na qualificação e formação de profissionais dentro do

contexto psicossocial a fim de melhorar a assistência à saúde mental nos serviços de saúde.

Os dados deste estudo corroborado por outros estudos similares, demonstraram a fragilidade em que se encontra o contexto dos cuidados de enfermagem nos serviços de saúde, aos pacientes com transtornos mentais. Várias dificuldades são apresentadas e que devem ser consideradas para a estruturação de uma política de formação e qualificação dos profissionais de saúde.

As discussões sobre a multicausalidade dos transtornos mentais deve ser um tema presente no cotidiano da prática da equipe de enfermagem em hospitais gerais e unidades de pronto atendimento, a fim de sensibilizá-la ao cuidado humano e de excelência às pessoas que sofrem mentalmente.

REFERÊNCIAS

AMARANTE, A. L.; LEPRE, A. S.; GOMES, J. L. D.; PEREIRA, A. V.; DUTRA, V.F.D. As estratégias dos enfermeiros para o cuidado em saúde mental no programa saúde da família. **Texto e Contexto em Enfermagem**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 85-93, jan./mar. 2011.

AMARANTE, P. **Saúde Mental e Atenção Psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2007.

AMORIM, A. M. M. N. E.; CRUZ, D. K. R.; CARDOSO, M. de L. L. O. Percepção do Enfermeiro no cuidar ao doente mental: uma revisão de literatura. **Revista multiprofissional do hospital São Marcos.** Teresina, v.1, n.2, p. 53-62, 2013.

AZEVEDO, E. B.; FERREIRA FILHA, M. O. Práticas inclusivas na rede de atenção à saúde mental: entre dificuldades e facilidades. **Ciência & Saúde**. Porto alegre, v.5, n.2, p.60-70, 2012.

BAGGIO, M. A; CALLEGARO, G. D; ERDMANN, A. L. Relações de "não cuidado" de enfermagem em uma emergencia: que cuidado é esse? **Esc Anna Nery Rev Enferm**. v.15, n.1, p.116-23, 2011.

BONFADA, D. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) e a Assistência às Urgências Psiquiátricas. [**Dissertação de Mestrado**] [**online**].

Natal (RN): Universidade Federal do Rio Grande do Norte; 2010. Disponível em: http://www.pgenf.ufrn.br/arquivos/teses/dissertacao_diego.pdf.

BRASIL. **Parecer sobre medidas de segurança e hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico sob a perspectiva da lei N. 10. 216\2001,** 2011.

BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de Abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Presidência da República, Brasília, 6 de Abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 09 set 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. **Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil**. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília, novembro de 2006.

BRASIL. Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre saúde no mundo 2001.** Saúde mental: nova concepção, nova esperança. Genebra: OMS, 2001.

BRASIL. Organização Pan-Americana da Saúde. Saúde Mental. **Temas de Saúde. Brasília**, 2012. Disponível em: <http://new.paho.org/bra/index.php?option=com_content&task=view&id=435&Itemid=259. Acesso em: 09 set 2014.

CAMPOS, C. M. S.; BARROS, S. Reflexões sobre o processo de cuidar da enfermagem em saúde mental. **Revista da escola de enfermagem da USP,** São Paulo, v.34, n.3, 2011.

CHARMAZ, K. A. **Construção da Teoria Fundamentada: guia Prático para a Análise Qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

COFEN – CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. **Programa de Aperfeiçoamento Profissional. Resolução nº 399, de 3 de novembro de 2011.** Disponível em:<www.cofen.gov.br>. Acesso em 12/11/2014.

DAMÁSIO, V. F. et.al. Atribuições do enfermeiro nos serviços de saúde mental no contexto da reforma psiquiátrica. **Revista de enfermagem da UFPE**. Recife, v. 4, n. 2, p. 112-119, 2008.

DEL-BEN, C. M.; TUNG, T. C. Emergências psiquiátricas: desafios e vicissitudes**. Revista Brasileira de Psiquiatria.** São Paulo, v.32, supl.2, p.67-8, 2010.

DIAS, L. K. S.; VASCONCELOS, M. A.; VASCONCELOS, A. K. B.; MORAES, K. M.; SOBRAL, S. Attendance For Psychiatric Emergencies Due To The Use Of Psychoactive Substances. **PRÉ-HOSPITAL**. v.12, n.2, p.47-53, 2013.

DIAZ, F. S. Os movimentos sociais na reforma psiquiátrica: O "novo" na historia da psiquiatria do Brasil. 2008. 341 F. **Tese (Doutorado em História das ciências e da Saúde)** – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

IKUTA, C. Y; SANTOS, M. A; BADAGNAN, H. F; DONATO, E. C. S. G; ZANETTI ACG. Nursing workers' knowledge in psychiatric emergency situations: an integrative review. **Rev. Eletr. Enf. [Internet].** v.15, n.4, p.1034-42, 2013. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5216/ree.v15i4.20954.

KANTORSKI, L. P. Os desafios da avaliação no campo da Saúde Mental. **Revista Eletrônica de Enfermagem [Internet]**. Rio Grande do Sul, v.14, n.1, p.10-1, 2012.

MÂNGIA, E, F. Psiquiatria institucional: do hospício à reforma psiquiátrica. **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, n.3, p 711-713, mar. 2010.

LIMA, D. U.; GARCIA, A. P. R. F.; TOLEDO, V. P. Understanding the nursing team in the assistance to the schizophrenic patient. **Revista Rene**. v.14, n.3, p.503– 11, 2013.

MANGIA, E. F.; YASUTAKI, P. M. ITINERÁRIOS TERAPÊUTICOS E NOVOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL. **Ver. Terapia Ocupacional Universidade** São Paulo, São Paulo, v. 19, n.1, p. 61-71, 2009.

MEDEIROS, H. L. V.; MONTEIRO, D. C.; ANDRADE, P. L. C. Perfil geral de atendimento em um serviço de emergência psiquiátrica. **Neurbiologia,** Recife, v.74, n.1, 2011.

MOTKE, Marice Berno; FRANCO, Gianfábio Pimentel. Qualidade de vida em saúde da equipe de enfermagem da unidade de emergência de um hospital de grande porte do interior do Rio Grande do Sul. **Revista Contexto & Saúde**, v. 3, n. 05, p. 129-148, 2013.

NABUCO, E. Da reclusão à criação: construção da memória dos usuários do Movimento Nacional de Luta Antimanicomial. **Dissertação de Mestrado**, Universidade do Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F; MARCO, M. A. de. Humanização e processos comunicacionais: reflexões sobre a relação entre o profissional de saúde e o usuário. **BIS, Bol Inst Saúde [on-line].** 2010 abr [citado 23 jan 2012]; v.12, n.1. Disponível em: http://periodicos.ses.sp.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-18122010000100009 &lng=pt&nrm=iso

OLIVEIRA, T. T. S. S.; LEME, F.R.G.; GODOY, K. R. G. **O cuidado começa na escuta: profissionais de Saúde mental e as vicissitudes da prática mental**. Barbacena, v.7, n.12, p.119-138, 2009.

SANTOS, J. L. G; LIMA, M. A. D. S. Gerenciamento do cuidado: ações dos enfermeiros em um serviço hospitalar de emergência. **Revista GaúchEnfermagem**. v.32, n.4, p.695-702, 2011.

SILVA, Nathália Santos et al. Percepção de enfermeiros sobre aspectos facilitadores e dificultadores de sua prática nos serviços de saúde mental. **Revista brasileira enfermagem**, Brasília, v. 66, n. 5, Oct. 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672013000500016&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Nov. 2014.

SIVAKUMAR, S.; WEILAND, T. J; GERDTZ, M. F; KNOTT, J.; JELINEK, G. A. Mental health-related learning needs of clinicians working in Australian emergency departments: A national survey of self-reported confidence and knowledge. **Emergency Medicine Australasia**. n.23, p.697–711, 2011.

SOUSA, F. S. P.; SILVA, C. A. F.; OLIVEIRA, E. N. Serviço de Emergência Psiquiátrica em hospital geral: estudo retrospectivo. Ver. **Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, V. 44, n. 3, p. 796-802, 2010.

WAIDMAN, M. A. P. et. al. Assistência de enfermagem às pessoas com transtornos mentais e às famílias na Atenção Básica. **Revista Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 25, n.3, p. 2-3, jun. 2012.

WALDOW, V. R. Atualização do cuidado. **Aquichan [on-line].** 2008 abr [citado 21 jan 2012]; v. 8, n.1, p.85-96, 2012. Disponível em: http://aquichan.unisabana.edu.co/index.php/aquichan/article/view/126/252**.**

FATORES DETERMINANTES DA HIPERTENSÃO NA INFANCIA E NA ADOLESCENCIA: REVISÃO

DETERMINING FACTORS OF HYPERTENSION IN CHILDREN AND ADOLESCENTS: REVIEW

Brenda Cavalieri Jayme[3]
Camila Ribas Mendes[4]
Paulo Sérgio de Paula Soares Júnior[5]
Ana Paula de Lima e Silva[6]
Renato Canevari Dutra da Silva[7]
Adriana Vieira Macedo Brugnoli[8]
Ana Paula Fontana[9]

RESUMO

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) está inserida no grupo de doenças pulmonares que bloqueiam o fluxo de ar. Os sintomas da DPOC, sobretudo a dispneia, frequentemente, interfere em vários aspectos da vida do paciente, tais como nas atividades profissionais, familiares, sociais e da vida diária (AVD). O objetivo deste trabalho é abordar as diferentes formas de tratamento da DPOC via técnicas de conservação de energia. Tais técnicas vêm sendo utilizadas para reabilitar pacientes portadores de doenças pulmonares para ajudar a diminuir a dificuldade de ação destes pacientes com DPOC, visto que reduz o gasto energético durante a realização de suas AVD. Além de minimizarem a sensação de dispneia e aumentarem a funcionalidade desses pacientes.

Palavras-Chave: DPOC, AVDS, Técnicas de conservação de energia.

ABSTRACT

Chronic obstructive pulmonary disease (COPD) is inserted in the group of lung diseases which block air flow. COPD symptoms, particularly dyspnea, often interfere

[3] Faculdade de Medicina/UniRV – Rio Verde – GO, Brasil – e-mail: brendacjayme@hotmail.com

[4] Faculdade de Medicina/UniRV – Rio Verde – GO, Brasil – e-mail: camilaribasm@gmail.com

[5] Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos/IMEPAC – Araguari – MG, Brasil – e-mail: paulosoaresmedicina@gmail.com

[6] Curso de Enfermagem/FAQUI– Faculdade Quirinópolis – e-mail: anapaulaenfermagem@gmail.com

[7] Faculdade de Medicina/Unirv – Rio Verde – GO, Brasil – e-mail: renatocanevari@yahoo.com.br

[8] Curso de Enfermagem/FAQUI– Faculdade Quirinópolis – e-mail: adrianavieiramacedo@hotmail.com

[9] Curso de Enfermagem/FAQUI– Faculdade Quirinópolis – e-mail: fontanaenfermagem@gmail.com

with various aspects of life of the patient, such as in the professional, family, social and daily living (ADLs). The aim of this study is to address the different ways of treating COPD via energy conservation techniques. Such techniques have been used to rehabilitate patients with lung diseases to help reduce the difficulty of action of these patients with COPD, since it reduces the energy expenditure during the performance of their ADLs. In addition to minimize the sensation of dyspnea and increase the functionality of these patients.

Keywords: DPOC, AVD, energy conservation techniques.

INTRODUÇÃO

A Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica (DPOC) é uma doença que age vagarosamente e que se instala no decorrer de anos. Geralmente, começa com uma leve falta de ar decorrente de esforços como por exemplo/ subir escadas, andar depressa ou praticar atividades esportivas. Como esses sintomas são discretos, geralmente, são atribuídos ao cansaço ou à falta de preparo físico. Com o passar do tempo, porém; a dificuldade para respirar se torna mais intensa e surge depois de esforços cada vez menores.

Indivíduos com problemas no aparelho respiratório e cardiovascular compartilham um importante sintoma, a dispneia, que impõe um estado progressivo de intolerância ao exercício físico e limita a realização das atividades de vida diária pela dificuldade em sua respiração. Sintoma esse conhecido também como respiração incompleta.

Percebe-se que muito pacientes da DPOC sentem dispneia ao realizar atividades de vida diária e, a maioria deles necessita de algum auxílio para realização das mesmas. A dispneia é o sintoma que mais interfere na execução das atividades profissionais, familiares, sociais e da vida diária dos pacientes já que os leva ao sedentarismo e à queda na qualidade de vida.

As técnicas utilizadas são ferramentas que já são utilizadas para diminuir a dispneia, causada pela DPOC.

O objetivo central deste artigo é retratar os efeitos das TCE –Técnicas de Conservação de Energia em pacientes com DPOC, uma vez que a intenção deste estudo é mostrar as principais Técnicas de Conservação de Energia e o impacto das TCE dentro de um programa de reabilitação pulmonar no restabelecimento AVDS.

Para desenvolver o tema e discutir estas técnicas, será utilizada uma revisão bibliográfica sistematizada para conceituar esta doença e a forma de tratamento, uma abordagem complexa e compacta.

1 METODOLOGIA

O presente estudo é constituído por um estudo de pesquisa bibliográfica descritiva de caráter exploratório. O estudo foi realizado e utilizou como fonte de pesquisa um levantamento bibliográfico em artigos científicos, dissertações, teses e livros através dos sistemas Scielo,Bireme, LILACS, MedLine e Biblioteca Central do Instituto de Ensino Superior de Rio Verde (IESRIVER) pertinentes ao tema. O levantamento bibliográfico abrange estudos realizados nos últimos 43 (quarenta e três anos) salvo literaturas clássicas pertinentes ao tema.

2 DISCUSSÃO

A doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) é uma doença respiratória previnível e tratável, caracterizada por obstrução crônica e progressiva ao fluxo aéreo, de baixa reversibilidade ao uso de broncodilatadores. Essa obstrução é decorrente da resposta inflamatória anormal dos pulmões, à inalação de partículas e/ou gases tóxicos, sobretudo; à fumaça de cigarro (FILHO, 2004; DOURADO et al., 2006).

Quando o termo DPOC é utilizado, genericamente, refere-se ao grupo de doenças pulmonares obstrutivas crônicas mais comuns, que engloba a bronquite crônica, o enfisema pulmonar, a asma brônquica e bronquiectasias. Todavia, na maior parte dos casos, o termo DPOC é utilizado para se referir à bronquite crônica e ao enfisema pulmonar (FILHO, 2004).

De acordo Dourado et.al (2006), a DPOC afeta diretamente a qualidade de vida de um indivíduo, pois as limitações do portador da DPOC interferem de maneira brusca no dia a dia. Atividades pequenas dentro da vida cotidiana podem ser interrompidas por consequências da DPOC.

A cada hora três brasileiros morrem em decorrência da DPOC, popularmente conhecida como bronquite crônica ou enfisema pulmonar. No País ocorrem cerca de 40 mil mortes a cada ano, segundo o DATASUS – Departamento de Informática do SUS (2014).

A mortalidade por DPOC em indivíduos com menos de 45 anos de idade é baixa e, aumenta, acentuadamente, com em idades mais avançadas. A DPOC é a quarta principal causa de morte em todo o mundo e estima-se que será a terceira principal causa de morte em 2020 (OLIVEIRA et al., 2014).

A incidência da DPOC ainda é maior no sexo masculino do que no feminino e, aumenta, acentuadamente, com a idade. Entretanto, com o aumento do tabagismo entre as mulheres nos últimos 30 a 40 anos, esta diferença vem diminuindo consideravelmente. Pelos dados do Ministério da Saúde, a DPOC foi a quinta maior causa de internamento no sistema público de saúde do Brasil, em maiores de 40 anos, com 196.698 internações em 2003, e gasto aproximado de 72 milhões de reais. O que a coloca entre as principais doenças consumidoras de recursos financeiros da união (JARDIM e NASCIMENTO, 2007).

Dentre as causas infecciosas, as bactérias são responsáveis por aproximadamente 2/3 destas e os vírus por 1/3. (MARCHIORI et al., 2010).

A DPOC é uma mistura de basicamente três processos patológicos distintos, que se combinam para formar o quadro clínico final. Esses processos são a bronquite crônica (BC), o enfisema pulmonar e, menos frequente, a asma. Cada caso de DPOC é relevante na intensidade desses três processos (FILHO, 2004).

O início da DPOC é uma resposta inflamatória que causa alterações da vasculatura pulmonar e se caracterizam por espessamento da parede vascular com consequência da liberação de mediadores inflamatórios (HOCHHEGGER, 2015).

Existem também evidências de desequilíbrio entre a formação de radicais livres de oxigênio e a capacidade antioxidante que resulta em sobrecarga oxidativa nos pulmões. Este desequilíbrio está envolvido na patogênese da doença e pode causar lesão celular, hipersecreção mucosa, inativação de antiproteases e aumentar a inflamação pulmonar por meio da ativação de fatores de transcrição (DOURADO, 2006).

Ocorre uma destruição gradual dos septos alveolares e destruição do leito capilar pulmonar, que leva a um crescimento da incapacidade de oxigenar o sangue. Há uma diminuição do débito cardíaco e hiperventilação compensatória. Isso resulta em um fluxo sanguíneo limitado em um pulmão superventilado. Devido à diminuição do débito cardíaco, o resto do corpo pode sofrer de hipoxemia tecidual e caquexia respiratória. Eventualmente;

esses pacientes desenvolvem diminuição da massa muscular e perda de peso (TORRES-SANCHEZ et al, 2015).

De acordo com Corrêa (2016), o principal fator de risco para DPOC é o tabagismo, sendo que até 50% dos fumantes desenvolverão DPOC se fumarem por tempo suficiente e não morrerem antes dos riscos competitivos.

Dentre os fatores de risco, um estudo realizado com 70 pacientes com DPOC em Botucatu, 36% foram considerados fumantes ativos, 20% receberam diagnóstico de depressão, 14% receberam diagnóstico de dislipidemia, 14% receberam diagnóstico de DM, e 8% receberam diagnóstico de alcoolismo (OLIVEIRA et al.,2016)

A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (2000) define as características de um portador de DPOC, como uma pessoa com idade superior aos 40 anos e tabagista de longa data (fumou, em média, mais de um maço/dia por 20 anos ou equivalente) que apresenta sintomas respiratórios crônicos.

O quadro clínico da doença pode ser resumido como sendo uma condição pulmonar crônica, caracterizada pela presença de tosse produtiva e, ou, dispnéia aos esforços, geralmente progressiva, determinada na maioria das vezes pela exposição à fumaça do cigarro ou eventualmente a outras substâncias inaladas (ZUNIGA et al., 2006).

O diagnóstico da DPOC é realizado por meio da espirometria, um exame simples realizado no próprio consultório médico e que mede a capacidade pulmonar (velocidade do ar ao entrar e sair dos pulmões). O resultado pode indicar um quadro de DPOC. (MARCHIORI et al., 2010).

Outros exames confirmatórios também podem ser solicitados para complementar o diagnóstico, tais como raio-x de tórax, tomografia e avaliação de gases sanguíneos

As AVDs são definidas como tarefas de desempenho ocupacional que a pessoa realiza todos os dias, para preparar ou como adjuntas às tarefas que ela executa na rotina. As AVDS podem ser subdivididas em: AVD básicas, que são todas aquelas feitas no cotidiano de forma automática e que todo ser humano realiza no decorrer do seu dia, como higiene pessoal, tomar banho, vestir-se, calçar-se e deambular. E AVDS instrumentais, que são aquelas atividades mais complexas de trabalho que necessitam maior independência funcional, como cozinhar, guardar utensílios em armários, arrumar a cozinha, lavar roupas (BITTENCOURT, 2009).

Os pacientes com DPOC costumam relatar cansaço desproporcional ao realizarem as AVDS. Nas atividades "amarrar os sapatos" e "pentear os cabelos" já está demonstrado que os pacientes desenvolvem um padrão respiratório irregular, superficial e rápido durante sua realização e, após as mesmas, respiram rápida e profundamente. Este padrão pós-exercício ocorre pela rápida e insuficiente respiração superficial durante a flexão do tronco e o esforço com os braços durante as atividades avaliadas, o que leva à hiperventilação compensatória após o término das tarefas (TANGRI e WOLF, 1973).

Com o avançar da doença, os pacientes apresentam assincronia toracoabdominal, aumento significativo do consumo de oxigênio da ventilação por minuto (VE) durante esforços dos membros superiores não-sustentados (TORRES-SANCHEZ et al, 2015). A redução da força da musculatura dos membros inferiores é decorrente da redução de atividades relacionadas à marcha, comumente induzida pela sensação de dispneia; a dispneia também está associada com a limitação das AVDs realizadas com os membros superiores, uma vez que um grande número de músculos da cintura escapular, responsáveis pela elevação dos braços, participam concomitantemente da respiração acessória. A quantificação da atividade física diária representa um desafio, especialmente, no final do espectro de pacientes sedentários, em que mesmo pequenas mudanças na atividade física podem levar a ganhos significativos para o e estado de saúde e independência (BITTENCOURT, 2009).

Simples estratégias como planificação das AVDs e de períodos de descanso, pequenas alterações na disposição dos objetos mais, frequentemente, utilizados e eliminação de barreiras arquitetônicas são, segundo Albert et al. (2008), fundamentais para reduzir o gasto de energia e a sensação de dispneia por parte do paciente e faz com que este se mantenha ativo.

Os princípios de conservação de energia são a criação de um diário de tarefas diárias e revelam ser boas estratégias para gerir a fadiga. A conservação de energia deve incluir o planejamento e prioridade das tarefas, de modo a realizar-se as de maior importância em alturas de maior nível energético e delegar as outras menos importantes a terceiros (MOCK et al, 2000).

A utilização das técnicas de conservação de energia, a adaptação do ambiente e a adequação postural para a realização das AVDS demonstraram ser eficientes para reduzir a sensação de dispneia, o consumo de oxigênio, a produção de dióxido de carbono e a frequência cardíaca dos pacientes com DPOC. Estes achados confirmam relatos de pacientes quanto à melhora no

desempenho para a realização de suas AVDS. A prática clínica, entretanto, mostra que existe uma grande dificuldade desses pacientes em mudar seu estilo de vida e em se adaptar ao uso rotineiro dessas técnicas no seu cotidiano (JARDIM et al, 2004).

De acordo com Jardim et al (2004), relatam que, em suma, para que se possa intervir de forma eficiente na questão funcional do paciente com DPOC, é necessário que haja um programa educacional voltado aos pacientes e seus familiares, em que sejam abordados os vários aspectos da DPOC, o ensino da utilização das técnicas de conservação de energia e que se viabilize a execução de um programa de treinamento dos membros inferiores e superiores.

Velloso e Jardim (2006) retratam as seguintes maneiras de conservação energia para poupar o oxigênio utilizado na realização de atividades do cotidiano:

> •Como sentar: Quando sentar, firme os pés no chão, incline levemente o tronco para frente apoie os cotovelos nas Coxas e o queixo nas mãos também. É viável, se possível, apoiar os braços sobre uma mesa enquanto estiver sentado. •Como se vestir: vista-se sentado coloque as calças primeiro e a seguir vista a camisa. Antes de se deitar, deixe as roupas que serão usadas no dia seguinte próximas à cama. Evite roupas apertadas, prefira usar suspensório a usar cinto. Dê preferência aos sapatos que não necessitam ser amarrados. •Escovar os dentes ou barbear-se: procure realizar essas atividades sentado e com os cotovelos apoiados em uma bancada ou mesa. •Tomar banho: tome o banho sentado em um banco e se precisar peça ajuda de outra pessoa. Antes de iniciar o banho tenha certeza que está com tudo que precisa próximo a você (sabão, xampu, roupão etc). Prefira colocar um roupão após o banho a se enxugar com uma toalha. •Planejar as atividades: planejamento é a palavra chave quando se fala em conservar energia. O indivíduo deve eliminar atividades desnecessárias e organizar o espaço em que vive e trabalha, bem como o tempo gasto nas atividades do cotidiano. •Por exemplo na organização da casa, os objetos que você utiliza com maior frequência devem estar distribuídos em locais de fácil acesso de tal forma que não seja necessário elevar os braços ou dobrar ou corpo (movimentos que aumentam o consumo de oxigênio) para alcançá-los (VELLOSO e JARDIM, 2006).

As técnicas de conservação de energia auxiliam o paciente a manter sua funcionalidade de forma ativa e independente, quebrando o ciclo da

inatividade, mesmo que para isso ele tenha que realizar as atividades em um ritmo mais lento. Assim procedendo, o paciente diminuirá a dispneia e o desconforto que, na maioria das vezes, leva os portadores de DPOC a diminuírem ou até mesmo a abandonarem suas atividades funcionais.

CONCLUSÃO

A limitação que a DPOC causa modifica por completo a vida social do seu portador. Para que se possa intervir de forma eficiente na questão funcional do portador de DPOC, é necessário que haja uma mudança de habito adquirida dentro de um programa educacional e uso da técnica de conservação de energia pois,como seu principal sintoma é a dispneia, o uso da conservação é importante para amenizar os efeitos da DPOC.

Essa técnica consiste tanto em mudanças em suas atividades na forma como são realizadas quanto em mudanças em seu ambiente de trabalho e em casa.

A ideia que se tinha em relação ao paciente DPOC era de um indivíduo acamado, limitado, e inativo. As técnicas de conservação de energia têm por finalidade mudar essa ideia e aumentar a capacidade do paciente em realizar as Atividades diárias e ter uma vida funcional com independência, além de levá-los a realizar atividades produtivas para a sociedade. É uma técnica paliativa, mas tem resultados satisfatórios, mesmo ainda sendo limitado para algumas atividades de maior esforço, o paciente DPOC fazendo uso das técnicas de conservação se sente mais autônomo e menos dependente em relação ao cuidado de si mesmo.

REFERÊNCIAS

ALBERT, R. K., SPIRO, S. G., & JETT, J. R. **Clinical Respiratory Medicine**. 3ª ed. Philadelphia: Elsevier, 2008.

BITTENCOURT, Darlene C. **Relação entre atividades de vida diária, capacidade funcional e gravidade da doença pulmonar obstrutiva crônica.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul UFRGS. Faculdade de Medicina – Programa de Pós-graduação em Ciências Pneumológicas. Porto Alegre, 2009.

CARVALHO, Leonardo P., SUAREZ, Roberta. Epidemiologia da DPOC no presente – aspectos nacionais e internacionais. **Pulmão RJ – Atualizações Temáticas,** Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 7-12, Dez. 2009.

CORRÊA, P. C. R. P. Um velho fator de risco para DPOC: descanse em paz, 15%. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Minas Gerais, v. 42, n. 3, p. 233 – 234, 2016.

DATASUS – Departamento de Informática do SUS. Disponível em <http://datasus.saude.gov.br/nucleos-regionais/alagoas/noticias-alagoas/565-bronquite-cronica-causa-40-mil-mortes-a-cada-ano-revela-dados-do-datasus>. Acesso em 28 de julho de 2016.

DOURADO, V. Z. et al. Manifestações sistêmicas na doença pulmonar obstrutiva crônica. **J Bras Pneumol**, Botucatu, v. 32, n. 2, p. 161 – 171, Junho 2006.

FILHO, J. V. B. Doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC). **Revista Brasileira de Medicina**, São Paulo, p. 337 – 342, Maio 2004.

HOCHHEGGER, B. A imagem e a DPOC. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, Porto Alegre, v. 41, n. 6, p. 487 – 488, 2015.

JARDIM J, OLIVEIRA J, NASCIMENTO O. II Consenso Brasileiro de Doença Pulmonar Obstrutiva. Crônica (DPOC). **Jornal Bras. Pneumol**.; v. 30, p. 1-42, 2004.

JARDIM, José R.; NASCIMENTO, Oliver A. . Epidemiologia, impacto e tratamento da doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) no Brasil. **Revista Racine**, São Paulo , v.17, n.101 , p.32-47, Dez. 2007.

MARCHIORI, R. C. et al. Diagnóstico e tratamento da DPOC exacerbada na emergência**. Revista da AMRIGS**, Porto Alegre, v. 54, n. 2, p. 214 – 223, Junho 2010.

MOCK, R., FERGUSON, M. K., REEDER, L. B. Optimizing selection of patients for major lung ressection. **J Thorac Cardiovasc Surg,** v. 109, n 2, p. 275-281, 2000.

OLIVEIRA, Júlio César Abreu de; JARDIM, José Roberto; CARVALHO, Erich Vidal. DPOC. **Spiriva**, 2005. Disponível em: <http://www.unifesp.br/dmed/pneumo/Dowload/DPOC.pdf> Acesso: 25 de julho de 2016.

OLIVEIRA, L. M. de et al. Fatores de risco de doença cardiovascular em pacientes com DPOC: DPOC leve/ moderada versus DPOC grave/muito grave . **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v. 42, n. 3, p. 179 – 184, Janeiro 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PNEUMOLOGIA E TISIOLOGIA. I Consenso Brasileiro de Doença Pulmonar Obstrutiva Crônica, 1. **J Pneumol**. 2000;26 Suppl 1

TANGRI, S., WOLF, C. R. The breathing pattern in chronic obstructive lung disease during the performance of some common daily activities. **Chest**. V.63, n. 1, p. 126-7, 1973.

TORRES-SANCHEZ, Irene et al. Cognitive impairment in COPD: a systematic review. **Jornal. Bras. Pneumol**., São Paulo, v. 41, n. 2, p. 182-190, Apr. 2015.

VELLOSO, Marcelo; JARDIM, José Roberto. Funcionalidade do paciente com doença pulmonar obstrutiva crônica e técnicas de conservação de energia. **J. bras. pneumol**., São Paulo , v. 32, n. 6, p. 580-586, Dec. 2006.

ZUNIGA, V. et al. Manifestações sistêmicas na doença pulmonar obstrutiva crônica. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, BOTUCATU, v. 36, n. 2, p. 161 – 171, Junho 2006.

TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA: UMA REVISÃO

TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO DOS INDIVÍDUOS COM DOENÇA PULMONAR OBSTRUTIVA CRÔNICA: UMA REVISÃO

Brenda Cavalieri Jayme[10]
Paulo Sérgio de Paula Soares Júnior[11]
Ana Paula de Lima e Silva[12]
Renato Canevari Dutra da Silva[13]
Adriana Vieira Macedo Brugnoli[14]
Ana Paula Fontana[15]

RESUMO

Embora a maior parte dos diagnósticos seja firmada em idade avançada existem evidências de que a hipertensão arterial sistêmica (HAS) se inicie na infância e na adolescência. Alguns fatores tem sido relacionados à hipertensão em crianças, a identificação destes fatores permite intervenção precoce e prevenção de complicações. Este estudo tem como objetivo revisar os fatores determinantes da hipertensão arterial na infância e na adolescência no Brasil e no mundo. Realizou-se uma revisão bibliográfica em artigos publicados no período de 1992 a 2015 nas bases de dados virtuais. Portanto, conclui-se que a pressão arterial é determinada pela interação de fatores genéticos e ambientais e o principal fator de risco é a obesidade. O tratamento não medicamentoso é o mais indicado por agir diretamente nos fatores determinantes da doença.

Palavras-chave: hipertensão em crianças, fatores de risco, Obesidade.

ABSTRACT

Although most of the diagnosis is settled in old age there is evidence that Systemic arterial hypertension (SAH) begins in childhood and adolescence. Some factors have been linked to hypertension in children, the identification of these factors allows early

[10] Faculdade de Medicina/UniRV – Rio Verde – GO, Brasil – e-mail: brendacjayme@hotmail.com

[11] Instituto Master de Ensino Presidente Antônio Carlos/IMEPAC – Araguari – MG, Brasil – e-mail: paulosoaresmedicina@gmail.com

[12] Curso de Enfermagem/FAQUI– Faculdade Quirinópolis – e-mail: anapaulaenfermagem@gmail.com

[13] Faculdade de Medicina/Unirv – Rio Verde – GO, Brasil – e-mail: renatocanevari@yahoo.com.br

[14] Curso de Enfermagem/FAQUI– Faculdade Quirinópolis – e-mail: adrianavieiramacedo@hotmail.com

[15] Curso de Enfermagem/FAQUI– Faculdade Quirinópolis – e-mail: fontanaenfermagem@gmail.com

intervention and prevention of complications. This study aims to review the determinants of hypertension in childhood and adolescence in Brazil and worldwide. It is a literature review of articles published between 1992-2015 in virtual databases. /Therefore, it is concluded that blood pressure is determined by the interaction of genetic and environmental factors and the main risk factor is obesity. The non-drug treatment is the most suitable to act directly on the determinants of disease.

Keywords: hypertension in children, risk factors, obesity.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vem ocorrendo importantes mudanças nos hábitos de vida que dizem respeito a um consumo excessivo de alimentos ricos em gorduras saturadas, bebida hipercalórica, e redução dos níveis de atividade física o que culmina na pandemia de sobrepeso e obesidade e suas consequentes comorbidades como as doenças cardiovasculares (DCV) (FERREIRA, 2000; ROBESPIERRE et al., 2006).

Segundo Passos et al. (2006), a hipertensão arterial é o principal fator de risco para doenças cardiovasculares, sendo uma das maiores causas de redução da qualidade e expectativa de vida dos indivíduos. De acordo com a Sociedade Brasileira de Cardiologia (2000) a HAS afeta mais de 30 milhões de brasileiros e constitui-se o fator de risco mais importante para o desenvolvimento das DCV, destacando o Acidente Vascular Cerebral (AVC) e o Infarto do miocárdio (IM).

Alguns fatores têm sido potencialmente associados a níveis elevados de pressão arterial em crianças e a identificação desses fatores de risco permite a intervenção precoce evitando assim, uma sequência de eventos associados à alta morbidade e mortalidade em adultos (GARCIA et al., 2006).

O presente o estudo tem o intuito de revisar os fatores determinantes da hipertensão arterial na infância e na adolescência no Brasil e no mundo.

1 METODOLOGIA

As informações deste estudo foram coletadas a partir da revisão da literatura atual por meio de busca eletrônica nos bancos de dados MEDLINE (Pubmed) e Scientific Electronic Library Online (Scielo) publicações de

organizações internacionais e nacionais. Para avaliar a prevalência e a pesquisa dos fatores associados a HAS foram incluídos todos os estudos originais realizados com crianças e adolescentes relacionados com o tema de hipertensão arterial compreendidos de janeiro de 1992 a dezembro de 2015. Foram incluídos os artigos em inglês, espanhol e português. Utilizou-se como descritores as palavras hipertensão arterial, crianças e adolescentes e fatores de risco. Os artigos escolhidos no período determinado foram os que apresentaram maior proximidade ao tema em estudo.

2 DISCUSSÃO

2.1 Obesidade Infantil e Doenças Cardiovasculares

As doenças cardiovasculares estão entre as maiores causas de morbidade e mortalidade no mundo sendo responsáveis por 1/3 das mortes no mundo. Dentre as doenças cardiovasculares as doenças arteriais coronarianas são as que mais se destacam, a aterosclerose é a mais expressiva e a hipertensão arterial o principal fator de risco (ROVER et al., 2010; PINTO et al., 2011).

Estudos demonstram que as lesões ateroscleróticas iniciam-se até mesmo no período fetal e estão diretamente relacionadas a níveis de colesterol total (CT), *Low density Lipoprotein Cholester* (LDL-c), hipertensão arterial, tabagismo e índice de massa corpórea. Porém, a aterosclerose possui um longo período assintomático caracterizado por obstrução progressiva da luz arterial por placas ateromatosas e trombos em resposta à agressão endotelial e ao processo inflamatório (ROVER, 2010).

Fatores de risco para doença cardiovascular aterosclerótica estão presentes desde a vida intrauterina (IU) e permanecem pelo resto da vida. O ambiente IU desfavorável está associado a um retardo do crescimento e consequentemente ao desenvolvimento tardio de diabetes, hipertensão arterial, dislipidemia e doenças cardiovasculares (GIULIANO, et al., 2005).

Observou-se correlação negativa entre peso ao nascer e rigidez da parede da arterial e entre baixo peso ao nascer e VOP elevada. (MARTIN et al., 2000; MILES et al., 2011; SALVI et al.,2012; e BATISTA et al.,2015)

O excesso de peso é o mais importante fator na determinação da rigidez arterial de crianças. Mesmo pouco conhecida no meio, a avaliação da estrutura e função vascular medida pela velocidade de onda de pulso (VOP)

pode ser útil para a identificação do acometimento vascular precoce em crianças. (BATISTA et al., 2015)

O aumento da prevalência da obesidade é um fator preocupante, em função do risco que esses possuem de tornarem-se adultos obesos e devido a comorbidades associadas à obesidade. Quando comparada a crianças não obesas nota-se que crianças obesas possuem um risco duas vezes maior de se tornarem adultos obesos (BALABAN; SILVA, 2004; BALABAN et al., 2004).

3 RELAÇÃO ENTRE ALEITAMENTO MATERNO, OBESIDADE E HIPERTENSÃO ARTERIAL

Há evidências de que uma alimentação inadequada durante a primeira infância traga consequências para a saúde em longo prazo, podendo ser um dos fatores que justifica o aparecimento de doenças crônicas no adulto, tal fator também é conhecido como *imprinting* metabólico (BARBOSA et al., 2009).

Imprinting metabólico caracteriza-se por um fenômeno através do qual a experiência nutricional precoce durante um período crítico e específico do desenvolvimento, ocasiona um efeito duradouro, persistente ao longo da vida do indivíduo predispondo ao aparecimento de certas doenças crônicas na idade adulta entre elas a obesidade (BALABAN; SILVA; DIAS et al., 2004).

A dieta da mãe afeta o sabor do leite materno e os diferentes sabores interferem na ingestão do lactente. Há evidências que a experiência com diversos sabores durante a amamentação, futuramente, facilitará a aceitação de novos alimentos pela criança, contribuindo, assim, para uma alimentação mais variada. Este fator seria fundamental para melhorar a alimentação de muitas crianças com sobrepeso, que tendem a rejeitar o consumo de frutas e verduras, alegando sabores indesejáveis e preferindo alimentos com valor energético, geralmente, mais elevado (NOVAES et al., 2007).

Embora o tipo de aleitamento tenha menor influência que os fatos genéticos e ambientais no desenvolvimento da obesidade, estudos apontam o efeito protetor da amamentação nos primeiros meses de vida sugerindo que a presença do aleitamento e o retardo da introdução de alimentos sólidos na alimentação diminuem as chances de obesidade no futuro. Isso porque o aleitamento permite que as crianças controlem a quantidade de leite

ingerido e desenvolvam maior controle de seus hábitos alimentares e maior capacidade de autorregular a ingestão energética do que as alimentadas com mamadeira através da saciedade interna. (BALABAN; SILVA; DIAS et al., 2004; LEAL et al., 2008).

A composição exclusiva do leite materno poderia culminar no processo de *imprinting* metabólico, alterando, o número e/ou o tamanho dos adipócitos ou induzindo o fenômeno de diferenciação metabólica. O *imprinting* metabólico é uma explicação atraente, porém, o fenômeno necessita de estudos a fim de esclarecer em que nível o aleitamento materno atuaria, se alterando o número e/ou o tamanho dos adipócitos, interferindo nos mecanismos regulatórios hipotalâmicos que regulam as respostas endócrinas, na expressão gênica ou se através de algum outro mecanismo ainda não esclarecido (BALABAN; SILVA, 2004).

Dentre os mecanismos propostos para explicar o benefício do leite humano sobre a PA destaca-se a grande concentração de ácidos graxos poliinsaturados de cadeia longa, componentes estruturais das membranas celulares inclusive do endotélio vascular. Entretanto o efeito protetor do aleitamento na hipertensão arterial ainda permanece controverso na literatura (LEAL et al., 2008).

4 HIPERTENSÃO ARTERIAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA

O aparecimento da hipertensão arterial como doença dos adultos é uma evolução da hipertensão ou dos fatores de risco presentes na infância. Estudos relatam que a HAS na infância sugere que a criança com níveis elevados de PA, tende a evoluir ao longo da vida, mantendo esses níveis mais elevados de PA, apresentando assim, maior probabilidade de tornarem-se adultos hipertensos (ROSA et al., 1999; MOURA et al., 2004; SALGADO et al., 2003; SALGADO et al., 2008).

Em pré-escolares e lactantes a hipertensão é menos frequente e quando acontece normalmente indica um processo patológico subjacente, ou seja, hipertensão secundária. Adolescentes podem apresentar hipertensão primária ou essencial normalmente detectada através da avaliação rotineira sendo por tanto, a causa mais comum de hipertensão nesta faixa etária (MOURA et al., 2004).

A prevalência de crianças hipertensas em estudos nacionais e internacionais varia de 1% a 13% dependendo da técnica utilizada. (SALGADO

et al., 2003). No estudo realizado por Moura et al. (2004), em Maceió em uma amostra de 1253 escolares e adolescentes, a prevalência de HAS foi de 9,3%.

Em um estudo realizado em Porto Alegre com crianças de ambos os sexos com idade média de 11,6 anos, Silva e Rosa (2005), notaram que 12,3% do grupo tinham valores elevados de PA ao incluir as crianças com PA normal-alta (8,1%), a prevalência sobe para 20,4% sendo, portanto, um valor elevado para a faixa etária.

Estudos de prevalência da hipertensão arterial em crianças apresentam valores diversos. Ferreira et al. (2015) realizou um estudo com 199 crianças da rede privada de ensino fundamental de Divinópolis/MG, das quais 24,6% das crianças analisadas apresentaram níveis pressóricos limítrofes, e 8,6%, como hipertensivas. Não foi observada diferença significativa da prevalência de níveis pressóricos alterados entre o sexo, e as idades das crianças.

Batista et al. (2015) estudou 231 escolares de nove e 10 anos de idade matriculados em instituições públicas e privadas de Vitória, ES, 2010-2011 e concluiu que 39,0% das crianças classificadas no tercil mais alto de VOP apresentaram excesso de peso.

5 FATORES DE RISCO PARA O DESENVOLVIMENTO DE HIPERTENSÃO NA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Segundo Garcia et al. (2006), alguns fatores associados a níveis elevados de PA em crianças são história familiar positiva para HAS, obesidade, IMC elevado, baixo peso ao nascimento. Alguns estudos citam ainda nível inicial da PA, frequência cardíaca, idade, sexo, maturação biológica, raça, estado sócio-econômico, ingestão de sal, tamanho corporal, alteração ambiental, fatores genéticos e a interação genético-ambiental (ROSA et al.,1999; SALGADO; CARVALHAES, 2003; ARAÚJO, et al., 2008; COSTA et al., 2010).

Segundo Salgado e Jardim (2008), em 1988 propôs-se que a desnutrição materna gera alterações estruturais permanentes nos rins, que contribui para doença cardíaca e renal no adulto. Este estudo infere que a HA é consequência de um ciclo vicioso da redução do número de néfrons e que essa redução do número de néfrons gera aumento da filtração glomerular de um

único néfron e consequentemente um aumento da pressão dentro dele, que resultaria em perda progressiva de néfrons recomeçando o ciclo.

Em 1986 com os estudos de Barker e Osmond, surgiu a hipótese de Barker, segundo a qual fatores ambientais, principalmente a nutrição, no início da vida podem aumentar o risco de início precoce de doenças cardiovascular e metabólica do adulto, assim como a morte prematura. Bebês pequenos ao nascimento apresentam maior prevalência de HAS e morte por eventos cardiovasculares quando adultos. E o ganho excessivo de peso nos primeiros anos de vida também constitui importante fator de risco (SALGADO; JARDIM, 2008).

Evidências sugerem que a presença de antecedente familiar para HAS seja o fator determinante para os níveis de PA. A hereditariedade é importante porque além de compartilhar os mesmos genes, os integrantes de uma mesma família compartilham o mesmo ambiente cultural, o que explica o fato de serem mais propensas a desenvolverem a doença (ARAÚJO et al., 2008).

Um estudo realizado por Rosa (1994) demonstrou a forte associação entre frequência cardíaca (FC) com PA sistólica e PA diastólica, em escolares e adolescentes da região metropolitana de Porto Alegre.

Na infância, embora a pressão arterial tenha uma tendência a ser mais alta em crianças negras do que em brancas esta relação ainda não está bem estabelecida e, portanto, não possui relevância clínica (SALGADO; CARVALHAES, 2003).

O álcool e o tabagismo são outros importantes fatores de risco para hipertensão arterial visto que, o consumo excessivo eleva os níveis pressóricos aumentando assim a prevalência de hipertensão. O tabagismo é considerado atualmente uma doença atinge cada vez mais a faixa etária pediátrica, pois 90% dos fumantes começaram antes dos 19 anos e os não fumantes expostos à fumaça do tabaco têm 24% a mais de chances para desenvolver doenças cardiovasculares (ARAÚJO et al., 2008).

Pessoas expostas continuamente a estresses psicológicos possuem chances maiores de se tornarem hipertensas. O fator genético influencia na resposta ao estresse, visto que filhos de hipertensos apresentam um maior aumento da pressão arterial frente aos fatores estressantes que os não descendentes (SALGADO; CARVALHAES, 2003).

A relação entre a ingestão de sódio e a hipertensão arterial está bem documentada em animais e no homem. Estudos mostram que associada ao

fator genético, à ingestão de sódio gera um rápido aumento da pressão arterial (MAGALHÃES et al., 2002).

Segundo Silva, Balaban e Motta (2001), o nível socioeconômico interfere na disponibilidade de alimentos e no acesso à informação, e também pode estar associado a determinados padrões de atividade física, constituindo-se em fator determinante da prevalência da obesidade. No Brasil as crianças mais afetadas pela obesidade pertencem às classes sociais mais elevadas, embora haja uma tendência para uma mudança nesse perfil (GIUGLIANO et al., 2004).

Ao estudar crianças brasileiras menores de 5 anos, Monteiro et al. (1995), encontraram maior prevalência de obesidade nas classes socioeconômicas elevadas (10,6%) do que nas classes baixas (2,5%). Já o estudo realizado em Recife, com 515 crianças na faixa etária escolar, sendo 332 provenientes de uma escola da rede privada de Recife e 183 de uma comunidade de baixa renda, observou-se uma prevalência de obesidade de 17,4% em pré-escolares provenientes de famílias de alta renda e de 10,1% naqueles pertencentes a famílias de baixa renda (SILVA et al., 2001).

Em Goiânia, Crispim et al. (2013) avaliaram 276 crianças de dois a cinco anos investigando pressão arterial, características sociodemográficas, peso ao nascer, histórico de hipertensão arterial na família, tabagismo passivo, aleitamento materno, alimentação, hábito sedentário e estado nutricional. A pressão arterial elevada e excesso de peso observados em 19,9% e 11,2% das crianças, respectivamente. Houve associação direta de pressão arterial elevada com idade [razão de prevalência (RP) = 2,3; IC95%: 1,2 – 4,8; p = 0,017] e excesso de peso (RP = 2,0; IC95%: 1,2 – 3,6; p = 0,014). As demais variáveis não se associaram a pressão arterial elevada.

O estudo de Garcia et al. (2006), avaliou a PA de 672 crianças escolares (idade variando de 2 anos a 10 anos) de Belo Horizonte provenientes de duas instituições de ensino. Uma instituição era pública, situada em região de baixo índice de qualidade de vida urbana (IQVU), e a outra era uma instituição privada, situada em região de alto IQVU. A classificação do peso corporal pelo IMC mostrou sobrepeso em 14% e obesidade em 3,7% das crianças; no entanto, quando se analisou o IMC dos alunos da escola privada, detectou-se sobrepeso ou obesidade em 23,5% versus 14% na escola pública, mostrando associação entre IMC e origem da criança. Das crianças de cor branca, 21,5% apresentavam sobrepeso ou obesidade; esta característica estava presente em 14,5% das crianças pardas ou negras.

6 TRATAMENTO NÃO MEDICAMENTOSO

O tratamento não farmacológico tem como objetivo primordial reduzir a morbidade e a mortalidade cardiovascular através de mudanças no estilo de vida que culminem em controle da pressão arterial (SALGADO; CARVALHAES, 2003). Tais mudanças incluem redução da ingestão de sal, redução de peso, prática regular de atividade física, abandono do álcool e do tabagismo (MAGALHÃES et al., 2002).

A redução do peso é considerada como um método eficaz para o tratamento da hipertensão arterial em crianças e adolescentes obesos. Todos devem ser inseridos em dietas e programas de atividade física e para a manutenção do peso desejável em longo prazo recomenda-se a adequação dietética individualizada, com atenção especial para os aspectos socioeconômicos e culturais e à motivação dos pacientes (II CONSENSO BRASILEIRO PARA O TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL, 1994).

A V Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial (2006) preconiza mudanças nos hábitos alimentares como redução da quantidade de sódio nos alimentos, retirada do saleiro da mesa, evitar alimentos industrializados como enlatados, conservas, embutidos e defumados, abolição do uso de bebidas alcoólicas, redução dos alimentos hipercalóricos, doces e açúcar, dar preferência aos temperos naturais como limão, alho, cebola, ervas e salsa, ingerir mais frutas e carboidratos complexos, substituir bebidas açucaradas por adoçantes não calóricos. Inclusão alimentos pobres em sódio e ricos em potássio como feijões, ervilhas, banana, melão, cenoura, beterraba, vegetais de cor verde-escuro e laranja na dieta.

7 TRATAMENTO FARMACOLÓGICO

Ainda é incerto qual a idade e o melhor momento para iniciar o tratamento farmacológico em pacientes pediátricos com hipertensão arterial. A terapia farmacológica da hipertensão em crianças e adolescentes é indicada para: hipertensão secundária, HAS sintomática, hipertensão com lesão de órgão-alvo, hipertensão grave e para os casos que não apresentam melhora com o tratamento não farmacológico (SALGADO; CARVALHAES, 2003).

A tendência de iniciar o tratamento com inibidores da enzima de conversão e antagonistas dos canais de cálcio por terem efeitos mais rápidos e menos efeitos colaterais. Os diuréticos podem ser usados quando existe doença renal associada. Os inibidores da enzima de conversão possuem efeito teratogênico comprovado e o uso em crianças e adolescentes em idade fértil merece um maior acompanhamento (MAGALHÃES et al., 2002).

O uso de tratamento medicamentoso não é recomendável na obesidade infantil, pois pode atrapalhar no desenvolvimento e devido aos efeitos colaterais das drogas. Além disso, causam dependência química (SOARES, PETROTSKI,2003).

CONCLUSÃO

A pressão arterial é determinada pela interação de fatores genéticos e ambientais. Essa interação inicia-se ainda na vida intrauterina. Dentre os vários fatores relacionados à gênese da hipertensão arterial na infância, o principal é a obesidade, que surge como consequência de uma sociedade moderna e tem se tornado um problema de saúde pública afetando tanto as crianças de países desenvolvidos quanto as de países em desenvolvimento.

Outro fator é a hereditariedade, pois além de compartilhar os mesmos genes, os integrantes de uma família compartilham o mesmo ambiente cultural, o que explica o fato de serem mais propensos a desenvolver a doença . Somado a isso, álcool e o tabagismo são outros importantes fatores de risco para hipertensão arterial.

Para o tratamento da Hipertensão arterial faz-se necessário a presença de equipe multiprofissional buscando a reeducação alimentar ,redução de peso, abandono do alcool e cigarro e o aumento da atividades físicas , pois visam à modificação e melhorias dos hábitos diários a longo prazo. Contudo, a prevenção é o melhor caminho, começando pela amamentação materna, que deve durar no mínimo seis meses, a introdução de alimentos saudáveis além do hábito de praticar atividades físicas .

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, T. L.; LOPES, M. V. O.; OLIVEIRA, A. R. S., et al. Fatores de risco para hipertensão arterial em escolares: Um estudo de caso controle. Rev. Enf. UERJ, v. 16, n. 2, p. 149-155, 2008.

BALABAN, G.; SILVA, G. A. P. Efeito protetor do aleitamento materno contra a obesidade infantil. Jornal de Pediatria v. 80, n. 1, p.7-16, 2004.

BALABAN, G.; SILVA, G. A. P.; DIAS, M. L. C. M.; DIAS, M. C. M.; FORTALEZA, G. T. M.; MOROTÓ, FMM et al. O aleitamento materno previne o sobrepeso na infância? Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil. v.4, n.3, p. 263-68, 2004.

BARBOSA, M. B.; PALMA, D.; DOMENE, S. M. A.; TADDEI, J. A. A. C.; LOPEZ, F. A. Fatores de risco associados ao desmame precoce e ao período de desmame em lactentes matriculados em creches. Rev. Paul. Pediatr., v. 27, n. 3, p. 272-281, 2009.

BARKER, D.J.P.; OSMOND C.; SIMMONDS, S.J..; WIELD G.A. – The relation of small head circumference and thinness at birth to death from cardiovascular disease. Br Med J. 306 (1993a) 422-426.

BATISTA, M. S. et al. Fatores associados ao aumento da rigidez arterial em crianças de 9 e 10 anos. Espírito Santo, v. 49, n. 23, Outubro 2015.

Cai S, Pang WW, Low YL, Sim LW, Sam SC, Bruntraeger MB, et al. Infant feeding effects on early neurocognitive development in Asian children. Am. J. Clin. Nutr. 2015;101(2):326-36. http://doi.org/84c.

COSTA, A. G. V.;SABARENSE, C. M. Modulação e composição de ácidos graxos do leite humano. Rev. Nutr. [online]. vol.23, n.3, p. 445-457, ISSN 1415-5273, 2010.

COSTA, F. P.; MACHADO, S. H. O consumo de sal e alimentos ricos em sódio pode influenciar na pressão arterial das crianças. Ciências & Saúde Coletiva, v. 15, suple. 1, p. 1383-1389, 2010.

CRISPIM, P. A. A.; PEIXOTO, M. do R. G.; JARDIM, P. C. B. V. Fatores de Risco Associados aos Níveis Pressóricos Elevados em Crianças de Dois a Cinco Anos. Sociedade Brasileira de Cardiologia, Goiânia, v. 102, n. 1, p. 39 – 46, Agosto 2013.

FERREIRA, S. D. et al. Prevalência e fatores associados ao sobrepeso/obesidade e à hipertensão arterial sistêmica em crianças da rede privada de ensino de Divinópolis/MG. Cad. Saúde Colet., Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 289 – 297, Agosto 2015

FERREIRA, S. R. G.; ZANELLA, M. T. Epidemiologia da hipertensão arterial associada à obesidade. Rev. Bras. Hipertens. v.7, n. 2, p. 129-135, 2000.

GARCIA, F. D.; TERRA, A. F.; QUEIROZ, A. M., et al. Avaliação de fatores de risco associados com elevação da pressão arterial em crianças. Rev. Soc. Bol. Ped., v. 45, n. 3, p. 178-184, 2006.

GIUGLIANO, R.; MELO, A. L. P. Diagnóstico de sobrepeso e obesidade em escolares: utilização do índice de massa corporal segundo padrão internacional. J Pediatr., v. 80, n. 2, p. 129-34, 2004.

GIULIANO, I. C. B. et AL. I Diretriz de Prevenção da Aterosclerose na Infância e na Adolescência. Arquivos Brasileiros de Cardiologia. v. 85, suppl. VI, 2005.

II CONSENSO BRASILEIRO PARA TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL. Arq. Bras. Cardiol., v. 63, n. 4, 1994.

LEAL, G. N.; ISSLER, H.; GRISI, S. J. E.; RAMOS, J. L. O papel do aleitamento materno na prevenção da síndrome metabólica. J Pediatria (São Paulo), v. 30, n. 2, p. 118-123, 2008.

MAGALHÃES, M. E. C.; BRANDÃO, A. A.; POZZAN, R.; BRANDÃO, A. P. Hipertensão arterial em crianças e adolescentes. Rev. Bras. Hipertens., v. 9, n. 3, p. 245-255, 2002

MARTIN, H. et al. Impaired Endothelial Function and Increased Carotid Stiffness in 9-Year-Old Children With Low Birthweight. Circulation, [s.l.], v. 102, n. 22, p.2739-2744, 28 nov. 2000.

MILES, Karen L.; MCDONNELL, Barry J.; MAKI-PETAJA, Kaisa M.. The impact of birth weight on blood pressure and arterial stiffness in later life. Journal Of Hypertension, [s.l.], v. 29, n. 12, p.2324-2331, dez. 2011.

MONTEIRO, M. F.; SOBRAL, FILHO D. C. Exercício físico e o controle da pressão arterial. Rev. Bras. Esporte, v. 10, n. 6, p. 513-516, 2004.

MOURA, A. A.; SILVA, M. A. M.; FERRAZ, M. R. M. T.; RIVERA, I. R. Prevalência da pressão arterial elevada em escolares e adolescentes de Maceió. Jornal de Pediatria, v. 80, n. 1, p. 35-40, 2004.

NOVAES, J. F.; LAMOUNIER, J. A.; PRIORE, S. E. Fatores associados ao sobrepeso e à hipertensão arterial em escolares do município de Viçosa – MG. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina – Belo Horizonte – MG. 126 p., 2007.

PASSOS, V. M. A.; ASSIS, T. D.; BARRETO, S. M. Hipertensão arterial no Brasil: Estimativa de prevalência a partir de estudos de base populacional. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 15, n. 1, p.35-45, 2006.

PINTO, S. P.; SILVA, R. C. R.; PRIORE, S. E.; ASSIS, A. M. O.; PINTO, E. J. Prevalência de pré-hipertensão e de hipertensão arterial e avaliação de fatores associados em crianças e adolescentes de escolas públicas de Salvador, Bahia, Brasil. Cad. Saúde Pública, v. 27, n. 6, p. 1065-1076, 2011.

ROBESPIERRE, Q. C.; RIBEIRO, P. A.; LOTUFO, J. A.; LAMOUNIER, R. G.; OLIVEIRA, J. F. S.; BOTTER, D. A. Fatores adicionais de risco cardiovascular associados ao excesso de peso em crianças e adolescentes. O estudo do coração de Belo Horizonte. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v.88, n. 6, 2006.

ROSA, A. A.; RIBEIRO, J. P. Hipertensão arterial na infância e na adolescência: fatores determinantes. Jornal de Pediatria. v. 75, n. 2, p. 75-82, 1999.

ROVER, M. R. M.; KUPEK, E.; DELGADO, R. C. B.; SOUZA, L. C. A importância da avaliação de fatores de risco para aterosclerose na infância e adolescência– Revisão. Newslab. Ed. 102, 2010.

SALGADO, C. M.; CARVALHAES, J. T. A. Hipertensão arterial na infância. Jornal de Pediatria. (Rio J.) [online]. 2003, vol.79, suppl.1, pp. S115-S124.

SALGADO, C. M.; JARDIM, P. C. B. V. Baixo peso ao nascimento como marcador de alterações na pressão arterial e na microalbuminúria de crianças escolares. Dissertação (doutorado) da Universidade Federal de Goiás. Goiânia– GO, 137p. 2008.

SALVI, Paolo et al. Role of Birth Weight and Postnatal Growth on Pulse Wave Velocity in Teenagers. Journal Of Adolescent Health, [s.l.], v. 51, n. 4, p.373-379, out. 2012.

SILVA, G. A. P.; BALABAN, G.; MOTTA, M. E. F. A. Sobrepeso e obesidade em crianças e adolescentes de diferentes classes sócio-econômicas, na cidade de Recife. Pediatria (São Paulo), v. 23, n. 4, p. 285-289, 2001

SILVA, M.A.M. et al. Prevalência de fatores de risco cardiovascular em crianças e adolescentes da rede de ensino da cidade de Maceió. Arquivos Brasileiros de Cardiologia, v. 84, n. 5, p. 387-392, 2005.

SOARES, L. D.; PETROSKI, E. L. Prevalência, fatores etiológicos e tratamento da obesidade infantil. Rev Brasil. de Cineantropometria & Desempenho Humano, v. 5, n. 1, p. 64-74, 2003.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA / SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO / Sociedade Brasileira de Nefrologia. VI Diretrizes Brasileiras de Hipertensão. Arq. Bras. Cardiol., v. 95, supl. 1, p. 1-51, 201

V DIRETRIZES BRASILEIRAS DE HIPERTENSÃO. SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO. Disponível em: http://www.sbh.org.br/documentos. Brasil: 2006. Acessado em julho de 2016.

CIÊNCIAS HUMANAS

EDUCAÇÃO

UMA ABORDAGEM DA DIVERSIDADE CULTURAL E O ESPAÇO ESCOLAR

AN APPROACH TO CULTURAL DIVERSITY AND SCHOOL SPACE

Cristiano Garcez Gualberto[1]

RESUMO

O espaço escolar é um dos locais que merece privilégio no que consiste a criação de relações onde amplificam-se os conhecimentos sobre a diversidade cultural. O ser humano é fruto de suas raízes, das evoluções do ser humano em sociedade, nasce de uma cultura que é o fruto das evoluções. Todos os aspectos são relevantes para a diversidade cultural, como: familiares, étnicas, regionais, nacionais, religiosas, partidárias, ideológicas. Não há como traduzir o ser humano sem sua totalidade, pois este é fruto também de um resultado. A escola é principal fonte de diversidade cultural, os alunos quando chegam à escola, trazem consigo experiências externas vividas em outros setores dentro da sociedade, o que é enriquecedor, pois favorece o acumulo de experiências trocadas. Essas experiências culturais são grandiosas, pois transformam o meio onde se habituam, por esta razão é importante, e necessária a abordagem das diversidades culturais, principalmente no contexto escolar. Além disso, a pesquisa realizada envolve levantamento bibliográfico, experiências práticas sobre o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Ela visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo, sendo realizada sobre um problema ou questão de pesquisa. Dado o exposto, para romper o desafio de educar na diversidade cultural a escola precisa se reorganizar, rever suas práxis pedagógica, preparar os profissionais de educação, fazer parcerias com pais e comunidade, incluir projetos voltados para essa diversidade cultural em seu projeto político pedagógico, numa ação democrática e participativa de todos. Ressalta-se ainda que, a escola que em seu plano global, não inclui as diferenças do indivíduo, para serem trabalhadas, valorizadas e respeitadas terá que assumir que não cumpre seu papel na educação e exclui pessoas no processo de ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Espaço escolar. Diversidade cultural. Diversidades culturais.

[1] Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Goiás (UFG) Regional Jatai. Especialista em Gestão de Trânsito e Transportes pela Universidade de Diamantino (UNED/MT). Especialista em Segurança do Trabalho pelas Faculdades Integradas de Jacarepaguá (FIJ/RJ). Especialista em Contabilidade Pública pela Universidade Cândido Mendes (RJ). Especialista em Defesa Civil pela Faculdade AVM. Pós-graduando em Cultura, Diversidade e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Goiás (UEG) Campus Quirinópolis. Graduado em Ciências Contábeis pela Universidade de Rio Verde (UniRv). Sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, Companhia de Quirinópolis. Professor dos cursos de Administração de Ciências Contábeis da Faculdade Quirinópolis. E-mail: cristiano.gualberto@faqui.edu.br

ABSTRACT

The school space is one of the places that deserves privilege in the creation of relationships where knowledge about cultural diversity is amplified. The human being is the fruit of its roots, of the evolutions of the human being in society, born of a culture that is the fruit of evolutions. All aspects are relevant to cultural diversity, such as: family, ethnic, regional, national, religious, partisan, ideological. There is no way to translate human beings without their totality, for this is also the result of an outcome. The school is the main source of cultural diversity, when students arrive at school, they bring with them external experiences experienced in other sectors within the society, which is enriching, since it favors the accumulation of experiences exchanged. These cultural experiences are great because they transform the environment where they are used, for this reason it is important, and it is necessary to approach cultural diversities, especially in the school context. In addition, the research carried out involves a bibliographical survey, practical experiences about the problem researched and analysis of examples that stimulate understanding. It aims to provide an overview of a particular fact, of the approximate type, being carried out on a problem or research question. Given the above, in order to overcome the challenge of educating in cultural diversity, the school must reorganize itself, review its pedagogical praxis, prepare education professionals, partner with parents and community, include projects aimed at this cultural diversity in its pedagogical political project, In a democratic and participatory action of all. It should be emphasized that the school, which in its global plan does not include the differences of the individual, to be worked, valued and respected will have to assume that it does not fulfill its role in education and excludes people in the process of teaching-learning.

Keywords: School space. Cultural diversity. Cultural diversity.

INTRODUÇÃO

A diversidade cultural é a soma de experiências trocadas, e principalmente no âmbito escolar, onde os laços frutos de relações sociais compreendem uma educação que promove a diversidade cultural. Em questão de Currículo escolar, é favorável refletir como a diversidade cultural tem sido pensado dentro do âmbito escolar. É preciso problematizar esse espaço, discutindo cultura, investindo em crescimento cultural.

Na tentativa de compreender como os homens ressignificam suas experiências no espaço escolar e como, em uma operação inversa, o espaço escolar tem recebido as experiências múltiplas dos sujeitos que ao passarem

pelo portão da escola, adquirem a identidade de estudante perante os olhos do observador, tornando-se membros de uma categoria: "alunos". Vistos dessa forma, "independente do sexo, da idade, da origem social, das experiências vivenciadas, todos são considerados igualmente alunos, procuram a escola com as mesmas expectativas e necessidades".

Neste estudo é exposto o ambiente escolar como uma fonte de diversidade cultural, principalmente de relações e também de conhecimento. Apesar de ser um desafio, é extremamente favorável para a evolução da própria sociedade como um todo, pois pareia educação com diversidade humana cultural e social.

Nesse sentido, como abandonar ideias arraigadas? Como romper com enunciados já cristalizados? Como dissipar preconceitos? Como a educação escolar pode se mantiver distante da discussão da diversidade? Qual a dimensão social e cultural da escola?

As relações sociais além de trazer conhecimento e cultura, como também desenvolvimento, elas educam, procriam realidades individuais e como um todo, mas também criam relações com o meio profundas. O indivíduo é um resultado indefinido.

Diante disso, pode-se perguntar: Que concepções de diversidade são trazidas para o espaço escolar? Qual o papel da escola na configuração de uma educação que vá além da preocupação com a "preparação para o mercado de trabalho?" A escola configura-se então, como espaço de inscrição dos corpos, que através de diversificadas práticas cotidianas, vão integrando o processo de constituição dos sujeitos. São muitos os seres que ali circulam, assim como são muitos os discursos e práticas — dentro e fora dessa instituição — que os inscrevem no cotidiano.

Por que trabalhar a diversidade cultural na sala de aula é um desafio para os professores?

O objetivo geral e específico da pesquisa é abordar as diversidades culturais dentro do espaço escolar, identificando a forma que a escola estimula a formação de opinião, como desenvolve uma imagem de percepção cultural, verificar a criação das condições que possibilitam o crescimento de culturas.

O desafio da escola em si atualmente é conseguir formar indivíduos que possuem senso crítico. É uma tarefa árdua, pois, principalmente em um mundo onde a pressa é um dos objetivos, conclui-se complexa missão à escola, é preciso que a mesma intensifique a cidadania, possibilitando trabalhar com afinco a diversidade cultural. É preciso formar uma relação homogênea

de cultura e educação. A diversidade cultural é um tema atual e totalmente relevante, pois tem influência em todos os âmbitos de existência do ser humano, em relação a tempo e espaço.

A escola deve na definição dos seus objetivos, resgatar sua finalidade social, garantindo às novas gerações o domínio dos conhecimentos científicos e a construção de conceitos que possibilitarão a formação de habilidades cognitivas nos alunos. Quando se fala em inclusão, é importante deixar claro que ela não se refere somente a alunos com necessidades especiais, mas também a todas as crianças, independentemente de cor, raça, religião, condição física. Contudo, para que as escolas desempenhem realmente este papel, há de se reconhecer que é necessária uma série de medidas que ofereçam essas oportunidades.

Além disso, a escola passa por diversas situações de conflito, visto que uma diversidade de contextos sociais, históricos e culturais se encontra em seu interior. São diferentes histórias de vidas reais que passam a conviver e cabe aos profissionais que na escola atuam, fazer a mediação de conflitos, bem como a retomada de valores muitas vezes esquecidos. Pode-se dizer que ela enquanto instituição consciente e crítica do seu dever na construção de uma educação de equidade, deve constantemente estar se avaliando e ressignificando seus projetos, atendendo sempre as necessidades de sua comunidade escolar. A escola precisa também incluir as novas tecnologias que dão suporte ao processo de ensino, fazendo o aluno absorver informações e construir o conhecimento. A experiência é aspecto fundamental para a construção do saber.

Em virtude do que foi mencionado, a escola precisa encontrar maneiras de pensar o multiculturalismo, porque ele é um dos caminhos para combater os preconceitos e discriminações ligados à raça, ao gênero, às deficiências, à idade e à cultura, constituindo uma nova ideologia. O papel do professor – o papel principal – é ajudar o aluno a interpretar esses dados, a relacionar e a contextualizá-los. Aprender depende também do aluno, de que ele esteja pronto, maduro, para incorporar a real significação que essa informação tem para ele, para incorporá-la vivencialmente e de forma emocional.

No que se refere à abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa que se constitui em analisar os dados dedutivamente. Fora realizada pesquisa descritiva, a qual foi realizada com base em dados observados e interpretados, sem interferência do pesquisador. O estudo é de cunho bibliográfico, por meio de consultas a livros especializados no tema e artigos científicos,

com o objetivo de obter conhecimento teórico sobre a temática. Foram realizadas alusões históricas perante o tema até se chegar à questão principal e atual. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO: DIVERSIDADE CULTURAL NO CONTEXTO ESCOLAR

Ao pensar em uma estrutura organizacional de qualquer natureza significa refletir de acordo com os preceitos científicos da administração, e não poderia ser diferente no caso da instituição escolar. Porém, deve-se compreender que a escola é uma empresa diferente, onde o seu produto, o aluno, é ao mesmo tempo sujeito e objeto. Ele é sujeito porque constrói o seu conhecimento e objeto porque na construção desse conhecimento, sofre a influência dos outros alunos do professor, do meio físico, bem como social neste quê fazer construtivo (SILVA, 2002).

A organização do espaço que se convencionou chamar de escola é nova, e data aproximadamente, a metade do século XIX, mas, é só no século XX que assume uma estrutura organizacional, política, ideológica e com as feições que tem hoje, resguardado aqui as variações decorrentes dos contextos históricos e sociais em que foi se construindo essa instituição. Silva (2002) discursa sobre a organização escolar, sendo ela constituída como elemento orientador das práticas escolares, favorecendo a divisão de responsabilidade, a participação nas tomadas de decisões, visando a materialização do currículo e a garantia da aprendizagem.

Segundo o autor, é com a necessidade de legitimar a relação democrática que se vai construindo na escola, não basta ser direito, tem que ser legal, não basta ser legal tem que ser direito. Torna-se necessário um regimento interno escolar. Tal regimento surge do debate filosófico que fundamenta o Projeto Político Pedagógico, o qual deverá expressar com clareza todos os procedimentos, regras, direitos e deveres a que todos serão submetidos. Para tanto, esse processo de debate deve contar com a ampla participação de todos os segmentos, para que seja a expressão soberana da escola.

Esses objetivos não devem perpassar a questão dos conteúdos curriculares. Em meados de 1980, a preocupação, de acordo com Moreira (2003), era quanto à questão dos conteúdos curriculares, cuja deficiente atuação preocupava os especialistas em educação. Os debates se travavam entre os

defensores de um conhecimento universal objetivo, a ser dominados por todos, e os que propunham uma escola alternativa que integrasse a construção do conhecimento.

A rede pública adotou sua matriz curricular nas décadas de 70 e reformulada em meados dos anos 80, portanto encontra-se em descompasso com a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Os artigos publicados na primeira metade da década de 1990 apresentam cada vez mais densidade teórica, expressam a preocupação com o conhecimento escolar e enfatizam a necessidade de se considerar a cultura do aluno no processo de seleção dos conteúdos (MOREIRA, 2003).

A escola deve na definição dos seus objetivos, resgatar sua finalidade social que é de garantir as novas gerações o domínio dos conhecimentos científicos e a construção de conceitos que possibilitarão a formação de habilidades cognitivas nos alunos e também, estabelecer relação desses conhecimentos e habilidades com os problemas vividos pela comunidade na qual está inserida, garantindo assim, a contextualização e aplicação do conhecimento.

Numa abordagem, de atenção à diversidade e à inclusão social, a educação apresenta-se como um fator importante de transformação social, em que novas propostas estão sendo desenvolvidas. Diante disso, pode-se dizer que, quando se fala a respeito da inclusão no ambiente escolar, é importante deixar claro que ela não se refere somente a alunos com necessidades educacionais especiais, mas também a todas as crianças, independentemente de cor, raça, religião, condição física. Para que uma escola seja considerada culturalmente eficiente, esta deve incluir uma inclusão de mudanças buscando melhoras e respostas, atendendo singularmente os alunos em suas necessidades e também em um todo (MORIN, 2001).

Essas escolas não podem mais ser exceções: Fazer os sistemas educacionais evoluírem para se tornarem verdadeiros serviços públicos, que permitam que todos os alunos alcancem bons resultados, é hoje uma necessidade e um grande desafio. Inovar dentro da escola é um tema complexo, que não busca resultados financeiros e sim desempenho dos alunos envolvidos (MOREIRA, 2003).

A criatividade do professor é colocada à prova, porém, existe a necessidade de uma situação que provoque essa prática dentro do ambiente institucional, pois se o professor atinge ou supera os resultados, espera-se

que não haja necessidade de mudanças, porém uma solução criativa torna-se imprescindível quando o desempenho se encontra insatisfatório (ARAGÃO, 2006).

É preciso que o docente inclua na personalidade dentro do âmbito escolar, o principal quesito em inovar, utilizando dos recursos, infraestrutura, explorando objetivos e possibilidades de aprendizagem e também de cultura educacional (ARAGÃO, 2006).

Nesse contexto, os recursos materiais utilizados pelo professor esbarram na carência de escolas públicas, tornando ainda mais o conhecimento e consciência política e pedagógica sobre materiais didáticos que podem ser desenvolvidos, buscando parcerias, utilizando-se de materiais que possam ser reaproveitados.

Convém ainda lembrar que os objetivos diferentes exigem estratégias diversas, conteúdos distintos também. O uso de técnicas de contar histórias pode ser bastante produtivo e inovador para o desenvolvimento de disciplinas como História, por exemplo, no entanto, sua aplicabilidade deve ser bem pensada ao pensar nos conteúdos de Matemática. Se as teorias não forem colocadas em ação, tais propostas estarão fadadas ao fracasso, uma vez que os professores não as podem implementar, visto que as condições políticas, bem como sociais não lhe favorecem.

Atualmente, o grande desafio da escola é contribuir com a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes. Trata-se de uma tarefa que exige da escola um movimento que ultrapasse temas, conteúdos e programas. Nessa realização, percebe-se o sentido da palavra cidadania, refletindo como a escola trabalha a diversidade cultural e qual é a proposta curricular para este desafio. Trindade diz (2000, pág. 17):

> A questão que se coloca é a importância de se entender a relação cultura e educação. De um lado está a educação e do outro a ideia de cultura como lugar, a fonte de que se nutre o processo educacional para formar pessoas, para formar consciência. Assim, a diversidade cultural é um tema relevante a partir do momento em que a "escola" desenvolve um ensino que procura atender a sua clientela.

A escola é lugar de discussões sobre o conhecimento formal e os saberes populares que denotem o interesse dos alunos. Essa variedade de informações indica que o professor deve entender o significado de diversidade e como ela é discutida nos PCNs. Ele vai entender o processo de exclusão que

está presente na realidade dos alunos e as marcas culturais que não devem ser distinguidas de desigualdade social. Sobre a cultura, busca-se em Brasil (1998, p. 121) o entendimento de que as culturas são produzidas pelos grupos sociais na construção de suas formas de subsistências, na organização da vida social e política.

Essas práticas devem ser pautadas em experiências que sirvam de instrumentos de promoção da cidadania, da valorização da diversidade, que favoreçam ao enfrentamento das dificuldades para o acesso e permanência na escola daqueles que não tiveram oportunidade de fazê-lo nos tempos e prazos determinados em lei e na maturidade social e biológica do homem. Na compreensão de Zabala (1998, passim), a educação é a base do povo.

A educação é a causadora de toda transformação e evolução em sociedade, é preciso da troca de relações sociais para que se evolua, para que não se limite apenas no vago. Essa troca cultural de valores é capaz de fazer com que o sujeito reconheça o outro como um aliado na aprendizagem, respeitando como o outro se projeta dentro do convívio social (OLIVEIRA, 2004).

A escola precisa conhecer seus alunos, pois somente assim é possível adotar as práticas que podem refletir o meio social e cultural inserindo assim os alunos e a escola. Essas práticas precisam ser reconhecidas e valorizadas, no que condiz o âmbito étnico, gênero e cultura.

Esse fato pode ser entendido como um sistema de relevância, delineando a maneira de pensar e de agir, de relacionar-se entre e com o outro. Percebe-se que os grupos e os indivíduos encontram motivações para construir os seus sistemas de prioridade, mas uma das consequências dessa atitude é que um fato relevante para um grupo ou um indivíduo parece menos significativo para outro grupo ou indivíduo. O Art. 26-A acrescido, da Lei 9.394/1996 provoca bem mais do que a inclusão de novos conteúdos, pois exige que se repensem relações raciais, sociais, pedagógicas, aprendizagens e objetivos das escolas (BRASIL, 1998).

Em virtude do que foi mencionado, é correto afirmar que a escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, certamente deverá se posicionar politicamente, como já foi denotado neste texto, contra toda e qualquer forma de discriminação, assumindo contextos educacionais inclusivos, capazes de preparar os alunos para a cidadania e o desenvolvimento de suas capacidades psíquicas. Por meio da inclusão, a escola leva em conta as potencialidades dos alunos e não apenas as disciplinas e resultados quantitativos, favorecendo uma pequena parcela dos mesmos.

A escola é uma instituição de ensino onde o cenário da diversidade se desdobra e marca a vida social brasileira. Contudo, a história do Brasil deixou claramente que os colonizadores portugueses fizeram com que a sua cultura dominasse o Brasil, aniquilando, dessa forma, as outras manifestações culturais, com objetivo de manter o poder centralizador. Para que se consiga uma mudança expressiva no ensino e umas revoluções culturais exigiram-se uma articulação entre os currículos e uma política educacional comunitária. Vale lembrar a citação de Silva, (2002, p. 34):

> Para Bourdieu e Passeron, a dinâmica da reprodução está centrada no processo de reprodução cultural. É através da reprodução cultural dominante que a reprodução mais ampla da sociedade fica garantida. A cultura que tem prestígio e valor social é justamente a cultura das classes dominantes: seus valores, seus gostos, seus costumes, seus hábitos, seus modos de se comportar e agir. Na medida em que essa cultura tem valor em termos sociais; na medida em que ela vale alguma coisa; na medida em que ela faz com que a pessoa que a possui obtenha vantagens materiais e simbólicas, ela se constitui como capital cultural. [...] finalmente, o capital cultural manifesta-se de forma incorporada, introjetada, internalizada.

Um currículo e uma pedagogia democrática, segundo Aplle, citado por Silva (2002):

> [...] devem começar pelo reconhecimento dos diferentes posicionamentos sociais e repertórios culturais nas salas de aula, assim como as relações de poder entre eles se estiverem preocupados com tratamento realmente igual. A escola deve fundamentar o currículo no reconhecimento dessas diferenças que privilegiamos alunos de formas evidentes. Considerando o enforque teórico de Giroux na organização curricular, faz-se necessário apreciar as diversas vozes ideológicas: "a voz da escola, do aluno e do professor", (MOREIRA, 2003, p. 12).

Como ressalta o texto do documento sobre pluralidade cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN 1997, p. 15) diz: "Saber discutir pluralidade a partir das diferenças dos próprios alunos é um modo de conduzir o tema de forma mais próxima da realidade brasileira". "Sabe-se hoje que o ser humano tem um conjunto de células do sistema nervoso tão particular quanto à impressão digital".

É preciso entender que as limitações biológicas de um ser humano, não deve ser a origem causadora de frustração enquanto aprendizagem, isso não depende das limitações e sim da qualidade dos estímulos recebidos. Portanto, cada pessoa tem uma história particular, formada por sua estrutura biológica, social e cultural. A escola é um local formado por uma população com diversos grupos étnicos, com seus costumes e suas crenças. Segundo Morin (2001, p. 56):

> A cultura é constituída pelo conjunto dos saberes, fazeres, regras, normas, proibições, estratégias, crenças, ideias, valores, mitos, que se transmite de geração em geração, se reproduz em cada indivíduo, controla a existência da sociedade e mantém a complexidade psicológica e social. Não sociedade humana, arcaica ou moderna, desprovida de cultura, mas cada cultura é singular. Assim, sempre existe a cultura nas culturas, mas a cultura existe apenas por meio das culturas.

A diversidade cultural é um canal expressivo, depende de atividades realizadas, trocas individuais e em grupo de experiências vividas, valores, é preciso potencializar a criatividade do professor, aguçar seu sentido social e cultural, transformar, é a palavra, não há uma resposta para dizer de onde vem a cultura ou, pelo menos, a diversidade da cultura, pois a cultura vem por meio das culturas, é um desenvolvimento, um resultado de vários processos.

Além disso, percebe-se que é necessário não formular ideias pré-concebidas acerca dos alunos, mas criar iguais oportunidades entre todos e transmitir-lhes a confiança no sucesso. Assim, urge desenvolver também projetos que possam estimular as capacidades e talentos individuais de cada aluno. Dado o exposto, pode-se dizer que a diversidade cultural sempre existiu nas salas de aulas, naturalmente, não de uma forma tão alargada como atualmente, no que se refere à mobilidade dos povos. O que vai mudando é a própria sensibilidade, consciência, bem como a abertura das escolas para as diferenças entre alunos e famílias e a valorização das mesmas no seu processo educativo, "correndo" não no sentido da uniformização, mas da promoção da identidade cultural. Outro aspecto significativo é uma maior valorização do processo, relativamente aos "resultados a atingir". Como ressalta Barbosa (1991, p. 65):

> Inúmeras vezes, na atividade educacional, temos feito referência à interdisciplinaridade. Principalmente por ocasião da elaboração dos planejamentos anuais fala-se em integrar algumas disciplinas, mas nunca se chega a um consenso de modo fazê-lo. Quase sempre não, efetivação dessa prática decorre da ausência de conhecimento do seu significado, falta alguém que tome para si o compromisso de levá-la adiante ou, ainda, as normas educacionais apresentam-se como obstáculos naturais à construção da interdisciplinaridade do conhecimento. Com efeito, não será procurado quem facilite o processo que a interdisciplinaridade se realizará.

No que se refere à ideia de unidade e multiplicidade do ser humano, Edgar Morin considera que:

> O homem é ao mesmo tempo singular e múltiplo": Para ele existem duas tendências que envolvem esta afirmativa: Os que veem a diversidade das culturas tendem a minimizar ou ocultar a unidade humana; os que veem a unidade humana tendem a considerar como secundária a diversidade das culturas. Ao contrário, é apropriado conceber a unidade que assegure e favoreça a diversidade, a diversidade que se inscreve na unidade [...] (MORIN, 2001, p. 57).

Para o processo de diversidade cultural, é imprescindível que se insira a interdisciplinaridade. O termo interdisciplinaridade se coloca na multiplicidade de conotações e sentidos ao termo. A contextualização também é um outro princípio pedagógico muito importante, pois diante dele é possível a articulação, e é uma proposta que ensina e mostra ao aluno o mundo ao seu redor, suas experiências e reflexões de suas vivencias, por exemplo, um trabalho que é contextualizado parte do saber do aluno, desenvolvimento competências, ampliando o saber inicial, promovendo a cultura e a diversidade, interagindo relações dentro da sociedade, frutificando conhecimento.

A disciplinarização deixa a organização da escola inflexível, o que muitas vezes dificulta uma prática docente mais articulada, as aulas se dão por meio de uma grade curricular, com temas atrelados uns aos outros. Diversas iniciativas de troca de conhecimentos escolares têm sido realizadas de acordo com a atualidade, principalmente no que condiz a integração da multidisciplinaridade, o que é tratado em todas as disciplinas (FAZENDA, 1991).

CONCLUSÃO

A escola como uma instituição de ensino deve garantir aos seus alunos um ambiente favorável à troca de experiências, respeito às diferenças, à realidade local e à diversidade cultural o que tem sido um dos grandes

desafios da educação atual, pois esta precisa adaptar-se com um novo currículo que inclua a diversidade cultural, formação dos professores e oferta de formação continuada para prepará-los para trabalhar essa diversidade, promover a construção de planejamento na escola e motivar uma educação que oportunize a todos o desenvolvimento de habilidades e competências, quebrando o preconceito e a discriminação.

Para romper o desafio de educar na diversidade cultural a escola precisa se reorganizar, rever suas práxis pedagógica, preparar os profissionais de educação, fazer parcerias com pais e comunidade, incluir projetos voltados para essa diversidade cultural em seu projeto político pedagógico, numa ação democrática e participativa de todos. Ressalta-se ainda que, a escola que em seu plano global, não inclui as diferenças do indivíduo, para serem trabalhadas, valorizadas e respeitadas terá que assumir que não cumpre seu papel na educação e exclui pessoas no processo ensino aprendizagem.

Além disso, ela nega o acesso a cidadania a muitos que evadem por não suportar o desprezo que se estabelece nas relações dentro do ambiente escolar ou mesmo os apelidos de "lerdo", "agressivo", "elétrico", "negrinho", "bicha", "gorducho", "indisciplinado". Sendo assim, a escola precisa priorizar o ensino aprendizagem numa pedagogia democrática que seja capaz de admitir as diferenças e valorizá-las visando sempre a formação de uma nova sociedade, transformando o homem em um ser solidário, respeitoso com os outros capacitando os mesmos para conviverem em união.

Superar o preconceito e a discriminação dentro do ambiente escolar e fora dele, significa criar multiplicadores do respeito à diversidade cultural existente, esperando que cada indivíduo possa repensar suas ações, no sentido de valorizar o outro como igual, independentemente de sua diferença. Que a escola reveja sua prática e filosofia, pois não há escola onde todos os indivíduos são homogêneos, mas há sim diferentes que precisam receber o que já lhe é garantido acesso e permanência na escola, respeito à diversidade cultural e educação de qualidade a qual só é possível quando a escola é acolhedora e fornece aprendizado significativo ao aluno.

Reconhecer a diversidade de universos culturais de alunos no âmbito de práticas docentes implica não só a conscientização acerca do peso dessas práticas no sucesso ou no fracasso destes alunos, mas também na importância em se trabalhar no sentido de mobilizar expectativas positivas que promovam a aprendizagem de todos, independentemente de raça, classe social, sexo ou padrões culturais. Nesse sentido, trabalhar com uma proposta de conscientização cultural em formação docente significa,

também, ter em vista as representações e o saber desenvolvido por docentes em seu cotidiano escolar.

As representações docentes revelam uma visão fragmentada dos universos culturais dos alunos, percebidos em grande parte em termos dos aspectos que lhes "faltam" para se equipararem àqueles das camadas dominantes da população. Entretanto, interessantes iniciativas e projetos de aproximação para maior conhecimento dos universos culturais dos alunos puderam ser detectados, como os projetos "O que somos, o que queremos e o que precisamos fazer?" E "Quem sou eu? ", descritos anteriormente, como práticas docentes que buscavam fugir da rigidez dos programas e tornar o processo de ensino dinâmico.

Outras questões merecem ser estudadas, tais como: Em que medida estas iniciativas podem ser viabilizadas como parte integrante dos "conteúdos escolares", e não como atividades interpretadas como "extracurriculares"? Que tipo de clima ou "elos" escolar revela-se propiciador de uma maior valorização da pluralidade cultural dos alunos? Como são traduzidas as representações docentes com relação aos universos culturais dos alunos em práticas pedagógicas, conforme observadas no cotidiano escolar? Como incorporar os discursos e representações dos próprios alunos em práticas docentes voltadas a seus universos culturais?

Vale salientar, neste ponto, que a aproximação com o cotidiano escolar em cursos de formação docente, aliada a uma proposta imbuída por uma perspectiva intercultural crítica, poderia permitir uma rica interlocução para o avanço de uma preparação docente coadunada coma pluralidade cultural. A futilidade de iniciativas que não leve em consideração as representações e o saber docente é ilustrada pelos professores que veem, com reservas, programas de formação continuada à base de materiais escritos e audiovisuais de densa linguagem e preparados de modo bonito e certinho, mas longe da realidade.

Dado o exposto, um dos grandes desafios da escola atualmente é estabelecer uma visão real das práxis pedagógicas em relação à diversidade cultural para a mobilização das competências dos alunos. A escola deve reverter esse papel, encarando a diversidade cultural como meio de transformar a escola e a sala de aula num ambiente de "aprendizagem significativa". Não é um processo simples, mas pelo contrário exigirá da escola assumir uma postura de mudanças que acima tudo será reinventar, uma nova escola desde o planejamento curricular, a execução de novas estratégias, até mesmo a estrutura física da escola.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, Rodrigo M. L. **Aspectos chave para a inovação dentro de sala de aula**. In: rev. Espaço Acadêmico, Ano VI, n.62, 2006.

BARBOSA, Derly. **A conquista do educador popular e a interdisciplinaridade do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 1991.

BRASIL, Secretária de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Pluralidade cultural.** Ensino de 5ª a 8ª série, Brasília/DF, 1997.

BRASIL. **Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1998.

FAZENDA, Ivani C. A. (Org.). **Práticas interdisciplinares nas escolas**. 1991.

MOREIRA, A. f. e SILVA, T. T., **Currículo, cultura e sociedade**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Ivone Boechat de. **Por uma escola humana**. 3. ed. Brasilía/DF, 2004.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: Uma introdução ás teorias do currículo.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

HORMÔNIOS CORPORAIS E NEUROEDUCAÇÃO

CORPORAL HORMONES AND NEUROEDUCATION

Gilson Xavier de Azevedo[2]
Alex Nascimento[3]

RESUMO

O objetivo desse artigo é discorrer sobre partes da estrutura anatômica cerebral, a partir de alguns referenciais da neurociência elucidando inclusive tal conceito. A partir de tais proposições, tenciona-se percorrer certo referencial a fim de se perceber como se configura a estrutura neural de seres humanos, a partir dos conceitos de neurotransmissores e neuroreguladores de modo a se entender o sistema de produção hormonal, bem como as substancias por ambos produzidas e qual a relação possível de estabelecer entre tais substâncias (químicas e cargas elétricas) em os processos de ensino aprendizagem. Trata-se de um artigo de revisão, cuja metodologia é de um trabalho de cunho bibliográfico de caráter exploratório, cujo problema central é pensar quais as relações possíveis entre neurociência e educação dentro do escopo proposto. A premissa básica que se considerou foi que as substancias produzidas pelas glandular do nosso corpo, e as reações químicas cerebrais influenciam processos centrais na aprendizagem, tais como descanso, atenção e prazer. O artigo traz como produto final uma possível ampliação no debate entorno do tema neuroeducação.

Palavras-chave: Educação. Neurociência. Hormônios.

[2] Doutorando em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014-2016-BOLSISTA FAPEG). Mestre em Ciências da Religião pela PUC-GO (2014 – BOLSISTA FAPEG). Filósofo (Dom Felício, 1998/FAEME, 2007), Pedagogo (UVA-ACARAÚ, 2004) e Teólogo (FAETEL, 2002/MACKENZIE, 2006), Pós-graduado em Administração Escolar e Coordenação Pedagógica (UVA-RJ, 2006), Ética e cidadania (UFG, 2012) e Filosofia Clínica (Inst. Packter/PUC, 2013). Professor Titular de Filosofia do Direito e Filosofia Empresarial pela FAQUI (desde 2006); Ex-Coordenador do curso de Pedagogia da UEG Quirinópolis (2011-12); Professor convidado da UNIUBE em Quirinópolis; Professor de Filosofia e Sociologia da rede particular também em Quirinópolis; Professor Efetivo da Universidade Estadual de Goiás (Concurso 2013-14); Palestrante e conferencista com mais de 200 horas de atividades proferidas (gilsoneduc@yahoo.com.br).

[3] Neuroterapeuta cognitivo, pós-graduado em neurociência, nutrição clínica, psicopeagogia, neuropedagogia, psicomotricidade e graduando em Pedagogia. Agrega ao currículo formação em reabilitação cognitiva, reabilitação neuropsicológica e terapia cognitivo-comportamental. Atualmente dirige o consultório de Neuroterapia Cognitiva em Quirinópolis e atende no Panamá-GO e na Clínica Insight em Goiatuba-GO.

ABSTRACT

The purpose of this article is to discuss parts of the brain anatomical structure from some Neuroscience references including elucidating the concept. From these propositions, it is intended to-go right framework in order to understand how to configure the neural structure of human beings, from the concepts of neurotransmitters and neuroregulators to understand the hormonal production system as well as the substances by both produced and what the possible relationship established between such substances (chemical and electrical charges) in the teaching and learning processes. This is a review article, the methodology of which is a bibliographical nature of work exploratory, whose central problem is to think what the possible links between neuroscience and education within the proposed scope. The basic premise was considered was that the substances produced by the gland of our body, and the brain chemical reactions influence central processes in learning, such as rest, attention and pleasure. The article brings as a final product a possible expansion in the surrounding debate neuroeducation theme.

Key-words: Education. Neuroscience. Hormones.

INTRODUÇÃO

Ao longo da vida, a produção de hormônios e neurotransmissores no corpo humano é uma constante que tem seu pico entre os 15 e os 30 anos de idade, considerando a fase anterior ascendente e a posterior de declínio de produção. Desse modo, existe ou deve existir uma relação direta entre tal produção e os sistemas de aprendizados internos e externos ao indivíduo.

Para investigar tal relação, recorreremos revisionalmente a estudo que já foram desenvolvidos nesse campo, de modo a constituir um arcabouço bibliográfico que nos permita estudar pelo viés da neuroeducação como se dão tais processos.

Todavia: "Não pode haver qualquer esperança de entendimentos dos vários níveis de funcionamento do cérebro se não possuirmos um conhecimento pormenorizado da geografia cerebral em escalas diversas" (DAMÁSIO, 1996, p. 46). Assim, pretende-se primeiro discorrer sore o referido mapeamento cerebral e depois aos vários neurotransmissores e sua importância no campo pretendido desse estudo.

1 NEUROCIENCIA E ESTRUTURA NEURAL

O site ibccoaching apresenta um bom resumo do que seja a área pretendida de investigação nesse artigo, denominada pelos cientistas de Neurociência.

> Neurociência é a área que se ocupa em estudar o **sistema nervoso**, visando desvendar seu funcionamento, **estrutura, desenvolvimento e eventuais alterações que sofra.** Portanto, o objeto de estudo dessa ciência é complexo, sendo constituído por três elementos: **o cérebro, a medula espinhal e os nervos periféricos.** Ele é responsável por coordenar todas as atividades do nosso corpo, e é de extrema importância para o seu funcionamento como um todo, tanto nas atividades voluntárias, quanto as involuntárias (IBCCOACHING, 2016, os grifos são meus).

Partindo desse conceito de neurocisncia no viés coaching, temos que esta área do conhecimento, relativamente nova em nosso país, busca compreender a relação que existe entre a constituição cerebral e o comportamento humano; questão esta que na antiga psicologia era estudada pela via comportamental e pela dedução mais ou menos lógica desses dados.

A neurociência se divide em algumas áreas que consideramos importante trazer aqui:

> **Neurofisiologia:** investiga as tarefas que cabem as diversas áreas do sistema nervoso. **Neuroanatomia**: dedica-se a compreender a estrutura do sistema nervoso, dividindo cérebro, a coluna vertebral e os nervos periféricos externos em partes para nomeá-las e compreender as suas funções. **Neuropsicologia:** foca na interação entre os trabalhos dos nervos e as funções psíquicas. **Neurociência comportamental:** ligada à psicologia comportamental, é a área que estuda o contato do organismo e os seus fatores internos, como pensamentos e emoções, ao meio e aos comportamentos visíveis, como fala, gestos e outros. **Neurociência cognitiva:** estudo voltado à capacidade cognitiva, em que estão inclusos comportamentos ainda mais complexos, como memória e aprendizado (IBCCOACHING, 2016, os grifos são meus).

Embora todas as áreas informadas sejam de nosso interesse, a última me parece a mais sui generis para este estudo. A neurociência vem estudando como o cérebro aprende, como ele reage à informação e como a relação

entre aprender e satisfação em aprender influenciam no processo de ensino-aprendizagem.

> Na verdade, a comunicação entre a comunidade de educadores e a de neurocientistas necessita ser uma via de mão dupla, pois estes precisam ser envolvidos nos problemas reais do cotidiano escolar. Essa interação possibilitará o aparecimento de estudos que venham avaliar o sucesso ou não de determinadas práticas pedagógicas em termos dos achados no funcionamento neural (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 144).

No afã de compreender tal relação, iniciamos por Damásio que faz uma descrição interessante sobre a anatomia do sistema cerebral (nervoso) que convém aqui considerar:

> O **tronco cerebral** liga a **medula espinhal** às vastas regiões dos **hemisférios** cerebrais. É uma estrutura semelhante a um **tronco de árvore** que liga a parte do sistema nervoso central situada no interior do canal vertebral, para cima e para baixo na espinha – **a medula espinhal –, à parte do sistema nervoso central situada no interior do crânio** – o cérebro, no sentido usual. O **tronco cerebral recebe sinais de todo o corpo** propriamente dito e também **serve como conduto para esses sinais** quando eles transitam em direção a partes do cérebro situadas mais acima; da mesma maneira, serve de **conduto para sinais que transitam na direção oposta**, do cérebro para o corpo propriamente dito (DAMÁSIO, 2000, p. 304, os grifos são meus).

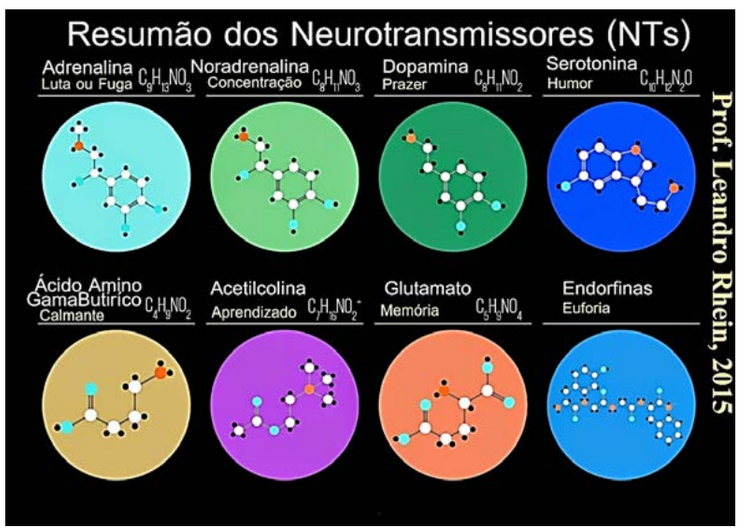
Dentro do exposto, a estrutura cerebral de que nós somos dotados é uma estrutura que **emite** e **recebe** sinais (estímulos ou neurotransmissores) do corpo. Essa comunicação entre o corpo e as células nervosas é definida não somente pelo cérebro, ao contrário do que pensava até bem pouco tempo, que é ele quem dá a palavra final. Um exemplo disso é que em situações normais de alimentação e ingestão de substâncias que sustentam o desenvolvimento corpóreo, o cérebro irá reagir de forma dita normal em relação à produção de neurotransmissores responsáveis pela concentração, prazer, humor, repouso, aprendizado e memória por exemplo, mas se o corpo é superestimulado com substâncias como cafeína (que por sua vez aciona as sensações de atenção, humor, euforia) ou álcool (calmante e euforia) ou ainda um refrigerante,

chocolate, uma castanha ou um psicoativo como a maconha, cocaína ou o crack, as alterações corporais e psíquicas são quase que imediatas e irão influenciar diretamente o corpo, a mente e o comportamento do indivíduo, pois agem estimulando e ao mesmo tempo deprimindo o sistema nervoso central.

> Os neurotransmissores são moléculas pequenas que na sua maioria são derivados de precursores de proteínas, eles são encontrados geralmente em vesículas pré-sinápticas neuronais. Os neurotransmissores são liberados na fenda sináptica e captados por terminais pós-sinápticos (por meio de receptores localizados na membrana pós-sináptica) quando da passagem do impulso nervoso de uma célula para outra, o que chamamos de transmissão sináptica. De acordo com a propriedade funcional do neurotransmissor e do terminal pós-sináptico, os neurotransmissores são conhecidos por promoverem respostas excitatórias ou inibitórias entre neurônios que se comunicam por sinapses químicas (BITTENCOURT, 2012).

Abaixo, estão os principais neurotransmissores e a sensação que produzem:

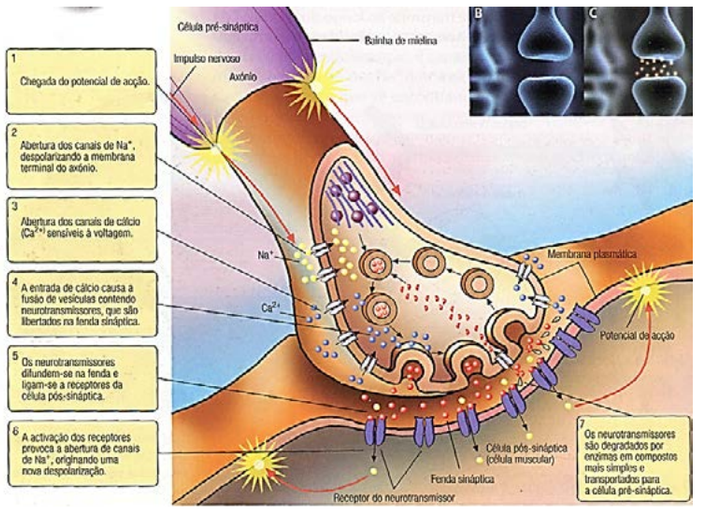
FIGURA 01: Síntese dos Neurotransmissores



Fonte: http://brainrhein.blogspot.com.br/2015/03/neurotransmissores.html

Em resumo, toda e qualquer substância ingerida ou produzida pelo corpo humano, é um potencial de ação e de pensamento, o que explica ou permite intuir, sensações e transtornos como a motivação e a depressão. Julgamos ser importante fixar abaixo um mapa do processo de neurotransmissão.

FIGURA 02: A ação da neurotransmissão



Fonte: cienciasdavidaedaterra25.blogspot.com.br/2012/05/neurotransmissores.html

A neurotransmissão é responsável, portanto, pelo que Damásio (2000) entende por "Sinapses" ou processos sinápticos. Para o autor citado:

> O sistema nervoso central está neuralmente ligado a todos os recantos do corpo por nervos, que no conjunto constituem o sistema nervoso periférico. Estes nervos transportam os impulsos do cérebro para o corpo e vice-versa. [...] várias dessas substâncias químicas ativam fibras nervosas e viajam para a medula espinhal, produzindo por diversos neurônios uma cadeia de sinais por numerosas sinapses. neurônios "é uma célula nervosa" e que sinapse "é o ponto onde dois neurônios se conectam e transmitem sinais". Esse processo ocorre por meio de circuitos nervosos constituídos por dezenas de bilhões de células, os neurônios que constituem "o tecido nervoso (ou neural)" (DAMÁSIO, 1996, p. 51).

Aqui temos dois outros conceitos importantes para nosso entendimento sobre como funciona nosso cérebro e como por meio dele entendemos, aprendemos e retemos informações essenciais à nossa sobrevivência e processos de interação social, cultural, afetiva e outras.

> Os neurônios processam e transmitem a informação por meio de impulsos nervosos que os percorrem ao longo de toda a sua extensão. Além disso, temos conhecimento de que o impulso nervoso tem uma natureza elétrica, pois é constituído de alterações na polaridade elétrica da membrana que reveste essas células (COSENZA; GUERRA, 2011, p. 13).

Esse conjunto de cargas elétricas (neurotransmissões) que acontecem a todo momento em nosso cérebro permitem que executemos as funções mais básicas como por exemplo o simples ato de dormir, de modo que seja em ação, seja em repouso, somos "governados" como cria-se na idade média por esses "espíritos" que nada mais são que reações químicas acontecendo initerruptamente em nosso cérebro, de modo que, neurônio pode disparar impulsos seguidamente dezenas de vezes por segundo.

FIGURA 03: Estrutura de um neurônio

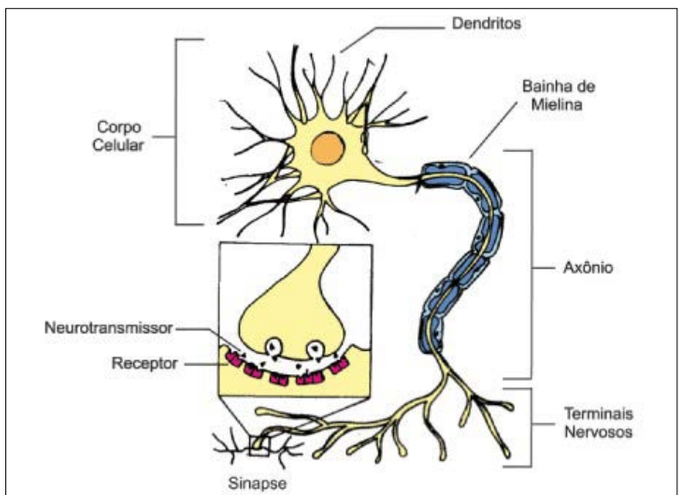


Figura 6. *Estrutura do neurônio e, em destaque, a representação de uma sinapse*

Fonte: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-40422006000600034

Conforme já os referimos aqui, para que a informação seja transmitida de uma célula a outra, é preciso uma estrutura que ocorre geralmente nos "terminais nervosos" (Figura 3) que recebe o nome de axônio. Nestes locais acontece a passagem da informação (Figura 2) entre as células, leva o nome de sinapses e a comunicação é realizada pela liberação de um neurotransmissor (reação química). Assim, a principal função dos neurônios é comunicar-se entre si, recebendo e transmitindo impulsos.

> Há dois tipos de sinapses no sistema nervoso central (SNC): as sinapses elétricas e as sinapses químicas. O estudo de microscopia eletrônica das sinapses elétricas mostrou que elas são formadas pela aposição das membranas plasmáticas de dois neurônios resultando numa estrutura de adesão intercelular. Este tipo de junção possui complexos protéicos que formam canais iônicos através de suas membranas, os *conexons*. Cada *conexon* é composto pela interação de duas proteínas conexinas, cada uma proveniente de um neurônio. Cada conexina, por sua vez, é formada por seis subunidades com inúmeras isoformas e pode se apresentar em dois estados: aberto ou fechado. Assim, quando abertos, os conexons formam verdadeiros poros permeáveis a íons e pequenas moléculas. Durante esta comunicação não há intermediários químicos, fazendo que ela seja ultrarrápida com duração de apenas centésimos de milisegundo. Isto permite que uma população neuronal dispare em alta sincronia (DO VAL-DA SILVA et al. 2010).

Com esse conjunto de informações dispostas nesse primeiro tópico, buscamos entender como estão dispostas nossa estrutura cerebral (sistema Nervoso [4]) e como se dão as reações químicas e elétricas produzidas pelas células nervosas de nosso cérebro, de modo que se torna importante discorrer a seguir sobre tais reações.

2 A PRODUÇÃO DE NEUROTRANSMISSORES E NEUROMODULADORES

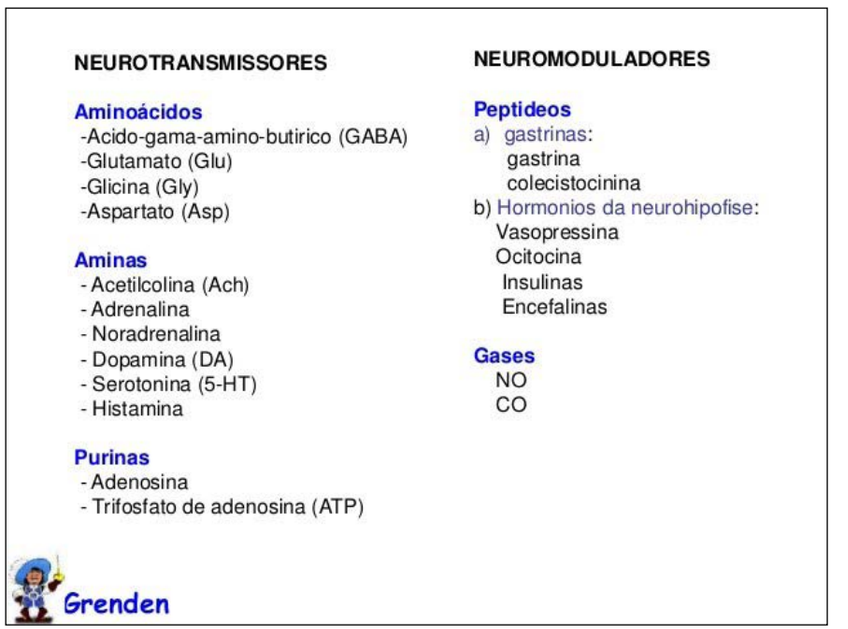
A atuação de neurotransmissores e neuromoduladores reflete a grosso modo o estado emocional (sensações, pensamentos, sentimentos, emoções),

[4] Um sistema é um conjunto de órgãos e estruturas que têm uma função em comum. Visto assim, o sistema nervoso é o conjunto de órgãos que têm em comum a função de integrar e regular rapidamente o funcionamento do corpo, permitindo não só que o indivíduo atue como um conjunto, mas também de maneira ajustada ao ambiente, à sua história de vida e às suas projeções para o futuro.

comportamental e de aprendizado e memória do indivíduo. É importante, contudo, firmar a já referida diferença entre ambos, para depois discriminar sua atuação em nosso sistema corpóreo.

Como já foi sinalizado, os neurotransmissores são uma reação química que altera o potencial da membrana pós-sináptica por meio do controle químico de canais de íons, sendo que seus efeitos se dissipam rapidamente também. Por sua vez, os neuromoduladores se diferem dos primeiros, dada sua ação ser bem mais lenta, mas que permite por mais tempo, podendo inclusive alterar a ação da membrana, agindo a partir de vários outros mecanismos (Figura 4).

FIGURA 04: Transmissores e moduladores



Fonte: http://pt.slideshare.net/slidesafs/6-fisiologia-do-neurnio

Na percepção de Guyton, os n**euromoduladores** são mensageiros liberados por neurônios no sistema nervoso periférico ou central, e normalmente afetam grupos de células com receptores apropriados para esse tipo de mensageiro, células essas que chamamos de alvo. A liberação é realizada por um neurônio e seu local de ação pode ser próximo ou distante da região

liberada, e frequentemente este tipo de substância atua como segundo mensageiro (GUYTON, 1993).

Nesse sentido, os neuromoduladores, conhecidos também como anticonvulsivantes ou antiepilépticos, podem ser aplicados a várias finalidades terapêuticas, sendo que a principal é considerar que são eles que dão efeito prolongado à produção de neurotransmissores, conforme expressa Bear a seguir:

Os neuromoduladores são substâncias que possuem a capacidade de prolongar ou reduzir o efeito de um neurotransmissor, ou seja, podem modular a excitabilidade de uma membrana, e normalmente atuam em conjunto com os neurotransmissores porém sem alterar a essência de sua transmissão. Neuromoduladores, podem também, ativar vias de sinalização molecular no neurônio pós sináptico, influenciando a transmissão sináptica de modo indireto (BEAR; CONNORS; PARADISO, 2002).

Para Lent (2010) a produção desses moduladores é realizada no retículo endoplasmático rugoso presente no corpo celular dos neurônios, já a produção de neurotransmissores geralmente se dá no citoplasma do corpo celular. Em geral os neuromoduladores são **peptídeos, lipídios ou gases** (Figura 4), esses quando peptídeos possuem precursores com alto peso molecular, após estes são clivados em polipeptídeos e armazenados para futura secreção como exemplo de moduladores peptídicos temos a gastrina, colecistocinina (CCK), os hormônios da neuro-hipófise como a vasopressina e ocitocina, as insulinas, os opioides como as encefalinas, nociceptinas, dinorfinas e as endorfinas, as secretinas dentre elas temos o glucagon, secretina e o peptídeo intestinal vasoativo, as somatostatinas, e as taquicininas.

De acordo com Consena e Guerra (2011), nossas relações humanas devem ser constantes, pois é por meio do intercâmbio que produzimos substancias produtoras de prazer, tranquilidade, adaptação comuns em nosso cotidiano. É por meio do sistema nervoso se encarrega de estabelecer essa comunicação com o mundo ao redor e com as partes internas do organismo.

Para os mesmos autores:

> É pelo sistema Nervoso Central (SNC) que tomamos consciência das informações, comparando-as com nossas vivências e expectativas. É dele que também emanam as respostas voluntárias, que fazem com que o corpo, eventualmente, atue sobre o ambiente. [...] e é também por meio de seu funcionamento que somos capazes de aprender ou modificar nosso comportamento à medida que vivemos (COSENZA & GUERRA, 2011, p. 11).

Todavia, existem alguns neuromodularores que afetam totalmente o comportamento; são os neuromoduladores gasosos temos o óxido nítrico (NO) e o monóxido de carbono (CO), que são normalmente produzidos em terminais sinápticos por enzimas e possuem a capacidade de **atravessar livremente as membranas** por difusão simples, sendo assim não são estocadas em vesículas ou grânulos, pois sua ação é praticamente dada após sua produção. Dentre os lipídicos temos os endocanabinóides como a anandamida e o 2-araquidonoilglicerol (2AG) esses imitam a ação de compostos presentes na cannabis, os canabinóides (KANDEL; SCHWARTZ; JESSELL, 2003).

Foram descobertas novas moléculas que tornam ainda maior a possibilidade de diferenciação entre neurotransmissores (NTs) ou neuromoduladores (NMs).

2.1 Neuromoduladores

Partindo do pressuposto de que os neuromoduladores ampliam a ação dos neurotransmissores, há que se considerar sobretudo qual a função dos peptídeos no organismo. Os peptídeos[5], atuam como hormônios, neurotransmissores e/ou neuromoduladores, apresentando, portanto, uma grande diversidade de atividades biológicas e numerosas propriedades terapêuticas. Entretanto, suas utilizações como agentes terapêuticos são limitadas essencialmente por sua baixa biodisponibilidade oral e/ou características farmacodinâmicas, e ainda pela sensibilidade às peptidases.

De acordo com Pohlmann (1999) As proteínas e os peptídeos, cadeias de aminoácidos, são componentes essenciais no organismo. As proteínas possuem igualmente as funções de constituintes dos tecidos e de agentes biocatalíticos e hormonais. Sua produção se dá a partir de hormônios secretados pela hipófise.

Conhecida também como glândula Pituitária, a hipófise é uma glândula pequena que se localiza na base do encéfalo, sendo vulgarmente chamada de glândula Mestra do corpo, dada a grande quantidade de hormônios que produzem e que são essenciais nas funções do corpo. Aqui se faz necessário diferenciar hormônios dos já ditos neurotransmissores.

[5] Os peptídios, peptídeos ou péptidos são biomoléculas formadas pela ligação de dois ou mais aminoácidos através de ligações péptidicas, estabelecidas entre um grupo amina de um aminoácido, e um grupo carboxilo do outro aminoácido. Quando há a união de dois aminoácidos, damos o nome de **dipeptídios**. Quando há três e quatro aminoácidos unidos por ligações peptídicas chamamos de **tripeptídeo** e **tetrapeptídeo**, respectivamente. Os polipeptídeos são formados por uma longa cadeia de aminoácidos, e é dessa categoria que as proteínas fazem parte, pois são constituídas de um grande número de aminoácidos (MORAES, 2016).

A hipófise é constituída de duas partes elementares: a adenoipófise (ou lobo anterior da hipófise) e neuroipófise (lobo posterior da hipófise). A função da adenoipofise é secretar hormônios estimulam e controlam outras glândulas endócrinas. Os hormônios mais comuns produzidos pela adenoipófise são:

> **TSH (hormônio tireotrófico):** hormônio que estimula e regula a atividade da tireoide na produção dos hormônios T3 e T4; ACTH (hormônio adrenocorticotrófico): que controla a atividade do córtex da glândula suprarrenal; **LH (hormônio luteinizante):** hormônio que regula as atividades das gônadas masculinas e femininas, como a produção de testosterona nos testículos, indução da ovulação e formação do corpo lúteo. **FSH (hormônio folículo-estimulante):** hormônio que atua na produção dos folículos, nos ovários; e dos espermatozoides, nos testículos (MORAES, 2016).

Além dos hormônios tróficos, a adenoipófise secreta outros hormônios que também são muito importantes para o metabolismo do corpo, mas que não agem em glândulas endócrinas, são eles:

> **Prolactina:** esse hormônio atua promovendo a produção de progesterona nos ovários femininos e também na produção de leite nas glândulas mamárias, durante a gravidez e a amamentação**. Hormônio estimulante do melanócito:** estimula a produção de melanina na pele. **Somatotrofina,** hormônio do crescimento ou **GH:** hormônio que promove a captação de aminoácidos para a formação de proteínas. Com isso, esse hormônio atua no crescimento de todo o organismo, incluindo tecidos, ossos e cartilagens, promovendo o aumento na estatura principalmente dos jovens na puberdade. Após a puberdade, a produção desse hormônio cai consideravelmente. O excesso do hormônio do crescimento provoca o aumento exagerado no tamanho do corpo, o que chamamos de gigantismo; já a sua deficiência (que geralmente é causada por fatores genéticos), provoca o nanismo (MORAES, 2016).

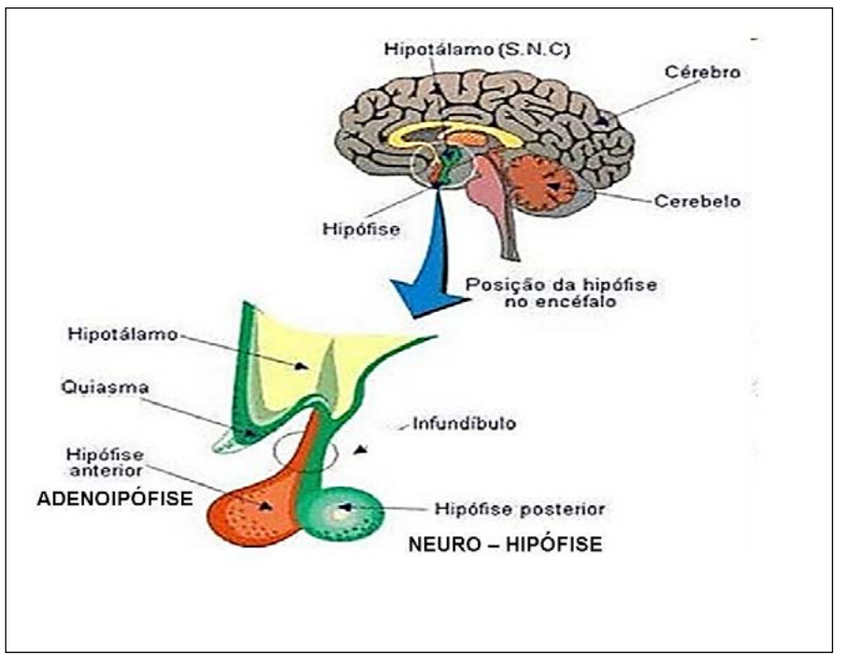
Nesse sentido, os hormônios secretados pela hipófise e outras glândulas, são os responsáveis pela produção dos neuromoduladores que harmonizam e regulam as funções corporais.

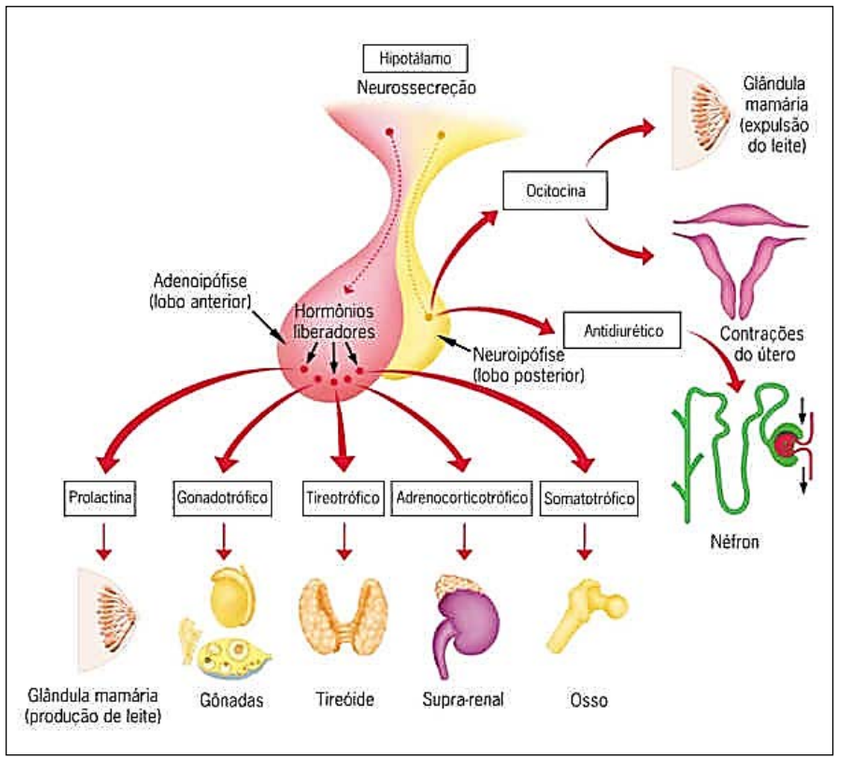
A neurohipófise ou extensão do hipotálamo (Figura 5) estimula secreta dois hosmônios:

> **Ocitocina:** hormônio que atua nas contrações do útero durante o parto, estimulando a expulsão do bebê. Em alguns casos, os médicos aplicam esse soro contendo ocitocina na mãe para estimular o parto. Esse hormônio também promove a liberação de leite durante a amamentação. **ADH (hormônio antidiurético):** esse hormônio atua no controle da eliminação de água pelos rins, portanto tem efeito antidiurético, ou seja, é liberado quando a quantidade de água no sangue diminui, provocando uma maior absorção de água no túbulo renal e diminuindo a urina. Quando o nível desse hormônio está acima do normal, ocorre a contração das arteríolas, provocando um aumento da pressão arterial, por isso o nome vasopressina (MORAES, 2016).

Os peptídeos estão envolvidos em grande variedade de funções, regulando funções de respostas ao estresse, de alimentação, de humor, de aprendizado, de memória e imunes, além de apresentar grande importância na modulação de inúmeras funções sensoriais, motivacionais, emocionais e funções cognitivas.

FIGURA 05: Sistema Endócrino





Fonte: http://www.afh.bio.br/endocrino/endocrino1.asp

Embora a ocitocina (oxitocina) seja descrita acima relacionada ao parto e amamentação, trata-se de um hormônio essencial quando o assunto é educação. Apesar da dificuldade de fazer com que a ocitocina sintética chegue ao cérebro, a ocitocina vem sendo utilizada com sucesso nos tratamentos de autismo, esquizofrenia e outras doenças psiquiátricas relativas à ausência de interesse do convívio social.

2.2 Neurotransmissores

Assim como foi feita a diferenciação entre moduladores e hormônios, cabe aqui ressaltar que hormônios e neurotransmissores embora sejam mecanismos de comunicação celular, se diferenciam da seguinte forma: hormônios são produzidos por glândulas de secreção interna e transportados pela

corrente sanguínea para agir a distância e neurotransmissores são produzidos por célula nervosas para transmitir informação a outra célula nervosa (Figura 1; Figura 4).

> Os impulsos nervosos para passarem de um neurônio para outro, através do axônio, devem vencer um espaço existente entre eles, o qual é denominado de Fenda Sináptica. Esta função de passar e receber o estímulo, recebe o nome de Sinapse. Para que os impulsos nervosos possam vencer esse espaço, o primeiro neurônio, através dos impulsos que chegam a sua terminação, liberam substâncias químicas que estimulam ou inibem o neurônio seguinte. Essas sustâncias químicas, sintetizadas e liberadas pelos neurônios, recebem o nome de neurotransmissores (ANDRADE, 2003).

A compreensão de como atuam os neurotransmissores e com são secretados, torna-se relevante quando se pensa em neuroestimulação educacional em relação a se obter maiores índices de aprendizagem, sobretudo quando se pensa em dificuldades e transtornos de aprendizagem. Dentre os neurotransmissores expostos na figura 4, colocaremos aqui os que julgamos mais essenciais no escopo do artigo, que são os ligados à educação e sistemas de aprendizagem relacionados ao corpo, são eles:

> **Acetilcolina** estimula o impulso a ser transmitido. Está envolvida na transmissão de impulsos de células nervosas, de músculos cardíacos à algumas glândulas, e de células motoras para os músculos do esqueleto. É o neurotransmissor encontrado em maior quantidade no corpo: estômago, baço, bexiga, fígado, glândulas sudoríparas. A acetilcolina ajuda no controle do tônus muscular, no aprendizado, e nas emoções (ANDRADE, 2003).

A Acetilcolina promove um aumento do tônus muscular, o que favorece o ganho circulatório inclusive cerebral, ampliado o número de sinapses e favorecendo e ativando as áreas da memória em nosso cérebro.

> A **Noradrenalina,** conhecida também como norepinefrina, é definida por algumas bibliografias como o hormônio precursor da adrenalina – com efeito estimulante na lipolase, o faz com que aumente o nível de algumas gorduras no sangue – e por outras como o neurotransmissor que eleva a pressão sanguínea através da vasoconstrição periférica generalizada. A noradrenalina também é usada no sistema que nos faz ficar alertas, e ter uma boa memória (ANDRADE, 2003).

Também ligada ao aumento do fluxo sanguíneo, favorece o aumento de sinapses e na permanência. Outro hormônio relacionado à aprendizagem é a dopamina.

> A **Dopamina** é um inibidor e, dependendo do local onde atua, apresenta diferentes funções. Com por exemplo, a dopamina no gânglio basal (no interior do cérebro) é essencial para execução de movimentos suaves e controlados. Portanto, comprometer as quantias do neurotransmisor pode resultar em pensamentos incoerentes, como na esquizofrenia. Conhecida também como norepinefrina, é definida por algumas bibliografias como o hormônio precursor da adrenalina – com efeito estimulante. A noradrenalina também é usada no sistema que nos faz ficar alertas, e ter uma boa memória. O desequilíbrio entre ela e outras substâncias pode causar diversas doenças (ANDRADE, 2003).

A capacidade de descansar e de estar atento, é essencial para os processos de sala de aula, pois estar alerta e atento é condição basal de estimação dos processos de aprendizado.

> A **Endorfina** atua como calmante natural: alivia a sensação de dor. Em um machucado, receptores na pele produzem sinais elétricos que vão da coluna espinhal ao cérebro. A endorfina é responsável pelo sentimento de euforia, êxtase. A feniletalimina – substância química, ingrediente natural do chocolate – atua no sistema límbico assim como a endorfina (ANDRADE, 2003).

O uso, não só do chocolate, mas dos doces e refrigerantes em geral são comuns nos recreios e intervalos escolares, como estimuladores de prazer e elevação dos níveis de satisfação para momentos que demandem concentração e estado de alerta. Concurseiros em geral fazem uso de chocolates e barras de cereais com esse mesmo proposito.

> A **Serotonina,** também conhecida como 5-hydroxytryptamine (5HT), é o hormônio e o neurotransmissor envolvido principalmente na excitação de órgãos e constrição de vasos sanguíneos. Algumas funções da serotonina incluem o estímulo dos batimentos cardíacos, o início do sono e a luta contra a depressão (as drogas que tratam de depressão preocupam-se em elevar os níveis de serotonina no cérebro). Os neurônios especializados na recepção da serotonina estão localizados na maioria dos órgãos; esses órgãos são estimulados a realizarem suas funções quando moléculas de serotonina ocupam os receptores (ANDRADE, 2003).

A serotonina é um hormônio essencial para a regulação do humor, sono, apetite, ritmo cardíaco, temperatura corporal, sensibilidade a dor, movimentos e as funções intelectuais, enxaqueca e sensação de saciedade. A prática de exercícios físicos aumenta o nível de neurotransmissores, como a noradrenalina, a serotonina e a dopamina, que produzem uma sensação de relaxamento e bem-estar no indivíduo, daí a importância de promover dentro e fora de sala de aula atividades que movimentem os alunos, para aumentar a oxigenação cerebral-circulatória e propiciar mais disposição ao aprendizado.

A baixa concentração de serotonina no organismo pode ocasionar a recorrência de sintomas como: mau humor pela manhã; sonolência durante o dia; inibição do desejo sexual; vontade de comer doces; comer a toda hora; dificuldade no aprendizado; distúrbios de memória e de concentração; irritabilidade; cansaço; ficar sem paciência facilmente. Para sua boa produção é importante o consumo de alimentos que contenham detriptofano, como o ômega 3 (Queijo, amendoim, castanhas e carne de frango) uma boa rotina de 6 a 8h de sono e exercícios regulares. Outro hormônio secretado em concomitância com a serotonina é a melatonina.

> A **Melatonina**, é um hormônio secretado pela glândula pineal, localizada no cérebro, ganha cada vez mais admiradores, que tomam sua versão sintética como que bebe da fonte da juventude. A promessa: ela seria capaz até de reverter a passagem do tempo. Mas os cientistas não têm provas. Reconhecem que a substância é a responsável pela incrível pontualidade do corpo humano saudável, em que cada órgão faz a coisa certa na hora certa. Se tem efeito como remédio é outra história. Por isso sua comercialização ainda é proibida no Brasil (SUPER, Edição 101, Fevereiro de 1996).

A melatonina é produzida naturalmente ao anoitecer, de forma mecânica e em resposta ao escuro da noite, de modo que leite ou chás quentes pode contribuir para aumentar ou acelerar sua produção. No processo de envelhecimento natural a quantidade de melatonina produzida pelo corpo diminui, lembrando que crianças até 10 anos devem ter ambiente favorável à produção desse hormônio, de modo a descansar pelo menos 10 horas de sono noturno e adultos, 8 horas.

Dentro do exposto, resta falar que o corpo em especial o cérebro não produz só hormônios "positivos" ao corpo, tendo em vista que atividades esportivas intensas, ativismo e cansaço excessivo pode acelerar a produção de um dos maiores vilões da musculação e dos vestibulandos. Estamos falando do cortisol.

> O cortisol é um hormônio do stress que realiza numerosas funções no corpo, ele está envolvido em ações anti-inflamatórias, no metabolismo da glicose e nas respostas imunes. No entanto, a superprodução de cortisol pode ter consequências para a saúde como cicatrização lenta, perturbação do sono e desequilíbrios no açúcar presente no sangue. Incorporando certos alimentos na sua dieta pode ajudar a níveis mais baixos de cortisol (CARVALHO, 2012).

Tais considerações nos levam a perceber como os exercícios de relaxamento, alimentação balanceada e uma vida ativa, porém equilibrada podem favorecer o desenvolvimento de nossa mente e corpo. Não se deve descuidar da química do corpo que aqui se procurou expor, pois os estudos mais recentes da neurociência apontam para o fato de que aquilo que comemos, como vivemos e o que pensamos determina nossa qualidade de vida e sucesso educacional.

CONCLUSÃO

Conforme se buscou tratar neste artigo, a neurociência tem muito a oferecer no campo da educação. Tanto o entendimento de como o cérebro funciona, quanto sua produção neuro-hormonal, são fatores que muito influencia no processo de aprendizado e desenvolvimento humano. Desejamos que a leitura do texto propicie uma ampliação da discussão entre essas duas grandes áreas tão atuais e necessárias.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rosângela Vieira de. at al. *Atuação dos Neurotransmissores na Depressão.* Rev. de Ciências Farmacêuticas, v.1, n.1, jan-mar. 2003.

BEAR, M.F., CONNORS, B.W. & PARADISO, M.A. *Neurociências*: Desvendando o Sistema Nervoso. Porto Alegre 2ª ed, Artmed Editora, 2002.

BITTENCOURT, Simone. *Neuromoduladores e neurotransmissores:* uma noção geral. 2012. http://www.neurofisiologia.unifesp.br/neuromoduladores_nocaogeral_simonebittencourt.pdf

CARVALHO, Nelson. *Cortisol*: O hormônio catabólico – Alimentos e dicas para o combater. Disponível em: <http://www.portaleducacao.com.br/educacao-fisica/artigos/20523/cortisol-o-hormonio-catabolico-alimentos-e-dicas-para-o-combater>. Acesso em: 17 jul. 2016.

COSENZA, Ramon; GUERRA, Leonor B.. Neurociência e educação: como o cérebro aprende. Porto Alegre: Artmed, 2011.

DAMÁSIO, António. *O erro de Descartes:* emoção, razão e o cérebro humano. Tradução de Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *O mistério da consciência:* do corpo e das emoções ao conhecimento de si. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DO VAL-DA SILVA, Raquel Araujo et al. *Papel das sinapses elétricas em crises epilépticas.* J. epilepsy clin. neurophysiol., Porto Alegre , v. 16, n. 4, p. 149-154, 2010, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-26492010000400006&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 17 jul. 2016.

GUYTON, A.C. *Neurociência Básica:* Anatomia e Fisiologia. 2ª. ed., Ed. Guanabara. Koogan, Rio de Janeiro, 1993.

IBCCOACHING. *O que é Neurociência?* Disponível em: <www.ibccoaching.com.br/portal/coaching-e-psicologia/o-que-e-neurociencia/>. Acesso em 17 Jul. 2016.

KANDEL, E.R.; SCHWARTZ, J.H.; JESSELL, T.M. *Princípios da Neurociência*. São Paulo: Manole, 2003.

LENT, Roberto. *Cem Bilhões de Neurônios?* Conceitos fundamentais de neurociência – 2ª edição. Atheneu, 2010.

MORAES, Paula Louredo. *Peptídeos*; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/biologia/peptideos.htm>. Acesso em 17 de julho de 2016.

POHLMANN, Adriana Raffin et al, *Peptídeos de conformação restrita induzida pela incorporação de unidades (aza)lactâmicas.* Quím. Nova, São Paulo, v. 22, n. 6, p. 828-837, Dec. 1999, Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci _arttext&pid=S0100-40421999000600010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 Jul. 2016.

SUPER. *Melatonina, a agenda do corpo.* Edição 101, Fevereiro de 1996. Disponível em: <http://super.abril.com.br/ciencia/melatonina-a-agenda-do-corpo>. Acesso em 17 Jul. 2016.

DOCUMENTOS

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO NA RECIFAQUI

A Revista RECIFAQUI é um periódico científico anual, nesse intuito objetiva ser um espaço editorial de rigorosa discussão científica, estando aberta à participação de pesquisadores da FAQUI a partir de edições temáticas dentro de linhas de pesquisa das áreas do conhecimento estabelecidas pela CAPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. São as áreas de conhecimento da RECIFAQUI Ciências Biológicas, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Ciências Humanas.

Artigos Científicos

Os artigos científicos deverão ser fruto de pesquisa acadêmica da FAQUI e conter Resumo, Abstract, palavras-chave, Keywords, Introdução, Discussão, Conclusão (ões), Referências Bibliográficas. O texto deverá ser apresentado com o mínimo de 10, e o máximo de 20 laudas. A publicação de trabalhos mais extensos fica condicionada à autorização do Conselho Editorial.

Resenhas

As resenhas deverão ser de livros publicados nos últimos 5 anos, e conter no máximo 3 (três) laudas.

Apresentação dos Originais

O texto será digitado com o uso do editor de textos Microsoft Word for Windows, versão 6.0 ou superior, formato A4 (21,0 x 29,7 cm), com espaço simples em uma só face do papel, com margens laterais de 3,0 cm e margens superior e inferior de 2,5cm, fonte Times New Roman de 14 cpi para o titulo, 12 cpi para o texto e 10 cpi para citações destacadas do texto, notas rodapé e informações de tabelas e figuras.

Título

Título em duas línguas (em Português em caixa alto e negrito abaixo centralizado língua estrangeira, itálico corpo 10); NOME DO AUTOR POR EXTENSO, o nome, não iniciar com o sobrenome; RESUMO (entre 250 e 350 palavras) e Palavras-Chave (até 5 palavras), escritos no idioma

do artigo; ABSTRACT e Keywords (versão para o inglês do Resumo e das Palavras-chave) ou RESUMÉ e MOTS-CLÈS (francês) ou RESUMEN e PALABRAS-LLAVE (espanhol); TEXTO; NOTAS; REFERÊNCIAS (apenas trabalhos citados no texto). Resumos, palavras-chave, em português e em língua estrangeira, devem ser digitados em Times New Roman, corpo 10. Em **nota de pé da primeira página**, especificar os dados do autor (es),indicando a atividade que exerce, a instituição que trabalha, titulação acadêmica e e-mail.

Resumo e Abstract

O Resumo e a sua tradução para o inglês, o Abstract, devem estar entre 250 e 350 palavras, com informações que permitam uma adequada caracterização do artigo como todo. No caso de artigos científicos, o Resumo deve informar o objetivo, a metodologia aplicada, os resultados principais e conclusões.

Palavras-chave e Keywords

No máximo 5 palavras serão representadas em seguida ao Resumo e Abstract. As palavras serão escolhidas do texto e não necessariamente do título.

Citações

As citações bibliográficas do texto devem ser pelo sobrenome do(s) autor(es) seguido do ano e da paginação referente. Quando houver dois autores, somente o sobrenome do primeiro será citado, seguido da expressão "et al.": Soares (2004, p. 123), (SOARES, 2004, p. 456), Soares e Feijó (2000, p. 765), (SOARES; FEIJÓ, 2000, 321), Feijó et al. (2004, p. 65), (FEIJÓ et al., 2000, p. 8).

As citações diretas, com mais de três linhas, deverão ser destacadas com recuo de 4cm da margem esquerda, em cpi 10, espaço simples, e sem aspas (ABNT: NBR 10520).

Referências

A lista de referencias bibliográfica será apresentada em ordem alfabética por sobrenome de autores, de acordo com a norma ABNT/NBR-6023 da Associação Brasileira de Normas Técnicas. Inicia-se a referencia com ultimo

sobrenome do(s) autor (es) seguido do(s) prenome(s), exceto aqueles de origem espanhola ou de dupla entrada, registrando-se os dois últimos sobrenomes. Todos os autores devem ser citados. Escrito apenas Referências não colocar Bibliográficas.

Obras anônimas têm sua entrada pelo titulo do artigo ou pela entidade responsável por sua publicação. A referencia deve ser alinhada pela esquerda e a segunda linha iniciada abaixo do primeiro caractere da primeira linha.

Abaixo são apresentados alguns exemplos de Referências Bibliográficas.

• Artigos de periódicos:

FABIAN, E. P. A relação entre método e política em Hegel a partir de A Sociedade Aberta e seus Inimigos de Karl Popper. In: Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen, v. 7, n. 8, Jun. 2006, p. 157-174.

• Livros

ARISTÓTELES. Metafísica. Tradução de Leonel Vallandro. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

• Capítulos de livro

NICOLAU, M. F. A. O movimento dialético na introdução ao sistema da ciência – O prefácio a Fenomenologia do Espírito. In: CHAGAS, E. F.; UTZ, K.; OLIVEIRA, J. W. J. (Org.). Comemoração aos 200 anos da "Fenomenologia do Espírito" de Hegel. Fortaleza: Edições UFC, 2007, 127-144.

• Teses (doutorado) ou dissertações (mestrado)

BAFFA, Manoella. A Forma da Metafísica: sobre a história na obra tardia de Heidegger. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, PUC, Departamento de Filosofia, 2005.

• Artigos apresentados em congressos, reuniões e seminários

SANTOS, Fernando Santiago dos. Os jesuítas, as ervas medicinais e os índios brasileiros: estudo preliminar da Triaga Brasílica (séc. XVIII). II Encontro de Filosofia e História da Biologia. Anais. São Paulo, Ed. Mackenzie, 2004, p. 19.

Tabelas e Ilustrações

As tabelas e ilustrações (gráficos, fotografias, desenhos) devem ser apresentadas dentro do texto do artigo.

Revisões

Os artigos terão as seguintes revisões antes da publicação: 1) Revisão técnica por consultor ad hoc; 2) revisão de língua portuguesa e inglesa por revisores profissionais; 3) Revisão Final pelo Comitê Editorial; 4) Revisão Final pelo(s) autor(es) do texto antes da publicação.

Obs: Todos os textos serão submetidos a parecer do Conselho Científico, sob forma de duplo anonimato. O Conselho poderá sugerir, aos autores dos textos selecionados, modificações e estrutura ou conteúdo.

Condições para submissão

Como parte do processo de submissão, os autores são obrigados a verificar a conformidade da submissão em relação a todos os itens listados a seguir. As submissões que não estiverem de acordo com as normas serão devolvidas aos autores.

1. A contribuição é original e inédita, e não está sendo avaliada para publicação por outra revista; caso contrário, deve-se justificar em "Comentários ao editor".
2. O arquivo da submissão está em formato Microsoft Word, OpenOffice ou RTF.
3. URLs para as referências foram informadas quando possível.
4. O texto está em espaço simples; usa uma fonte de 12-pontos; emprega itálico em vez de sublinhado (exceto em endereços URL); as figuras e tabelas estão inseridas no texto, não no final do documento na forma de anexos.
5. O texto segue os padrões de estilo e requisitos bibliográficos descritos em Diretrizes para Autores, na página Sobre a Revista.
6. Em caso de submissão a uma seção com avaliação pelos pares (ex.: artigos), as instruções disponíveis em Assegurando a avaliação pelos pares cega foram seguidas.

Direito Autoral

Os trabalhos publicados são de propriedade de seus autores que poderão dispor deles para posteriores publicações, sempre fazendo constar a edição original (título original, recifaqui, volume, número e páginas).

A RECIFAQUI reserva-se o direito autoral do trabalho publicado inclusive o de tradução.

Política de Privacidade

Os nomes e endereços informados nesta revista serão usados exclusivamente para os serviços prestados por esta publicação, não sendo disponibilizados para outras finalidades ou a terceiros.

O material para publicação poderá ser encaminhado por e-mail desde que seja entregue também duas vias impressas e uma em CD ou pendrive, no programa Word for *Windows*.

Envio de Originais

Os originais deverão entregues ou enviados exclusivamente por correio para

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO LTDA
Coordenação de Extensão (publicações) – RECIFAQUI
Av. Quirino Cândido de Moraes, 38 – D – Centro
75860-000 Quirinópolis, GO

Contatos

Página da internet: www.faculdadequirinopolis.com.br
Correio eletrônico: recifaqui@gmail.com
Telefone: (64) 3651 4680
Leon Alves Corrêa leoncorrea@gmail.com
Maria da Felicidade Alves Urzedo mariadafelicidade@bol.com.br

As exceções e casos omissões serão resolvidos pelo Conselho Editorial

REVISTA CIENTÍFICA DA FACULDADE QUIRINOPOLIS

PERMUTA/CAMBIO/SCAMBIO /D'ECHANGE/EXCHANGE/AUSTAUSCH/交換/تبادل

Recebemos e Agradecemos – Recibimos y Agradecemos - Riceviamo e apprezzare -Nous recevons etapprécions – We received and appreciate - Wir erhalten undzu schätzen wissen -我々は、受信と感謝 - تلقيناوشكرا

Enviamos para intercâmbio – Enviados para el intercambio - Inviamo per lo scambio- envoyés àl'échange - dispatched toexchange - entsandt, umden Austausch -交換に派遣 - ارسلت للتبادل

Desejamos Receber – Deseamos Recibir – Desidera Ricevere -Souhaite Recevoir - Wish To Receive - Erhalten Möchten -受信を希望 - نرغب في الحصول على

Para Receber, Basta Preencher o Formulário Abaixo
Recibir, sólo tienes que rellenarel siguiente formulario
Per ricevere, basta compilare il modulo sottostante
Pour recevoir, remplissez simplement le formulaire ci-dessous
Toreceive, simply complete the form below
So empfangen, füllen Sie einfach das unten stehende Formular
受信するには、単に以下のフォームに記入して
بالبساطة نموذج التالي استكمال تلقيو

FICHA DE ASSINATURA

NOME	NOMBRE	NOME	NOM	NAME	NAME	の名前	اسم
ENDEREÇO	DIRECCIÓN	INDIRIZZO	ADRESSE	ADDRESS	ANSCHRIFT	郵送先住所	العنوان
CIDADE	CIUDAD	CITTA'	VILLE	CITY	STADT	町	مدينة
PAÍS	PAÍS	PAESE	PAYS	COUNTRY	ELTERN	両親	الاباء
INSTITUIÇÃO	INSTITUCIÓN	INSITITUZIONE	INSTITUTION	INSTITUTION	INSTITUTION	教育機関	المؤسسة

ENDEREÇO PARA PEDIDO /DIRECCIÓNDE PEDIDO / INDIRIZZODI ORDINAZIONE/INDIRIZZODI ORDINAZIONE/ ORDERINGADDRESS/ BESTELLADRESSE/ アドレスの順序/ شروط الطلب

CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO SUDOESTE GOIANO LTDA
Av. Quirino Cândido de Moraes, 38 – D – Centro – 75860-000 Quirinópolis-GO
Tel. (64) 3651-4680 Fax.: (64) 3651-2214
www.faculdadequirinopolis.com.br

Número Avulso: Brasil: R$ 20Exterior: US 8
Ordem de Pagamento em Favor da Faculdade Quirinópolis
BANCO SICOOB S/A – Conta Corrente: 10.174-5 **Agencia:** 3042Quirinópolis, GO BRAZL

Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a Pronto Editora Gráfica/ Kelps, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da Pronto Editora Gráfica/ Kelps, no papel: Off-set 75g/m^2, composto na fonte Minion Pro, corpos 8, 10 e 12
Setembro, 2017

A revisão final desta obra é de responsabilidade do autor